

António José Borges Regedor

Bibliotecas, Informação, Cidadania.

Políticas Bibliotecárias em Portugal. Séculos XIX-XX

I volume

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2014

António José Borges Regedor

Bibliotecas, Informação, Cidadania.

Políticas Bibliotecárias em Portugal. Séculos XIX-XX

I volume

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2014

2014

Antônio José Borges Regedor

“TODOS OS DIREITOS RESERVADOS”

António José Borges Regedor

Bibliotecas, Informação, Cidadania.

Políticas Bibliotecárias em Portugal. Séculos XIX-XX

I volume

Orientadora: Professora Doutora Judite A. Gonçalves de Freitas

Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Informação, na especialidade de Biblioteconomia e Arquivo.

Resumo:

Esta dissertação tem por objetivo procurar uma resposta cientificamente válida à questão de saber porque motivos, ao longo da história das bibliotecas públicas, mormente nos séculos XIX e XX, não se consolidou um sistema de bibliotecas públicas de rede nacional, pese embora terem sido envidados esforços nesse sentido, nomeadamente pela produção legislativa.

Na primeira parte, o trabalho principia por analisar as políticas culturais e a sua concretização nas políticas de informação, contextualizando os sistemas bibliotecários neste âmbito. Conforme explicitamos, diferentes abordagens ideológicas e sociopolíticas das políticas culturais e de informação determinam naturalmente distintos sistemas bibliotecários. Neste quadro, foi também analisada a génese e o desenvolvimento das correntes teóricas da Ciência da Informação, procurando identificar e compreender as influências e os contributos que este hodierno campo do conhecimento recolheu das diversas correntes filosóficas e ideologias políticas através do tempo.

A análise dos sistemas bibliotecários incidiu sobre os organismos internacionais que refletem, propõem, promovem e influem internacionalmente as políticas adotadas ao nível dos diversos Estados; nomeadamente a organização que congrega todas as associações de bibliotecários e o organismo das Nações Unidas que é a Unesco. É igualmente contemplada a descrição dos organismos que se encarregam da difusão destas políticas bibliotecárias internacionais.

A segunda parte deste trabalho desenvolve e analisa diacronicamente o processo de implementação e crescimento das bibliotecas e da leitura pública em Portugal, desde a abertura ao público de bibliotecas privadas (nos finais dos século XVIII) ao percurso e evolução da constituição da rede de bibliotecas públicas, considerando os principais momentos históricos (Liberalismo, República, Estado Novo e Democracia).

A terceira e última parte deste trabalho consistiu no estudo empírico da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, procedendo à respetiva avaliação. Colocados os objetivos e questões de investigação é, seguidamente, apresentada a metodologia de trabalho e a componente de estudo de caso que assentou na elaboração de duas matrizes de inquérito por questionário lançados aos responsáveis políticos e técnicos pelas bibliotecas públicas do país.

Cumpridos os objetivos traçados no início deste trabalho confirmamos as questões levantadas quanto à importância da política bibliotecária e salientamos as principais fragilidades.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas; Cidadania; Políticas Culturais de Informação; Sistemas Bibliotecários; Políticas Bibliotecárias Internacionais; Ciência da Informação; Leitura Pública; Rede Nacional de Bibliotecas Públicas; Portugal, séculos XIX-XX.

Abstract:

The aim of this dissertation is to find a valid scientific answer to the reason why, throughout the history of public libraries, particularly in the 19th and 20th centuries, was a national network of public libraries not consolidated, even though the numerous efforts made to attempt it, especially in the production of laws.

In part one, the work starts by analyzing cultural policies and their impact on information policies, bringing context to library systems. As we explain in the study, different ideological approaches and social policies of the cultural and information policies naturally determine different library systems.

It was also analyzed in this focus the creation and development of Information Science's theories, looking to identify the influences and contributions that this modern field of knowledge has acquired from the different philosophical and political ideology ideas throughout time.

The library systems analysis was focused on the international organizations that reflect, propose, promote and make an international influence on the adopted policies by different nations; in particular the organization that conglomerates all library associations and the United Nations division which is UNESCO. The description of organizations that divulge international library policies is also contemplated.

Part two of the study diachronically develops and analysis the implementation process and growth of libraries and public reading in Portugal, from the public opening of private libraries (by the end of the 18th century), to the trajectory and evolution of the public libraries network's creation, in context with the most relevant historical periods (Liberalism, Republic, Estado Novo and Democracy).

The third and final part of this study consists on the empirical study of the Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, through its evaluation. The objectives and hypothesis of the inquiry are introduced, followed by the presentation of the work methodology, and the study case component that consisted on two different questionnaires sent to the political agents responsible by the network and the public libraries' technicians throughout the country.

By fulfilling the objectives intended at the beginning of the study we have confirmed the hypothesis related to the importance of library policies, and we also show its frailties.

Keywords: Public Librarians; Citizenship; Informational Cultural Policies; Library Systems; International Library Policies; Information Science; Public Reading; Rede Nacional de Bibliotecas Públicas; Portugal, 19th-20th centuries.

Résumé:

Cette dissertation a pour but de chercher une réponse scientifiquement valable à la question de savoir pour quels motifs, tout au long de l'histoire des bibliothèques publiques, surtout aux XIX^{ème} et XX^{ème} siècles, on n'a pas consolidé un système de bibliothèques publiques de réseau national, malgré tous les efforts faits dans ce sens, notamment par la production législative.

Dans la première partie, ce travail commence par l'analyse des politiques culturelles et leur concrétisation dans les politiques de l'information, en mettant en contexte les systèmes bibliothécaires dans ce cadre. Tel que nous l'explicitons, des abordages idéologiques et sociopolitiques différents déterminent naturellement des systèmes bibliothécaires distincts.

Dans ce cadre, on a aussi analysé la genèse et le développement des courants théoriques de la Science de l'Information, tout en cherchant d'identifier et de comprendre les influences et les contributions que cet actuel domaine de la connaissance a cueillies dans les divers courants philosophiques et idéologies politiques à travers le temps.

L'analyse des systèmes bibliothécaires s'est centrée sur les organisations internationales qui reflètent, proposent et influencent internationalement les politiques adoptées au niveau des divers États ; notamment l'organisation qui regroupe toutes les associations de bibliothécaires et l'organisation des Nations Unies qui est l'UNESCO. La description des organisations qui se chargent de la diffusion de ces politiques bibliothécaires internationales est également considérée.

La deuxième partie de ce travail développe et analyse diachroniquement le processus de mise en œuvre et de croissance des bibliothèques et de la lecture publique au Portugal, depuis l'ouverture au public de bibliothèques privées (à la fin du XVIII^{ème}) au parcours et évolution de la constitution du réseau de bibliothèques publiques, en tenant compte des principaux moments historiques (Libéralisme, République, Estado Novo et Démocratie).

La troisième et dernière partie de ce travail comprend l'étude empirique du Réseau National de Bibliothèques Publiques, en faisant son évaluation. Posés les objectifs et les hypothèses de la recherche, on présente ensuite la méthodologie de travail et la composante d'étude de cas qui s'est établie sur l'élaboration de deux matrices d'enquête par questionnaire présenté aux responsables politiques et techniques des bibliothèques publiques du pays.

Atteints les objectifs indiqués au début de ce travail, nous confirmons les hypothèses avancées quant à l'importance de la politique bibliothécaire et nous soulignons les principales fragilités.

Mots-clé : Bibliothèques Publiques ; Citoyenneté ; Politiques Culturelles de l'Information ; Systèmes Bibliothécaires ; Politiques Bibliothécaires Internationales ; Science de l'Information ; Lecture Publique ; Réseau National de Bibliothèques Publiques ; Portugal, XIX-XX siècles.

Agradecimentos

A presente Dissertação para efeitos de Doutoramento pela Universidade Fernando Pessoa não seria possível sem o concurso de múltiplos incentivos e apoio manifestados de diversa formas.

Desde logo os meus agradecimentos ao Magnífico Reitor da Universidade Fernando Pessoa, Professor Doutor Salvato Trigo, pelo incentivo e resposta positiva que, desde o primeiro momento, manifestou às minhas solicitações em ordem à preparação do presente Doutoramento.

Os meus agradecimentos à Professora Doutora Judite de Freitas pelo estímulo, apoio, exigência, paciência e insistência com que me acompanhou na tarefa árdua de me orientar na presente Dissertação. À Professora Doutora Judite de Freitas, especialista em História do Estado e das Sociedades e Culturas Políticas, coube a difícil tarefa de transmitir avisados e constantes conselhos, apontar pistas de estudo, e emitir oportunos conselhos metodológicos com que atentamente foi acompanhando cada passo desta árdua tarefa. Sem a sua indefetível paciência e arguta prudência esta Dissertação não teria sido realizada.

Agradeço à Dra. Manuela Trigo, Vice-Reitora da Universidade Fernando Pessoa, as facilidades concedidas na cedência das instalações que foram determinantes para o bom êxito desta tese.

Agradeço aos bibliotecários da Universidade Fernando Pessoa a enorme disponibilidade e colaboração que sempre demonstraram.

Agradeço aos autarcas Presidentes de Câmara Berta Nunes (Alfandega da Fé); Manuel Oliveira (Ovar) e aos Vereadores Manuela Aguiar (Espinho), Orlando Alves (Montalegre), Leonor Fonseca (Espinho) e aos Bibliotecários Adelaide Galhardo (Penafiel) Olga Mafalda (Tábua e Lagares da Beira) Sandra Vieira (Espinho) Gaspar Matos (Sines) Margarida Coimbra (Miranda do Corvo) Elisabete Morgado (Montemor-O-Velho) Teresa Ferreira (Seia) pelo acolhimento, sugestões e comentários que efetuaram na fase de teste do questionário e que se mostraram muitíssimo úteis no desenvolvimento final do mesmo.

Agradeço a todos os autarcas e colegas bibliotecários que responderam ao estudo empírico.

A presente Dissertação para efeitos de Doutoramento pela Universidade Fernando Pessoa beneficia também dos conhecimentos adquiridos no âmbito do Diploma de Estudos Avançados em linhas de investigação em Biblioteconomia e Documentação na Universidade de Salamanca, e desde logo o meu agradecimento aos meus professores da Universidade de Salamanca.

Agradeço aos meus professores, Adélia Silvestre, Francisco Sardo, Januário Torgal Ferreira, Maria Manuel Araújo Jorge, Maria Cantista, que ao longo do meu percurso

escolar, me marcaram positivamente e que me possibilitaram a formação base que permitiu este estudo.

Agradeço aos meus professores de Ciências Documentais, Professor Doutor José Marques, Professora Doutora Fernanda Ribeiro, Drs. João Emanuel e Henrique Barreto Nunes.

Agradeço aos meus colegas de profissão que sempre foram fonte de aprendizagem, e aos meus alunos com quem também muito aprendi e partilhei. Um agradecimento especial à Maria Costa pela ajuda na revisão do texto.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. A escolha do tema	1
2. De onde partimos?	3
3. Principais dificuldades levantadas pelo presente trabalho: periodização e transdisciplinaridade	5
4. Contextualização do tema em estudo	6
5. Principais questões a que o estudo procura dar resposta	7
6. Justificação do título	8
7. Metodologia e fontes	9
PARTE I	11
POLÍTICAS CULTURAIS DE INFORMAÇÃO E SISTEMAS BIBLIOTECÁRIOS	
1. Enquadramento Geral dos Sistemas Bibliotecários e Organismos Responsáveis	12
1.1 Os Sistemas Bibliotecários no Contexto das Políticas Culturais	12
1.2 Políticas Culturais	15
1.3 Políticas de Informação e Documentação: os Sistemas Bibliotecários	17
2. Correntes Teóricas da Ciência da Informação: sinopse	19
3. Políticas Bibliotecárias Internacionais – Organismos	23
3.1 International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)	27
3.1.1 Ação para o Desenvolvimento através do Programa Bibliotecas (ALP)	28
3.1.2 Programas de Preservação e Conservação (PAC)	29
3.1.3 Comité de Normalização – IFLA	29
3.1.4 Comissão de Direitos Autorais (CLM) e questões relacionadas	30
3.1.5 Comissão de Liberdade de Acesso à Informação e Liberdade de Expressão (FAIFE)	30
3.1.6 UNIMARC core activity (UCA)	31
3.1.7 IFLA/CDNL – Aliança para Estratégias Digitais (ICADS)	31
3.2 UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations	32
4. A Difusão das Políticas Bibliotecárias Internacionais	36
4.1 Publicações da IFLA	39
4.2 Secretariado Europeu das Associações de Bibliotecas, Informação e Documentação (EBLIDA)	40
4.3 Manifestos de Orientação Internacional (UNESCO e IFLA)	40
PARTE II	43
IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS E DA LEITURA PÚBLICA EM PORTUGAL	
1. A Emergência do Movimento Bibliotecário em Portugal	44
2. As Bibliotecas no Liberalismo	50
2.1 As Bibliotecas Públicas	50
2.2 As Bibliotecas Populares	53
2.3 Os Gabinetes de Leitura e Associações Operárias	59
3. As Bibliotecas na República	63
3.1 As Bibliotecas Eruditas	67
3.2 As Bibliotecas Populares	69
3.3 As Bibliotecas Móveis	75
4. As Bibliotecas no Estado Novo	78
5. A Inoperância das Bibliotecas de Leitura Pública	84

Sumário	
6. A Rede de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian	93
6.1 Uma Rede Nacional Privada de Bibliotecas de Leitura Pública	93
6.2 O Conceito de Biblioteca Criado pela Fundação Calouste Gulbenkian	94
6.3 Características Técnicas do Serviço	103
6.3.1 A Coleção	103
6.3.2 O Catálogo, Cota e Montagem	104
6.3.3 O Modelo Centralizado de Aquisição	105
6.3.4 A Uniformização dos Procedimentos	107
6.3.5 Recursos Humanos	107
6.3.6 Espaços Físicos	108
6.4 O Impacto da Rede de Bibliotecas da FCG	111
6.5 A Desvinculação da Rede Gulbenkian de Leitura Pública	116
6.6 O Programa de Análise de Bibliotecas (PAB)	119
7. As Bibliotecas na Transição para a Democracia: a Rede Pública de Bibliotecas Municipais	125
7.1 Evolução da Criação de Bibliotecas Públicas (1722-1986)	129
7.2 A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	135
7.3 Grupo de Trabalho para o Relatório da Leitura Pública	147
7.4 A Proposta de Criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	150
7.5 O Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas (1987)	154
7.6 Balanço de Dez Anos de Programa da RNBP	161
7.7 Avaliação da RNBP: 20 Anos	164
PARTE III	166
ESTUDO PRÁTICO DA REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS	
1. Objetivos e Questões de Investigação	167
2. Metodologia da Investigação Aplicada	170
3. Estrutura e Organização do Inquérito por Questionário – as Matrizes	174
4. Descrição e Análise dos Resultados	176
4.1 Análise dos Inquéritos Administrados aos Políticos	178
4.2 Análise dos Inquéritos Administrados aos Técnicos	196
BALANÇO FINAL	220
REFERÊNCIAS	231

Índices de Figuras, Gráficos, Imagens e Quadros inseridos no texto

Índice de Figuras	
Figura nº 1 – Fluxograma do livro na FCG	106
Figura nº 2 – Proposta de estrutura para a Rede de Leitura Pública (1986)	153

Índice de Gráficos

Gráfico nº 1 – Distribuição geográfica dos Congressos Mundiais da IFLA (1928-2011)	36
Gráfico nº 2 – Grupos de Utilizadores da Biblioteca Popular de Lisboa (1921-1926)	71
Gráfico nº 3 – Movimento de Utilizadores por Secção na Biblioteca Popular de Lisboa (1919-1926)	73
Gráfico nº 4 – Tipos de documentos consultados na Biblioteca Popular de Lisboa (1919-1926)	74
Gráfico nº 5 – Movimento das Bibliotecas Móveis (1920-1926)	76
Gráfico nº 6 – Distribuição por Região das Bibliotecas Itinerantes (1958-1980)	95
Gráfico nº 7 – Distribuição por Região das Bibliotecas Fixas (1961-1994)	97
Gráfico nº 8 – A Rede de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian (1994)	101
Gráfico nº 9 – Evolução e Declínio da Rede de Bibliotecas da FCG	102
Gráfico nº 10 – Criação de Bibliotecas Públicas (1820-1986)	130
Gráfico nº 11 – Universo de Respostas das Bibliotecas	177
Gráfico nº 12 – Tipologia das Bibliotecas da RNBP respondentes a este Estudo	178
Gráfico nº 13 – Adequação da Dimensão da Biblioteca	179
Gráfico nº 14 – Reconhecimento da Necessidade de Outros Serviços	179
Gráfico nº 15 – Necessidade de Outros Serviços nas Bibliotecas	180
Gráfico nº 16 – Grau de Satisfação com o Horário Praticado	182
Gráfico nº 17 – Extensão de Horário de Funcionamento	182
Gráfico nº 18 – Posição da Biblioteca no Organograma Municipal	183
Gráfico nº 19 – Direção Política da Biblioteca	184
Gráfico nº 20 – Formação do Director da Biblioteca	185
Gráfico nº 21 – Recursos Financeiros para o Cumprimento da Missão	186
Gráfico nº 22 – Dotação Financeira Própria da Biblioteca	187
Gráfico nº 23 – Recursos Humanos Necessários à Função da Biblioteca	187
Gráfico nº 24 – Contactos com a DGLB (2011)	188
Gráfico nº 25 – Apoio Recebido da DGLB	189

Índice de Gráficos

Gráfico nº 26 – Cooperação Internacional do Município	189
Gráfico nº 27 – Bibliotecas que Integram algum Tipo de Cooperação	190
Gráfico nº 28 – Avaliação de Desempenho das Bibliotecas	190
Gráfico nº 29 – Tipos de Avaliação das Bibliotecas Municipais	191
Gráfico nº 30 – Pertinência de uma Lei sobre Volume de Fundos (Atualização da Coleção)	192
Gráfico nº 31 – Pertinência da Lei quanto a Rácio de Recursos Humanos	192
Gráfico nº 32 – Pertinência da Lei quanto à Definição das Competências do Bibliotecário	193
Gráfico nº 33 – Pertinência da Lei quanto ao Rácio de Orçamento da Biblioteca	194
Gráfico nº 34 – Funcionamento da RNBPN como Rede	194
Gráfico nº 35 – Exigências de Funcionamento da RNBPN	195
Gráfico nº 36 – Pontos Fortes da RNBPN	196
Gráfico nº 37 – Adequação da Dimensão da Biblioteca	197
Gráfico nº 38 – Avaliação dos Espaços na Biblioteca	197
Gráfico nº 39 – Número de Dias de Abertura da Biblioteca	199
Gráfico nº 40 – Número de Dias de Abertura no Período das 20 às 24 horas	199
Gráfico nº 41 – Horas de Abertura ao Sábado	200
Gráfico nº 42 – Horas de Abertura ao Domingo	200
Gráfico nº 43 – Formação dos Recursos Humanos nas Bibliotecas Públicas	201
Gráfico nº 44 – A Posição do Bibliotecário na Estrutura Municipal	205
Gráfico nº 45 – Número de Bibliotecários por Biblioteca	205
Gráfico nº 46 – Condições Financeiras da Biblioteca para o Cumprimento da Missão	206
Gráfico nº 47 – Recursos Humanos para o Cumprimento da Missão	206
Gráfico nº 48 – Origem dos Recursos Financeiros da Biblioteca	207
Gráfico nº 49 – Contactos com a DGLB	209
Gráfico nº 50 – Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas	210
Gráfico nº 51 – Uniformização do Regulamento entre as Bibliotecas da RNBPN	211
Gráfico nº 52 – Atualização do Fundo Documental	212

Índice de Gráficos

Gráfico nº 53 – Avaliação de Desempenho com Utilização da ISO 11620	213
Gráfico nº 54 – Gestão dos Recursos Financeiros	214
Gráfico nº 55 – Gestão Técnica da Biblioteca	215
Gráfico nº 56 – Gestão dos Recursos Humanos	215
Gráfico nº 57 – Apreciação Geral sobre a RNBP	216
Gráfico nº 58 – Avaliação do Funcionamento em Rede	218
Gráfico nº 59 – Pontos Fortes da RNBP	219
Gráfico nº 60 – Pontos Fracos da RNBP	219
Gráfico nº 61 – Medidas que beneficiariam a Rede	220

Índice de Imagens

Imagem 1 – Imagem de uma Biblioteca Itinerante modelo da FCG	93
Imagem 2 – Imagem das Instalações tipo de uma Biblioteca Gulbenkian	110

Índice de Quadros

Quadro nº 1 – Distribuição quantitativa dos congressos mundiais da IFLA	38
Quadro nº 2 – Manifestos IFLA/UNESCO	41
Quadro nº 3 – Divisão das Bibliotecas Eruditas	67
Quadro nº 4 – Estrutura de classificação das Bibliotecas Eruditas	69
Quadro nº 5 – Tipologia das receitas para financiamento das Bibliotecas Populares	70
Quadro nº 6 – Plano de classificação das coleções das Bibliotecas Populares	71
Quadro nº 7 – Locais com Bibliotecas Móveis (1920-1926)	77
Quadro nº 8 – Movimento das Bibliotecas Itinerantes e Fixas – FCG (1918-1994)	98
Quadro nº 9 – Bibliotecas Municipais do Continente	128
Quadro nº 10 – Criação das Bibliotecas Públicas (1833-1910)	130
Liberalismo	
Quadro nº 11 - Criação das Bibliotecas Públicas (1910-1925)	131
República	
Quadro nº 12 - Criação das Bibliotecas Públicas (1929-1973)	132
Estado Novo	

Quadro nº 13 - Criação das Bibliotecas Públicas (1976-1985)	133
Democracia	
Quadro nº 14 – Bibliotecas SEM menção de data de criação	134
Quadro nº 15 – O Estado das Bibliotecas Públicas (1986)	135
Quadro nº 16 – Tipologia de bibliotecas proposta à Secretaria de Estado em 1986	151
Quadro nº 17 – Evolução do Programa da RNBP	155
Quadro nº 18 – Programas-tipo em 1989	156
Quadro nº 19 – Comparação do Programa-tipo de Bibliotecas Públicas de França e de Portugal	157
Quadro nº 20 – Evolução do Programa-tipo	159
Quadro nº 21 – Evolução das Bibliotecas Públicas (1986-2001)	161

II volume

Índice de Anexos

Anexo 1 – A Leitura Pública em Portugal – <i>Manifesto</i>	2
Anexo 2 – Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas	5
Anexo 3 – Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO	8
Anexo 4 – Bibliotecas Municipais do Continente por Distrito (Nunes, 1986)	11
Anexo 5 – Lista das Bibliotecas Municipais do Continente por Distritos (Moura, 1986)	12
Anexo 6 – Avaliação das Bibliotecas Municipais (Moura, 1986)	13
Anexo 7 – Programa-tipo BM1 – Biblioteca Municipal 1 (1989)	17
Anexo 8 – Programa-tipo BM2 – Biblioteca Municipal 2 (1989)	18
Anexo 9 – Programa-tipo BM3 – Biblioteca Municipal 3 (1989)	19
Anexo 10 – Association des Bibliothécaires Français. Programa de Biblioteca para 40 000 habitantes	20
Anexo 11 – Biblioteca Municipal Francesa. Programa para 25 000 habitantes	21
Anexo 12 – Biblioteca Municipal Francesa. Programa para 50 000 habitantes	22
Anexo 13 – Fundação Calouste Gulbenkian, Bibliotecas Itinerantes, Continente	23
Anexo 14 – Fundação Calouste Gulbenkian, Bibliotecas Itinerantes, Açores e Madeira	24

Índice de Anexos

Anexo 15 – Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca Fixas, Continente	25
Anexo 16 – Fundação Calouste Gulbenkian, Bibliotecas Fixas, Açores e Madeira	27
Anexo 17 – Fundação Calouste Gulbenkian, Postos de Leitura	28
Anexo 18 – Inquérito por questionário aos agentes políticos (autarcas)	30
Anexo 19 – Inquérito por questionário aos técnicos (bibliotecários)	36
Anexo 20 – Apreciação ao inquérito feita pela Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Dra. Berta Nunes	48
Anexo 21 – Apreciação ao inquérito feita pela Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Espinho, Dra. Manuela Aguiar	50
Anexo 22 – Apreciação do inquérito feita pela bibliotecária Sandra Vieira, da Biblioteca Municipal de Espinho	51
Anexo 23 – Apreciação do inquérito feita pela bibliotecária Teresa Ferreira, da Biblioteca Municipal de Seia	52
Anexo 24 – Resultados Estatísticos dos Inquéritos aos Políticos (Autarcas)	53
Anexo 25 – Resultados Estatísticos dos Inquéritos aos Técnicos (Bibliotecários)	65

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ALA - American Library Association

ALP - Ação para o Desenvolvimento através do Programa Bibliotecas

AFNOR - Associação Francesa de Normalização

APBAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

BAD - Biblioteca Arquivo e Documentação.

BM1 - Biblioteca Municipal 1

BM2 - Biblioteca Municipal 2

BM3 - Biblioteca Municipal 3

BMD - Biblioteca Municipal em desenvolvimento.

BMS - Biblioteca Municipal Satélite.

CDNL - Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais

CDU - Classificação Decimal Universal

CECD - Curso de Especialização em Ciências Documentais

CEE - Comunidade Económica Europeia

CERL - Consórcio de Bibliotecas Europeias de Investigação

CID/BAD – Ciências da Informação e da Documentação/Bibliotecas Arquivo Documentação.

CLM - Comissão de direitos autorais

DGLB - Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas.

DIN - Instituto Alemão de Normalização

EBLIDA - European Bureau of Library, Information and Documentation Associations

FAIFE - Livre acesso à Informação e Liberdade de Expressão

FCG - Fundação Calouste Gulbenkian

GATS - Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços

GTBP - Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas

IBL - Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

ICA/CDS - Comissão de Normas de Descrição

ICADS - Aliança para Estratégias Digitais

ICBS - Comité Internacional do Escudo Azul

ICSU – Conselho Internacional das Associações Científicas.

IFLA –Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições.

IPA - Associação Internacional de Editores.

IPL - Instituto Português do Livro.

IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

IPLL - Instituto Português do Livro e da Leitura.

IPPC - Instituto Português do Património Cultural.

ISBN - International Standard Book Number

ISO - Organização Internacional de Normalização.

ISSN - International Standard Serial Number

MIP - Ministério da Instrução Pública

OMC - Organização Mundial do Comércio.

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual

PAB - Programa de Análise de Bibliotecas

PAC - Programa de preservação e conservação

PGI - Programa Geral de Informação.

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PUC - Comissão Permanente do UNIMARC

RNBP - Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

S B I - Serviço de Bibliotecas Itinerantes

SBAL - Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura

SBIF - Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas

SEC - Secretária de Estado da Cultura

SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública

UCA/IFLA UNIMARC - Núcleo de Atividade Unimarc

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

INTRODUÇÃO

1. A escolha do tema

Este trabalho de dissertação de doutoramento repousa numa ideia consolidada da necessidade de elaborar um estudo diacrónico das práticas e dos sistemas bibliotecários desenvolvidos no país, desde o movimento liberal de Oitocentos até à atualidade, procedendo a um balanço das políticas bibliotecárias ensaiadas nos distintos períodos históricos, aquilatando as dificuldades e os resultados práticos das medidas empreendidas.

Em Portugal, as Bibliotecas Públicas constituem um exemplo, de algum modo, paradigmático, da incapacidade de concretização com pleno êxito de uma Política Nacional de Leitura Pública.

No ano de 1987, anuncia-se ao país a vontade de concretizar uma Política Nacional de Leitura Pública, através da apresentação do programa de apoio à construção da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. É um programa ousado, corajoso, que se propunha envolver, na sua concretização, toda a administração do país, da central à local. O projeto previa, num prazo de cinco anos, cobrir todo o território continental criando bibliotecas em todos os municípios. Porém, os períodos inicialmente estimados foram sendo ultrapassados, inviabilizando o cumprimento integral do programa no tempo previsto. Decorrido mais de um quarto de século, apenas cerca de metade das bibliotecas foram inauguradas. Menor número constitui o conjunto daquelas que funcionam de forma conveniente, contemplando os parâmetros mínimos indicados pelo próprio programa. Este panorama, de algum modo, desolador suscitou em nós a necessidade de produzir uma reflexão profunda sobre as razões distantes e mais próximas que o possam justificar. Para tal pensamos que seria forçoso proceder a um levantamento, tanto quanto possível, exaustivo de dados históricos e informações recentes que, justamente, permitem explicar os sucessivos percalços na implementação de uma rede de bibliotecas no país.

Nos inícios do século XX, o nosso país mantinha uma altíssima taxa de analfabetismo e a *inteligência* portuguesa não possuía expressão científica e cultural significativa.

Existia uma única Universidade. O nosso país mantinha-se essencialmente rural, bem distante do grupo de países que participaram da Revolução Industrial.

Neste panorama, não é de estranhar a ausência de Bibliotecas Públicas e de Leitura Pública. Somente em meados do século XX é que o país viu surgir uma Rede de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, por ação de uma entidade privada - a Fundação Calouste Gulbenkian. Nos anos 80, por iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura, são finalmente apresentadas as bases para o desenvolvimento de uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

A nossa atividade profissional em Biblioteconomia foi impulsionada pelo surgimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (1987), no contexto da qual trabalhamos duas décadas: inicialmente, na qualidade de Diretor da Biblioteca Pública e da Biblioteca Fixa Calouste Gulbenkian de Espinho, onde constatamos a importância social e educativa destas e, posteriormente, preparando e apresentando a candidatura à construção de um edifício de raiz. Do mesmo modo, concebemos a relação de cooperação e complementaridade com as bibliotecas de outros subsistemas, com particular incidência nas Bibliotecas Escolares.

A responsabilidade de direção permitiu também perceber a importância da gestão, da organização e da planificação das atividades, bem como a estreita dependência de recursos financeiros e materiais. Possibilitou ainda compreender a importância das relações com os centros de decisão política, e a necessidade de princípios normativos expressos em lei ou outras formas normativas similares. De igual modo, a perceção da importância da formação, especificidade, qualidade e apetência dos recursos humanos para trabalharem neste tipo particular de serviços comunitários que constituem as bibliotecas.

Deste modo, tivemos oportunidade de efetuar uma leitura muito próxima e real de toda a complexidade de gestão de uma biblioteca, na sua relação com a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, as bibliotecas escolares, as ligações com a instituição tutelar da rede na sucessão temporal das quatro designações que foi assumindo o mesmo organismo (IPLL, IBL, IPLB, DGLB); e, simultaneamente, da respetiva conexão com o poder local que, pela sua essência e estrutura, terá pontos de vista diferentes do poder central.

A gestão de uma coleção da Rede Gulbenkian, concomitantemente a uma outra em processo de estruturação de acordo com os princípios de fundo mínimo da Rede de Leitura Pública, impulsionou-nos, de forma decisiva, para a compreensão da macro-organização dos sistemas de bibliotecas em rede e, antes desta, da busca das raízes históricas da criação de bibliotecas no nosso país.

No entanto, o fundamental do nosso interesse no estudo dos modelos organizacionais de Bibliotecas de Leitura Pública tem origem na participação direta, corria o ano 2000, no primeiro e único Programa de Análise e Avaliação de Bibliotecas realizado em Portugal, na sequência da parceria da Fundação Calouste Gulbenkian com a Fundación Bertelsmann da Catalunha. Foi essa experiência de testar modelos de avaliação de desempenho em bibliotecas públicas que mais nos impulsionou a encontrar respostas a algumas das principais questões que levantamos nesta tese.

Por outro lado, o facto de, em toda a carreira profissional, sempre estarmos ligados à formação dos técnicos profissionais, permitiu-nos compreender melhor os traços evolutivos que se têm registado na área da Ciência da Informação, em geral, e da Biblioteconomia, em especial.

2. De onde partimos?

Uma boa parte das questões enunciadas nesta dissertação procede de um saber profissional adquirido no âmbito da atividade de bibliotecário de um município, conforme já adiantamos, designadamente no concurso para a construção de uma biblioteca integrada no programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e, evidentemente, das muitas leituras e pesquisas realizadas sobre o assunto que, entretanto, efetuamos.

A primeira das atividades permitiu-nos conhecer todos os passos e condições exigidas para o estabelecimento do contrato-programa celebrado entre a administração central e a administração local para a construção da biblioteca. Neste contexto, foi-nos dado perceber a importância da relação, necessária e imprescindível, com a equipa que concebe o projeto de arquitetura, bem como as condições de trabalho resultantes dos recursos materiais e humanos que são disponibilizados aos bibliotecários. A atividade que desenvolvemos na direção das bibliotecas permitiu perceber todos os condicionalismos da gestão local das bibliotecas de leitura pública.

De igual modo, a experiência profissional que adquirimos na direção de uma biblioteca da Rede da Fundação Calouste Gulbenkian e da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas permitiu-nos estabelecer uma comparação entre os dois modelos de bibliotecas, mormente quanto ao funcionamento, aos procedimentos e à gestão. Esta atividade constituiu uma excelente oportunidade de participar, acompanhar e refletir sobre questões regulamentares, procedimentos administrativos e de rotina, e problemas de financiamento, designadamente dos recursos humanos e materiais.

Partindo desta perceção profissional avançamos para a reflexão crítica e fundada do nosso objeto de estudo. Numa prospeção propedêutica constatamos que em Portugal foi sendo produzida significativa e regular legislação sobre bibliotecas, desde os alvares do Liberalismo até à instauração do regime democrático. Uma questão que de imediato despontou foi a de averiguar porque motivo(s) a profusa legislação nunca teve correspondente expressão prática, e não verteu à materialização no terreno reformas consequentes e duradouras. Esta é uma das questões a que procuraremos dar resposta ao longo desta dissertação.

Perante as hesitações, a incapacidade ou, até mesmo, o fracasso de todos os projetos legislativos em consumir a execução de um plano nacional de Bibliotecas Públicas, o surgimento do programa da RNB (1987) que, inicialmente, era visto como uma excelente oportunidade de promover o desenvolvimento de uma rede pública de leitura no país, acabou comprometido pelo atraso e a não conclusão do processo iniciado em 1987, vendo associados episódios de verdadeiro retrocesso.

Constatar no estado atual da RNB o que pensam os bibliotecários que as dirigem, que diagnóstico fazem, que medidas preconizam para a sua sobrevivência, que futuro perspetivam, mormente quanto às questões de desempenho, constituem outras tantas perguntas a que procuramos dar resposta, a partir da análise dos dados extratados do inquérito por questionário aplicado à atual Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

3. Principais dificuldades levantadas pelo presente trabalho: periodização e transdisciplinaridade

Iniciada a atividade de pesquisa cedo nos apercebemos dos obstáculos com que teríamos de defrontar-nos. Em primeiro lugar, a definição do quadro cronológico, questão que nem sempre é pacífica. Evidentemente que o tema que elegemos como objeto de estudo transcorre, no tempo longo, vários contextos históricos de maior ou menor complexidade.

Para estudar a evolução das práticas bibliotecárias no nosso país, desde os alvares do movimento liberal à atualidade, optamos por proceder a uma periodização política, considerando as unidades cronológicas convencionalmente consagradas nas sínteses de História Contemporânea de Portugal (Monarquia Constitucional, República, Estado Novo e Democracia). Pela pesquisa encetada verificamos que a maioria das fontes levantadas para o estudo da dinâmica das práticas bibliotecárias em Portugal é constituída por decretos régios, leis e demais regulamentos que consagram princípios, objetivos e programas que preconizam reformas e espelham diferentes práticas bibliotecárias.

Por estas razões, consideramos que a divisão cronológica consignada correspondia aos nossos interesses e coadunava-se com o assunto em apreço, conferindo homogeneidade política e sistematicidade temática à análise desenvolvida.

Porém, algumas dificuldades se impuseram relacionadas com o conteúdo, de algum modo, transdisciplinar deste trabalho, uma vez que o tema deste estudo convoca um número de disciplinas que, no tempo curto, não nos era possível dominar por completo. A necessidade de lidarmos quotidianamente com a História Política oitocentista e novecentista, disciplina exigente quanto à análise de conteúdo das fontes documentais e às questões de contextualização histórica dos acontecimentos, criou-nos algumas dificuldades, que fomos progressivamente ultrapassando com bibliografia especializada sobre o assunto.

Por seu lado, a necessidade de estudo aprofundado dos complexos ciclos políticos, dos inícios do século XIX a finais do século XX, conduziu-nos para leituras afastadas da nossa formação académica ao nível da licenciatura - a Filosofia -, e dos estudos pós-graduados, as Ciências Documentais.

De igual modo, a análise da legislação foi um assunto que muito nos ocupou, derivando da História do Direito, matéria, regra geral, reservada a *jus*-historiadores e a historiadores *tout court*, sobre a qual nunca até então nos havíamos debruçado. Contamos para o efeito com a ajuda competente da nossa orientadora, a Professora Doutora Judite Gonçalves de Freitas.

4. Contextualização do tema em estudo

Sabemos que originalmente a Biblioteconomia constituía um conjunto de conhecimentos empíricos baseados em anos de tradição e rotinas técnicas que, em maior medida, serviam os interesses da História, à semelhança da Arquivística, da Museologia, da Paleografia, da Diplomática, entre outras áreas disciplinares. Neste contexto, os responsáveis pelos acervos bibliográficos preocupavam-se, no essencial, em gizar rotinas de coleção, de identificação e descrição, e custódia patrimonial das variadas tipologias de documentos físicos.

Este ramo de conhecimento foi evoluindo do tratamento técnico restrito (catalogar, indexar, cotar...) para o estudo das instituições tutelares, como entidades ou sistemas de organização e difusão de informação, ou ainda para estudos do âmbito das Humanidades, assumindo posturas particularmente críticas de intervenção social ao produzir estudos de utilizadores. Mais tarde, essencialmente desde os anos setenta do século XX, no contexto da «revolução tecnológica» e da emergência da Sociedade de Informação, a Biblioteconomia, tal como a Arquivística, partiu para a busca, constituição e definição gradual de um campo teórico, delimitando o objeto de estudo e adotando um método científico. Deste modo, foi-se edificando como a mais jovem disciplina no campo das Ciências Sociais, que ultrapassou o «paradigma do documento», transitando para o paradigma em que a «informação» é vista como um fenómeno social, passível de ser estudado disciplinarmente.

Por seu lado, o tema desta dissertação justifica-se igualmente pela circunstância das nossas áreas de interesse, estudo e lecionação, ao nível graduado e pós-graduado, incidirem de há mais de uma década a esta parte sobre a análise e a avaliação de sistemas e serviços de informação e as formas de descrição intelectual do documento, para além da construção de linguagens de classificação e o domínio da matematização da Ciência da Informação, sobretudo a Bibliometria e a Cienciometria.

A conjugação do plano teórico e do plano pedagógico com a experiência quotidiana de gestão e planificação de uma Biblioteca Municipal, foi-nos orientando para a necessidade de compreensão da construção do subsistema de bibliotecas de leitura pública no seu todo, incluindo a génese, o desenvolvimento e as perspetivas de evolução no contexto do hodierno paradigma da Ciência da Informação.

Tendo em conta este desiderato, houve necessidade de proceder a uma contextualização do tema em estudo, na média e longa duração, incluindo, evidentemente, o levantamento de informações sobre as reformas legislativas e as práticas de leitura desenvolvidas desde o Liberalismo aos nossos dias. Este foi para nós o maior desafio, conforme já salientamos, dado que a História tem práticas e técnicas rigorosas e específicas que, progressivamente, fomos assimilando.

5. Principais questões a que o estudo procura dar resposta

As questões e os problemas de partida a que esta dissertação de doutoramento procura dar resposta são múltiplas e interdependentes, e consideramos pertinente, desde já, explicitá-las:

- Interessa perceber as causas do baixo nível de leitura e a inexistência de bibliotecas públicas no país, ao longo do tempo.
- Compreender porque têm falhado sistematicamente as tentativas de criar um sistema de bibliotecas no país.
- Verificar quais os fatores que têm impedido a concretização da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.
- De igual modo, esclarecer as dificuldades que impediram as bibliotecas, que fazem parte da rede, de terem um funcionamento de acordo com princípios e parâmetros de desempenho aprovados pelas organizações internacionais de associações de bibliotecas e bibliotecários.
- Conhecer os objetivos e os níveis de satisfação dos bibliotecários e dos agentes políticos, quanto à necessidade de aprofundamento da implementação da rede. Aspeto que nos parece da maior relevância.

Por conseguinte, constituem objetivos gerais deste trabalho, o estudo das práticas e dos modelos bibliotecários implementados no país, para a criação de Bibliotecas Públicas e a instauração da rede, tendo em conta o respetivo suporte legislativo e a bibliografia especializada.

6. Justificação do título

Por fim, não queremos escusar-nos de fornecer uma explicação sobre a escolha do título desta dissertação – “Bibliotecas, Informação, Cidadania. Políticas Bibliotecárias em Portugal. Séculos XIX-XX”. A escolha da trilogia conceptual - Bibliotecas, Informação, Cidadania - foi consciente, intencional e colhe fundamento científico na evolução terminológica verificada, mormente, no período pós-Revolução Francesa (1789). Efetivamente, a partir de finais do século XVIII, em virtude das profundas transformações políticas e socioculturais que ocasionaram uma modificação do papel social das bibliotecas, encaradas desde então como instituições democráticas no espírito do liberalismo emergente. Neste contexto, as bibliotecas passam a constituir um meio de integração e emancipação social. Deste modo, o conceito de Biblioteca assume uma conotação distinta, tornando-se sinónimo de Biblioteca Pública. Neste quadro, a Biblioteca vem a ser encarada como uma instituição fundamental à formação do cidadão da *res publica*, enquanto pessoa educada, instruída e profissionalmente competente, cidadão que deve ser consciente do seu papel no processo de construção social e de desenvolvimento económico e científico da nação. Em resultado desta evolução concetual, a Biblioteca assume um duplo sentido, político e cultural, dada a sua função na formação cívica e política do indivíduo. Mais tarde, no último quartel do século XIX, surge a ideia da Biblioteca como prolongamento da escola, que cumpre igualmente uma ação educativa, instrutiva e formadora do carácter do cidadão. A cidadania realiza-se na vida pessoal, familiar, laboral, escolar, académica e deve fundar-se, mormente para os liberais, na cultura, conhecimento e erudição, cujo manancial está na escola e na biblioteca enquanto instituições propiciadoras de instrução cívica e moral. O principal encargo da biblioteca veio a assumir-se como o de facultar serviços de informação e educação à comunidade, dimensão que paulatinamente se foi cristalizando ao longo dos séculos XIX e XX. No presente século, o papel da **biblioteca** verteu igualmente na **formação do cidadão digital, proporcionando o desenvolvimento de competências**

técnicas de acesso e uso da informação em formato eletrónico, a vulgarmente designada literacia informacional (Freitas e Regedor, 2007).

7. Metodologia e fontes

É chegado o momento de fornecer alguns esclarecimentos sobre a metodologia adotada no desenvolvimento do nosso trabalho de dissertação.

Como metodologia de trabalho optamos pela combinação de alguns métodos usuais no âmbito das Ciências Sociais, em geral, e na área disciplinar da Ciência da Informação, em particular. Princípios, como de costume, pelo recurso ao método documental de pesquisa, compulsa e análise crítica da bibliografia específica, incluindo monografias, artigos em revistas especializadas e sínteses. Posteriormente, procedemos à recolha e à análise da legislação produzida ao longo do tempo estudado, tendo em consideração a relação entre os sistemas políticos e as políticas bibliotecárias que foram sendo incrementados nos mais desenvolvidos países ocidentais, e que constituíam, sem dúvida, exemplos de boas práticas que inspiraram sucessivos governos.

A componente prática e de estudo de caso do trabalho, que incidiu sobre o panorama atual da Rede de Bibliotecas Municipais, partiu da elaboração de uma matriz de inquérito por questionário. A matriz do inquérito foi testada experimentalmente antes de ser aplicada ao universo dos inquiridos. O lançamento do inquérito por questionário às Bibliotecas Municipais do país foi elaborado com o objetivo de auscultar de forma mais incisiva as fragilidades, os constrangimentos e os progressos alcançados na atual rede de bibliotecas públicas. Os dados recolhidos foram tratados sistematicamente, sendo as variáveis relacionadas entre si. O estudo de caso permitiu consubstanciar a investigação empreendida, identificando os principais problemas do atual sistema de organização bibliotecário do país, quer na perspetiva dos responsáveis pelas bibliotecas públicas, quer dos dirigentes do poder local.

Em função da combinação deste conjunto de métodos de investigação adotados, procedemos a uma análise qualitativa e a uma pesquisa quantitativa, aplicando as técnicas associadas.

É tempo de fechar a Introdução com uma breve referência à estrutura geral deste estudo. O trabalho está dividido em três partes, para além de uma Introdução e uma Conclusão. A primeira parte é constituída por quatro capítulos nos quais procedemos a um enquadramento dos sistemas bibliotecários, a uma análise retrospectiva da criação e evolução dos organismos bibliotecários internacionais, às correntes teóricas que os enformam e ao estabelecimento do panorama de desenvolvimento das políticas culturais.

A segunda parte é constituída por sete capítulos nos quais analisamos diacronicamente o processo de criação de bibliotecas pelas políticas bibliotecárias do Liberalismo, República, Estado Novo. Abordamos ainda o processo de criação e desenvolvimento da Rede de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian e o lançamento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

A terceira parte foi inteiramente dedicada ao estudo prático de avaliação e análise da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas através do inquérito por questionário dirigido aos agentes políticos (autarcas diretamente envolvidos na gestão das políticas bibliotecárias locais) e aos bibliotecários com a responsabilidade de gestão das bibliotecas da rede nessas mesmas autarquias.

PARTE I

POLÍTICAS CULTURAIS, DE INFORMAÇÃO E

SISTEMAS BIBLIOTECÁRIOS

1. Enquadramento Geral dos Sistemas Bibliotecários e Organismos Responsáveis

1.1. Os Sistemas Bibliotecários no Contexto das Políticas Culturais

As bibliotecas têm-se afirmado nas vertentes educativa, instrutiva, cultural, erudita, popular ou, inclusivamente, ideológica, informativa, formativa, lúdica e patrimonial. Dependendo das épocas, do desenvolvimento sociocultural e técnico, a biblioteca tem tido todas essas dimensões e facetas. Por conseguinte, as bibliotecas não são, nem tão pouco podem ser pensadas como equipamentos isolados do contexto social e político. Elas correspondem a estádios de desenvolvimento civilizacional, tal como a sua longa história salienta. A origem, as tipologias, as características, as técnicas de tratamento, a custódia documental e o relacionamento com os públicos desenvolvem-se em movimentos consonantes e ajustam-se em conformidade com os modelos de desenvolvimento e práticas bibliotecárias adotadas.

Até meados do século XIX, a biblioteca limitava-se a servir os objetivos da entidade tutelar. Era um equipamento isolado cuja coleção se constituía segundo os gostos, interesses e propósitos dos seus possuidores. Assim foi nas bibliotecas reais, monásticas e episcopais, mas também nos casos de bibliotecas mais pequenas de burgueses, comerciantes ou intelectuais, e de eclesiásticos ou académicos. Em todos estes casos, em rigor, não se pode considerar existir uma política bibliotecária.

No entanto, numa perspetiva mais ampla, podemos admitir que ao longo da história se verifica a existência de sistemas de bibliotecas, ou seja, a existência de unidades independentes que visam objetivos inerentes a essa unidade. São exemplos desta evidência, a extensa rede de bibliotecas medievais que se relacionam entre si na cópia de textos e que, dessa forma, participam de um interesse mais geral inerente a cada uma em particular: o de recolha, preservação e cópia do conhecimento tido à época.

O mesmo se verifica com as bibliotecas das universidades medievais. Estas com uma estrutura mais complexa, já que integravam um elemento novo, o estacionário, facilitador e garante da cópia e de originais múltiplos. Estamos pois na presença de um incipiente sistema bibliotecário, se bem que não haja ainda uma política bibliotecária.

Na modernidade, os Estados ao reconhecerem a importância das bibliotecas nas suas políticas culturais e educativas, naturalmente que procuram legislar sobre elas, dando coerência à sua criação, funcionamento e objetivos. A ligação e orientação da diversidade de bibliotecas por princípios normativos leva-as a constituírem-se como sistemas.

“Sistema”, por definição do *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa* (2001, vol. II: 3427), é a reunião de partes ligadas entre si, formando uma estrutura complexa, bem como um conjunto de elementos da mesma espécie, reunidos de maneira a formar um todo intimamente relacionado. Nesta definição generalista, o conceito de “sistema” poderá aplicar-se às bibliotecas como a qualquer outro grupo de partes que se liguem entre si, formando uma estrutura.

O *Novo Dicionário do Livro: da Escrita ao Multimédia* (1999), aplica a definição de sistema especificamente ao universo das bibliotecas. Nesta obra, a definição de “sistema de bibliotecas” é apresentada como um:

“conjunto de bibliotecas autónomas e independentes, que se agrupam através de acordos informais para alcançar um determinado resultado; funcionam então como elementos de uma unidade à qual são inerentes e que visam um objetivo ou uma série de objetivos definidos para essa unidade e não para cada um dos seus elementos” (Faria e Pericão, 1999: 562).

Desta guisa, enquanto na definição de forma genérica o conceito remete para estrutura complexa, a definição de Faria e Pericão (1999) aceita como “sistema” os acordos informais de bibliotecas autónomas e independentes. Ora, tal aceção parece-nos ser uma simples adequação da definição de sistema a uma visão da realidade portuguesa. Diversos autores complexificam mais a definição relacionando os “sistemas de bibliotecas” com as políticas culturais e de informação, de que resultam as políticas bibliotecárias.

Assim, Orera Orera (2002) e Garcia Martínez (2005) referem que as bibliotecas se convertem em sistema a partir do século XIX, impulsionadas pelo nascimento das bibliotecas públicas originalmente nos países anglo-saxónicos. Verificamos que este modelo surge primeiramente em Inglaterra, fruto de alguma espontaneidade, de mecenato e de associativismo, sendo concedido o reconhecimento jurídico da nova

realidade com a publicação da lei de 1850 - o *Public Libraries Act*. É com a criação das *free libraries* concebidas com propósito instrutivo, e no entendimento de que após a alfabetização seria necessário proporcionar a disponibilização de livros para que os letrados continuassem a praticar a leitura que, simetricamente, desenvolve-se um programa bibliotecário instigado pela promoção de uma política de instrução pública. O mesmo aconteceu nos Estados Unidos da América, que importaram da Europa anglo-saxónica o mesmo modelo de biblioteca, com o objetivo de prolongar o trabalho de alfabetização iniciado na escola. Por conseguinte, criaram-se bibliotecas para servir o propósito mais amplo de complementar o sistema de instrução pública que estava em desenvolvimento. Nos EUA, os conhecedores da realidade britânica da *free libraries* afirmaram:

“Não posso deixar de pensar que uma biblioteca pública, bem sortida de livros de várias especialidades da arte e da ciência, e aberta a qualquer hora à consulta e ao estudo do cidadão em geral, é absolutamente necessária para tornar completo o nosso admirável sistema de educação pública” (Everett, 1851: 34).

Ou ainda na defesa do hábito da leitura após a instrução na escola pública:

“Uma tal biblioteca pública livre, se adapta às conveniências do nosso povo, passaria a constituir a coroa de glória das nossas escolas públicas. Mas penso que seja importante que ela venha a adaptar-se ao nosso carácter peculiar; isto é: que ela deverá vir ao fim do nosso sistema de livre instrução, e ajustar-se à continuação e ao aumento dos efeitos de tal sistema, por meio da autocultura que resulta do hábito de ler.” (Ticknor, 1851: 35)

No caso da Europa Continental, os sistemas bibliotecários, ao contrário do que acontece no espaço anglo-saxónico, não resultam de ações de mecenas ou associativas, mas de políticas de Estado que instituem as bibliotecas públicas a partir dos fundos patrimoniais expropriados, em resultado de movimentos revolucionários após a Revolução Francesa (1789). Conhecemos bem o caso português que, na sequência da Revolução Liberal de 1820 e do processo de instauração do liberalismo, viu constituírem-se as primeiras instituições bibliotecárias a partir dos fundos das bibliotecas dos conventos e mosteiros extintos. Conforme temos vindo a referir, desde esta data até à atualidade as políticas de regime foram promovendo modelos e sistemas organizados, de acordo com as diferentes correntes políticas de época.

1.2. Políticas Culturais

Os diversos contextos políticos e sociais determinam as opções de política de informação e de organização das tipologias e sistemas de bibliotecas. Garcia Martínez (2005) afirma que o contexto da política bibliotecária encerra, por um lado, o ambiente social e político que condiciona o desenvolvimento dos sistemas bibliotecários e, por outro, influencia o desenho da organização bibliotecária. Este autor preocupa-se em delimitar o conceito de “sistema” através da explicação terminológica, em conjugação com a definição do âmbito e propensão das políticas públicas. Por conseguinte, analisa o conceito de “sistema”, distinguindo-o de “rede” e de “cooperação” de bibliotecas (Garcia Martínez, 2005:14). O mesmo autor afirma igualmente que a política bibliotecária resulta de um ponto de convergência entre política cultural e a de informação.

A política cultural, enquanto conjunto de medidas e iniciativas de apoio institucional promovidas pela administração pública ou organizações civis, concretiza-se por uma série de direitos reconhecidos aos cidadãos. Por seu lado, o processo histórico de constituição da política cultural, em sentido estrito, como categoria de intervenção pública do Estado é um fenómeno relativamente recente, conforme adianta Albuquerque (2011).

“Ora, em Portugal, a génese da cultura como categoria de intervenção pública é relativamente recente, e a sua institucionalização, ou mesmo a existência de «políticas culturais públicas», é (ainda) amplamente questionada”. (Albuquerque, 2011: 95).

A política de informação, perfilando-se no âmbito da política cultural, é atualmente reconhecida como um direito, evoluindo de acordo com o ritmo da evolução social, ou seja, com o surgimento da necessidade de diferentes tipos de informação num determinado momento histórico, mas também com as exigências económicas, sociais e profissionais de determinada época.

Na mesma linha de pensamento, Campillo Garrigós (1998) defende a ideia de que a política de informação e a política cultural convergem na política bibliotecária. O âmbito decisório tem lugar tanto na política cultural como na política de informação.

Garcia Martínez (2005) considera ainda a informação científica e técnica integrando-a nas estruturas de decisão científica, distinguindo-a da informação geral que corresponde às necessidades formativa, informativa ou recreativa que, historicamente, se identificam com a leitura pública e que se inserem na política cultural em geral.

As políticas culturais, tal como as conhecemos actualmente, têm origem no século XX. Bouzada Fernández (2007) situa a origem das políticas culturais no período compreendido entre os anos trinta e os anos sessenta do século XX.

“puede afirmarse que el período generalmente reconocido como fundacional de aquellas que pueden ser entendidas ya de un modo pleno como políticas culturales sería aquel que se extiende entre la década de los años treinta y los años sesenta del pasado siglo XX (Bouzada Fernández, 2007: 111).

As políticas culturais resultam da relação estabelecida entre os agentes políticos e os agentes culturais, como seguidamente demonstraremos.

Para Dubois (1999), são designadas políticas culturais os processos institucionais, ou seja, práticas de intervenção que vêm agregar e dar sentido a um conjunto necessariamente heteróclito de atos, discursos, despesas e práticas administrativas.

Simetricamente, Silva (2003) entende a política cultural como um sistema de relações entre lugares, recursos e sujeitos, dotado de autonomia estrutural que é produzido fundamentalmente pelos agentes políticos, a montante das instituições e dos agentes culturais.

“As políticas culturais contemporâneas são no essencial políticas públicas (estatais ou não só – é outra questão a debater), geradas em contexto de reflexividade social institucionalizada e objeto de controvérsia no espaço público” (Costa, 1997: 11).

Mais recentemente, Garcia Martínez (2005) entende que as políticas culturais se devem fundamentalmente à implantação do modelo de Estado de bem-estar social na Europa, e assim coloca-as em meados do século XX, no caso do continente europeu. As políticas culturais são, sob este prisma, reflexo dos avanços civilizacionais que se vão enunciando na filosofia das Luzes, na assunção do ideal de cidadania saído da Revolução Francesa (1789), no processo de consciência da liberdade do

sujeito/indivíduo, em ordem à progressão dos movimentos liberais que se expressam claramente a partir do século XIX.

“La idea del hombre como protagonista del progreso social conduce al reconocimiento jurídico del derecho a la cultura, como derecho humano a tener acceso y participar en la vida cultural de la comunidad. Este derecho a la cultura es el elemento fundamental de la política cultural moderna.” (Garcia Martínez, 2005: 21)

Parece-nos claro que para além das referências aos avanços civilizacionais de expressão cultural devidos, nomeadamente ao movimento das Luzes, ao enciclopedismo e à valorização da ilustração dos indivíduos, haverá que contar também com o ideário da Revolução Francesa, a crescente consciência da cidadania e o liberalismo, corrente que concedeu primazia à realização do indivíduo.

Por seu turno, devemos igualmente considerar a influência do pensamento social marxista da consideração do direito democrático do usufruto dos bens culturais, da democratização das políticas culturais abrangendo todas as classes e, igualmente, da afirmação do direito à informação, à cultura e ao conhecimento como bens que, democraticamente, devem estar ao alcance de todos. Esta influência é claramente visível no período «áureo» das políticas culturais (anos cinquenta e sessenta do século XX) e, conseqüentemente, teve os seus reflexos nas políticas biblioteconómicas do pós-guerra, coincidindo com o período compreendido entre a década de trinta e a de sessenta do século passado, a que alude Garcia Martínez (2005).

1.3. Políticas de Informação e Documentação: os Sistemas Bibliotecários

As políticas de informação e documentação dependem das políticas culturais, e os sistemas bibliotecários contam-se entre os principais instrumentos de concretização dessas políticas. As políticas de informação devem determinar o modo como se articulam os diversos serviços de informação, os seus princípios orientadores, as questões normativas, os meios de financiamento, as responsabilidades de funcionamento e a distribuição de competências dos diversos intervenientes no processo de informação.

Ros Garcia, J y López Yepes, J. (1994) entre outros autores, mencionam Paul Otlet (1868-1944) e Shiyali R. Ranganathan (1892-1972) como os dois precursores do lançamento das bases das políticas nacionais bibliotecárias de informação. Aqueles

autores ressaltam o precoce papel de Paul Otlet na atividade de organização e planificação dos sistemas de informação bibliotecária; e, do mesmo modo, quanto a S. R. Ranganathan salientam a novidade do pensamento do autor, considerando-o como o impulsionador do conceito no âmbito das políticas bibliotecárias e de informação.

Contudo, os vários autores fazem recair sobre os poderes públicos a responsabilidade das decisões sobre o fundamental das políticas bibliotecárias. Por conseguinte, é aos poderes públicos que cabe a decisão de estabelecer planos de atuação e a afetação dos recursos (materiais, humanos e financeiros) necessários à concretização dessas políticas.

Assim, López Yepes (1995) define a política de informação e documentação como o conjunto de medidas ou decisões exercidas pelos poderes públicos aos seus diferentes níveis.

Para Garcia Martínez (2005), a política bibliotecária engloba a noção de política de informação, entendida como o conjunto de decisões tomadas pelos poderes públicos inspirados em princípios ou valores, com a finalidade de satisfazer as necessidades de informação das populações. Daí que as políticas bibliotecárias configurem planos de atuação em que se organizam recursos humanos, materiais, jurídicos, institucionais e financeiros, para a concretização eficiente dos objetivos. Como tal, a autora afirma que os objetivos últimos da política bibliotecária de acesso à cultura e informação resultam da confluência da política de informação com a política cultural.

Assim sendo, modernamente, “el papel de los sistemas bibliotecarios cada vez se revela más importante en la contribución a la consecución de la sociedade de la información en el modelo de Estado cultural democrático.” (Garcia Martínez, 2005: 28)

Por seu turno, Thorhaunge (1998) referindo-se ao papel europeu que se atribui à biblioteca pública, considera que se trata de uma infra-estrutura nacional que se orienta para a educação dos cidadãos, incitando-os a tomar parte no processo de constante manutenção cultural e social desde o nível local, e estabelecendo-se como meio de acesso à informação como matéria-prima do conhecimento.

2. Correntes Teóricas da Ciência da Informação: sinopse

As atuais características da biblioteca pública e as formas de organização das coleções (livre acesso, diversidade de informação, permanente preocupação com a adequação ao perfil do utilizador) são o resultado do desenvolvimento de várias correntes de pensamento que, ao longo de mais de um século e meio, incidiram sobre a “informação”, a sua necessidade e o respetivo papel nas organizações. Por influência de várias correntes de pensamento foi-se estabelecendo a base teórica do que hoje se entende por Ciência da Informação (Freitas, 2012). Neste ponto, pretendemos, em jeito de sinopse, salientar a influência das concepções que, de forma multidisciplinar e interdisciplinar, contribuíram para a afirmação da Ciência da Informação enquanto ramo de saber autónomo.

O mais recuado e influente contributo científico para a Ciência da Informação é o que é carregado pela atualmente designada *Teoria Crítica*. Esta tese tem origem nas Humanidades, mormente na Filosofia e na História, tendo recebido contributos vários ao longo da história do pensamento, concebidos, inicialmente, por Heráclito e, mais recentemente, por Friedrich Hegel e Karl Marx. Nesta concepção, a informação é considerada um bem social e, como tal, deverá estar acessível a todos, porque a todos aproveita. Acontece que esta corrente teórica assenta numa atitude de desconfiança e perceção da dúvida face ao evidente, tendo vindo a constituir-se, de algum modo, como uma hermenêutica. A informação apresenta-se como recurso social que não é distribuído equitativamente, de onde resulta evidente a necessidade de considerar a distribuição harmoniosa da informação pelos diferentes atores sociais. Naturalmente que os temas preferenciais de todos aqueles que se apoiam nesta teoria envolvem questões de “democratização do acesso à informação, por parte de grupos e classes excluídos e marginalizados” (Araújo 2009: 197). Esta corrente apresenta naturalmente grande influência nos países em desenvolvimento e, também por esse facto, está fortemente implantada no pensamento institucional de organismos como a UNESCO e a IFLA.

Ainda no século XIX, a Ciência da Informação recebeu forte contributo dos sistemas de classificação desenvolvidos por Mevil Dewey¹ (1851-1931) e Paul Otlet. Estes

¹ Bibliotecário e professor responsável pelo estabelecimento do sistema documental designado de Classificação Decimal Universal, em 1876 (Levi, 2006 e Wright, 2013).

constituem os maiores contributos para a designada *Teoria da Representação e da Classificação*. Sem se preocupar com o detentor, ou com a sua maior ou menor distribuição democrática, a corrente teórica supracitada, limita-se no fundamental a organizar a informação para a sua disponibilização através de instrumentos de linguagem controlada. Esta corrente realça a importância da forma de representar, classificar e descrever a informação (Araújo, 2009). O importante papel que vem a assumir, desde finais do século XIX, deve-se ao desenvolvimento dos sistemas de classificação. O epicentro desta corrente reporta à questão da organização da informação tendo em vista o respetivo uso. É desta corrente que emergem os estudos sobre sistemas de classificação bibliográfica próprios das coleções bibliotecárias e, entre todos, os estudos de Shiyali R. Ranganathan, nas décadas de trinta e quarenta do século XX; do mesmo modo, na *Teoria Geral dos Sistemas* assiste-se ao incremento dos estudos de sistematização de documentos de arquivo. Já na década de oitenta, por força do desenvolvimento do impacto tecnológico, esta corrente evolui para os estudos de recuperação da informação.

De inspiração positivista, a Ciência da Informação atual colhe os benefícios das abordagens teóricas designadas de *Teoria Sistémica* e de *Teoria Matemática*.

A *Teoria Sistémica* é influenciada, desde 1930, por Ludwig van Bertalanffy (1901-1972), biólogo e, igualmente, a partir de 1948, pelos estudos de cibernética empreendidos pelo matemático Norbert **Wiener** (1894-1963). A *Teoria Sistémica* aborda a questão da informação como um sistema em que cada uma das partes influencia o todo. No âmbito da Ciência da Informação, esta corrente manifesta-se ao nível macro, quanto à função da informação na sociedade. Nesse sentido, foram efetuados estudos descrevendo e analisando a importância das bibliotecas, dos arquivos e dos museus, para o equilíbrio da sociedade. Por outro lado, a *Teoria Sistémica* desenvolve conceções e ideias sobre os sistemas de informação pensados na lógica de *inputs* (os fluxos de informação catalogados, classificados, indexados) e *outputs* (informação tratada, produzida e disponibilizada aos utilizadores). A relação dos serviços de informação com o meio vai determinar a utilização da análise SWOT, aplicada no âmbito desta teoria.

Ainda no enquadramento do paradigma positivista, a *Teoria Matemática* preocupa-se com os estudos técnicos do transporte e recuperação da informação, bem como com o

significado e a eficácia da informação produzida. Outra das dimensões de abordagem incluídas nesta corrente é pois a perspetiva bibliométrica da informação. Neste caso, inserem-se as técnicas estatísticas, as contagens de documentos produzidos, de coleção e de autores. Na verdade, nos anos sessenta, esta teoria ganha enorme importância na medição da produção científica, na contagem de citações, e aplica-se aos vários ambientes de suporte de informação, essencialmente a escrita em papel e em formato digital. Nesta corrente, “a informação é uma entidade da ordem da probabilidade, sendo a entropia um dos seus atributos” (Araújo, 2009: 194). No âmbito desta teoria, é dado destaque ao desenvolvimento da Bibliometria por Lotka, Bradford e Zipf, nos anos vinte, a que se juntam, nos anos sessenta, os contributos de Eugene Garfield (1925-), um dos fundadores da Bibliometria, e pioneiro no campo da análise das citações (Leal, 2005). A preocupação essencial desta corrente é a “de que a informação pode ser quantificada e que, por meio dessa quantificação, seria possível prever as suas manifestações futuras.” (Araújo, 2009: 194).

A segunda metade do século XX trouxe consigo mais dois contributos para a Ciência da Informação. Após o termo da II Grande Guerra Mundial verifica-se um contexto de forte incremento da produção científica, em função do desenvolvimento económico e social, mormente nos países mais industrializados do mundo ocidental. O clima é de forte competição e desenvolvimento técnico, científico e estratégico. Neste período, identifica-se uma corrente de estudos em comunicação científica que Araújo (2009), um dos autores que temos vindo a seguir, descreve como tendo a preocupação de considerar a informação como um recurso indispensável para a produtividade científica e técnica e, nessa medida, que necessita de ser devidamente recolhida, tratada e facultada com rapidez e eficácia à comunidade científica que dela depende. É o tempo em que Price (1963) identifica os “colégios invisíveis” como um dos exemplos de estudos de comportamento da transferência de informação no meio científico, e da identificação por Allen (1984) dos *gatekeepers*², na sua ação fundamental de filtragem e seleção da

² “Gatekeeper” é um termo que começa por surgir, em 1947, no campo da psicologia, por Kurt Lewis, referindo-se aos grupos. Em 1950, foi aplicado ao jornalismo por David Manning White. No jornalismo, “gatekeeper” reporta-se ao elemento que é responsável pela filtragem e decisão da informação, que é veiculada pelos *media*. Tem igualmente aplicação no Marketing. Em 1961, J. de Solla Price, no livro *Science Since Babylon*, utilizou a expressão no contexto dos “novos colégios invisíveis”. No campo da Ciência da Informação, está ligado ao conceito de “colégio invisível”, no sentido que lhe é dado por Price, em 1961. Neste caso, designa o investigador que seleciona e distribui a informação considerada relevante pelos pares. O “gatekeeper” é simultaneamente um avaliador e mediador de informação, na relação que

informação, colocada na circulação dentro dos “colégios invisíveis”. Desta corrente, como é natural, resultam os estudos de comportamento informacional dos cientistas, as pesquisas dos fluxos e transferência da informação, entre outros de menor peso e dimensão (Gasque e Costa, 2010: 23). Os estudos iniciados no campo científico e tecnológico transpõem-se para o ambiente empresarial, perante a constatação de que a informação é recurso estratégico. Daqui decorre o conceito de “inteligência competitiva ou estratégica”, desenvolvida desde os anos cinquenta, como um instrumento de apoio à gestão organizacional.

Finalmente, considera-se ainda a corrente teórica, no campo da Ciência da Informação, que incide essencialmente no *Estudo de Utilizadores* (Siatri, 1999: 132-141). Os *Estudos de Utilizadores* surgiram nos anos quarenta, tendo tido um desenvolvimento muito rápido. H. Menzel, no primeiro número da *Annual Review of Information Science and Technology* (1966), procede a dois balanços sobre estudos de utilizadores, em 1964 e 1965, contendo quatrocentas e trinta e oito, e seiscentas e setenta e seis pesquisas, respetivamente (Siatri, 1999: 132-141). A perspetiva que esta corrente compreende é a de procurar perceber o que é a informação do ponto de vista das estruturas mentais dos utilizadores. As primeiras pesquisas incidiram sobre estudos de utilização das coleções e o grau de satisfação do uso de fontes, evoluindo posteriormente para estudos de avaliação de sistemas de informação. Nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX, os estudos incidem sobretudo nas pesquisas destinadas à investigação científica, transitando posteriormente para estudos de relacionamento de perfis sociodemográficos, com base em pesquisas sobre padrões de comportamento informacional. Mais tarde, no final dos anos sessenta do século XX, os estudos orientaram-se para todos os universos de utilizadores.

estabelece com os pares que constituem o grupo informal de investigação, que se designa por “colégio invisível” (Price, 1961 e 1963).

3. Políticas Bibliotecárias Internacionais – Organismos

As políticas bibliotecárias nacionais resultam da maior ou menor adesão dos países a modelos internacionais culturais, educativos e informacionais. Não são políticas isoladas, e enquadram-se em movimentos maiores que as fronteiras dos Estados, inserindo-se no âmbito de políticas internacionais, muitas das quais partilhadas por organizações internacionais com o objetivo de as promover e concretizar.

As políticas bibliotecárias internacionais são influenciadas por correntes de pensamento cultural, filosófico e social. Estas concretizam-se em sistemas de coordenação bibliotecária de várias atividades, e a vários níveis, ou seja, as primitivas formas daquilo que hoje designamos de “políticas bibliotecárias” resultaram de movimentos sociais e políticos como o movimento das Luzes ou, posteriormente, os movimentos liberal e republicano, conforme adiante veremos. Em resultado do movimento liberal oitocentista surge e desenvolve-se o sistema das *free libraries*, inicialmente, em Inglaterra, mas que rapidamente se expande ao restante mundo anglo-saxónico. Por contraponto, no modelo continental, a Revolução Francesa cria um sistema de bibliotecas de conservação e patrimoniais, em que se procede à separação dos acervos documentais provenientes do *Ancien Regime*, e dos de recente criação, conforme adiante analisaremos.

Em Portugal, à imagem do que aconteceu em França, e em consequência dessas correntes de pensamento, criam-se as bibliotecas públicas a partir das livrarias e acervos dos conventos e mosteiros, confiscados ao abrigo das reformas legislativas de Mouzinho da Silveira (Silveira, 1980; Amaral, 2008). Os fundos determinam à partida o tipo de coleção com um perfil adequado a eruditos (historiadores, literatos e escritores), sendo de difícil acesso à população em geral. Pelo contrário, o sistema criado nos países anglo-saxónicos traduz uma maior abertura, dado que as coleções tinham um perfil vincadamente mais popular. Certo é também que muitas coleções eram constituídas maioritariamente por literatura popular.

Desde logo verificamos, no modelo inglês das *free libraries*, o objectivo de proporcionar meios de leitura em conformidade com os desejos de alfabetização das camadas populares. Tudo isto é feito sob os critérios da gratuidade, da facilidade de acesso e da abundância de literatura de gosto popular. Em meados do século XIX, este conceito de *free libraries* é transposto para os Estados Unidos da América.

Conforme regista Gratan (1964) pretendia-se que tivessem acesso à biblioteca todos aqueles cujos rendimentos económicos não permitiam a compra de livros. Opinião similar é a de Edward Everet, um dos líderes do movimento em defesa da criação de uma biblioteca popular na cidade de Boston, em 1851.

Simetricamente, o perfil popular pretendido para as bibliotecas públicas do sistema anglo-saxónico é defendido pelo professor da Universidade de Harvard, George Ticknor, em 1851, ao afirmar:

“Não somente os melhores livros de toda a espécie, mas também as leituras agradáveis do momento, deverão tornar-se acessíveis ao povo... assim, pelo processo de acompanhar o gosto popular. Todos os volumes que existissem nas prateleiras seriam acessíveis ao público, para referência, durante tantas horas do dia quantas possível; e sempre à tarde e à noite.” (Gratan, 1964: 36).

Sistema bem diferente, por ser realmente popular, do sistema continental de influência francesa, que Portugal acabou por assumir com a constituição das Bibliotecas Populares, mormente a partir de 1870, a partir das livrarias eruditas e patrimoniais dos extintos mosteiros e conventos, em consequência do processo de instauração do liberalismo, na primeira metade do século XIX.

Quanto ao modelo de financiamento das bibliotecas, verificamos diferenças entre o Sul da Europa, essencialmente de influência francesa, e a prática do modelo anglo-saxónico. As bibliotecas públicas do Sul da Europa resultaram das políticas revolucionárias, e de uma conceção patrimonial e erudita das bibliotecas, que se criam por decisão governamental. O caso português é ilustrativo do modo como surgem as bibliotecas públicas em resultado das expropriações das ordens religiosas, e tudo o que isso implica no que respeita à coleção, bem como quanto ao afastamento entre a decisão política do Estado e a participação social no processo de criação das bibliotecas públicas. Num plano totalmente diverso, o modelo anglo-saxónico tem significativa participação social. Não é resultado de uma ação centralizadora do Estado; pelo contrário, tem

interlocutores nos grupos sociais cultos e abastados, e resulta numa forma de financiamento assente em donativos por parte de individualidades interessadas em promover o conhecimento e a cultura gerais (Ticknor, 1851 in Gratan, 1964: 36).

Como vemos, o modelo de financiamento do sistema bibliotecário anglo-saxónico de bibliotecas públicas, no dealbar da segunda metade do século XIX apoia-se nos donativos individuais e dos mecenas promotores do conhecimento e do saber fazer, a que se associa o erário público, ou seja os fundos governamentais, como complemento deste sistema.

Um outro aspeto distintivo das políticas bibliotecárias inglesas é o de se assumirem na sua primitiva forma como complemento ao sistema de instrução pública, ensinar a ler e a escrever. A biblioteca era encarada como um equipamento público, que disponibilizava os livros e promovia a leitura. No caso anglo-saxónico, esse serviço público é prestado, como já observamos, de forma gratuita. Já na Europa Continental, concretamente em Portugal, mercê das bibliotecas denominadas públicas terem coleções de perfil mais patrimonialista e conservador, a restrição ao empréstimo e a ausência de verdadeiras coleções populares, leva ao surgimento dos gabinetes de leitura, instituições sobre que as quais nos debruçaremos mais à frente.

De acordo com Melo (2010), a política bibliotecária surgida em Inglaterra estabelece uma ligação íntima entre a leitura pública e as bibliotecas públicas; paradigma que irá transitar para os Estados Unidos da América, conforme já referimos. Do mesmo modo, este autor afirma que na génese das bibliotecas públicas estão vários fatores, tais como o desenvolvimento tecnológico que acompanhou a evolução da sociedade industrial, o incremento da imprensa e da edição, e a expansão do conceito de cidadania.

Este paradigma em que a instrução e as bibliotecas públicas são consideradas vias de criação de uma cidadania moral e socialmente formada, surgiu na sequência do movimento da Luzes do século XVIII, que influenciou a forma de entender a leitura ‘pública’ (para todos), e a organização das bibliotecas na Europa mais industrializada e desenvolvida. O século XIX corresponde a um tempo de afirmação e consolidação dos direitos e liberdades do indivíduo. O Estado Constitucional liberal, assente nas teses iluministas, não era apenas um Estado não interveniente, por contraposição ao regime do absolutismo conservador. O Estado liberal desenvolve-se a partir da ideia de que o poder existe com base no consentimento do indivíduo e que, por esse motivo, lhe deve

conceder e garantir as liberdades e condições de acesso ao saber, à cultura e à educação. Por conseguinte, a nova ordem jurídica e política considerava as pessoas formalmente iguais perante a lei, e titulares de direitos e liberdades individuais inalienáveis³. Um conjunto de direitos (à propriedade, à liberdade e à vida...) foram considerados direitos fundamentais, mormente pela burguesia ilustrada que desejava combater todas as formas de absolutismo e controlo por parte do Estado liberal emergente. A educação e a instrução constituíam um instrumento ao serviço dos princípios e ideais revolucionários, garantindo a formação ideológica das camadas mais baixas de população contra todas as formas de tirania. A crescente pressão dos movimentos sociais, políticos e culturais dos finais do século XIX que temos vindo a expor, em termos de políticas bibliotecárias, é visível na criação, em 1927, da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA).

Em Portugal, em consequência do arrastado e precário processo de industrialização do país, e da ausência de meios económicos, a produção de legislação específica instituindo Bibliotecas Populares só veio a produzir-se em 1870, aspeto que analisaremos no segundo capítulo da segunda parte deste estudo.

Autores como Carrión Gútiez (1993) defendem que é no campo da participação e cooperação internacional que se verificam as políticas internacionais bibliotecárias. De igual modo, o aumento da cooperação internacional, no âmbito das políticas bibliotecárias, constata-se com maior intensidade a partir dos anos setenta. É já na segunda metade do século XX que surge no seio da UNESCO o Programa Geral de Informação (PGI), criado em 1976 e, no mesmo ano, a *International Standart Organisation* (ISO) inicia a publicação de princípios e técnicas de normalização, com incidência também na área da documentação.

Para a melhor compreensão da importância das políticas internacionais de informação e documentação, expressas nomeadamente nas políticas bibliotecárias, referir-nos-emos,

³ Os juristas, regra geral, definem três gerações principais de direitos. A primeira das quais está voltada para as relações sociais em geral, uma vez que o sujeito do direito é o indivíduo e o objeto a liberdade. As declarações universais de direitos humanos do final do século XVIII e de meados do século XX explicitam os direitos individuais e liberdades individuais, porque estão garantidas a todos os indivíduos pelo Estado as liberdades individuais. Originalmente, o objetivo era o de libertar o indivíduo contra todas as formas de absolutismo. Na segunda geração, pós II Guerra Mundial, apontam para as relações sociais em especial, em consequência da desigualdade por motivos económicos e materiais, ou de outra natureza. O indivíduo é sujeito de direitos universais enquanto integrante de um grupo ou categoria social. A terceira geração de direitos reporta-se aos direitos de solidariedade, e o direito voltou-se de novo para a questão das relações sociais em geral (Queiroz, 2010).

em seguida, às mais importantes organizações internacionais que, de algum modo, protagonizam as políticas de informação e constituem os principais agentes de produção, difusão e avaliação dessas mesmas políticas.

3.1. International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)

A IFLA foi fundada no contexto de uma conferência internacional realizada em Edimburgo, na Escócia, no ano de 1927. É uma organização internacional, independente, sem fins lucrativos e não-governamental. Atualmente, tem sede na cidade de Haia, nas instalações da Biblioteca Real da Holanda, que também é a Biblioteca Nacional da Holanda. Nos nossos dias, a IFLA é a principal associação representativa dos interesses das bibliotecas, dos serviços de informação e dos respetivos utilizadores. O objetivo da instituição é, essencialmente, o de promover padrões elevados de prestação de serviços de biblioteca e de informação. A IFLA orienta-se por valores que respeitam os princípios da liberdade de acesso à informação consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

Estes princípios sociais assentam na necessidade do acesso universal e igualitário à informação com vista ao desenvolvimento social, educativo, cultural, democrático e económico. A IFLA, conforme sabemos, constitui uma das instituições vigilantes do cumprimento destes princípios de garantia da igualdade de acesso à informação.

Esta organização internacional agrega, como membros, as associações de bibliotecários de informação e de investigação na área da Ciência da Informação. Tem parcerias com empresas da indústria da informação, tem relações formais com a UNESCO, e possui o estatuto de associado no *International Council of Scientific Associations* (ICSU).

Tem igualmente estatuto de observador nas Nações Unidas, na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), na Organização Internacional de Normalização (ISO) e na Organização Mundial do Comércio (OMC). A IFLA é membro do Comité Internacional do Escudo Azul (ICBS), cuja missão é a recolha, difusão de informação e coordenação de ações em casos de risco de bens culturais. Desenvolve ainda o papel de consultor de instituições internacionais não-governamentais, tais como a Associação Internacional de Editores (IPA).

A consulta da página WEB da IFLA⁴ dá-nos conta das principais atividades da instituição e dos programas estratégicos denominados: Ação para o Desenvolvimento através do Programa Bibliotecas (ALP)⁵; Programa de preservação e conservação (PAC)⁶, que está alojado na Biblioteca Nacional de França; UCA/IFLA – UNIMARC,⁷ que se encontra em Portugal, na Biblioteca Nacional de Lisboa; Livre acesso à Informação e Liberdade de Expressão (FAIFE)⁸; Comissão de direitos autorais (CLM)⁹; Comissão de Normalização da IFLA¹⁰; e ainda, a entretanto extinta Aliança para Estratégias Digitais (ICADS), alojada na British Library, Reino Unido (ICADS) IFLA-CDNL¹¹. De seguida, passamos a apresentar de forma breve cada um dos programas estratégicos.

3.1.1. Ação para o Desenvolvimento através do Programa Bibliotecas (ALP)¹²

De acordo com a IFLA, a ALP tem um alcance muito amplo, reunindo um vasto leque de preocupações específicas para o mundo em desenvolvimento. É o principal instrumento da IFLA para a promoção da formação, em consonância com as suas normas e diretrizes. Os principais objetivos estão direcionados para as prioridades profissionais no desenvolvimento da atividade de bibliotecário e de documentalista. Dão preferência a projetos baseados nos materiais didáticos da IFLA, e nos que contribuam para a sustentabilidade e capacidade das comunidades locais dos países em vias de desenvolvimento, e nas economias emergentes de todo o mundo. Este programa foi colocado em marcha no ano de 1984, no Congresso Internacional da IFLA de Nairobi (Quênia) e, atualmente, colabora com outras atividades da IFLA, de entre as quais: os programas de livre acesso à informação e liberdade de expressão, o programa desenvolvido pela comissão de direitos autorais, e o programa de preservação e conservação.

⁴ **International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)**. Disponível em: <<http://www.ifla.org/>>.

⁵ Ação para o Desenvolvimento através do Programa Bibliotecas. Disponível em: <<http://www.ifla.org/alp>>.

⁶ Programa de preservação e conservação (PAC). Disponível em: <<http://www.ifla.org/pac>>.

⁷ Disponível em: <<http://www.ifla.org/unimarc>>.

⁸ Livre acesso à Informação e Liberdade de Expressão (FAIFE). Disponível em: <<http://www.ifla.org/faife>>.

⁹ Comissão de direitos autorais (CLM). Disponível em: <<http://www.ifla.org/clm>>.

¹⁰ Comissão de Normalização da IFLA. Disponível em: <<http://www.ifla.org/standards-committee>>.

¹¹ Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais (CDNL). Disponível em: <<http://www.ifla.org/icads>>.

¹² Ação para o Desenvolvimento através do Programa Bibliotecas (ALP). Disponível em: <<http://www.ifla.org/alp>>.

3.1.2. Programa de Preservação e Conservação (PAC)¹³

O Programa de Preservação e Conservação foi criado em 1984, na Conferência de Nairobi, e lançado oficialmente em Viena, em 1986, numa reunião organizada em cooperação com a UNESCO, para tratar as questões de preservação, e dar início ao projeto de cooperação em todo o mundo para a preservação de fundos bibliográficos. Assenta nos princípios de que a preservação é essencial para a sobrevivência e desenvolvimento da cultura e erudição, e que a cooperação internacional é um princípio fundamental.

Em consonância com estes desígnios cada país deve aceitar a responsabilidade para a preservação das suas próprias publicações. Este programa desenvolve ações de sensibilização, publica edições, promove formação e investigação sobre o tema da preservação e conservação. Este grupo tem a particularidade de se organizar em rede, com um centro em Paris, e centros regionais por todo o mundo. Existem centros regionais em Washington (E.U.A.), Caracas (Venezuela), Rio de Janeiro (Brasil), Cidade do Cabo (África do Sul), Camberra (Austrália), Moscovo (Rússia), Almaty (Cazaquistão), Tóquio (Japão), Seul (Coreia do Sul), Pequim (China), entre outros. O Centro Internacional e os Centros Regionais são parte de uma rede, cujas principais regras de funcionamento são definidas por "acordo", assinado anualmente entre a IFLA e cada centro. Estes são independentes uns dos outros, e agem em consonância com as prioridades definidas para a sua área geográfica.

3.1.3. Comité de Normalização - IFLA¹⁴

O Comité de Normalização da IFLA tem origens muito recentes, datando de janeiro do ano de 2012. O seu objetivo é o de contribuir para o aumento da visibilidade da normalização dentro e fora da IFLA, relacionando-se, regra geral, com todas as organizações internacionais de normalização, mormente a *International Organization for Standardization* (ISO), como organização de referência internacional na área da normalização; mas também com outras organizações de grande importância e peso internacional, tal como o *Instituto Alemão de Normalização* (DIN) e a *Associação Francesa de Normalização* (AFNOR). Os seus principais objetivos incidem igualmente sobre o controlo, tradução e procedimentos para a criação, desenvolvimento, validação e

¹³ Programa de Preservação e Conservação (PAC). Disponível em: <<http://www.ifla.org/pac>>.

¹⁴ Comité de Normalização (IFLA). Disponível em: <<http://www.ifla.org/standards-committee>>.

publicação de padrões de normalização, bem como em todos os assuntos que possam ter impacto nas normas da IFLA.

3.1.4. Comissão de Direitos Autorais (CLM)¹⁵ e questões relacionadas

Esta instituição de salvaguarda dos direitos autorais foi criada para assessorar a IFLA, e ser voz da comunidade internacional de bibliotecas quanto aos assuntos de direitos de autor e de propriedade intelectual. No âmbito das suas atribuições, compete-lhe zelar pelo cumprimento dos direitos legais de autor quanto à utilização dos recursos das bibliotecas e, regra geral, todas as questões relevantes para as bibliotecas e para a biblioteconomia. A CLM mantém relações com a *Organização Mundial da Propriedade Intelectual* (OMPI), com a *Organização Mundial do Comércio*, especialmente com o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS)¹⁶, e em alguns casos, no reforço de posições, com outras organizações bibliotecárias como o Secretariado Europeu das Associações de Bibliotecas, Informação e Documentação que trataremos no ponto 4.2 (European Bureau of Library, Information and Documentation Associations [EBLIDA]).¹⁷

3.1.5. Comissão de Liberdade de Acesso à Informação e Liberdade de Expressão (FAIFE)¹⁸

A Comissão de Liberdade e Acesso à Informação e Liberdade de Expressão é uma comissão da IFLA, que tem por objetivo sensibilizar para a correlação essencial entre o conceito de biblioteca e os valores da liberdade intelectual.

Em benefício da proteção da liberdade intelectual e liberdade de expressão, a sua atividade compreende a publicação de relatórios, a participação em conferências e a organização de *workshops*. O programa visa também controlar o estado de liberdade intelectual dentro da comunidade de bibliotecas em todo o mundo, e responder às violações de livre acesso à informação e à liberdade de expressão. Promove ainda o

¹⁵ Comissão de Direitos Autorais (CLM).Disponível em: <<http://www.ifla.org/clm>>.

¹⁶ Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). Disponível em: <<http://www.ifla.org/clm>>.

¹⁷ European Bureau of Library, Information and Documentation Associations (EBLIDA). Disponível em: <<http://www.eblida.org/>>.

¹⁸ Comissão de Liberdade de Acesso à Informação e Liberdade de Expressão (FAIFE). Disponível em: <<http://www.ifla.org/faife>>.

desenvolvimento de políticas de cooperação da IFLA com outras organizações internacionais de direitos humanos¹⁹.

3.1.6. UNIMARC core activity (UCA)²⁰

A IFLA conta igualmente com um núcleo de atividade UNIMARC que, muito significativamente para Portugal, está instalado na Biblioteca Nacional de Lisboa. Este núcleo foi criado e instituído em 2003 no nosso país, e corresponde seguramente à importância e ao peso institucional que Portugal desde então possui no quadro dos organismos internacionais da organização e da produção de políticas bibliotecárias. Tem por missão coordenar as atividades destinadas à manutenção e desenvolvimento do formato original e universal MARC que, no contexto europeu, veio a assumir diferentes formatos, designadamente o UNIMARC. A sua tarefa é desenvolvida em conexão com a Comissão Permanente do UNIMARC (PUC), que existe desde 1991. A par da ligação aos organismos da IFLA, o núcleo de atividade UNIMARC assegura igualmente o vínculo a organizações internacionais, referindo entre outras a ISO, o ISBN e ISSN, Comissão de Normas de Descrição (ICA/CDS) e o Consórcio de Bibliotecas Europeias de Investigação (CERL)²¹.

3.1.7. IFLA/CDNL - Aliança para Estratégias Digitais (ICADS)²²

O ICADS foi criado em 2003, na sequência de uma aliança conjunta da IFLA e da *Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais* (CDNL). Este grupo dedicava-se ao desenvolvimento de modernas estratégias digitais. O produto do seu trabalho foi muito profícuo, designadamente pelo incremento do ambiente digital nas bibliotecas, facto que levou o Conselho Consultivo do ICADS a encerrar as suas atividades no ano de 2011. A razão deve-se essencialmente ao grau de maturidade digital implantado na comunidade das bibliotecas. Foi com extraordinária rapidez que se operou a mudança e a introdução das tecnologias digitais nas bibliotecas. Daí ter deixado de fazer sentido a existência de um grupo especificamente vocacionado para a sua promoção. Porém, a promoção e o

¹⁹ De entre as quais se conta, nomeadamente, a Comissão de Liberdade de Acesso à Informação e Liberdade de Expressão (FAIFE). Disponível em: <<http://www.ifla.org/faife>>.

²⁰ UNIMARC core activity (UCA). Núcleo de Actividade Unimarc. Disponível em: <<http://www.ifla.org/unimarc>>.

²¹ Consórcio de Bibliotecas Europeias de Investigação (CERL). Disponível em: <<http://www.cerl.org/>>.

²² Aliança para estratégias digitais <<http://www.ifla.org/icads>>.

desenvolvimento continuam a fazer-se nos diversos grupos e secções de trabalho da IFLA.

3.2. UNESCO - **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**²³

A UNESCO é a organização internacional que contribui para a promoção dos princípios orientadores das políticas bibliotecárias internacionais (Garcia Martínez, 2005). No âmbito da política de comunicação e informação que promove, a UNESCO inclui o tema das bibliotecas na perspetiva do livre acesso ao conhecimento.

Deste modo, a UNESCO considera que:

“Las bibliotecas son componentes fundamentales de cualquier estrategia encaminada a mejorar el acceso a la información, tanto para el público en general como para los grupos especializados. Desde su creación, la UNESCO ha contribuido al fortalecimiento de estos tipos de servicios”²⁴.

Duas das principais perspetivas de intervenção desta organização reportam-se às condições sociais operadas no domínio das políticas bibliotecárias, e ao potencial de uso das tecnologias da informação. Consciente da inevitável mudança que se produziu na sequência do uso das tecnologias de informação e comunicação (vulgo TIC), nos tradicionais serviços de informação, a UNESCO concede especial atenção a este aspeto no contexto das bibliotecas. Por conseguinte considera haver um enorme potencial no uso das redes digitais para a cooperação, e que este proporcionará uma alteração dos métodos de trabalho nas bibliotecas, nomeadamente nas funções de aquisição, armazenamento e difusão da informação. Por outro lado, pelo perfil e características de organização sensível às desigualdades, promotora do maior equilíbrio entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, bem como pela sua missão na promoção do desenvolvimento cultural, tem uma especial atenção aos países mais desfavorecidos. Com este objectivo, empreende iniciativas no âmbito das bibliotecas para que esses

²³ **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization** (UNESCO). Disponível em: <<http://www.UNESCO.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/libraries/>>.

²⁴ UNESCO. Disponível em: <<http://www.UNESCO.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/libraries/>>.

Estados não percam a oportunidade de progresso que advém do uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

A UNESCO desenvolve igualmente um papel fundamental no âmbito da produção de linhas de pensamento orientadoras das políticas bibliotecárias, a nível mundial. É conhecida e reconhecida a sua atividade de produção de declarações de princípios que constituem guias para a implementação de políticas bibliotecárias. Do mesmo modo, divulgou nas duas últimas décadas, em cooperação com a IFLA, dois importantes manifestos que alteraram radicalmente as políticas bibliotecárias no mundo.

O Manifesto sobre a Biblioteca Pública foi aprovado em 1994, e o Manifesto UNESCO/IFLA sobre a Biblioteca Escolar que foi aprovado um pouco mais tarde, em 1999. A respeito do Manifesto da UNESCO sobre a Leitura Pública, que adiante analisaremos em pormenor, fica aqui um primeiro apontamento quanto ao destaque concedido no manifesto ao incontestável papel da Biblioteca Pública, quando refere que esta é uma “força viva de educação, cultura e informação e um agente essencial de fomento da paz e dos valores espirituais na mente do ser humano”²⁵.

Como sabemos, o Manifesto da UNESCO sobre Leitura Pública alimenta-se de uma corrente teórica para que já chamamos a devida atenção, a designada *Teoria Crítica*²⁶, nomeadamente quando realça a importância da informação como recurso fundamental para a toda a atividade humana, e um instrumento de manutenção do respeito comum e de garantia da paz. Neste contexto, a UNESCO considera que a informação foi sendo apropriada por alguns atores sociais, em detrimento da maioria, proporcionando a manutenção ou aumento dos desequilíbrios nos campos social e económico. Daí observar como fundamental a necessidade de impor medidas de política bibliotecária que garantam o acesso democrático à informação. Esta ideia está patente no Manifesto da UNESCO quando se reporta ao acesso à informação de forma livre e gratuita, fazendo depender desta condição a própria democracia. De acordo com o manifesto “o desenvolvimento da democracia depende tanto de uma educação satisfatória como de

²⁵ Tradução nossa. UNESCO. Disponível em: <<http://www.UNESCO.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/libraries/UNESCOifla-library-manifestos/>>.

²⁶ Cfr. *supra*, capítulo 2, p. 19.

um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação” (UNESCO, 1994)²⁷.

O combate pela igualdade de acesso à informação é também o combate ao fenómeno habitualmente denominado de exclusão social, bem como o combate à iliteracia. Neste contexto, a *Teoria Crítica* considera que a desigualdade de acesso à informação incentiva o desenvolvimento destes fenómenos. Na perspetiva desta corrente, caberá às políticas biblioteconómicas contrariar os instrumentos e as ações que promovam a desigualdade de acesso à informação, de modo a repor equilíbrios sociais.

Em suma, na *Teoria Crítica*, a informação é entendida como recurso essencial para a mudança histórica, cultural, social e política da sociedade, viabilizando uma melhoria de condições de vida e uma maior harmonização social e económica.

Assim, o Manifesto da UNESCO concebe que:

“A liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade.” (UNESCO, 1994)²⁸.

Por seu turno, o entendimento da mudança da sociedade com vista a um objetivo de liberdade, prosperidade e progresso, assenta no princípio histórico-filosófico da *Teoria Marxista*, ou seja, a lógica de permanente dinâmica de mudança e de equilíbrio dos contrários, e no que tal dimensão expressa enquanto construção social. Esta corrente que patenteia a importância da dialética do pensamento remonta, como sabemos, ao pensamento do filósofo grego Heraclito, que, conforme adiantamos, privilegia a harmonia dos contrários. Posteriormente, F. Hegel ao desenvolver o conceito de dialética da História, partindo da visão dos opostos sociais, expressos na tese e na antítese, vem promover a ideia de uma permanente mudança, que implica o contínuo ajustamento das práticas sociais a partir da constante análise dos fenómenos. Trata-se da interpretação do processo histórico como síntese que, por si, é ponto de continuidade

²⁷ UNESCO (1994) Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. [Paris] UNESCO. Disponível em: <<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/manifestoUNESCOBibliotecasPublicas.aspx>>.

²⁸ UNESCO (1994) Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas. [Paris] UNESCO. Disponível em: <<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/manifestoUNESCOBibliotecasPublicas.aspx>>.

para nova contradição e síntese, e assim continuamente. Por consequência, esta perspetiva social pressupõe uma evolução constante, uma ideia de permanente melhoria, uma visão positiva e otimista da melhoria das condições de existência humana em sociedade.

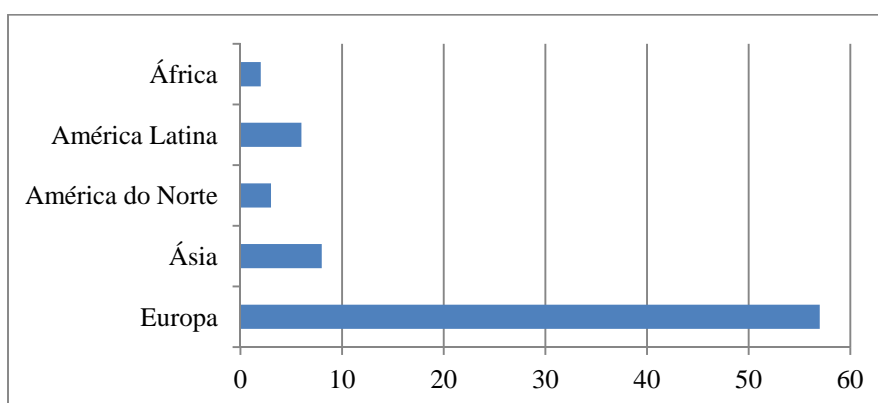
A aplicação da dialética hegeliana ao conjunto dos factos sociais encontra-se representada e desenvolvida na *Teoria Marxista*. De toda esta herança histórico-filosófica beneficia a *Teoria Crítica da Informação* que considera que aquela tem implicações na produção de documentos concetuais e categoriais. O desenvolvimento destas correntes de pensamento e as respetivas repercussões foram influenciando, de um ou outro modo, a determinação das orientações bibliotecárias das instituições internacionais, de onde imanam decisões que atingem diferentes regiões e contextos socioeconómicos. Este é claramente o caso do Manifesto da Bibliotecas Públicas produzido pela IFLA/ UNESCO.

4. A Difusão das Políticas Bibliotecárias Internacionais

A IFLA, como organização mundial, tem necessariamente enorme influência nas linhas de orientação das políticas bibliotecárias internacionais. Produz, nos seus congressos, grande parte das opções estratégicas organizativas das atividades bibliotecárias em todo o mundo. É uma instituição mentora das grandes correntes de opinião, e percecione e acolhe o contributo do pensamento académico, que igualmente se faz sentir nos congressos mundiais que promove e realiza. Os Congressos Mundiais da IFLA são organizados anualmente em locais diferentes do mundo. Daí emanam orientações discutidas em reunião magna de bibliotecários e das suas organizações, que produzem formas de entender a profissão, as políticas de desenvolvimento bibliotecário e as linhas de orientação para as várias regiões do globo.

Tendo por base o historial dos locais de realização dos congressos e os temas centrais em foco, perspetivamos perceber as regiões nucleares da organização, o respetivo desenvolvimento e alargamento, os temas e a capacidade de orientação.

Gráfico 1 – Distribuição geográfica dos Congressos Mundiais da IFLA (1928-2011)



Fonte: IFLA²⁹.

²⁹ International Federation Libraries Association (IFLA). Disponível em: <<http://conference.ifla.org/past-ifla-conferences-and-ifla-presidents>>.

Comecemos por proceder a uma contextualização do gráfico e a uma explicação mais pormenorizada da circulação global dos congressos IFLA.

A IFLA nasce na Europa, e os seus primeiros cinco congressos são todos no espaço europeu. O primeiro congresso foi realizado na cidade de Roma, em 1928. Por vezes, decorriam em mais que uma cidade, tal como aconteceu um ano depois, tendo-se realizado novamente em Roma (1929), mas também em Florença e em Veneza. Em 1933, realiza-se na cidade norte americana de Chicago e, em simultâneo, na Europa, na cidade francesa de Avignon. Desde então manter-se-á no espaço europeu até 1967, quando volta ao continente americano, mas desta vez a uma cidade mais a norte, a cidade de Toronto (Canadá). Desde 1966 que os congressos IFLA passaram a incluir um tema abrangente levado a debate. O primeiro dos temas desta fase da organização intitulava-se, genericamente, “Bibliotecas e Documentação”. A título de exemplo, o tema escolhido para o congresso de Toronto foi “Serviços de biblioteca para uma nação cobrindo uma grande área geográfica”. No ano de 1970, o congresso realiza-se pela primeira vez numa cidade da Europa de Leste, Moscovo, para em 1974 se voltar a deslocar para os Estados Unidos da América, na cidade de Washington. É o início do processo de descentralização europeia e a procura de realização de encontros científicos noutras regiões e noutros continentes, denotando uma vontade em alargar a influência da IFLA para além mundo ocidental, o seu espaço de origem e consolidação natural.

A década de oitenta do século XX constitui o período de influência fora do continente europeu, podendo mesmo afirmar-se que essa influência patenteou-se à escala global. O que é verificável pelos congressos realizados na Ásia (Manila) em 1980, Montreal em 1982, com o tema “*networks*”, o de África (Nairobi) em 1984, associando o tema das bibliotecas e o desenvolvimento - “Basis of Information Services for National Development”. Em 1985 regressa novamente a Chicago, em 1986 realiza-se no Japão (Tóquio), e em 1988 na Austrália (Sidney). A década de noventa do século XX continua a política de alargamento do espaço de influência da IFLA. Nesta década, os congressos passam pela Índia (Nova Deli) em 1992, Havana em 1994, Istambul em 1995, e Pequim em 1996, com o sugestivo tema: “O desafio da mudança”. Em 1999 regressa ao Oriente - a Banguecoque -, e ao Médio Oriente – Jerusalém -, em 2000. Em 2001 realiza novo encontro nos Estados Unidos (Boston).

A crescente importância política e internacional da América do Sul leva o congresso da IFLA a Buenos Aires (2004) com o tema - *Bibliotecas: ferramentas para a educação e o desenvolvimento*. Nos anos mais recentes, a mobilidade dos congressos IFLA confirma a importância e a influência da organização em todo o mundo, com a deslocação à Ásia (Seul) em 2006, à África (Durban) em 2007 e à América do Norte (Québec) em 2008, passando pela Europa em 2009 e 2010. Em 2011, realiza-se na América do Sul, em San Juan de Porto Rico.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que a IFLA começou por se enraizar na Europa, mormente nos anos sessenta e setenta do século XX, para posteriormente estender a sua influência a outros continentes, com a realização de múltiplos encontros geograficamente dispersos, tendo alcançado uma dimensão mundial nas décadas de oitenta e noventa, ou seja, nos finais do século XX.

O valor relativo dos congressos mundiais realizados pela IFLA por grandes regiões encontra-se no quadro que a seguir apresentamos.

Quadro nº 1 – Distribuição quantitativa dos congressos mundiais IFLA

Continentes	Valores absolutos	%
Europa	57	75
Ásia	8	10
América Latina	6	7,8
América do Norte	3	3,9
África	2	2,63

Dos dados expostos podemos concluir que a IFLA, sendo uma organização oriunda da Europa, realizou uma maioria significativa dos congressos no continente europeu (75% do total). Contudo, paulatinamente perspetivou o alargamento da sua rede de influência a outros continentes e regiões, mormente o continente asiático com 10 % do total dos eventos, logo seguido da América Latina com uns representativos 7,8 %. Curiosamente, a América do Norte representa somente 3,9 %, e o continente africano um valor diminuto de apenas 2,6 % do total. Estes valores representam igualmente a dimensão intercontinental da IFLA, mas espelham uma propensão clara para a valorização de algumas regiões do mundo relativamente a outras, onde a organização, naturalmente, pretende fazer valer os princípios biblioteconómicos subjacentes às suas orientações

políticas, como forma e meio de promoção do desenvolvimento social e cultural regional.

4.1.Publicações da IFLA

Os congressos da IFLA são relevantes cientificamente, mas ganham ainda mais importância por combinarem as diligências e ação com a Assembleia Geral da Organização, o que lhes confere particular força política na implementação das diretivas que se propõe levar a bom termo. Para além da enorme mobilização de profissionais da informação, confere igualmente visibilidade permitindo o estabelecimento de muitos contactos de interesse comercial internacional, no sector de serviços ligados à informação, documentação e bibliotecas. Toda esta visibilidade e impacto económico, organizativo e científico, produz forte influência ao nível dos vários poderes, e conduz ao aumento da capacidade em orientar políticas bibliotecárias internacionais.

Mas a par do forte impacto que possuem os congressos e da influência social das suas resoluções e orientações, há também que ter em conta a política de publicações, o que não é menos importante na difusão das orientações e criação de uma opinião mundial.

Como meios de informação aos seus associados, a IFLA produz ainda um relatório anual, uma revista quadrienal que reflete os vários aspetos inerentes ao exercício profissional competente. Para além disso, edita ainda publicações em série e outros documentos, mormente a publicação de diretrizes, de manuais de boas práticas e relatórios de reuniões profissionais.

A organização federadora das associações de bibliotecários a nível mundial, através das diversas publicações que produz, difunde as opiniões sobre políticas bibliotecárias internacionais. Deste modo, constitui uma das principais fontes de orientação das políticas bibliotecárias internacionais. As suas publicações são o produto da reflexão teórica que se gera no seio das estruturas que já mencionamos, dos diversos grupos mais ou menos informais que, por todo o mundo, experimentam e discutem a viabilidade das políticas bibliotecárias, e que preparam o terreno para o desenvolvimento da reflexão

que decorre nos diversos encontros locais e que, naturalmente, se transmitem nos congressos internacionais da IFLA.

Boa parte dessa reflexão produtora de políticas internacionais aparece em letra de forma nas publicações da IFLA. Além do relatório anual, com o resumo da atividade da federação, são editadas: a *IFLA Journal*³⁰, que tem periodicidade quadrienal, e é orientada para a divulgação da atividade da profissão; a *IFLA Publications Series*, que é editada em Berlim, e aborda os temas mais diversos dentro da área da Biblioteconomia; a *IFLA Series on Bibliographic Control* e a *IFLA Professional Reports*.

4.2. Secretariado Europeu das Associações de Bibliotecas, Informação e Documentação (EBLIDA)³¹

A EBLIDA é o Secretariado Europeu das Associações de Bibliotecas, Informação e Documentação. Esta associação foi fundada em 1992, na Holanda, e tem como objetivo promover os interesses das bibliotecas e dos profissionais de Ciência da Informação na Europa e junto das instituições europeias, nomeadamente a Comissão e o Parlamento Europeu. Tem por atividades divulgar a visão dos seus membros e influenciar as várias instituições sobre a opinião dos seus membros, junto das instituições europeias, de forma a constituir a associação como órgão consultivo indispensável. A sua ação centra-se na cultura e sociedade da informação, nomeadamente ao nível da diversidade cultural europeia, e o que isso implica para a missão das bibliotecas. Entende a cultura como catalisadora da criatividade e inovação, com potencial económico, mormente no setor da indústria criativa. A sociedade da informação e o desenvolvimento da Internet, como setores económicos e políticos, são também um foco de atenção da EBLIDA. Este organismo tem igualmente preocupações no âmbito dos direitos de autor e de propriedade intelectual, no que isso se relaciona com as bibliotecas, bem como temas de digitalização e acesso *on-line*, e ainda Direito da Informação. Deste conjunto de interesses resulta a cooperação com outras instituições que partilham dos mesmos objetivos.

4.3. Manifestos de Orientação Internacional (UNESCO e IFLA)

³⁰ IFLA Journal. Disponível em: < http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/ifla-journal/ifla-journal-38-4_2012.pdf>.

³¹ European Bureau of Library, Information and Documentation Associations (EBLIDA). Disponível em: <<http://www.eblida.org/>>.

A orientação de políticas biblioteconómicas internacionais tem tido na UNESCO e na IFLA os principais difusores junto das organizações bibliotecárias nacionais. As instituições nacionais, por seu lado, procedem de forma a exercer influência sobre os vários governos na aplicação do que, internacionalmente, se considera mais adequado, no âmbito da determinação de medidas de política cultural, informação e bibliotecas, tendo em vista o desenvolvimento pessoal, social e económico em cada um dos países. O quadro seguinte apresenta o conjunto de manifestos da UNESCO e da IFLA, por sequência cronológica.

Quadro nº 2 - Manifestos IFLA/UNESCO

Data	Título
1994	IFLA/UNESCO - Bibliotecas Públicas
1999	IFLA/UNESCO - Bibliotecas Escolares
2002	IFLA <ul style="list-style-type: none"> – Manifesto Internet (68º Congresso de Glasgow, Escócia) – Declaração de Glasgow sobre Bibliotecas, Serviços de Informação e Liberdade Intelectual (68º Congresso de Glasgow, Escócia)
2005	IFLA - Manifesto de Alexandria sobre Bibliotecas, a Sociedade da Informação em Ação
2006	IFLA/UNESCO - Manifesto Biblioteca Multicultura
2008	IFLA/UNESCO - Manifesto sobre a transparência, boa governação e ausência de cooperação
2008	IFLA - Manifesto da Estatística de Bibliotecas
2010	IFLA/UNESCO - Digital Libraries

Fonte: IFLA³².

A UNESCO/IFLA aprovou tardiamente o Manifesto sobre as Bibliotecas Escolares, somente no ano de 1999. Os pressupostos que constituem este documento são essencialmente o apoio à aquisição de ferramentas de aprendizagem e o desenvolvimento das competências de aprendizagem ao longo da vida (*life long learning*). Não sendo, no entanto, objeto do nosso estudo, não deixa de ser relevante verificar este facto, digno de nota pelo significado que tem na arquitetura das políticas bibliotecárias.

Na realidade, na génese das bibliotecas públicas, designadas originalmente de *free libraries*, está a preocupação de facultar um complemento e dar continuidade ao sistema

³² **International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)**. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/highlights/8>>.

de ensino. Era suposto as bibliotecas garantirem a possibilidade de acesso à leitura após o processo de alfabetização de crianças e adultos. A biblioteca constituía assim um instrumento indispensável à continuidade lógica do sistema escolar. Porém, e um pouco paradoxalmente, em tempos mais recentes, as preocupações dos organismos internacionais em relação à produção de modelos, políticas e programas bibliotecários, tardaram em elaborar orientação semelhante para as bibliotecas escolares. Mas este não é o objeto do nosso estudo, apesar deste facto, do nosso ponto de vista, ser digno de nota pelo significado que tem na arquitetura das políticas bibliotecárias em geral.

PARTE II

IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS E DA LEITURA PÚBLICA EM PORTUGAL

1. A Emergência do Movimento Bibliotecário em Portugal

A origem das Bibliotecas Públicas em Portugal leva-nos de encontro ao momento em que a conceção e as características da Biblioteca, de dimensão pública, se alteram significativamente, a ponto de assim se poderem designar. De facto as primeiras coleções de livros no nosso país, antes da imprensa, circunscrevem-se às livrarias privadas, conventuais e monásticas (Alves, 2009). Durante séculos a atividade livreira monástica teve fundamental importância na constituição das coleções existentes no país que, mais tarde, chegará a constituir o núcleo fundador de várias bibliotecas portuguesas (Barata, 2003). De facto, a incorporação do espólio das livrarias conventuais foi a primeira transferência organizada de acervos documentais à escala nacional (Barata, 2004). Conforme demonstraremos, a gestão do património bibliográfico oriundo dos extintos conventos impôs-se como um dos mais importantes reflexos da política cultural liberal. De igual modo, não poderemos deixar de considerar o importante contributo régio na formação das coleções que virão a ser importantes na constituição de outras bibliotecas, nomeadamente as que se abriram ao público erudito do reino.

Originalmente parece ter sido D. Dinis o primeiro monarca a possuir uma biblioteca privada, depois D. Duarte, o “Eloquente”, constituiu uma importante biblioteca particular, atendendo aos padrões da altura. Não obstante estes antecedentes históricos, é a D. João V que geralmente se atribui maior relevo pelo relevante papel que teve na criação da Real Biblioteca de Mafra e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, para além de ter contribuído para o enriquecimento de muitas outras.

Com as reformas pedagógicas do Marquês de Pombal, mormente na Universidade de Coimbra³³, a biblioteca passa a ser considerada uma instituição ‘pública’, num contexto de intensificação do processo de secularização do ensino menor e superior. Porém, não devemos esquecer o papel da Real Mesa Censória³⁴ (1768) quanto ao controlo de todos

³³ A reforma Pombalina institui seis faculdades na Universidade de Coimbra: Teologia, Cânones, Leis, Medicina, Matemática e Filosofia (Carvalho, 2008).

³⁴ Por alvará de 5 de abril de 1768, durante o ministério de Pombal (1750-1777), com o intuito de transferir das mãos da Igreja para o controlo direto do Estado foi decretada a censura a todas as

os livros impressos ou manuscritos, científicos e literários, que circulavam durante o ministério de Pombal (Carvalho, 2008).

A crescente influência das correntes culturais do Iluminismo no nosso país e os progressos no comércio, indústria e, principalmente, do ensino que marcam este período do século XVIII tardio, contribuem para a paulatina mudança de mentalidades. Datam igualmente do século XVIII importantes e decisivas iniciativas no âmbito científico e educativo, de entre as quais destacamos, nomeadamente: a fundação da Real Academia de História (1720), a fundação do Real Colégio dos Nobres (1761), a instituição da já referida Real Mesa Censória (1768), a formação da Imprensa Régia (1772), a reforma da universidade e a promulgação dos estatutos (1772), a lei relativa à organização do ensino primário (1772) e, finalmente, a fundação da Academia Real das Ciências (1779).

De notar ainda que o catálogo da loja da Imprensa Régia (1772), criada pelo Marquês de Pombal, tinha o intuito de vender os títulos próprios e os importados, contendo cerca de cinco mil títulos (Guedes, 1987).

É ainda neste período do ministério do Marquês de Pombal que se lançam as bases de uma profunda e radical mudança em todos os níveis de ensino. Neste contexto, é promulgada a lei relativa à organização do ensino primário, são tomadas diversas iniciativas dirigidas ao ensino técnico para além da reforma da universidade, conforme referimos.

A ausência de sistema de aprendizagem formal durante séculos, a par da libertação do trabalho, implicou alternativas que foram sendo assumidas pelo Estado. O Marquês de Pombal, pioneiro, diligenciou no sentido de instituir a formação profissional dirigida a comerciantes e técnicos industriais, com a instituição da Aula de Comércio, em 1759. É uma das primeiras instituições europeias com uma matriz eminentemente técnica de ensino da contabilidade e aritmética.

É este contexto pedagógico-científico e político que vai possibilitar a decisão de transformar a Livraria Régia em Biblioteca Pública aberta aos estudos das Ciências e das Artes. No reinado de D. Maria I (1777-1816) é promulgado o alvará de 29 de

publicações consideradas inconvenientes em matéria religiosa, política e civil (Marques, vol. II, 1998: 338-339).

Fevereiro de 1796 pelo qual é fundada a Real Biblioteca Pública da Corte que, em 1836, passará a Biblioteca Nacional de Lisboa.

De acordo com Nunes (1996) foi constituída pela conjugação de três factores essenciais. Em primeiro lugar, surgiu em resultado das coleções formadas pelos Jesuítas e pela Real Mesa Censória, dependente da Inquisição, que reunia uma enorme parcela do património bibliográfico português existente na época, dado que qualquer livro que fosse publicado no país tinha que se submeter à sua aprovação. De igual modo, contou com importantes aquisições, doações e incorporações obrigatórias das livrarias das congregações religiosas, extintas pela ação dos movimentos liberais e as reformas legislativas de Mouzinho da Silveira (1832-1834), e pela revolução republicana de 1910 que em muito contribuíram ao longo do tempo para o apetrechar destas instituições. Finalmente, o terceiro vetor apontado é o incipiente Depósito Legal, em vigor no século XIX, e somente regulamentado em 1931 e 1982 (Nunes, 1996: 220).

É habitual atribuir-se a Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas (1724-1814) um papel preponderante na criação da Biblioteca Pública da Corte. Cenáculo foi impulsor da organização de várias bibliotecas no país (Vaz, Oliveira e Monteiro 2009). Em 1777, D. Francisco de Lemos solicita-lhe, por determinação da rainha D. Maria I, a organização da biblioteca criada por D. João V (Pereira, 2006:13). Cenáculo havia trabalhado com António Ribeiro dos Santos (1745-1818), bibliotecário da Livraria do Estudo da Universidade de Coimbra, na organização e reforma da biblioteca joanina, que tinha por objetivos estimular e facultar os progressos dos estudos superiores e universitários, aí foi desenvolvendo apetência para a actividade bibliotecária. Frei Manuel do Cenáculo e António Ribeiro dos Santos são, incontestavelmente, “duas figuras decisivas, quer da Reforma Pombalina, quer da Ilustração em Portugal” (Pereira 2006: 11).

Cerca de vinte anos antes da Revolução Francesa havia no país duas mil quatrocentas e vinte (2420) bibliotecas particulares, das quais novecentas e trinta e cinco (935) pertenciam ao clero, onde predominavam naturalmente as obras de religião, filosofia moral e espiritualidade, seguidas das de história e literatura (Guedes, 1987). Mais de duas centenas (221) eram bibliotecas de pessoas com formação jurídica, onde a preferência, para além dos livros de direito, incidia sobre monografias e obras de literatura, história e religião. Nas cento e vinte e seis (126) bibliotecas de médicos, além dos livros de natureza médica, os gostos estavam ordenados por literatura, religião e

história, áreas disciplinares preferenciais ao tempo. Por essa altura, os catálogos das livrarias de Lisboa não tinham mais de mil títulos (Guedes, 1987).

Verificamos ser no contexto europeu da *Ilustração*, e dos seus reflexos em Portugal, que veio a desenvolver-se um novo conceito de biblioteca ‘pública’ que se difunde sobretudo entre estudiosos e eruditos.

Este é por certo um reflexo do enciclopedismo da Europa das Luzes, na ideia que promove de uma imperiosa necessidade de desenvolvimento do conhecimento racional e livre de preconceitos religiosos, colocando a tónica na elevação da razão fundada na erudição e saber, complementada pela experiência e a observação. Esta nova abordagem intelectual tem ânsia de conhecimento que, ao tempo, se mantinha fortemente ligado às bibliotecas. Os eruditos, os estudiosos e os curiosos procuravam as bibliotecas e, deste modo, elas vão-se abrindo paulatinamente ao diálogo, ao estudo, ao esclarecimento, à divulgação.

Tal como refere Pereira (2006), em finais do século XVIII, surge a ideia de criar em Portugal uma biblioteca de carácter público na Corte. Ideia que provinha dos tempos de Pombal e de Frei Manuel do Cenáculo. O acervo será constituído pelos livros da Real Mesa Censória que Cenáculo enriqueceu e com a doação e incorporação de outros fundos.

“No Alvará instituidor da Real Biblioteca Pública, de 29 de Fevereiro de 1796, estabelece-se que este acervo constituiria o primeiro fundo assegurando-se para a sua manutenção futura uma percentagem a retirar do Cofre do Subsídio Literário. Em 4 de Março, Ribeiro dos Santos é chamado a organizar a Biblioteca, conforme apontamento autobiográfico, e a 13 de Maio de 1797 abriria, finalmente, nas Arcadas da Praça do Comércio, a ansiada instituição onde se conservaria Até 1834.” (Pereira, 2006: 17).

Esta biblioteca que se pretende pública, porque aberta aos estudiosos, interessados e eruditos, contém na sua coleção, para além

“dos fundos da biblioteca da Real Mesa Censória (...) com espécies da livraria da Academia Real de História, com as medalhas, manuscritos e livros raros de D. Tomás Caetano do Bem, com os livros doados pelos religiosos da Divina Providência, com o monetário Fontenelle e grande parte da coleção Bodoni que pertenceu a Francisco

Vieira. A estes fundos acresce, todavia, o recorrente contributo de Cenáculo” (Pereira, 2006: 20).

Conforme o estudo desenvolvido por Domingos (2006) sobre o património inicial da Real Biblioteca Pública, constituíam parte da colecção os fundos das livrarias da Companhia de Jesus (expulsa do país em 1759, pelo Marquês de Pombal, com um curto regresso pela mão de D. Miguel em 1829 e expulsa de novo em 1834), detentoras de um património notável capaz de reconstruir a memória bibliográfica do reino. A isto acresce a autorização para vender duplicados e comprar livros de mais recente publicação. Para a constituição da primeira biblioteca pública do reino, a compra de livros foi feita a livreiros estrangeiros estabelecidos em Lisboa, nomeadamente Borel e Borel e Claudio de Beux, livreiros franceses estabelecidos em Lisboa, bem como a Nicolau Paliarini que vivia em Roma (Vaz, 2006).

Segundo Domingos (2006), a compra feita ao estrangeiro tem o latim como língua em cerca de dois terços dos títulos, o francês encontra-se representado com mais de um quarto dos títulos e apenas alguns títulos surgem em castelhano, mas sem significado. A origem dos títulos comprados era maioritariamente germânica. A temática das obras distribuía-se essencialmente por teologia, história, geografia, arqueologia e obras de referência.

Verificamos assim que na origem da Real Biblioteca Pública está presente um espírito de abertura, arrojo e diversidade na constituição das colecções, na proveniência das publicações, nas línguas de escrita, nos temas e áreas, procurando satisfazer os apetites de curiosos e eruditos, o que faz dela “das maiores da Europa” (Domingos 2006: 25).

Não obstante, Vaz (2006) salientar que no espírito de Frei Manuel do Cenáculo presidia a ideia de que as bibliotecas só fariam sentido se abertas ao público, tendo-se insurgido contra os colecionadores que trancavam os livros. No entanto, convém realçá-lo, esta é ainda uma conceção bem diferente do que hodiernamente se entende por biblioteca pública.

Paralelamente, é importante referir que a imagem de biblioteca permanece associada a museu. Nela encontramos outras espécies que não apenas os livros, como se nota na descrição de Pereira (2006), ao referir a existência de medalhas, numa versão correspondente à conceção de biblioteca partilhada por Cenáculo.

Segundo Brigola (2006) terão influenciado esta conceção de Biblioteca-Museu, mormente o cardeal Ângelo Maria Querini (1680-1755), bispo de Brescia, fundador e doador de uma Biblioteca-Museu (1750), com quem Cenáculo se encontrou em Roma (1750); assim como Tommaso Campanella, com a obra intitulada *Civitas solis vel de republicae idea* (A Cidade do Sol), publicada em 1602.

Estas foram as iniciativas particulares que conduziram à instituição das primeiras unidades bibliotecárias no país, antes do Liberalismo.

2. As Bibliotecas no Liberalismo

2.1. As Bibliotecas Públicas

O Liberalismo enquanto corrente de pensamento político e cultural proporcionou uma importante mudança de mentalidades que, muito naturalmente, se veio a refletir nas políticas e práticas bibliotecárias do país.

De acordo com Guedes (1987) somente a partir do segundo quartel do século XIX, e sobretudo na segunda metade do século XIX, é que se notam significativas diferenças relativamente ao passado. Este momento é, *grosso modo*, coincidente com o aparecimento e intervenção política e cultural dos grandes autores portugueses do século XIX (Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, entre outros).

Apesar das reformas de Pombal no século XVIII terem passado a considerar a Biblioteca de Lisboa uma instituição pública, conforme vimos, a mais antiga Biblioteca Pública, na opinião de Nunes (1996) nasceu no Porto. A Biblioteca Pública Municipal do Porto foi criada a 9 de Julho de 1833, na sequência do movimento liberal pós-Revolução de 1820. O historiador Alexandre Herculano chegou a ser seu bibliotecário entre 1832 e 1836.

São deste período, subsequente à Revolução Liberal de 1820, outras bibliotecas criadas mormente com os fundos dos extintos conventos e ordens monásticas e religiosas. Durante a sua existência, estas instituições permanecem como bibliotecas com características de conservação de espólio patrimonial, alimentadas por uma lei do Depósito Legal datada de 1831 que, neste contexto político, recebem a designação de “públicas”. De acordo com Nunes,

“O movimento de renovação de mentalidades, por um lado, e a confiscação dos bens das ordens religiosas, por outro, levam o Governo a ordenar, em Agosto de 1836, que sejam criadas Biblioteca Públicas nas capitais dos distritos” (Nunes 1996: 27).

É na sequência desta legislação que surgem as bibliotecas de Vila Real (1839), a Biblioteca Pública de Braga (1841) e a de Ponta Delgada (1845).

Guedes (1987) procede a um interessante paralelismo entre o que se reproduz em Portugal, com muitos anos, nalguns casos décadas, de atraso em relação ao que se faz pela restante Europa desenvolvida, no âmbito da leitura e das bibliotecas. Por seu turno, Melo (2010) salienta a íntima ligação entre a leitura pública e as bibliotecas públicas, situando a sua génese no mundo anglo-saxónico, primeiro na Inglaterra, daí passando para os Estados Unidos. Do mesmo modo, afirma ainda que na origem das bibliotecas públicas estão vários fatores, de entre os quais destaca os desenvolvimentos tecnológicos, na sequência da expansão da sociedade industrial, a evolução da imprensa e da edição, e a expansão do conceito de cidadania, este último intimamente associado aos princípios do liberalismo político oitocentista (Ventura, 2002).

Como temos vindo a salientar, a criação de bibliotecas públicas resulta não apenas da conjuntura das revoluções liberais que, mormente no Sul da Europa, levaram a constituir as primeiras coleções a partir dos acervos patrimoniais dos extintos conventos e mosteiros, mas também deriva de necessidades impostas pela possibilidade de oferta da prática da leitura à população que muito paulatinamente ia sendo alfabetizada. Assim, as primeiras bibliotecas públicas correspondem à constatação de uma necessidade social que visava a melhor adaptação das camadas operárias à emergente industrialização.

Não há, no entanto, um modelo único de bibliotecas públicas nos vários países onde a sua presença se fez sentir ao longo dos séculos XIX e XX.

Rebelo (2002) considera poder falar-se de diferentes modelos de evolução de bibliotecas públicas, destacando mormente o modelo anglo-saxónico. Este modelo apoiado em forte tradição associativa, existia desde o século XVIII, sendo as bibliotecas promovidas por associações e entidades privadas, antes mesmo da aprovação da lei de 1850, o designado *Public Libraries Act*, que institui as primeiras bibliotecas públicas na Grã-Bretanha. Este diploma autoriza os municípios com mais de dez mil habitantes a criar bibliotecas com livre acesso suportado por uma taxa.

Ao contrário do modelo anglo-saxónico que emerge do associativismo, o modelo germânico é muito controlado pelas autoridades (Rebelo, 2002). Daí que sejam naturalmente preponderantes as bibliotecas universitárias e de corte. Apesar das

primeiras bibliotecas de empréstimo terem surgido na segunda metade do século XVIII, as grandes bibliotecas públicas surgirão apenas em finais do século XIX.

Por seu lado, o modelo francês é o precursor quanto ao conceito de “Biblioteca Pública”, gratuita e com horário fixo de abertura. “Foi a Revolução Francesa que criou as condições para a constituição de grande número de bibliotecas locais, ao confiscar livrarias que estavam na posse do clero” (Rebelo, 2002: 81). Um processo semelhante veio a ocorrer em Portugal em resultado da Revolução Liberal de 1820. De forma idêntica, a origem dos fundos irá determinar as características da biblioteca. Ao longo do século XIX, nos sistemas bibliotecários europeus latinos, predominam as funções técnicas e de conservação, e a tendência para a frequência quase exclusiva de eruditos e estudiosos, panorama que, de algum modo, se reproduz em Portugal (Rebelo, 2002).

Em contraponto aos modelos continentais, no mundo de influência anglo-saxónica, e concretamente nos Estados Unidos da América, a criação das bibliotecas públicas está intimamente ligada ao movimento de alfabetização. Neste período histórico entendia-se que as bibliotecas prolongariam o trabalho de alfabetização iniciado na escola. Isto mesmo é observável numa carta, datada de 14 de Julho de 1851, de George Ticknor (1791-1871)³⁵ enviada a Edward Everett (1794-1865)³⁶, líder do movimento em prol da instituição de uma Biblioteca Pública na cidade de Boston, quando refere que “uma tal biblioteca pública livre, se adaptada às conveniências do nosso povo, passaria a constituir a coroa de glória das nossas escolas públicas” (Grattan, 1964: 35). Edward Everett vai reiterar esta ideia num documento que envia ao Prefeito de Boston.

São também tidos em conta outros exemplos oriundos da Europa industrializada para justificar a criação de bibliotecas como: “uma condição baixa, ou modesta, da massa do povo” (Grattan, 1964; 35) e “Em Londres, noto anúncios de algumas das maiores bibliotecas circulantes” (Grattan, 1964; 37).

Tais circunstâncias levam Ticknor, na carta a Everett, a mencionar, para justificar a aplicação nos Estados Unidos do que de bom vem sendo feito na Europa, mormente na

³⁵ George Ticknor (1791-1871), natural de Boston, professor na Universidade de Harvard, promotor e administrador conjuntamente com Edward Everet da biblioteca de Boston.

³⁶ Edward Everet (1794-1865) cidadão de Boston, sacerdote, doutor em Filosofia pela Universidade de Gottingen, professor e presidente da Universidade de Harvard, Secretário de Estado e Senador pelo estado de Massachusetts.

Prússia e na Inglaterra, que: “Há vários anos, propus, ao Sr. Abbott Lawrence, dar passos a favor de uma biblioteca desta ordem para Boston” (Grattan, 1964: 37).

De um lado e do outro do Atlântico desenvolvem-se e afirmam-se como indispensáveis as características que definem o conceito de moderna biblioteca pública, com as suas características e missão (aberta ao público de todas as condições sociais). Era o tempo de entender a biblioteca como reforço da alfabetização, da afirmação da necessidade de incrementar o hábito da leitura e do “aperfeiçoamento moral e intelectual” (Grattan 1964: 36).

Este modo de pensar liberal, valorizador da importância da instrução das massas populares no contexto da Revolução Industrial, também é sentido e vivido em Portugal, muito embora mais tardiamente.

Na realidade, e posteriormente à consolidação do Liberalismo, a produção de legislação instituindo Bibliotecas Populares só veio a produzir-se em 1870. Quarenta anos depois das primeiras movimentações liberais que proporcionaram a criação de Bibliotecas Públicas de carácter tendencialmente erudito e conservador, tendo em conta a inquestionável importância das coleções dessa forma constituídas. Porém, a criação de bibliotecas de leitura pública não se faz sentir apenas na Europa. Nos Estados Unidos, por exemplo, o movimento criador das bibliotecas públicas surge por influência das notícias que chegavam de Inglaterra.

2.2. As Bibliotecas Populares

Em resultado dos golpes de Estado da *Saldanhada*³⁷ e da *Ajudada*³⁸ de Maio de 1870, que ocasionaram uma mudança política fazendo cair o governo presidido pelo Duque de Loulé e elevando em sua substituição o Duque de Saldanha, são feitas uma série de reformas pelo novo governo ditatorial de Saldanha.

³⁷ Tratou-se de um golpe militar conservador liderado pelo marechal de Saldanha, a 19 de Maio de 1870, que impôs ao rei D. Luís a demissão do governo então presidido pelo Duque de Loulé, e a sua substituição por novo executivo, presidido pelo próprio marechal Saldanha (Ramos, 2009: 535-542).

³⁸ Momento em que o marechal Saldanha se dirige ao [Palácio da Ajuda](#) à frente de uma força do Batalhão de Caçadores, sendo recebido pelo fogo de uma bateria do [Regimento de Artilharia n.º 3](#), que guardava o rei que ali se encontrava (Ramos, 2009: 535-542).

A publicação do Decreto Régio do Ministério dos Negócios da Instrução Pública de 2 de Agosto 1870 insere-se neste contexto reformista, inspirado nos novos conceitos de bibliotecas difundidos na Europa desenvolvida e nos Estados Unidos.

Assim surge no Portugal liberal de oitocentos a legislação que se propõe criar as Bibliotecas Populares, legislação que tem por objetivo expresse promover a aproximação ao conhecimento das classes populares, por meio da leitura moral e instrutiva (Decreto Régio de 2 Agosto de 1870).

A lei é proposta pelo Duque de Saldanha, Presidente do Conselho de Ministros, José Dias Ferreira, Conde de Magalhães, D. Luiz da Camara Leme e D. António da Costa de Sousa de Macedo, crendo que havia que agir em consonância com o que se praticava na restante Europa desenvolvida em termos de política bibliotecária.

D. António da Costa de Sousa Macedo, Ministro da Instrução Pública (22 de Junho e 29 de Agosto de 1870), de acordo com os desígnios dos seus correligionários políticos, promulgou o Decreto-régio de 2 de Agosto de 1870³⁹. Este documento legislativo institui as designadas Bibliotecas Populares, a que nos iremos referir especificamente neste ponto.

O Decreto-régio de 2 de Agosto de 1870 foi promulgado por um Ministro que esteve em funções no curto espaço de tempo de dois meses, facto que naturalmente se refletirá na sua execução prática, condicionando a aplicação cabal do decreto (Rebelo, 2002).

Os mentores da lei apresentam duas razões fundamentais para a necessidade da reforma da política bibliotecária do país. A primeira razão, de índole externa, repousa na necessidade de, a exemplo do que de bom se faz no estrangeiro em matéria de Bibliotecas Populares, impor uma moderna política a este respeito. Com efeito, os reformadores reconhecem o grande atraso em termos de política bibliotecária do país ao mencionarem na parte preambular do decreto que as Bibliotecas Populares:

“São inumeráveis as da Alemanha e dos Estados Unidos. A Bélgica já as tem na quarta parte dos seus municípios. Na Suíça todos os municípios as possuem. Na Prússia, França e Inglaterra, muitas e notáveis são as sociedades cooperativas para este género

³⁹ Portugal. Decreto Régio – Ministério dos Negócios da Instrução pública. [Decreto Régio de 2 de Agosto de 1870]. *Diário do Governo*. Lisboa. (16 Agosto 1870).

de instrução, e na vizinha Espanha vão em largo desenvolvimento” (Decreto Régio de 2 Agosto de 1870).

Do ponto de vista interno, em primeiro lugar, o legislador salienta que as bibliotecas públicas, de acordo com o decreto, ficariam a partir de então reservadas aos estudos superiores ou ao ensino técnico, e as Bibliotecas Populares viriam preencher o vazio relativamente aos repositórios com os ensinamentos elementares destinados às classes inferiores e mais necessitadas. Neste alinhamento, o decreto constata a carência absoluta de bibliotecas reportadas a este sector maioritário da população. Desta última carência se faz eco o referido documento legislativo quando salienta

“a parte da população que já conseguiu a vitória do aprender, tem sede de leitura, e é necessário que os poderes públicos, de acordo com a ação municipal e com a iniciativa particular, lhe mitiguem essa sede” (Decreto Régio de 2 Agosto de 1870).

Para além das duas razões principais apontadas, o decreto realça outro motivo pelo qual há necessidade de produzir legislação ajustada. O progresso da indústria começa a despontar em Portugal, ocasionando a emergência de uma funda razão e necessidade de aperfeiçoamento do trabalho neste setor. Este objetivo só será realizado, para os liberais dos anos setenta, com a leitura, o aperfeiçoamento moral que esta proporciona e o estudo.

Nesta linha de pensamento era entendido que as coleções deste tipo de bibliotecas, por serem dirigidas às classes populares, deveriam abranger obras de conhecimento geral e obras dirigidas a cada uma das profissões “agrícola, industrial, comercial e artística, inventos, aplicações, modelos” (Decreto Régio de 2 Agosto de 1870).

A lei de 2 de Agosto de 1870 apontava para a criação de uma biblioteca popular por concelho, instalada na escola primária e superintendida pelos professores primários. De igual modo, era intenção da legislação promover a leitura domiciliária junto das camadas mais baixas da população e de todos aqueles que, alfabetizados, queriam manter a prática da leitura.

Este diploma legislativo determina também que os custos de funcionamento das Bibliotecas Populares deveriam ser suportados pelas câmaras municipais. Apontava-se mesmo o valor que a Câmara Municipal devia atribuir anualmente para a sustentação da Biblioteca Popular – cinquenta mil reis (50\$000) à data -, de acordo com o artigo 8º do

citado diploma. Enquanto não fossem colocadas em edifício municipal, as unidades populares seriam confiadas aos professores oficiais ou a associações de instrução pública. O artigo 6º abria a possibilidade de serem criadas Bibliotecas Populares por iniciativa das Juntas Gerais de Distrito e das Juntas de Paróquia, em qualquer ponto do território nacional (continente e ilhas).

Competia ao governo fornecer os fundos bibliográficos para as Bibliotecas Populares e, por intervenção das sociedades ou instituições de piedade e beneficência, providenciar a aquisição de livros. Estas Bibliotecas Populares seriam assim auxiliadas pelo governo. As associações que aceitassem constituir Bibliotecas Populares apoiadas pelo governo ficariam obrigadas à execução das instruções que as regulavam, de acordo com o artigo 10º do referido diploma.

O estabelecimento do regime de funcionamento previa que as Bibliotecas Populares proporcionassem a leitura presencial, bem como a leitura no domicílio (artigo 3º). Nos feriados e vésperas destes era permitido ao público a leitura na escola, competindo ao professor assistir e ministrar os livros, sendo em função dessa atividade gratificado conforme previsto no artigo 9º do mesmo diploma.

Os termos deste diploma legislativo permitem-nos constatar que nos inícios dos anos setenta do século XIX, o conjunto de princípios pelos quais se deve reger a política de instalação das Bibliotecas Populares, irá permanecer válido até aos dias de hoje. Esses princípios dizem respeito, nomeadamente à organização do sistema de uma biblioteca por concelho no que respeita ao modelo de funcionamento, a leitura de presença à imagem dos gabinetes de leitura, o empréstimo domiciliário, que constitui ainda hoje “a pedra de toque” da leitura pública.

Acresce que esta legislação apontava para um princípio ainda mais avançado do que o que se verifica hoje, quando determina um valor anual a orçamentar para as bibliotecas. Esta medida tende a assegurar a importante e imprescindível ação de renovação da coleção, aspeto que não é contemplado na atualidade.

A propósito desta legislação, Nunes (1996) afirma que o seu autor, D. António da Costa de Sousa Macedo, sendo Ministro da Instrução Pública por uns escassos sessenta e nove dias no ano de 1870, produziu legislação de enorme alcance e conteúdo para a época

“que, a ter sido plenamente aplicada, poria Portugal ao nível dos mais evoluídos países em termos de organização de uma rede de bibliotecas.” (Nunes,1996: 27)

De realçar ainda o alcance pretendido com a leitura no domicílio. Os legisladores salientam no preâmbulo ao citado decreto que

“A leitura feita deste modo não obriga os indivíduos a saírem para procurarem a biblioteca, pelo contrário a biblioteca entra-lhes por assim dizer em casa”, e outro aspeto não menos importante, referia-se à constatação de que era imperioso “instruir principalmente a mulher e a criança” (Decreto Régio de 2 Agosto de 1870).

Quanto aos aspetos de organização e gestão das coleções, o artigo 12º do citado decreto, divide-as em duas principais classes:

A classe geral onde se incluem os livros de religião, moral, história, direitos e deveres políticos, viagens, literatura, higiene, obras recreativas e quaisquer outras necessárias aos usos da vida das classes populares.

A classe especial onde se integram revistas, modelos, manuais industriais, agrícolas, comerciais, desenhos e inventos relativos às artes e ofícios, conforme as especiais condições económicas e industriais da localidade.

Em todo o caso é ao governo que cabe publicar anualmente a lista dos livros autorizados para uso nas Bibliotecas Populares, conforme o artigo 14º. Deste modo, o governo exerce o controlo da leitura através da publicação anual da lista de livros autorizados para uso nas Bibliotecas Populares. Nos nossos dias, evidentemente que este procedimento não é bem visto por limitar a diversidade, a possibilidade de escolha e, obviamente, a total liberdade dada aos leitores de proporem eles próprios a bibliografia que lhes agrada ou que necessitam.

Apenas se lamenta terem sido criadas tão poucas bibliotecas ao abrigo desta legislação vanguardista, capaz de mudar o panorama da leitura em Portugal, prevendo-se que tivesse importantes reflexos no tempo.

De igual modo, Nunes (1996) salienta a escassez de bibliotecas criadas na consequência desta legislação, nomeadamente:

“Setúbal (1873), Santarém (1880), Elvas (1880), Coimbra (1892) e Guimarães onde surge em 1883 uma biblioteca popular e pública, esta na sequência de um protocolo entre a respetiva Câmara Municipal e a Sociedade Martins Sarmento.” (Nunes, 1996; 28).

É neste contexto de maior sensibilidade para a importância da biblioteca como centro dinamizador de alfabetização que, em 1887, é criada a Inspeção Geral da Bibliotecas e Arquivos Públicos e o curso de Bibliotecário-Arquivista por publicação do Decreto de 29 de Dezembro da Direção-Geral de Instrução Pública (Ribeiro, 2006).

Não obstante esta tendência geral para o reconhecimento da importância da expansão da rede de Bibliotecas Populares, num inquérito realizado pela inspeção das bibliotecas em 1875, as respostas recolhidas pelos inspetores eram elucidativas do panorama geral da implantação de bibliotecas. Nalguns distritos não havia qualquer livro, e do conjunto dos vinte e dois (22) distritos do continente, Açores e Madeira, apenas se obteve informação parcial de doze (12). Destes doze distritos que facultaram informação, apenas metade tinha biblioteca popular (Rebelo, 2002).

Do mesmo modo, em novecentas e oitenta e oito (988) escolas inspecionadas, foram apenas registadas oito (8) bibliotecas (Rebelo, 2002: 144-145). Assim, parece óbvia a incapacidade do governo em fazer transpor para a vida real das populações o espírito da referida lei de 2 de Agosto de 1870, que endossava às câmaras municipais a responsabilidade da dotação de uma verba anual de cinquenta mil reis (50\$000) para a sustentação da biblioteca popular, e a gratificação do professor ou pessoa designada no valor de dez mil reis (10\$000) anuais, a cumprir pela junta de paróquia da localidade.

Neste contexto, compreende-se a necessidade da promulgação da Portaria de 20 de Janeiro de 1871, que pretende fixar o Regulamento das Bibliotecas Populares, sem que se tenham obtido os resultados pretendidos.

Em suma, na sequência da instauração definitiva do liberalismo em Portugal (1834) poucas bibliotecas foram criadas. Não obstante a designação de “Bibliotecas Públicas”, as unidades recém-criadas possuíam essencialmente características eruditas e de conservação. A legislação de 1870 criou as denominadas Bibliotecas Populares orientadas para servir os interesses das camadas mais baixas da população, inserindo-se no novo contexto político e cultural da geração de setenta, que defendia o esforço de instrução e formação moral dos portugueses, indo de encontro às correntes europeias.

No último quartel do século XIX, existe uma enorme vontade de criar em Portugal um sistema bibliotecário que complemente o sistema de ensino e promova a leitura, à luz do que de melhor se faz na Europa industrializada e na América do Norte. É uma legislação vanguardista, quer no intuito de promover a instalação de Bibliotecas Populares em todo o território nacional, quer quanto ao modelo de funcionamento das unidades, onde pontifica o empréstimo domiciliário. Uma das questões que condicionou a completa implantação do modelo assenta no endosso da responsabilidade de financiamento aos concelhos e no controlo ideológico sobre as coleções através da publicação de listagens de livros autorizados. Por fim, a bondade das intenções esbarrou com a fraca receptividade dos poderes locais.

2.3. Os Gabinetes de Leitura e Associações Operárias

No âmbito da questão da evolução da leitura ao longo do século XIX temos igualmente que considerar todas as condições, locais e práticas de leitura, inserindo-as nas dinâmicas sociais, económicas e políticas, como vindo a salientar ao longo do texto. Na primeira metade do século XIX, “o preço dos livros tornava-os ainda um bem dificilmente acessível, não apenas às camadas populares mas mesmo à pequena e alguma média burguesia” (Rebelo 2002: 75). Daí que as bases sociais da leitura se recrutassem sobretudo entre a burguesia endinheirada e ilustrada, que tinha adquirido o hábito ler nos gabinetes de leitura, organismos que surgiram antes das Bibliotecas Populares. Efetivamente, os gabinetes de leitura despontaram por finais do século XVIII tendo-se expandido na primeira metade do século XIX. A leitura feita nos gabinetes de leitura, moda importada de França, havia surgido em meados do século anterior. Na altura havia poucas bibliotecas e as primeiras bibliotecas públicas vieram a resultar das coleções das ordens religiosas extintas, conforme já referimos, assumindo um perfil de bibliotecas de conservação e eruditas.

Os gabinetes de leitura e as associações operárias começaram por se constituir numa conjuntura em que o discurso do poder liberal revela superiores preocupações com a questão da alfabetização, do acesso à cultura e à leitura por parte de todos os cidadãos do país. No entanto, a formação e o fortalecimento da sociedade leitora exigiu a implementação de mecanismos mínimos para a produção e a circulação do livro (tipografias, livrarias e bibliotecas), ao longo do século XIX. Oliveira Marques (1998) refere que o levantamento da censura que era feita aos livros e aos periódicos, após a

instauração do liberalismo, estimulou o aumento da publicação de livros e jornais. Este movimento foi paulatino e teve uma relação estreita com movimentos conjunturais específicos.

Para o desenvolvimento do hábito de leitura da burguesia e da intelectualidade da época contribuiu a disseminação dos jornais e uma hodierna prática que adotam: a da publicação de folhetins que iam sendo lidos ao ritmo da periodicidade do jornal, passados posteriormente ao formato de monografias. É uma prática muito cultivada por vários escritores, mesmo dos mais populares como Camilo Castelo Branco, por exemplo.

A partir de meados do século XIX, na sequência de um *boom* dos jornais e de uma maior apetência pela leitura, procurando ajustar-se às necessidades do mercado, os livros passam também a ser comprados em fascículos. Os jornais, por seu turno, viriam a publicar em folhetim livros que posteriormente passavam a monografias.

Os gabinetes de leitura, conforme referimos, foram inicialmente constituídos por influência dos ideais de origem francófona, como espaços de socialização onde as relações e mundividências sociais, políticas e culturais da burguesia letrada se faziam sentir. A par, entre os homens instruídos, difundiu-se a ideia liberal de que havia que incutir e promover uma “cultura civilizadora”, que facultasse o acesso à leitura e à comunicação escrita. A ideia dos intelectuais interessados em civilizar as camadas menos favorecidas da população e as classes trabalhadoras, inspirava-se num ideário europeu de formar um cidadão letrado, trabalhador e moralmente regrado. Os gabinetes de leitura constituíram um instrumento de promoção desta mentalidade.

O sistema educativo mantinha-se incipiente e frágil, haja em vista a precária escolarização do país que, ao longo de todo o século XIX, condicionou o acesso ao livro. Por finais do século, “Em 1878, 79,4 % dos portugueses maiores de 6 anos residindo no continente do Reino não sabiam ler.” (Ramos, 1988: 1067).

As primeiras tentativas de escolarização laica e a cargo do Estado recuam à segunda metade da década de trinta do século XIX, com o governo de Passos Manuel, ministro do Reino que, entre 1836-1837, observando o espírito liberal em que a educação e liberdade são experiências indissociáveis, fez aprovar o "maior conjunto de providências destinadas a impulsionar o ensino em Portugal, em todos os seus graus" (Carvalho, 1986: 560), a saber: o ensino primário, o ensino secundário e o ensino

superior⁴⁰. Neste curto período assiste-se a uma intensa atividade legislativa no sentido de promover a instrução pública dentro do espírito liberal, de que havia que providenciar a integração do indivíduo na sociedade pela escolarização e valorização do trabalho, ideais inspirados na Revolução Francesa e na Revolução Industrial Inglesa, respetivamente (Carvalho, 1986: 571). Compreende-se assim que a burguesia ilustrada instalada no poder considerasse que o desenvolvimento educativo do ensino técnico e profissional era favorável à ideia de progresso económico, social e cultural do país.

É neste contexto que se desenvolvem os gabinetes de leitura nas associações operárias, que surgem como espaços de socialização, de promoção da leitura e de alfabetização. A título de exemplo, em 1863 funcionavam em Lisboa dois gabinetes de leitura promovidos por associações (Teles, 1885 *cit. in* Rebelo, 2002).

Os primeiros gabinetes de leitura constituem-se com o desígnio de possibilitar a leitura de presença e domiciliária, a troco de pagamento (Ribeiro, 1999: 193-195). Em Lisboa, constituíram-se este tipo de instituições com objetivos comerciais, como o de Pedro Bonardel e o de Mademoiselle Ferin, tendo vindo a estabelecer-se muitos outros um pouco por todo o país (Rebelo, 2002: 75).

Com os gabinetes de leitura de objetivos marcadamente comerciais, acessíveis através de pagamento de quotização, surgiram também os círculos burgueses. A descrição do ambiente e modo de funcionamento dos gabinetes de leitura, de características marcadamente burguesas e elitistas, é feita por Maria Ana Bernardo, que expõe o exemplo do *Círculo Eborense* como um dos mais reservados e conservadores. O *Círculo Eborense* dispunha de uma “sala de leitura de gazetas, jornais e mais produções literárias de política, artes, ciências e de literatura, tanto nacionais como estrangeiras” e “todas as noites, à hora determinada pela Direção, se servirá chá com fatias e biscoitos” (Bernardo, 1992 *cit. in* Rebelo, 2002: 77).

Paralelamente aos gabinetes de leitura, com objetivos comerciais, formaram-se várias associações de promoção da cultura e da leitura junto da classe operária. Uma vez que os gabinetes de leitura, no sentido estrito do termo, estavam praticamente reservados à burguesia, as associações operárias concebem as suas próprias coletividades e os seus próprios mecanismos de promoção da leitura, entre os associados. Os leitores que

⁴⁰ São deste período, nomeadamente, a reforma das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto (1836), e a criação da Escola Politécnica de Lisboa e da Academia Politécnica do Porto (1837).

frequentam as associações operárias emergem de diferentes camadas sociais, fruto da preocupação em alargar o processo de alfabetização a estratos populares da sociedade, nomeadamente a artesãos e trabalhadores, por via das próprias necessidades do processo de ‘industrialização’ do país em curso.

Nestes círculos, pratica-se a leitura em voz alta - ‘leitura em público’-, muitas vezes feita pelos próprios escritores. Com o tempo, esta leitura veio a cair em desuso, vindo o termo mais tarde a ter outro valor semântico. No dealbar do século XX, o termo ‘leitura pública’ veio a designar o tipo de biblioteca aberta ao público em geral, e não o modo de ler, como na conceção tradicional.

Pelo exposto, podemos considerar que o final século XIX é um período rico em inovações técnicas (impressoras a vapor), pedagógicas e educativas, que possibilitaram o aumento das publicações de jornais e livros, e que dessa forma mais facilmente poderiam satisfazer as necessidades crescentes dos leitores.

Mas esta combinação de fatores favoráveis ao desenvolvimento da leitura não foi casual. Em boa parte, esta política de alfabetização teve que ver com a luta ideológica travada entre a burguesia e o clero pelo domínio do conhecimento e pelo controlo ideológico das camadas populares.

“O alargamento do público leitor não foi todavia um fenómeno isento de controvérsia, como já se viu. Sendo o livro, indiscutivelmente, um instrumento de poder, o seu acesso, primeiro por parte da burguesia e depois das camadas populares, contou com a oposição, por vezes feroz, quer das elites quer das camadas mais conservadoras” (Rebelo 2002: 71).

Em síntese, a leitura, pelo menos para a burguesia ilustrada, durante boa parte do século XIX era feita nos gabinetes de leitura, moda importada de França, onde tinha surgido em meados do século anterior. A partir de meados do século XIX, em paralelo ao desenvolvimento do processo de escolarização e crescimento da imprensa, difundem-se os gabinetes de leitura comerciais e os grémios das associações operárias enquanto clubes de leitura destinados, respetivamente, à burguesia letrada e às camadas populares e trabalhadoras.

3. As Bibliotecas na República

“No caso português (...) sublinhe-se que, a partir de meados do século XIX e princípios do século XX, o republicanismo foi conquistando as elites mais intelectualizadas e que, primeiramente, atuou mais como uma força cultural de base urbana, do que como uma força política (...) não surpreende que o republicanismo tenha lutado pela institucionalização política da revolução cultural, que fosse capaz de acelerar a modernização das consciências e do país.” (Catroga, 2002: 34-35).

A frase em epígrafe retrata a emergência da cultura republicana portuguesa, imbuída do desejo de refundação das estruturas culturais, políticas e socioeconómicas do país. De facto, a implantação da República deu um renovado fulgor à criação e promoção de instituições culturais, mormente de bibliotecas. A emergência de uma nova mentalidade e cultura políticas, o surto de novos movimentos sociais e novas necessidades de mobilização e de educação popular, em nome de hodiernas e velhas causas - suprimir a insuficiência cultural, educativa das massas, promover a secularização no ensino -, surgem como condição do exercício consciente da liberdade e da cidadania. Numa palavra, conforme referem Catroga e Almeida “Saber como se elege exige conhecer quem se elege” (2010: 16). A República entendia que só a emancipação cultural e política do indivíduo o poderia transformar num “verdadeiro cidadão, isto é como um «co-soberano na cidade»” (Catroga, 2002: 35).

De algum modo, o republicanismo pressupunha a continuidade dos ideais culturais do Iluminismo divulgados pelo liberalismo oitocentista, designadamente a secularização, a obrigatoriedade e a gratuitidade do ensino como instrumento de aperfeiçoamento social do indivíduo (Lopes, 2010: 268). Estas premissas constituem o cerne do projeto cultural republicano. O movimento republicano não é alheio à necessidade de instrução do povo.

De acordo com Eduarda Dionísio (1985), existe uma especificidade cultural no tempo político de vigência da república portuguesa. Para esta autora, o período republicano tem uma identidade cultural própria, promovendo um movimento radical de transformação cultural do país, liderado pelas elites políticas e sociais urbanas. Promove-se o desenvolvimento de uma política civilizacional que se pretende dominante, surgindo novas formas de organização da cultura e modos específicos de a consumir. “Interessava menos governar o Estado do que mudar os costumes e as crenças dos portugueses, convertê-los, criar um novo mundo em Portugal” (Ramos, 2001: 374-375). É também neste período que desponta uma forma de literatura proletária, a par da

formação de orquestras, bandas e orfeões, de associações recreativas e culturais, populares e operárias. É uma época em que a cultura tem uma dimensão pública e coletiva muito forte, associada à educação cívica e à promoção da cidadania, conforme referimos.

A cultura política republicana evoca simultaneamente os valores da liberdade (uno), igualdade (múltiplo) e fraternidade, assentando na ética política e na livre escolha democrática e consciente. O projeto do regime republicano português propunha-se levar a cabo o ideal de cidadania, por meio de uma espécie de refundação da sociedade política e a consagração da soberania nacional. Para isso é necessário que os cidadãos da República sejam instruídos, isto é racionalmente emancipados. A instrução exige a alfabetização e a manutenção dessa competência através da prática da leitura que, no entender dos repúblicos, deveria essencialmente ser garantida pelas bibliotecas (Proença, 2009).

Por conseguinte, “a I República irá necessariamente atribuir relevância à questão da leitura pública (...) logo por decreto de 18/3/1911 ficam definidas as linhas programáticas da reorganização do sector bibliotecário.” (Melo, 2010: 13).

Tendo a ideologia republicana uma forte componente ético-cultural, o poder político burguês e instituído é impulsionado pela “preocupação da ‘democratização’ do saber (sinónimo de instrução, divulgação, educação), consumida e produzida pelas populações e também pelos trabalhadores organizados das cidades.” (Dionísio, 1985: 9).

É o tempo dos congressos pedagógicos, que propagavam o ensino técnico como instrumento essencial à instrução do povo. No relatório da reforma do ensino técnico de 1 de Dezembro de 1918, afirma-se: “Nos inícios do século XX, reitera-se a profissão de fé na função do sistema educativo acreditando que (...) na escola técnica está a força, o direito e o futuro de um povo” (Alves, 2009: 30).

Durante este período histórico, era entendido que a deficiente formação dos recursos humanos, ocupados na indústria, constituía um dos obstáculos colocados ao processo de industrialização do país (Mendes e Amado, 1999). Assim se compreende que a reforma de 1918 de Azevedo Neves ordene a reestruturação da rede de ensino técnico, altere a função deste ensino, e amplie a respetiva rede de escolas (Alves, 2009).

A premência das reformas educativas conduz o Ministério do Interior da República a legislar sobre bibliotecas, seis meses após a implantação do novo regime. Em 18 de Março de 1911, o Governo Provisório, através da Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, promulga o decreto que defende uma reforma da política bibliotecária no país, referindo no preâmbulo que

“no interesse da Pátria e da República urge que as Bibliotecas e Arquivos portugueses operem a cultura mental, funcionando como universidades livres, facultando ao povo, na lição do livro, o segredo da vida social moderna; destruindo a ignorância, que foi o mais forte sustentáculo do antigo regime” (Decreto de 18 de Março de 1911, Preâmbulo, p. 497).

Para os republicanos, a reforma do sistema bibliotecário é uma questão fundamental à instrução do povo, considerando-o um poderoso meio de modelação da cultura e mentalidade, a par da escola. O movimento republicano tinha forte inspiração externa, que se reflete na crença de que era fundamental colocar a população portuguesa em situação similar àquilo que classificavam de “inteligência mundial”.

No primeiro diploma legislativo em matéria de política bibliotecária, promulgado em 1911, surge um hodierno conceito de biblioteca, considerada como um espaço que não deve apenas “conservar os livros, mas torná-los úteis”, como instituição de ensino público consagrada “ao progresso da inteligência, à extensão da cultura científica, [constituindo] focos de irradiação mental” (Decreto de 18 de Março de 1911, Preâmbulo: 497).

A legislação vanguardista da República distingue conceptualmente a leitura de presença na biblioteca, a leitura domiciliária e as coleções móveis, as salas para crianças, a leitura no caminho-de-ferro, nos hospitais e nas prisões. Os republicanos admitem e distinguem vários tipos de bibliotecas: bibliotecas gerais e especializadas.

Naturalmente que os republicanos são bastante críticos em relação às políticas de leitura e de constituição de bibliotecas promovidas durante a Monarquia Constitucional, considerando no diploma de 1911 que, nesse período político, as bibliotecas serviam:

“para sequestrar o livro, defendendo o povo do pecado de saber, repelindo a criança e o operário, contrariando o estudioso, traíndo o princípio que manda reservar o volume raro, para impedir a leitura do livro emancipador, exercendo a censura sobre a

requisição do leitor, anulando de facto o livro, como o fazia a Inquisição, cujo crime não era destruir pelo fogo o exemplar, mas impedir pelo fogo a sua leitura (Decreto de 18 de Março de 1911, Preâmbulo: 498).

Com tal distância se colocam do regime anterior, que são levados neste campo a afirmar que: “Para o antigo regime, o perigo era pensar; para a República, o perigo é a ignorância” (Decreto de 18 de Março de 1911, Preâmbulo: 498), pretendendo assim demarcar-se inteiramente do anterior regime.

As referências internacionais para os republicanos são os exemplos vindos dos ingleses e americanos, bem como o respetivo modelo cultural de *self instruction*, a que juntam os objetivos de ensinar, informar e distrair, que os anglo-saxónicos atribuem às bibliotecas.

No que respeita às características do profissional, o documento legal, a que temos vindo a referir-nos, rejeita o perfil conservador e tecnicista, apontando para um tipo de profissional propagandista “cujo orgulho profissional consiste em destruir pelo fogo milhões de volumes que, no apostolado da instrução, se fizeram circular até completamente se inutilizarem” (Decreto de 18 de Março de 1911, Preâmbulo: 498). Do mesmo modo, adiantam que a propaganda tem a ver com a necessidade de incutir a ideia do dever cívico e político a todos os cidadãos da república, e daí que todos devam estar preparados para a indispensável mudança de mentalidades.

“as bibliotecas devem publicar listas de livros que possam pôr o cidadão ao corrente dos negócios públicos, habilitando-o a conhecer as leis eleitorais, as constituições, as reformas da instrução, os planos financeiros, tudo quanto é submetido ao seu exame pelas publicações oficiais, pela discussão do parlamento e pelo programa dos candidatos ao mandato eleitoral” (Decreto de 18 de Março de 1911, Preâmbulo: 498).

Apesar da legislação monárquica de 1870 ter como objetivo a criação de Bibliotecas Populares em todos os concelhos do país, constata-se que, desde então, tal objetivo não foi alcançado por manifesta incapacidade e vontade políticas. As Bibliotecas Populares existem apenas nos grandes centros, conforme salienta o diploma de 1911: “Não bastam, porém, à instrução do povo português as atuais Bibliotecas dos grandes centros” (Decreto de 18 de Março de 1911, Preâmbulo: 498).

No novo contexto político, entenderam os republicanos reorganizar e reformular os serviços das Bibliotecas e dos Arquivos Nacionais. Os legisladores republicanos são,

entre os períodos examinados, os que vão mais longe na tipificação das bibliotecas, dividindo-as em três tipos: eruditas, populares e móveis, definindo as respetivas atribuições (artigo 2º do diploma citado). São, de igual modo, os que mais coerência concedem à criação do projecto dum sistema nacional de bibliotecas. A Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, constituía a entidade de que dependiam os serviços das bibliotecas e arquivos nacionais.

3.1.As Bibliotecas Eruditas

Conforme referimos, o Decreto de 18 de Março de 1911 reorganizou os serviços das bibliotecas e dos arquivos dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial com o intuito de operar uma reforma da cultura e das mentalidades em geral. Nas Disposições Gerais, no artigo 3º, refere-se ao núcleo de unidades das Bibliotecas Eruditas destinadas ao desenvolvimento e promoção da cultura científica erudita. O quadro seguinte representa a divisão das Bibliotecas Eruditas:

Quadro nº 3 – Divisão das Bibliotecas Eruditas

1 Dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial
Biblioteca Nacional de Lisboa
Biblioteca Pública de Évora
Biblioteca Pública de Braga
Biblioteca Pública de Castelo Branco
Biblioteca Pública de Vila Real
Biblioteca Pública de Ponta Delgada
Biblioteca Nacional de Lisboa
Biblioteca Pública de Évora
2 Anexas a Sociedades Científicas e ao Ensino Superior
Academia das Ciências de Lisboa
: Sociedade de Geografia
Escola Naval
Escola Politécnica de Lisboa
Faculdade de Medicina de Lisboa
Escola do Exército
Universidade de Coimbra
Academia Politécnica do Porto
Academia das Ciências de Lisboa
.Sociedade de Geografia
Escola Naval
3 Ligadas às Secretarias de Estado, Liceus, Seminários
4 Pertencentes a antigos Paços Reais e a algumas Câmaras Municipais
Paço Real de Mafra
Paço Real da Ajuda

Fonte: Decreto de 18 de Março de 1911.

Assim, verificamos que para os legisladores de 1911, as Bibliotecas Eruditas são definidas como aquelas que, pelo carácter do seu depósito bibliográfico, se prestam ao desenvolvimento da cultura científica, literária e artística, ou se apresentam como magníficos repositórios de obras e documentos históricos. A missão destas bibliotecas seria a conservação e valorização do livro, como elemento de cultura científica, e como contributo e documento histórico, pelo seu valor patrimonial.

Decretava-se que as Bibliotecas Eruditas deveriam reunir os documentos necessários à elaboração de biografias completas, de escritores mortos, e à celebração da sua memória. Fariam parte desta classe de bibliotecas, as unidades dependentes da Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, as bibliotecas anexas a sociedades científicas e aos estabelecimentos superiores de ensino, as bibliotecas anexas às Secretarias de Estado, como sejam: os liceus, seminários e outros estabelecimentos.

No Decreto de 18 de Março de 1911 são igualmente mencionadas as bibliotecas pertencentes aos antigos Paços Reais (Mafra e Ajuda), e as de algumas Câmaras Municipais, bem como as bibliotecas dependentes da Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial: a Biblioteca Nacional de Lisboa e as bibliotecas públicas de Évora, Braga, Castelo Branco, Vila Real, e Ponta Delgada.

No grupo das Bibliotecas Eruditas anexas a sociedades científicas e aos estabelecimentos superiores de ensino constavam, entre outras, as da Academia das Ciências de Lisboa, Sociedade de Geografia, Escola Naval, Escola Politécnica de Lisboa, Faculdade de Medicina de Lisboa, Escola do Exército, Universidade de Coimbra e Academia Politécnica do Porto.

O Decreto acima referido estabelece igualmente que no quadro das Bibliotecas Eruditas só as do grupo um, ou seja, as bibliotecas dependentes da Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, a ele ficam sujeitas. Todas as restantes são respeitadas na sua independência e autonomia.

Ainda no que se refere às Bibliotecas Eruditas, os legisladores republicanos estavam particularmente preocupados em estabelecer a estrutura da classificação que entendiam mais adequada para a organização da coleção. No quadro que a seguir apresentamos,

explicitamos o modo como o diploma legal de 18 de Março de 1911 determina a estrutura de organização da bibliografia nessas bibliotecas:

Quadro nº 4 – Estrutura de classificação das Bibliotecas Eruditas

A	Bibliografia geral. Enciclopédias. Dicionários gerais. Revistas e jornais. Poligrafia.
B	Teologia e Ciências das religiões
C	Direito
D	Medicina
E	Ciências
E1	Filosóficas
E2	Matemáticas
E3	Físico-químicas
E4	Histórico-Naturais
F	Literatura
G	Artes
H	História
I	Incunábulos
K	Manuscritos

Fonte: Decreto de 18 de Março de 1911.

Pelo exposto, apesar de serem enquadradas nas Bibliotecas Eruditas, um largo espectro de bibliotecas desta classificação apenas se destinaria a ser aplicada na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca Pública de Braga, na Biblioteca Pública de Castelo Branco, na Biblioteca Pública de Vila Real, e na Biblioteca Pública de Ponta Delgada (Decreto de 18 de Março de 1911, artigo 3º, § 1º).

3.2.As Bibliotecas Populares

As Bibliotecas Populares, por seu turno, são destinadas “à vulgarização, expansão e propaganda do livro” (Decreto de 18 de Março de 1911, artigo 9º). Com este decreto, pretende-se que sejam constituídas secções populares nas bibliotecas dependentes da Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. Na Biblioteca Nacional de Lisboa instruiu-se uma secção popular com espaço próprio, dependente dos recursos do tesouro público. Por seu lado, todas as câmaras municipais seriam obrigadas a fundar Bibliotecas Populares. Nos termos do decreto, as câmaras que já possuísem bibliotecas deveriam estabelecer secções populares. Nos casos de Lisboa e do Porto, as câmaras municipais estabeleceriam sucursais das Bibliotecas Centrais.

Do mesmo modo, nos concelhos de grande área geográfica, com povoados de maior importância, as câmaras municipais podem estabelecer sucursais da Biblioteca Central

existente na sede do concelho e que ficariam sob a direção dos professores de instrução primária das localidades onde fossem instaladas. A questão do financiamento foi pensada através da criação de um fundo destinado a esse fim. Esse fundo seria constituído por verbas até então destinadas ao culto. Este assunto está devidamente contemplado no parágrafo 2º, do ponto 6, do artigo 18º, do referido diploma.

Quadro nº 5 - Tipologia das receitas para financiamento das Bibliotecas Populares

Verbas destinadas ao culto
Imposto especial lançado sobre as bebidas alcoólicas
Subscrições, donativos e legados
Receitas de espetáculos promovidos com esse fim
Livros adquiridos pela biblioteca nacional e destinados a essas bibliotecas
Contribuição do parlamento que não poderia ser utilizada para outro fim

Fonte: Decreto de 18 de Março de 1911.

Estamos perante uma forma de simultaneamente financiar a cultura, ou a instrução, como era aliás mais comum dizer-se à época, e pelo mesmo modo aplicar a política anticlerical característica da generalidade do pensamento republicano. O fundo era também constituído por um imposto especial lançado sobre as bebidas alcoólicas, as subscrições, donativos e legados, por receitas de espetáculos promovidos para esse fim, e ainda “Por uma contribuição aprovada pelo Parlamento, sob proposta da câmara municipal e votada por dois terços dos eleitores municipais.” (artigo 18º, ponto 6).

Defendendo o novo conceito, função e atividade da biblioteca, a nova legislação tem o cuidado de indicar que o horário de abertura é das dez horas da manhã às quatro horas da tarde, e desde as sete às onze horas da noite. É permitida a leitura domiciliária, e as crianças terão acesso a partir dos seis anos de idade, estando previsto a disponibilização de uma sala especial para as crianças confiada, de preferência, a uma mulher. De igual modo, estão previstas a elaboração de conferências para a “propaganda do livro” (artigo 14º).

Da mesma forma que procedem a indicações quanto à organização das coleções nas Bibliotecas Eruditas, os legisladores republicanos demonstram igual preocupação com a forma de organização técnica das Bibliotecas Populares. Determinam as secções da classificação que entendiam serem adequadas a este tipo de bibliotecas. Uma vez que se

destinavam à instrução do povo, à rápida informação e ao entretenimento, o quadro de classificação é diferente, e adaptado a essa camada maioritária da população portuguesa. Para estas bibliotecas cujo público-alvo não é letrado e instruído, é proposta uma classificação muito simples, considerando apenas cinco grandes grupos, conforme o quadro seguinte:

Quadro nº 6 - Plano de classificação das coleções das Bibliotecas Populares

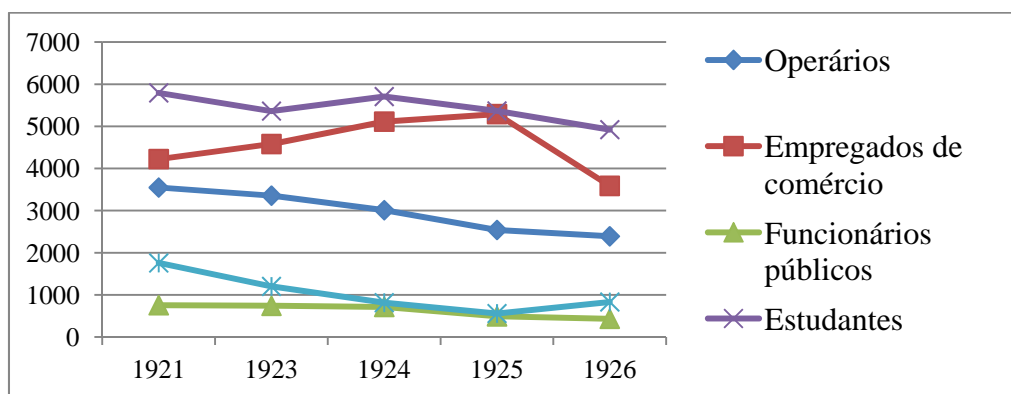
A	Obras Gerais – Dicionários e Enciclopédias, Revistas e Jornais
B	Sociologia – Política, trabalho e trabalhadores, cooperação, socialismo, protecionismo, livre-cambismo, assistência, clubes sociais, seguros, associações, comércio, correios e transportes
C	Ciência aplicada – Agricultura, Economia doméstica, Química aplicada, Física aplicada, Manufaturas, Indústria, Mecânica, Construção
D	Literatura popular
E	Geografia, Política e Estatística – Viagens e itinerários.

Fonte: Decreto de 18 de Março de 1911.

Desta importante arquitectura concebida e elaborada pela política republicana para as Bibliotecas Populares, há dois fatores que poderiam ter sido importantes para o sucesso da sua criação. O primeiro reporta-se ao facto de “todas as câmaras municipais [serem] obrigadas a fundar Bibliotecas Populares” (Decreto de 18 de Março de 1911, artigo 11º). O segundo factor é a questão da previsão do financiamento com as fontes de receita elencadas no quadro número cinco, *supra* (Decreto de 18 de Março de 1911, artigo 18º).

Dos grupos de leitores registados, no período compreendido desde 1921 a 1926, na Biblioteca Popular de Lisboa, damos conta no gráfico seguinte:

Gráfico nº 2 – Grupos de Utilizadores da Biblioteca Popular de Lisboa (1921-1926)



Fonte: Decreto 13 726 de 27 Maio de 1927.

Temos, deste modo, conhecimento da existência de diferentes grupos sociais que se registam na Biblioteca Popular de Lisboa, designadamente o grupo dos estudantes, dos operários e dos trabalhadores de serviços, que são divididos em trabalhadores do comércio e funcionários públicos; os profissionais liberais e um grupo residual designado 'sem indicação'. De acordo com esta classificação social, os maiores frequentadores da biblioteca eram os estudantes (27149), logo seguidos dos trabalhadores do comércio (22790). Os operários ocupam a terceira posição com valores bastante inferiores (14842). No entanto, nos anos de 1922 a 1926, a frequência global veio a decair. Os valores correspondentes aos estudantes passaram de 5793 para 4922, os empregados de comércio de 4222 para 3587, os operários de 3547 para 2390. De entre todos os grupos mencionados, os profissionais liberais foram os que mais se desinteressaram pelo serviço da biblioteca, tendo-se verificado uma redução superior a 50%⁴¹.

O gráfico demonstra que o objetivo de separar os públicos das Bibliotecas Eruditas das Bibliotecas Populares apenas é conseguido parcialmente, sendo certo que o grupo dos profissionais liberais é dos menos representados. No topo da frequência das Bibliotecas Populares encontram-se os estudantes e não os operários e empregados do comércio, grupos para os quais a biblioteca se destinaria.

Já realçamos a importância dada às Bibliotecas Populares na ação educativa de alguns grupos sociais, e quanto à preocupação com o respetivo controlo ideológico. Na perspetiva da divisão pré-estabelecida entre Bibliotecas Eruditas e Bibliotecas Populares, a distribuição dos públicos das bibliotecas não corresponde aos objetivos que delas se esperaria. O modelo parece não ser coerente ou, pelo menos, eficaz.

A Biblioteca Popular de Lisboa é a que melhor permite compreender, através do gráfico número dois (cfr. *supra*) que comentámos, o resultado social da sua atividade não corresponde de forma alguma aos objetivos preconizados.

Tendo em consideração de que se trataria de bibliotecas destinadas à instrução das camadas inferiores da população e do operariado, em alternativa às Bibliotecas Eruditas,

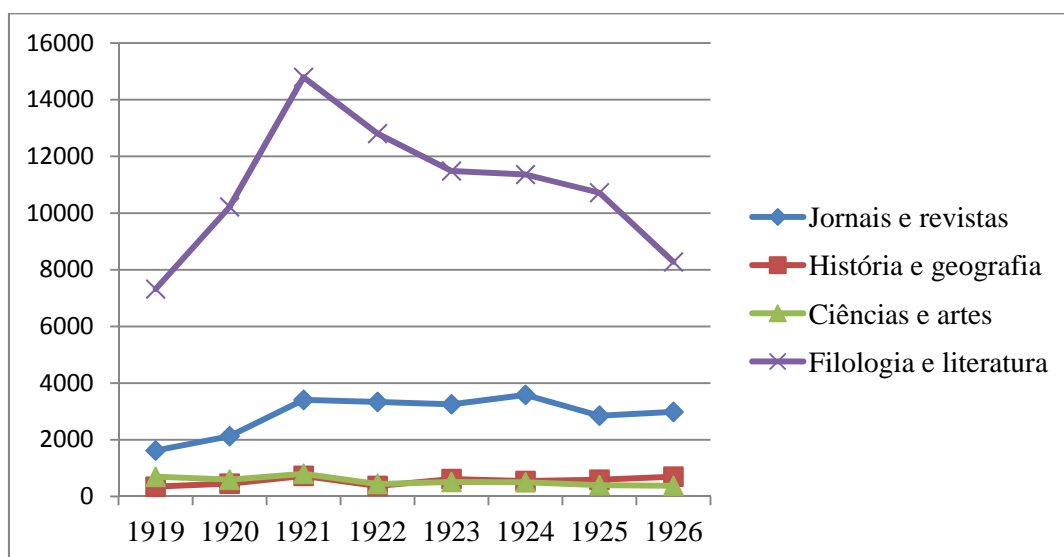
⁴¹Um decréscimo de 1757 frequentadores em 1922 para 831 em 1926.

o gráfico número dois demonstra que, desde o segundo ano de registo de dados, a frequência do grupo dos operários diminuiu significativamente, o que prova o desinteresse e abandono de um serviço público que teoricamente lhe seria dirigido.

Outra nota de registo, também quanto ao perfil da Biblioteca Popular de Lisboa, é ter registado os estudantes como o núcleo de utilizadores maioritários. Paradoxalmente, as Bibliotecas Eruditas destinaram-se a este grupo. Podemos inferir, deste modo, que nem a Biblioteca Nacional de Lisboa satisfazia os interesses e necessidades dos estudantes, nem a Biblioteca Popular da cidade atingia o seu público-alvo, constituído pelos grupos trabalhadores.

Verificamos que a divisão entre Bibliotecas Eruditas e Bibliotecas Populares na República, não parece ter respondido convenientemente aos diferentes grupos de interesses representados, respetivamente pelo público erudito e o popular. Esta terá sido, na nossa perspetiva, uma das principais razões para que a frequência da Biblioteca Popular tenha diminuído progressivamente. O abandono só pode significar desinteresse e desadequação às reais necessidades da população a que se dirigia.

Gráfico nº 3 – Movimento de Utilizadores por Secção na Biblioteca Popular de Lisboa (1919-1926)

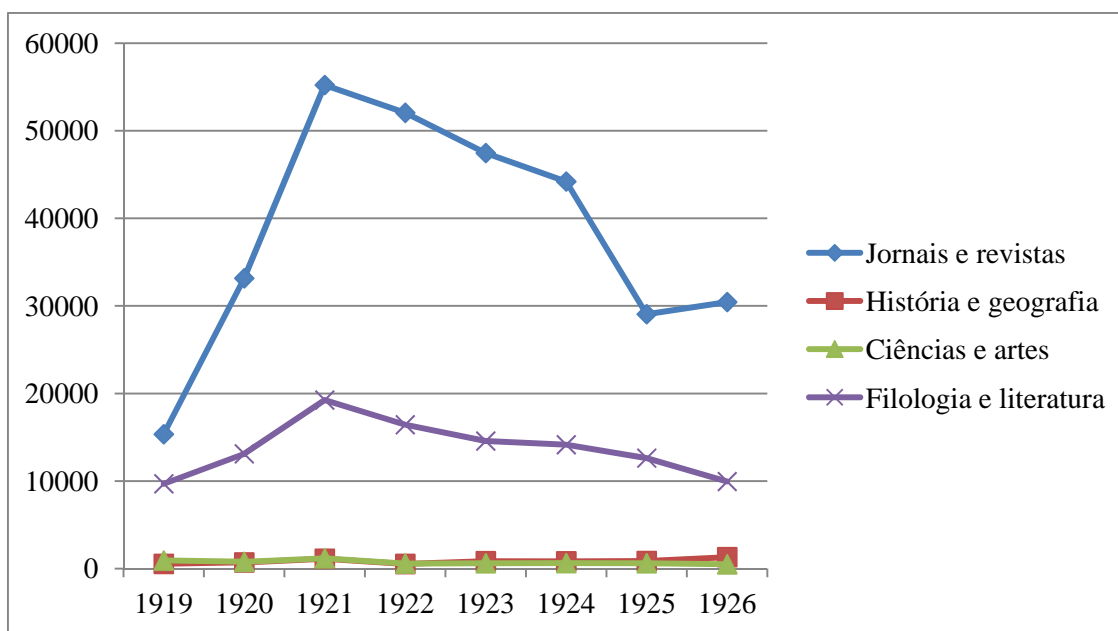


Fonte: Decreto 13 726 de 27 Maio de 1927.

Como se pode constatar no gráfico número três, os utilizadores da Biblioteca Popular de Lisboa frequentam essencialmente a secção dos jornais e revistas. Poucos são os utilizadores destas bibliotecas que se dirigem às secções de História, Geografia, Ciências e Artes.

A confirmação desta tendência poderá fazer-se no gráfico número quatro, que a seguir se apresenta respeitante aos documentos utilizados:

Gráfico nº 4 - Tipos de documentos consultados na Biblioteca Popular de Lisboa (1919-1926)



Fonte: Decreto 13 726 de 27 Maio de 1927.

Como se verifica no gráfico apresentado, há um pico de utilização e de consulta de documentos no ano de 1921. Nesse ano inicia-se a queda dos índices de utilização e de consulta da Biblioteca Popular de Lisboa. Se no número de leitores da secção de Literatura há uma pequena variação de 1921 a 1926, já o número de documentos utilizados sofre uma expressiva diminuição. É a confirmação de que o esforço da política republicana não tem efetiva correspondência com os desígnios propostos na legislação em vigor, mas também que as Bibliotecas Populares, pelo menos desde o ano de 1921, têm uma perda significativa de ação e influência.

3.3. Bibliotecas Móveis

Quanto às Bibliotecas Móveis, propostas pela política republicana, são definidas como “coleções de livros enviadas pelas Bibliotecas Populares às diversas localidades da sua área, e destinadas à leitura no domicílio” (Decreto de 18 de Março de 1911, artigo 19º).

A dimensão das coleções era pequena, de apenas cem (100) volumes, sendo que cinquenta (50) deveriam ser obras de ficção. As Bibliotecas Móveis eram assumidas como extensão das Bibliotecas Populares, pois eram enviadas por estas, e tinham a intenção de promover a “expansão do livro” e fazer a “propaganda da leitura” (artigo 20º). Este tipo de biblioteca funcionaria na escola primária, sob responsabilidade do professor. A requisição devia ser feita à Biblioteca Popular, pelo professor de instrução primária, por qualquer instituição ou comissão de propaganda. Os interessados deveriam prover ao pagamento imediato das despesas de transporte da biblioteca móvel, no seu próprio benefício, porque os pedidos eram atendidos com prioridade quando acompanhados “das verbas destinadas ao pagamento dos transportes” (artigo 21º).

A legislação republicana apresenta aspetos ideológicos relevantes, tais como: o da leitura domiciliária, das coleções móveis, da abertura das unidades em horário noturno, a intenção de criar bibliotecas em todos os concelhos; um vasto conjunto de ideias e princípios oriundos da prática anglo-saxónica, e que a legislação da época liberal, mormente no último quartel do século XIX, já tinha ensaiado. Daí que a legislação republicana possa, de algum modo, ser encarada mais como uma retoma de princípios anteriormente defendidos pela burguesia liberal ilustrada, do que propriamente inteira inovação. Coincidentemente (ou não), encontra-se a falta de capacidade de concretização do conjunto de reformas da política bibliotecária nos dois períodos políticos.

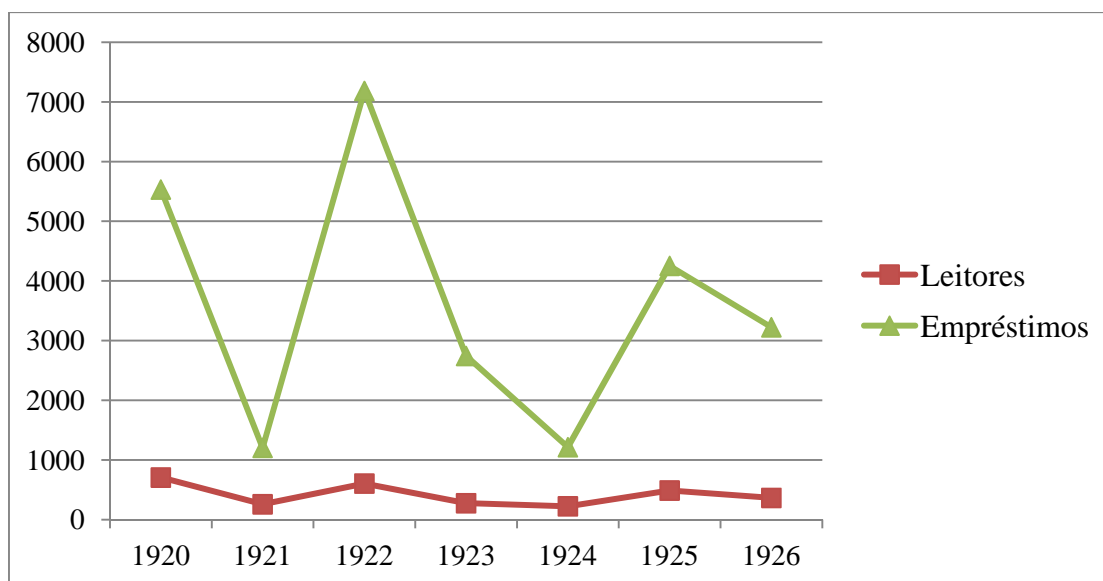
Conforme tivemos oportunidade de referir no ponto 2.2 (*supra*), a legislação de 1870 tinha previsto a criação de uma Biblioteca Popular por concelho, a expensas da câmara municipal. Esta legislação é clara e determinada, ao ponto de indicar o orçamento a que cada unidade bibliotecária teria direito. Pretendia-se que essas bibliotecas proporcionassem a leitura presencial e a leitura no domicílio. Em dias feriados e véspera de feriados, era permitido ao público a leitura na escola primária. Porém, muitas reservas se levantam quanto ao êxito desta legislação, em virtude da intensa conflitualidade e alternância política, e da falta de recursos económicos e financeiros,

para além da ausência de um organismo que superintendesse a criação e organização destas instituições, aspetos que, conforme referimos, conduziram ao fracasso do programa reformador (Nunes, 1996: 29).

Relativamente à incapacidade reformadora da legislação republicana de 1911, parece esclarecedor o número de bibliotecas abertas ao público. Em 1919, existiam sessenta e oito (68) bibliotecas municipais, doze (12) das quais encontravam-se em organização, e trinta e sete (37) possuíam menos de dois mil volumes (Nunes, 1996: 30). Nos inícios da década de vinte do século XX, funcionavam vinte e duas (22) bibliotecas móveis, e em 1926 apenas circulavam dezanove (19), com índices de utilização irrisórios (Nunes, 1996: 29).

No gráfico seguinte podemos observar a representatividade da atividade das Bibliotecas Móveis, no período de 1920 a 1926.

Gráfico nº 5 – Movimento das Bibliotecas Móveis (1920-1926)



Fonte: Decreto 13 726 de 27 Maio de 1927.

Do gráfico apresentado, podemos extrair a ideia de que o número de leitores não aumenta ao longo dos anos e, por outro lado, é evidente a enorme irregularidade no volume dos empréstimos efetuados na modalidade de biblioteca móvel. Recordemos que das sessenta e oito (68) bibliotecas existentes em 1919, algumas tinham sido criadas anteriormente à instauração da República, como enfatiza o artigo 11º do citado documento legislativo.

Quadro nº 7 - Locais com Bibliotecas Móveis (1920-1926)

Regiões	Localidades	Totais
Norte	Ansião, Marco de Canaveses,	2
Centro	Carvoeira, Figueira da Foz, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós, Torres Novas, Vale do Paraíso	8
Sul	Alcoutim, Almada, Arroios, Cacilhas, Cartaxo, Cuba, Elvas, Loulé, Marvão, Moita, Mortágua, Odivelas, Ponte de Sor, Seixal, Setúbal, Serpa, Sines	17
Ilhas	Angra do Heroísmo, Horta	2
Organismos	Hospitais Cíveis de Lisboa, Instituto de Arroios, Instituto Médico Pedagógico	3

Fonte: Decreto 13 726 de 27 Maio de 1927.

Verificamos que neste período histórico de dezasseis anos, os municípios são incapazes de dar cumprimento à pretensão republicana de criar Bibliotecas Populares, e unidades móveis em todos os concelhos do país. Foram inicialmente instituídas apenas cinquenta (50) para, de seguida, no espaço de dois anos, deixarem de circular mais de metade das bibliotecas móveis criadas. Neste quadro, não será exagerado classificar este processo de fracasso.

De tudo o que foi exposto conclui-se que a política cultural e de bibliotecas da República assenta fundamentalmente nas orientações político-ideológicas de origem anglófona, influenciadas por alguns dos maiores vultos da cultura de então, a maioria das quais fora propalada desde o último quartel do século XIX, altura em que o republicanismo assume crescente vigor.

Não obstante, do ponto de vista político-ideológico, detetamos a existência de várias correntes de pensamento e de opinião. A par de alguns vultos da República defenderem posições diferentes em relação aos sistemas e práticas bibliotecárias, a corrente ideológica anarquista manifesta uma dura crítica em relação à Biblioteca Nacional, acusando-a de deficiente funcionamento e de obstrução à leitura (Melo, 2010). Posteriormente, a crítica estende-se para além da Biblioteca Nacional às restantes unidades, por servirem maioritariamente as elites aburguesadas e instruídas. “Principalmente por que a sua organização tem sido sempre defeituosa, quanto à sua disposição à leitura, e quanto, salvo exceções honrosas, ao recrutamento dos seus servidores” (Brito, 1920 *cit. in* Melo 2010: 15).

4. As Bibliotecas no Estado Novo

O novo regime que se seguiria à República, subsequente ao golpe de 28 de Maio de 1926, fez publicar no primeiro aniversário do golpe de Estado dois decretos com particular incidência sobre o destino das bibliotecas. O Decreto número 13724 sobre as Bibliotecas Eruditas e os Arquivos, e o Decreto número 13726 que recai sobre as Bibliotecas Populares e Móveis. Estes dois decretos vão determinar a configuração do sistema de bibliotecas dependentes da administração pública no Estado Novo, a que virá acrescentar-se a política de censura, dando forma à realidade política e bibliotecária ao longo deste período histórico.

Tal como se tinha verificado no período da República é mantida a separação entre Bibliotecas Eruditas, Bibliotecas Populares e Móveis. Em época posterior vai continuar a entender-se e a afirmar-se que se deve manter a separação entre Bibliotecas Eruditas, destinadas à investigação no contexto dos planos de estudos das escolas superiores e dos estratos sociais mais cultos, e Bibliotecas Populares destinadas às camadas populares, com o objetivo de as educar, moralizar e enquadrar ideologicamente, de acordo com as prioridades e interesses do regime.

O preâmbulo do Decreto número 13724, apesar de considerar inovadora a anterior política de bibliotecas, reporta-se às questões da necessidade de poupança de recursos materiais e humanos, com estes equipamentos. Neste contexto afirma que estas unidades:

“têm de se subordinar às dificuldades do Tesouro, aos seus modestos recursos (...) reduz-se consideravelmente a despesa da biblioteca nacional (...). A inspeção é dotada de delegados distritais, sem novos encargos para o estado. Os serviços são simplificados e embaratecidos (...) o Ministro da Instrução Pública fica autorizado a reduzir vencimentos, gratificações e dotações” (Dec. nº 13724 de 1927).

O artigo 6º do mesmo diploma refere que os Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal são o órgão de publicidade por excelência, tendo uma periodicidade trimestral, e sendo dirigido pelo Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. Aliás, é importante realçar esta aliança entre Bibliotecas Eruditas e Arquivos, tanto mais que sabemos que os últimos eram essencialmente frequentados pelas pessoas mais cultas (eruditos, estudiosos, historiadores, literatos, entre outros).

No mesmo dia é mandado publicar o Decreto número 13726, destinado a regular as Bibliotecas Populares e Móveis ⁴².

Na parte preambular, os decretos mencionados desenvolvem uma argumentação assente na ideia de que foram bastante modestos os resultados do Decreto de 2 de agosto de 1870, resultante dos ideais liberais, e o do Decreto de 18 de Março de 1911 elaborado e promulgado pelas entidades republicanas democráticas. O mais recente legislador (do Estado Novo) expressa que os insuficientes resultados se devem à falta de organização das Biblioteca Populares e Móveis. Do mesmo modo, a legislação do Estado Novo salienta a enorme reputação das Bibliotecas Populares no estrangeiro, sendo objecto de encontros e congressos científicos, mormente na Alemanha, na Inglaterra e nos EUA. Sob vários pontos de vista, o legislador faz questão de apreciar o seu largo alcance social e económico, não deixando de reconhecer os bons resultados das Bibliotecas Populares (*free-libraries*) (Decreto número 13726 de 1927).

Não obstante a justificação para necessidade da reforma legislativa de 1927 assentar nos maus resultados da legislação de 1870 e 1911, manteve-se a divisão essencial entre Bibliotecas Eruditas e Bibliotecas Populares, como determina o texto legal:

“Realmente, se os países civilizados precisam de Bibliotecas Eruditas, que oferecem aos sábios e investigadores todos os fundamentos da ciência e da história, não é menos certo que as Bibliotecas Populares, quando convenientemente preparadas para a vida moderna, são altamente proveitosas pela sua ação intensa e moralizadora. De facto, essas bibliotecas, não se destinando apenas a um reduzido escol intelectual, mas sim à grande massa popular, vão fecundar em todas as camadas poderosas faculdades de trabalho útil e construtivo” (Decreto número 13726 de 1927).

Estamos perante uma conceção que repousa na ideia da existência de dois grupos de bibliotecas, para dois perfis de pessoas distintos: as Bibliotecas Eruditas, para os sábios e os estudiosos, e as Bibliotecas Populares, para as grandes massas populares, conforme referimos.

⁴² Da responsabilidade de Óscar Carmona, Adriano da Costa Macedo, Manuel Rodrigues Júnior, João José Sinel de Cordes, Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa, Jaime Afreixo, António Maria de Bettencourt Rodrigues, Júlio César de Carvalho Teixeira, João Belo José Alfredo Mendes de Magalhães e Felisberto Alves Pedrosa.

Ainda no preâmbulo do Decreto número 13726 de 1927, ao mesmo tempo que se considera que se impõe ser conferida às bibliotecas portuguesas a moderna feição das bibliotecas anglo-saxónicas, afirma-se igualmente que deverão ser implementadas com a modéstia compatível com os escassos recursos das finanças públicas. A superior preocupação com o controlo dos encargos financeiros está bem patente na lei.

Neste contexto, faz-se referência à difícil e frágil situação financeira vivida no país, para o que se carrega para o texto legislativo o argumento do aumento do custo do livro e do jornal, reconhecendo que o grande público só poderá ler na biblioteca. Assim faz parecer que o texto legislativo comporta uma maior preocupação em justificar a incapacidade de constituir bibliotecas públicas do que em legislar decididamente no sentido da sua concretização. Dessa forma, no diploma legislativo de 27 de Maio de 1927, afirma-se a importância da reorganização dos serviços das Bibliotecas Populares e Móveis, mas que se resume ao funcionamento da Biblioteca Popular de Lisboa, pretendendo que esta unidade de prestação de serviços venha a possibilitar o lançamento de uma Rede de Leitura Pública. Neste sentido, o legislador refere que ao “Estado compete somente dar o primeiro impulso”, pois de acordo com a lei, caberá às câmaras municipais a responsabilidade da dotação necessária, extraída das suas receitas ordinárias, para a constituição das unidades locais (Decreto número 13726 de 1927, artigo 18).

À Biblioteca Popular de Lisboa é atribuída a incumbência de realizar no país um serviço de leitura pública, e uma hemeroteca de coleções duplicadas, a receber da Biblioteca Nacional de Lisboa. O artigo 4º do decreto que temos vindo a referir aponta para a celebração de entendimentos, nomeadamente com os municípios de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga, bem como com outros centros importantes do país que possuam bibliotecas abertas ao público, no sentido de melhorar e de atualizar o serviço de leitura por meio do envio de espécies. Aponta-se, de igual forma, para a necessidade de constituição, em cada município dotado de serviços bibliotecários, de uma comissão bibliotecária composta pelas pessoas “mais categorizadas da localidade” (Decreto número 13726 de 1927, artigo 5º).

Por seu lado, é criado um curso trimestral para funcionários das Bibliotecas Populares, cujos formadores seriam os funcionários da Biblioteca Popular de Lisboa. Apesar de todas estas iniciativas, e devido à inexistência de recursos humanos qualificados (artigo

12º), regra geral, é indicado o professor primário local para o desempenho das funções de bibliotecário nas Bibliotecas Populares.

Finalmente, quanto aos propósitos de controlo ideológico, é manifestamente proibido “fornecer ao público livros, revistas e panfletos que contenham doutrinas imorais e contrárias à segurança do Estado” (Decreto número 13726 de 1927, artigo 21º).

Com estes constrangimentos, podemos concluir que a legislação sobre bibliotecas do Estado Novo reitera a intenção de separar em dois subsistemas as bibliotecas portuguesas, procurando enquadrar e ‘controlar’ ideológica e politicamente as classes mais baixas da população pela educação literária; isto em claro contraste com as *free libraries*, de que pretensamente reivindica a importância e os resultados.

O Estado Novo manteve o mesmo intuito de controlo ideológico da República. Por isso, não será de estranhar que sobre as bibliotecas haja um forte interesse político. Enquanto na I República as bibliotecas eram instrumento da formação da cidadania democrática, da instrução pública, do laicismo, da formação moral e do combate ao vício, mormente do álcool e do jogo, no Estado Novo a política desenvolvida em relação às bibliotecas tem um pendor fortemente ideológico, de controlo das massas como de resto é a essência deste regime (Rosas, 1994).

O Estado Novo aparentemente mantém os pressupostos e o sistema de organização das bibliotecas herdadas da República, ao conservar a distinção entre Bibliotecas Eruditas, Bibliotecas Populares e Móveis. No entanto, a política do Estado Novo, espelhada na legislação que entretanto produziu, transforma-se num obstáculo ao desenvolvimento de hábitos de leitura e de criação de bibliotecas. Uma outra característica que nos parece ter sido determinante e, de algum modo, complementar repousa na implementação da *política de censura*, em relação a todas as formas de comunicação escrita e não apenas o livro. O desenvolvimento da política de censura está evidentemente relacionado com a política de bibliotecas neste período. Nunca é de mais recordar que imediatamente após o golpe do 28 de Maio de 1926, foi limitado o direito à informação (Rosas, 1994; Medina, 1985). Do mesmo modo, no período de Ditadura Militar foram suspensas as garantias constitucionais com a promulgação da Lei de Imprensa pelo Decreto número 11839 de 5 de Julho de 1926, pouco depois alterado pelo Decreto número 12008 de 29 do mesmo mês e ano (Gonçalves, 1965: 118). Após a aprovação da Constituição de

1933, é promulgado o Decreto-lei número 22469 que regulamenta a censura prévia a todas as publicações periódicas, bem como à generalidade das publicações.

Por conseguinte, as bibliotecas viram limitada a sua ação ao serem vistas como instrumentos de doutrinação dos princípios do regime de ditadura. No preâmbulo ao Decreto número 13726 de 27 de Maio de 1947, que legisla sobre as Bibliotecas Móveis e Populares, afirma-se que estas unidades, quando convenientemente preparadas para a vida moderna, são altamente proveitosas pela sua ação moralizadora e educativa. O enquadramento ideológico é evidentemente uma preocupação do Estado Novo. “É absolutamente vedado fornecer ao público das Bibliotecas Populares e móveis quaisquer livros, revistas e panfletos que contenham doutrinas imorais e contrárias à segurança do Estado” (artigo 21º).

“Às bibliotecas está reservada uma função importante na luta contra o analfabetismo. E a própria vida nacional tomará, decerto, outra cor: não será simplesmente a extensão de conhecimentos, mas também a formação moral, a aquisição de hábitos de seriedade, de probidade, de altruísmo, de ordem, que a leitura sem dúvida promove.” (Decreto-lei número 36147, 5 de Fevereiro de 1947, preâmbulo).

Com a intenção do cumprimento dessa função ideológica por parte das bibliotecas, o regime político em vigor tratava de assegurar a seleção da colecção, ao invés da garantia da pluralidade de oferta da biblioteca. O citado Decreto-lei salienta que os livros não podiam ser tomados ao acaso e que teriam de ser escolhidos cuidadosamente por pessoas idóneas. Para tal, o referido decreto apontava para a criação de um serviço de compra e remessa dos livros. As bibliotecas encontravam-se bastante limitadas e dependentes de um serviço centralizador, a quem era cometida a função de vigiar e garantir o controlo moral e ideológico favorável ao regime. O diploma sustentava a ideia de que estava “vedada aos professores e incorporação de quaisquer obras além das aprovadas nos termos deste decreto-lei, ainda que gratuitamente cedidas” (Decreto-lei número 36147, de 5 de Fevereiro de 1947, artigo 5º).

Esta é a política de leitura que o Estado Novo intenta concretizar nas bibliotecas públicas. A par destes constrangimentos, há que considerar que o público da biblioteca é composto por uma população pouco escolarizada, e com elevado índice de analfabetismo, situação que se irá manter até meados da década de setenta do século XX. O Decreto número 38969 de 27 de Outubro de 1952 dispensava da obrigação de

frequentar o ensino primário quem residisse a mais de três quilómetros de qualquer escola, desde que não lhe fosse assegurado o transporte gratuito (Costa, 1979: 19).

O resultado destas políticas que têm diminuta preocupação com a alfabetização e uma quase nula política bibliotecária para o país é, o mais das vezes, o fraco desenvolvimento social e económico. Verifica-se que o legislador tinha principalmente em mente acautelar o controlo político e ideológico dos acervos das bibliotecas. Um retrato da falta de política bibliotecária no Estado Novo é dado por Barreto (2000) que reporta ao ano de 1960 a precária existência de oitenta e nove (89) bibliotecas, cento e oito (108) leitores por mil habitantes, e um índice de consulta de 0,3 livros por habitante. Neste mesmo ano, a média era de um livro para cada dois habitantes no espólio das bibliotecas. Do mesmo modo, os dados estatísticos confirmam todas os nossos pressupostos, dando conta de que três milhões e meio de portugueses não sabiam ler e escrever, numa população de cerca de dez milhões de habitantes, ou seja, quase 35% da população. O mesmo será dizer que um terço da população não pertence ao universo do público bibliotecário, encontrando-se fora do alcance dos objetivos de enquadramento ideológico e de formação moral, desígnios pelos quais tanto pugnava o regime do Estado Novo.

5. A Inoperância das Políticas de Criação de Bibliotecas de Leitura Pública

Das observações que temos vindo a fazer acerca dos momentos de criação das bibliotecas públicas, constatamos que o seu surgimento se deve, o mais das vezes, a razões de conservação patrimonial do que a uma política deliberadamente orientada para a promoção da leitura pública. Desde logo no período pós Revolução Liberal, as bibliotecas públicas resultam da necessidade de acomodar os acervos bibliográficos patrimoniais provenientes dos extintos conventos e mosteiros. As bibliotecas tomam o nome de «públicas», por razões de propriedade e tutela, e por possibilitarem o acesso ao público. Trata-se de um público erudito, em resultado das características da coleção, fruto da aludida proveniência.

Apesar da Monarquia Constitucional e o regime liberal terem produzido legislação ‘inovadora’, v.g. o Decreto Régio de 2 de Agosto de 1870, esse conjunto normativo teve poucos efeitos práticos, tendo sido insuficientes e claramente insatisfatórios. Daí que desde inícios da implantação da República (1910-1911) se constata a carência de bibliotecas, circunstância que conduz, no imediato, à elaboração de nova legislação que pretendia organizar e reformar todo o sistema bibliotecário do país (Decreto de 18 de Março de 1911). A legislação republicana tem o mérito de apresentar um modelo estruturado para as bibliotecas que divide em eruditas, populares e móveis. Na prática, limita-se a classificar as bibliotecas existentes no país, que pertencem às instituições de ensino e umas tantas que, apesar da denominação de públicas, são, pelas características da coleção, verdadeiramente patrimoniais. A maior diferença prende-se com a intenção de criação das duas outras tipologias que, a terem sido concretizadas, teriam constituído verdadeira inovação. Trata-se das refundadas Bibliotecas Populares e, como extensão destas, as bibliotecas móveis, mas que na realidade agrupam o mesmo tipo de coleções e destinam-se ao mesmo fim, que é o de facultar a leitura às camadas populares após o período de alfabetização. Contudo, se no período de governação liberal não se verificou a construção e a disseminação de bibliotecas, também na República não se criaram de raiz Bibliotecas Populares, e as Bibliotecas Móveis eram escassas. Das cinquenta (50) unidades criadas, em dois anos, foram reduzidas a metade, e apenas chegaram a vinte e nove (29) localidades do continente e ilhas.

A par deste evidente fracasso de concretização da legislação produzida, há ainda que refletir sobre a questão não menos importante da ausência de ‘materialização’ efetiva do

conceito de «leitura pública». Não obstante os repúblicos evocarem frequentemente o paradigma de biblioteca pública de origem anglo-saxónica, o modelo de biblioteca implementado em Portugal não lhe corresponde. Por conseguinte, quando se faz uso do termo confere-se-lhe um significado semântico diferente do original. O modelo que a Inglaterra industrializada concretizou na primeira metade do século XIX, e que, posteriormente, exportou para os Estados Unidos da América, onde a biblioteca da cidade de Boston foi pioneira, corresponde a um conceito de «leitura pública» cujas características são a leitura livre, gratuita, com empréstimo domiciliário, destinada a complementar a aprendizagem escolar e a formação profissional, para além de estar orientada para a promoção da cidadania e o exercício pleno dos direitos democráticos. A este respeito Melo (2010) realça a *nuance* existente, neste domínio, entre o espaço geográfico anglo-saxónico e o continente europeu.

No mundo anglo-saxónico, em finais do século XIX, criam-se bibliotecas para operários e para trabalhadores do comércio. As bibliotecas eram formadas por associações específicas, por beneméritos, por associações católicas ou por escolas de formação técnico-profissional. A criação da rede começa por ser descentralizada, com autonomia logística, mais tarde incorpora padrões normalizados quanto ao fundo bibliográfico, à catalogação, ao pessoal e à funcionalidade do edifício, entre outros aspetos. Eram bibliotecas gratuitas, com empréstimo domiciliário e livre acesso às estantes. Na Europa continental este modelo só se enraizou um século depois, mormente a partir dos anos de 1960-1970 (Melo 2010: 8). No entanto, no continente europeu há algumas exceções como é o caso da Alemanha que “desde c. 1870 (e, sobretudo, desde 1895) se intentou reformar o modelo da biblioteca popular (*volksbibliothek*)”, realça o mesmo autor (Melo, 2010: 8). De igual modo, na Bélgica a lei de 1921 “autorizou a criação de bibliotecas comunais e estabeleceu o quociente mínimo de financiamento das mesmas por habitante” (Loureiro, 1938 *cit. in* Melo, 2010: 9).

Em Espanha, durante o tempo da II República (1931-1939), criou-se um modelo de biblioteca pública, com objectivos semelhantes aos do continente europeu: conquistar para a leitura o público não habituado aos livros, e melhorar o nível de cultura da população em geral. Do mesmo modo, os republicanos espanhóis ambicionavam a implementação de um modelo de funcionamento, e a estrutura das *Free Public Libraries* anglo-saxónicas, que se transformaram num modelo para a Europa continental. Os ideais revolucionários, de formação ideológica e de democratização do acesso

(gratuitas e abertas a toda a população), estiveram igualmente presentes na constituição das unidades bibliotecárias, em Espanha. De entre os primeiros objectivos destacam-se, nomeadamente, a formação, o entretenimento e a participação cívica. Este foi o modelo de biblioteca que se desenvolveu apenas durante a vigência deste conturbado e curto período da história de Espanha.

Em França, a implementação e desenvolvimento das bibliotecas públicas de modelo anglo-saxónico, ou seja, de livre acesso, empréstimo domiciliário e gratuito, decorreu no período histórico da Frente Popular (1936-1937). No entanto, é importante realçar que a França já tinha assistido a uma experiência de estabelecimento de bibliotecas gratuitas e abertas a todos, pela American Library Association (ALA) que institui uma rede de leitura pública para as forças militares, em 1917 (Martinez, 2001).

“As Bibliotecas Populares euro-continetais apenas procuraram ser um paliativo para um segmento populacional notoriamente carenciado e subalternizado, sem ter as pretensões plurais, interclassistas, funcionais, institucionais (autonomia e integração em rede) (...) e com um estado mais preocupado em instrumentalizar a oferta bibliáca para combater hábitos mal vistos (o álcool e o jogo na taberna, a criminalidade, etc.), consumo de má literatura e de leituras subversivas, i.e., que pudessem colar o operariado, as massas, às ideologias revolucionárias que então pairavam no ar.” (Melo 2010: 9).

Esta diferença de modelos é ainda mais clara em Portugal, pois as primeiras bibliotecas públicas são constituídas com os fundos das coleções patrimoniais das livrarias dos extintos conventos e mosteiros, e ordens monásticas/religiosas e, à época, destinam-se essencialmente às elites e ao ensino superior. Assim aconteceu com a Biblioteca Pública Municipal do Porto, criada em 9 de Julho de 1833, obrigando o governo a legislar em Agosto de 1836, no sentido de serem criadas Bibliotecas Públicas nas capitais dos distritos que, mercê das características das coleções, assumem um carácter erudito e conservador. A legislação de 1870 em Portugal prevê a criação de Bibliotecas Populares a expensas das autarquias, daí que poucas bibliotecas se tenham instituído, apesar do espírito da lei ser o de criar bibliotecas à imagem da Europa mais desenvolvida e da América do Norte. Nos países industrializados, as bibliotecas estavam orientadas para enquadrar as massas populares. No contexto político da Regeneração (1851), Saldanhista (Silva, 1993) e da emergência de uma nova cultura política em Portugal (Sardica, 1997: 285-287), considerou-se que as bibliotecas promoviam o incremento da

instrução e da formação moral do indivíduo, ideia largamente difundida nos anos setenta do século XIX, tendo expressão prática na promulgação da lei que promove a criação das Bibliotecas Populares. Em sentido diverso e, de algum modo, oposto ao que presidiu à criação das *free libraries* anglo-saxónicas. Por isso se diz que as bibliotecas

“estavam mal concebidas de raiz, restringindo a sua utilidade social praticamente às elites: com fundos antigos (resgatados das ordens religiosas, etc.) e, portanto de pouco préstimo para um público alargado; em edifícios distantes do público comum (...) e pouco funcionais; sem recursos para o seu funcionamento regular; sem pessoal qualificado (...) Tal fenómeno ocorreu em países como a Alemanha, França, Espanha, Itália e Portugal” (Melo, 2010: 9-10).

O mesmo se passa na I República com a criação das Bibliotecas Populares destinadas à instrução e formação cívica enquadrada nos ideais republicanos.

É possível assinalar três razões principais que contribuíram para a ausência de concretização das intenções republicanas de criação de uma rede de bibliotecas no país: a questão cultural de que a maior expressão é o analfabetismo, a questão ideológica e o modelo económico definido para a criação de bibliotecas.

De facto, como afirmamos, a primeira razão poderá encontrar-se no enorme índice de analfabetismo e na prioridade que o regime pretendeu conceder à questão da instrução pública. O regime republicano tem uma enorme preocupação com a instrução do povo nos ideais da cidadania republicana. E a leitura é elemento essencial para atingir esse objetivo. Entende-se que só um povo a saber ler, poderá corresponder ao ideal de cidadão consciente, informado e interveniente na vida pública. Por isso se diz que “Enquanto regime instaurado à luz duma ética de cidadania e democracia política, onde a instrução era um instrumento central, a I República irá necessariamente atribuir relevância à questão da leitura pública” (Melo, 2010:13).

As elevadas taxas de analfabetismo são um dos principais entraves à concretização do objetivo republicano da instrução do país. Com a taxa de analfabetismo a situar-se nos 75%, no período da implantação da I República, e dessa forma também um entrave ao sucesso de uma política de bibliotecas e de leitura instrutiva e educativa nos ideais republicanos (Proença, 1929:109-113). Daí que para os republicanos a prioridade dada à política escolar se tenha sobreposto e anulado a política das bibliotecas.

A segunda razão que entendemos poder estar na ineficácia da política de leitura pública é a questão ideológica. A primazia dada à política educativa tem a ver com a forte luta pelo controlo ideológico das camadas populares que leva os republicanos a colocar em marcha a enorme tarefa de promover o ensino laico e de cariz anticlerical, mormente na segunda metade do século XIX. Neste contexto, podemos, de algum modo, afirmar que a política de Bibliotecas Populares é mais ideológica que educacional. As elites políticas republicanas mantêm a política bibliotecária herdada do liberalismo de Oitocentos e, *latu sensu*, a legislação de 1870. Assim, a legislação que cria a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos (1887), posteriormente refundada pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1901 com a designação de Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, mantém-se na República e coexiste com a Inspeção das Bibliotecas Públicas e Móveis criada em 18 de Março de 1911. Quanto ao organismo que tutela e supervisiona a inspeção das Bibliotecas Eruditas é mantido pela política republicana em moldes idênticos ao do período anterior.

A ideia republicana sobre política bibliotecária assentava no desígnio de conceber, a par das bibliotecas tradicionais destinadas às elites ilustradas, bibliotecas para o povo, numa clara desvalorização social dos equipamentos destinados às camadas mais baixas da população e menos alfabetizadas, contribuindo desse modo para a manutenção de uma visão elitista da função da biblioteca. Ora tal quadro ideológico não concorrerá positivamente para a promoção das bibliotecas nem para a promoção social dos leitores e potenciais beneficiários.

O que resulta destas ideias e correntes intelectuais que têm por objetivo a criação em Portugal de um sistema de bibliotecas semelhante ao das *free libraries* anglo-saxónico é o afastarem-se desse modelo na constituição das coleções bibliográficas, e consequentemente na divisão dos públicos. As elites políticas liberais portuguesas concebem uma estrutura dicotómica de bibliotecas: por um lado, as Bibliotecas Eruditas destinadas às elites, as que acolhem as livrarias confiscadas aos extintos conventos e as existentes nas escolas de ensino superior; e, por outro lado, as Bibliotecas Populares destinadas às camadas inferiores da população que retinham coleções ideologicamente orientadas.

Por esse facto, desde o dealbar do século XX, produz-se um intenso debate em torno da organização do sistema bibliotecário do país, incluindo na controvérsia a questão da

criação de bibliotecas para o povo. A polémica tem vários intervenientes oriundos de diferentes correntes ideológicas. Uma dessas correntes é defendida pela elite governante republicana que intervém no processo de leitura pública e na criação de bibliotecas. Alguma visibilidade dessa expressão interventiva no âmbito das bibliotecas deve-se:

“Em parte devido a políticos e dirigentes como António José de Almeida, então tutelando este sector [o das bibliotecas] (à frente do Ministério do Interior), e João de Barros, diretor-geral da Instrução. Mas em especial, devido a individualidades como Júlio Dantas, António Ferrão e Raúl Proença, os quais assumem relevantes missões, a nível político, de gestão e de coordenação técnica.” (Melo, 2010: 13).

Outro contributo importante na criação de bibliotecas é o representado pela corrente de pensamento anarquista. Os defensores desta ideologia mobilizam-se para criar e dinamizar bibliotecas de base operária e associativa, paralelamente às críticas que fazem aos outros modelos de bibliotecas. Melo (2010) refere que a corrente ideológica anarquista expressa críticas à Biblioteca Nacional por mau funcionamento e por obstrução à leitura de certas obras. A crítica estende-se da Biblioteca Nacional às restantes bibliotecas do país por só servirem as elites mais cultas, “Principalmente porque a sua organização tem sido sempre defeituosa, quanto à sua disposição à leitura, e quanto, salvo exceções honrosas, ao recrutamento dos seus servidores” (Brito, 1920 *cit. in* Melo 2010: 15-16). Neste quadro, os anarquistas, numa ação paralela às dos governos republicanos, criam as suas próprias bibliotecas, gabinetes de leitura e centros culturais de bairro garantindo a promoção dos seus ideais (Freire, 2003).

Mesmo dentro do grupo de personalidades que mais refletem sobre a política bibliotecária republicana não há consenso. Melo (2010) refere várias sensibilidades que nos permitem perceber a vivacidade da discussão que se associa à criação e desenvolvimento das Bibliotecas Populares. Uma dessas individualidades é Raúl Proença (1884-1941) que, em 1918, sete anos após a génese das Bibliotecas Populares, critica todo o sistema de bibliotecas republicano, ou seja, ataca tanto as Bibliotecas Eruditas como as Bibliotecas Públicas (Proença, 1920). Como proposta fundamentadora do seu projeto, defendia a existência de um corpo de bibliotecários itinerantes. Uma conceção na linha do idealismo militante e voluntarista que sondaria os interesses dos leitores e simultaneamente lhes sugeriria leituras.

De outro lado, Bettencourt Ataíde (1868-1934) surge como um dos defensores do modelo anglo-saxónico de bibliotecas (Ataíde, 1918). Ataíde parte da consideração de que o modelo das Bibliotecas Populares das reformas de 1870 e de 1911 falhara. Por conseguinte, deveria instituir-se uma rede de bibliotecas de cultura que tivesse em articulação uma componente fixa e outra circulante. A componente circulante seria composta por uma coleção bibliográfica que iria rodando pelas bibliotecas dos concelhos em itinerário pré-determinado. Para isso haveria de contar com o entendimento entre o Estado e os municípios e com a necessidade da existência de um organismo técnico central destinado a estimular e amparar a instauração das bibliotecas municipais (Ataíde, 1914).

Por seu turno, António Ferrão (1884-1961) defendia a distinção da Biblioteca Nacional das Bibliotecas Populares do tipo anglo-saxónico (Melo, 2010), criticando as bibliotecas existentes, classificando-as de inúteis, “que por aí se enfeitam com o pomposo título de Bibliotecas Municipais, em Bibliotecas Populares, isto é, órgãos instrução e de informação populares” (Ferrão, 1920 *cit. in* Melo, 2010: 39). Para António Ferrão as bibliotecas deveriam ser salas para leitura de jornais e revista a criar em bairros operários, em escolas primárias e outros estabelecimentos estatais localizados em “centros populacionais pobres e com maior presença de tabernas” (Ferrão, 1920 *cit. in* Melo, 2010: 39).

Para além destes autores republicanos muitas outras individualidades realçam o papel que as Bibliotecas Populares deveriam ter na formação moral das camadas mais baixas da sociedade, afastando-as dos vícios, dos maus hábitos e inconvenientes comportamentos sociais. Não vemos, no entanto, tanta ênfase na importância da função instrutiva e esclarecedora da biblioteca a par da sua missão alfabetizadora.

Finalmente, a terceira razão é de natureza económica. No espaço anglo-saxónico o financiamento das Bibliotecas Públicas era feito através do lançamento de impostos locais e da participação e interesse de mecenas. Este modelo de financiamento das bibliotecas foi importado pelos Estados Unidos, v.g. os exemplos a que já nos referimos dos cidadãos George Ticknor e Edward Everett que, em Boston, desenvolveram esforços para criar uma Biblioteca Pública em tudo idêntica às de Inglaterra. Os custos teriam essencialmente duas fontes: donativos de particulares e verbas do tesouro público.

Por “donativos da parte do espírito público de indivíduos, bem como da parte de indivíduos interessados no progresso dos conhecimentos; ao mesmo tempo, ao que presumo, o tesouro público proporcionaria bases para o departamento mais popular” (Hartley, 1964: 36-37).

A prática de mecenato é frequente na criação de bibliotecas que recebiam igualmente o suporte financeiro público, de que é exemplo o industrial escocês emigrado nos EUA, Andrew Carnegie (1835-1919), que “financiou a construção de 2509 bibliotecas no mundo anglo-saxónico, segundo o princípio da sua posterior manutenção pelas comunidades locais” (Melo, 2010: 8).

O modelo de financiamento público no espaço anglo-saxónico surgiu em 1850 com a *Public Libraries Act*, a que nos referimos. O governo em Inglaterra autoriza o lançamento de impostos locais destinados às bibliotecas. Em Portugal o modelo é completamente diferente. Não se verifica a existência de mecenas como na Inglaterra e nos Estados Unidos, nem a legislação orienta, de algum modo, o modelo de financiamento das bibliotecas. O Decreto de 18 de Março de 1911 no seu artigo 11º “obriga”, este é o termo utilizado, a fundar Bibliotecas Populares. No caso de os municípios já possuírem bibliotecas, terão que instituir secções populares. Este é um bom exemplo da separação concetual e tipológica patente no decreto de 1911 que mantém as Bibliotecas Eruditas e as Bibliotecas Populares, a que junta a tipologia das Bibliotecas Móveis.

As sucursais das bibliotecas centrais de Lisboa e Porto estavam igualmente a cargo das respetivas câmaras, bem como outras filiais de concelhos de maior importância, sendo estas dirigidas por professores de instrução primária das localidades onde fossem instaladas.

Os meios de financiamento previstos no Decreto de 18 de Março de 1911, no artigo 18º, seriam assegurados por um fundo resultante das verbas destinadas ao culto, por um imposto especial sobre as bebidas alcoólicas, por subscrições, donativos e legados e por receitas de espetáculos promovidos para esse efeito. Por seu lado, a Biblioteca Nacional de Lisboa tinha por incumbência a aquisição de bibliografia para a constituição das coleções das Bibliotecas Populares. O Parlamento, sob proposta das câmaras municipais, que tivesse sido votada por uma maioria qualificada de dois terços dos eleitores locais, aprovava o pedido para a instalação de Bibliotecas Populares. Porém, as dificuldades

dos municípios em obter a receita necessária para a criação e manutenção das Bibliotecas Populares e das Bibliotecas Móveis eram impeditivas da consumação do projeto republicano.

Em resumo, a relação entre o poder central e o poder local na concretização dos objetivos de criação de um sistema nacional de bibliotecas destinadas às camadas populares revela-se ineficaz. Ineficaz em termos de conceito de biblioteca porque não corresponde à ideia original anglo-saxónicas, é igualmente ineficaz pela ausência de meios de concretização do projeto, imputando aos municípios os custos de criação e manutenção das unidades.

No mundo anglo-saxónico havia uma estrutura pública de âmbito nacional com enraizamento local, autonomia administrativa e logística, para além de investimento e de orçamento próprios, contando, nomeadamente, com o mecenato. Pelo contrário, em Portugal o Estado republicano conferia autonomia político-administrativa aos municípios, mas não garantia os montantes a pagar pela criação de bibliotecas. Todas estas dificuldades estruturais do país - a par da enorme percentagem de analfabetos -, uma das principais razões que justificavam a criação de bibliotecas, constituem alguns dos principais obstáculos à respetiva concretização. Desta insuficiência se dá conta o governo da República quando, em 19 de Fevereiro de 1920, nomeia uma comissão com o objetivo de proceder à elaboração de uma rede geral de bibliotecas, superintendidas pelo Ministério da Instrução Pública (MIP). Procura-se assim infletir o caminho traçado e reorientar o modelo de criação de uma rede nacional de Bibliotecas Populares destinadas à leitura pública, procurando suprir a insuficiência de unidades bibliotecárias. Esta medida legislativa visava criar um serviço de leitura pública nacional que seria um pilar fundamental da educação pós-escolar e da auto-educação. Não obstante, a intensa e cuidada produção legislativa da República, v.g. os decretos de 1911, 1918 e 1919, sobre a indispensabilidade de criação de bibliotecas esta não teve concretização na prática.

O Estado Novo manteve algumas das ideias e orientações concebidas pela República, mas condicionou a sua aplicação por razões político-ideológicas. Neste quadro não admira que tenha sido uma instituição privada a lançar a primeira rede de bibliotecas itinerantes com o intuito de colmatar as enormes deficiências e fragilidades diagnosticadas em termos de «leitura pública».

6. A Rede de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian

6.1. Uma Rede Nacional Privada de Bibliotecas de Leitura Pública

Dois anos depois do início das emissões de televisão em Portugal, a 4 de Setembro de 1956, na Fundação Calouste Gulbenkian (doravante FCG), iniciava-se um novo serviço de educação, de acordo com a vontade testamentária do seu fundador, Calouste Sarkis Gulbenkian⁴³.

Imagem 1 – Imagem de uma Biblioteca Itinerante modelo da FCG



Fonte: FCG, *Serviços de Bibliotecas, Boletim Informativo*, nº3, 1961, p.85.

Em 1958, da sede da fundação, em Lisboa, partiam as primeiras carrinhas com cerca de três mil (3.000) livros cada uma. Iniciava-se assim o Serviço de Bibliotecas Itinerantes da FCG. O primeiro diretor foi o escritor Branquinho da Fonseca (1905-1974)⁴⁴, que dirigiu esta arrojada iniciativa desde o ano de 1958 até à sua morte. O serviço, desde o

⁴³ Testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian, cláusula 10ª, alínea b). [Em linha]. Disponível em: <http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/historia_e_missao/PDF/TestamentodeCalousteSarkisGulbenkian.pdf>.

⁴⁴ Vários estudos da especialidade indicam o ano de 1953 como a data da primeira Biblioteca Itinerante em Portugal, surgida na cidade de Cascais. O principal mentor desta iniciativa foi o escritor Branquinho da Fonseca que ocupava na altura o cargo de Conservador-bibliotecário do Museu-Biblioteca do Conde de Castro de Guimarães. Esta iniciativa inovadora levou o livro gratuitamente a várias localidades do concelho de Cascais. Mais tarde, Branquinho da Fonseca pensa em alargar esta iniciativa à escala nacional tendo proposto à Fundação Calouste Gulbenkian a criação do serviço de empréstimo de livros, idêntico ao que tinha criado em Cascais, por meio do desenvolvimento de uma rede de bibliotecas itinerantes que levasse o livro a todo o país, incluindo as ilhas. Assim, em 1958, foi criado o Serviço de Bibliotecas Itinerantes (S.B.I.) da Fundação Calouste Gulbenkian dirigido pelo escritor (Neves, 2005).

começo, foi preparado para efetuar empréstimo domiciliário e com livre acesso às estantes. No final dos anos 50 do século XX, constatados os fracassos na concretização da legislação que criara as Bibliotecas Públicas e Populares à imagem das *free libraries*, uma instituição privada arranca com um programa inovador. À época, o país mantinha-se mergulhado no analfabetismo e sem bibliotecas na maioria do território.

No dealbar dos anos sessenta do século XX, o panorama dos consumos culturais, altura em que arranca a Rede de Bibliotecas Itinerantes da FCG, é particularmente escasso, haja em vista que a taxa de analfabetismo era de 40,3%, com um total de apenas oitenta e nove (89) bibliotecas no país (Barreto, 2000). Os índices de assistência a espetáculos de música, bailado e variedades eram três vezes menos do que em 1996. O cinema via-se quatro vezes menos na mesma altura. Nesta conjuntura de grande debilidade de oferta educativa e cultural, não é de estranhar a manutenção do escasso número de bibliotecas no território nacional. A génese da criação da Rede de Bibliotecas Itinerantes Gulbenkian repousa na constatação da falta de bibliotecas, e na carência de oferta cultural em geral.

O espírito desta iniciativa pode encontrar-se nas palavras do Presidente da Fundação, quando refere a propósito:

“o homem não procura o livro, ou porque não tem condições financeiras para o comprar, ou porque habita longe dos centros populacionais onde mais facilmente o poderia adquirir, ou porque ignora, até, a existência dos que melhor satisfariam as suas necessidades profissionais, espirituais ou recreativas, quando o homem, por qualquer motivo, não se interessa pelo livro e não busca a sua convivência, o livro tem de procurar e interessar o homem, para o servir, quer instruindo-o, quer recreando-o”. (Relatório do Presidente, 1961: 162).

Esta constatação instigou a Fundação Calouste Gulbenkian a conceber um projeto que promovesse condições de facilitação de acesso ao livro e à leitura, criando uma rede móvel.

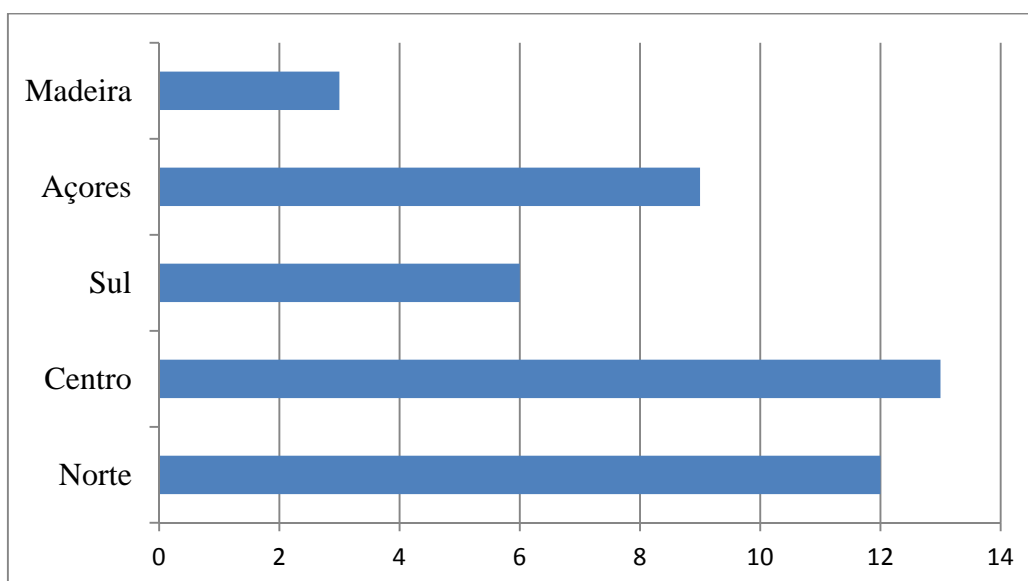
6.2. O Conceito de Biblioteca Criado pela Fundação Calouste Gulbenkian: a Rede

O modelo de Bibliotecas Móveis da FCG assenta numa conceção que se afasta claramente do paradigma continental e tradicional de bibliotecas, criadas por legislação que endossa às autarquias os custos do seu funcionamento. O modelo Gulbenkian está

efetivamente mais próximo do conceito anglo-saxónico de *free librerie*. Estamos em presença de um modelo que conta com a colaboração de um mecenas, em que a ideia de «livro» corresponde a instrumento de educação e alfabetização indispensável ao desenvolvimento social, cultural e económico do país. Do mesmo modo, o modelo de Bibliotecas Móveis Gulbenkian desenvolve-se tendo por base princípios organizativos diferentes e inéditos do serviço de biblioteca, se comparados com o modelo em vigor, mormente o empréstimo domiciliário e o livre acesso às estantes. Na perspetiva do principal mentor do projeto bibliotecário da Fundação Calouste Gulbenkian:

“A princípio, e face ao atraso cultural do País, apostou-se primacialmente na criação de uma rede de unidades móveis, suscetíveis de levar o livro a populações isoladas que com ele de outro modo não teriam contacto. E logo então pioneiramente se praticaram os princípios de livre acesso às estantes e de empréstimo domiciliário que na altura não vigoravam em quase nenhuma outras bibliotecas portuguesas.” (Gulbenkian, 1994: 9)

Gráfico nº 6 - Distribuição por Região das Bibliotecas Itinerantes (1958-1980)



Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian (1994).

A expansão das Bibliotecas Itinerantes, que corresponde à primeira fase da rede da FCG, tem a sua maior expressão no Centro e Norte do País. Esta opção justifica-se pelo facto de haver maior densidade populacional no Centro e no Norte do país. Na região Sul, a procura é menor, em função da dispersão geográfica dos povoados e da menor densidade demográfica. Vinte anos passados da criação da rede de bibliotecas móveis⁴⁵,

⁴⁵ Cfr. Anexo 13 – FCG Bibliotecas Itinerantes no Continente.

a região Centro destaca-se com treze (13) unidades, com uma diferença muito ligeira relativamente à zona Norte, que apresentava à data doze (12) unidades. A introdução das bibliotecas itinerantes nos Açores e na Madeira fez-se apenas no ano de 1963⁴⁶. À data da redação do Relatório, contavam-se nos Açores nove (9) unidades. Na Madeira, foram instaladas e disponibilizadas apenas três (3) unidades.

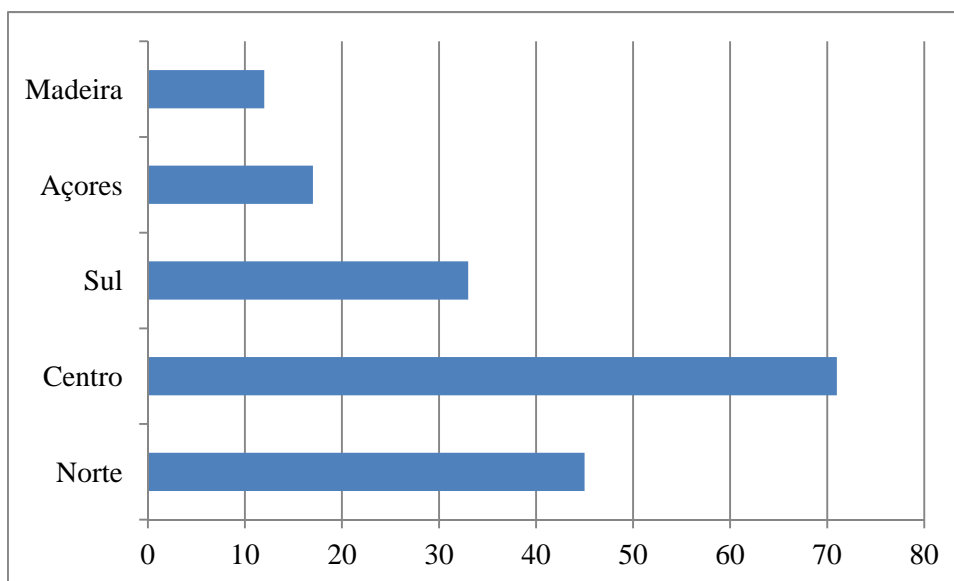
Esta foi a primeira de três orientações que se registaram na criação da rede de Bibliotecas Itinerantes de empréstimo domiciliário de livros. A denominação original atribuída foi de “Serviço de Bibliotecas Itinerantes”. A iniciativa da FCG é tanto mais notável quanto sabemos partir da constatação de que havia que mudar as condições restritivas de acesso ao livro e à leitura. Por seu lado, a iniciativa teve o mérito de colocar a população continental e insular em contacto com o livro e, por esse facto, ter marcado mais que uma geração na forma de aceder ao livro. O programa FCG de Bibliotecas Itinerantes desenvolveu-se com enorme rapidez.

O rápido incremento das unidades móveis permitiu aos coordenadores do Programa da Rede de Bibliotecas da FCG constatar a rápida adesão do público leitor ao serviço criado, daí que em 1961 tenha começado a “verificar-se que não bastava a existência de tais unidades móveis e que seria igualmente necessário o estabelecimento de unidades fixas” (Gulbenkian 1994: 9). Tal como se constata, em três anos apenas, sentiu-se a necessidade de alargar a disponibilidade da rede passando das Bibliotecas Itinerantes às Bibliotecas Fixas⁴⁷. O gráfico seguinte procede a um balanço geral da criação de unidades fixas.

⁴⁶ Cfr. Anexo 14 – FCG Bibliotecas Itinerantes nos Açores e na Madeira.

⁴⁷ Cfr. Anexo 15 – FCG Bibliotecas Fixas no Continente, e Anexo 16 – Bibliotecas Fixas nos Açores e na Madeira.

Gráfico nº 7 - Distribuição por Região das Bibliotecas Fixas (1961-1994)



Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian (1994).

No que respeita à expansão da Rede de Bibliotecas Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian, a região Centro surge como predominante na sua distribuição com setenta e uma (71) bibliotecas, naturalmente seguida da região Norte com quarenta e cinco (45) unidades fixas. O Sul do país contou apenas com trinta e três (33) unidades, Açores com dezassete (17), e a Madeira com doze (12) Bibliotecas Fixas.

O surgimento das unidades fixas irá provocar uma alteração semântica na designação do serviço criado para “Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas”, atestando a ampliação da oferta de leitura. Nesta fase da rede desenvolvida pela Fundação Calouste Gulbenkian, assiste-se à coexistência e ao crescimento das Bibliotecas Itinerantes e das Bibliotecas Fixas. Esta nova orientação foi naturalmente influenciada e motivada pelas débeis condições socioculturais do país de meados do século XX:

“maior concentração populacional em sedes de concelho ou em bairros periféricos destas; significativa extensão da escolaridade obrigatória, da qual em boa parte resultou a concentração atrás referida; crescente implantação dos *mass media*, nomeadamente os de natureza audiovisual; substancial melhoria dos meios de comunicação rodoviária” (Gulbenkian, 1994: 9-10).

Uma outra motivação para alargar os serviços bibliotecários Gulbenkian radicou no facto de se ter atingido rapidamente o limite de crescimento da Rede de Bibliotecas Itinerantes. Estas alcançaram o número de sessenta e duas (62) unidades.

A consulta do Relatório do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian (1961), em combinação com outras fontes de informação referenciadas, permite-nos, de algum modo, reconstituir em valores numéricos a evolução do serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, de 1958 a 1994.

Quadro nº 8 - Movimento das Bibliotecas Itinerantes e Fixas - FCG (1958-1994)

ANO	ITINERANTES	ITINERANTES AUTARQUIAS	FIXAS	Nº LEITORES	Nº EMPRÉSTIMOS
1958 ⁴⁸	-	-	-	-	-
1959	15	-	-	81378	1301928
1960	30	-	-	-	-
1961	47	-	34	229281	1935186
1972	62	-	166	-	-
1980	62	-	166	-	-
1980	62	-	166	-	-
1994	14	28	179	-	-

Fontes: Relatório do Presidente (1961), Boletim informativo nº5 FCG / Serviço de Bibliotecas, pp. 159-165, Melo, 2004: 288 e 291 e FCG, 1994: 49-52.

Este crescimento foi sendo possível com as parcerias entretanto estabelecidas, com associações e instituições não-governamentais dos mais diversos tipos, e com as autarquias, que disponibilizavam os espaços físicos para instalar as Bibliotecas Fixas, suportando os encargos com pessoal. As parcerias facilitaram a expansão da rede e, naturalmente, permitiram um significativo avanço no serviço de leitura pública prestada às populações.

As coleções bibliográficas que circulavam pelo país, e cujo contacto com as populações se fazia periodicamente no dia de passagem da Biblioteca Itinerante, passaram a estar disponíveis por períodos de tempo substancialmente maiores, com a implementação das Bibliotecas Fixas. Com este tipo de unidades passou a poder recorrer-se à biblioteca em diferentes horas do dia, bem como em diferentes dias da semana. A FCG fornecia o acervo e a carrinha itinerante, enquanto o município cuidava do pagamento dos recursos

⁴⁸ Ano de lançamento do programa da rede de Bibliotecas Itinerantes da FCG.

humanos, das atualizações bibliográficas, bem como do combustível e da conservação das coleções.

“Esta posição foi mais tarde revista, certamente por se ter revelado demasiado exigente e pouco compreensiva: ao fim e ao cabo, a Gulbenkian desafiava a outra parte com uma ideia inicialmente interessante, mas, logo de seguida, lançava os encargos mais pesados para o interlocutor e esperava que este se desembaraçasse por si só” (Melo, 2004: 283-284).

A orientação de transferir para as autarquias aderentes os custos das instalações fixas e dos recursos humanos reforçou a extensão da rede Gulbenkian de bibliotecas, mas por outro lado colocou a decisão dos espaços para as Bibliotecas Fixas e a quantidade e qualidade dos recursos humanos nas entidades que suportavam os custos. A Fundação Calouste Gulbenkian, com esta medida aparentemente positiva, deixou de ter poder de decisão e controlo sobre a possibilidade de interferir na qualidade dos espaços e serviços prestados à leitura pública.

Esta segunda fase da rede de bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, iniciada conforme referimos em 1961, corresponde ao “Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas”. Há ainda a registar, em 1973, uma tentativa de mudança que apontava para a transferência das responsabilidades da política de Bibliotecas Fixas para as autarquias e as coletividades, promovendo a instalação de uma rede de base municipal (Melo, 2004: 286). Tal nunca chegou a consumir-se. As bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian nunca foram identificadas como municipais. Na realidade, todas elas eram claramente reconhecidas como pertencendo à rede Gulbenkian. Todo o material impresso utilizado nas unidades Gulbenkian era identificado com a entidade promotora. Toda a coleção era identificada como proveniente da Fundação Calouste Gulbenkian. Para além da Biblioteca Fixa Gulbenkian, em algumas localidades, havia uma Biblioteca Municipal, contudo em edifícios separados, v.g. o município de Espinho.

A Fundação Calouste Gulbenkian estabeleceu parcerias com instituições que garantiam os espaços físicos para a instalação de Bibliotecas Fixas, com juntas de freguesia, com diversas coletividades, estabelecimentos prisionais e hospitais. Melo (2004) regista cinquenta e uma (51) bibliotecas neste modelo de cooperação, partilha de recursos e interesses. Destas, dezanove (19) são parcerias realizadas com associações e clubes, entre os quais se destaca, em 1960, a “Biblioteca Fixa nº2 de Samora Correia,

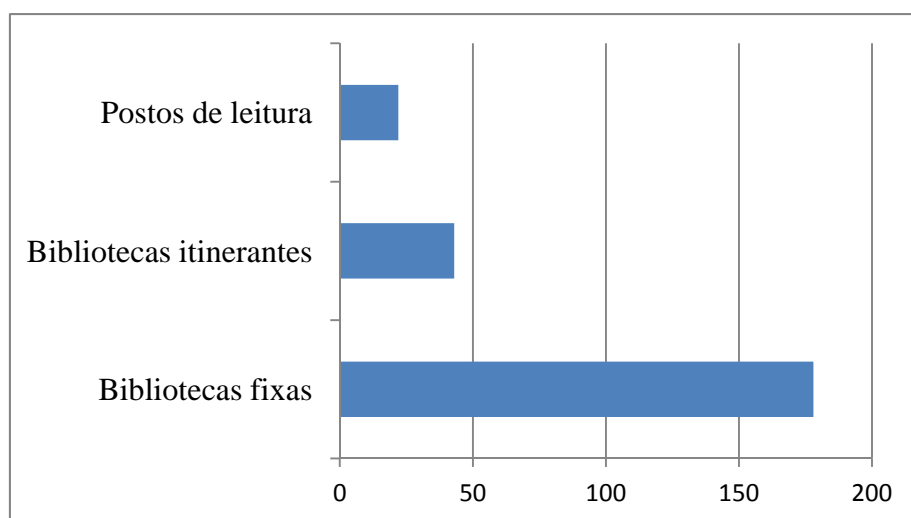
originalmente instalada na sede da Sociedade Filarmónica União Samorense” (Melo, 2004: 287).

Estas Bibliotecas Fixas da rede Gulbenkian são instaladas entre os anos sessenta e setenta do século passado, um pouco por todo o país, conforme referimos. Nos últimos anos de funcionamento da rede de bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, o universo de bibliotecas reduzia-se quase às instaladas em edifícios de autarquias, em resultado da cooperação com os municípios. O afastamento entre a Fundação Calouste Gulbenkian e as outras entidades não municipais deveu-se à dificuldade quanto ao cumprimento dos acordos estabelecidos, entre a FCG e as diversas entidades. De facto, o associativismo mostrava dificuldades em manter os compromissos, daí o desinteresse da FCG em relação a este segmento social.

Nestas condições o serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da FCG apenas pôde continuar a garantir a qualidade do fundo bibliográfico e o tratamento técnico documental efetuado centralmente, de qualidade reconhecida por todos.

Este desenvolvimento leva a Fundação Calouste Gulbenkian a evoluir para uma terceira orientação dos serviços que, em 1993, passarão a designar-se “Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura” (doravante SBAL). É nesta última fase que se assiste a uma diminuição do papel das Bibliotecas Itinerantes e a uma afirmação categórica das Bibliotecas Fixas (Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Bibliotecas 1994:10). Contudo, as Bibliotecas Itinerantes que sobreviveram permaneceram sob a responsabilidade da FCG.

Gráfico nº 8 – A Rede de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian (1994)



Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian (1994).

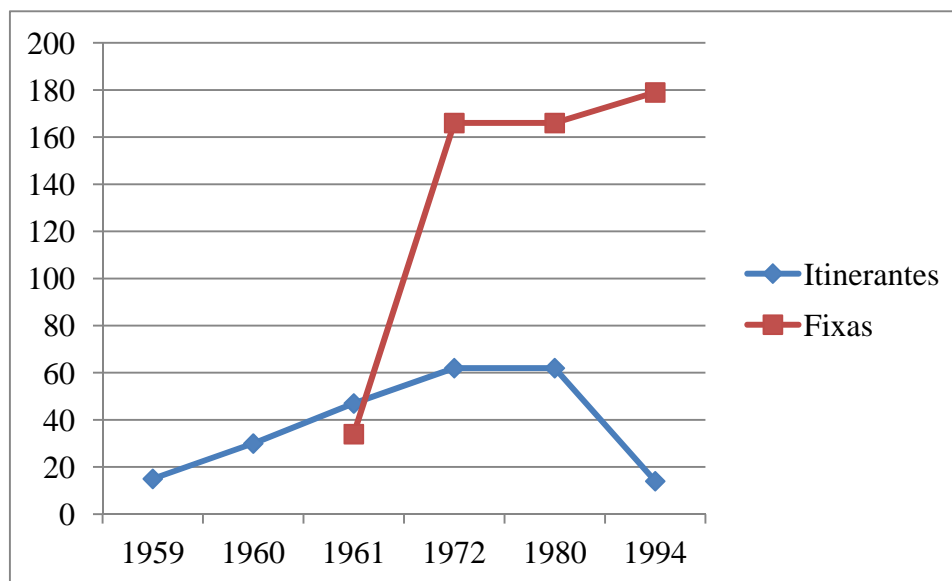
Em 1994, a rede era composta por uma clara maioria de Bibliotecas Fixas, no total de cento e setenta e oito (178) unidades. O SBAL compreendia ainda vinte e dois (22) postos de leitura. Nesse mesmo ano, do conjunto inicial de Bibliotecas Itinerantes da rede restavam na propriedade da Fundação somente catorze (14) unidades. Nesta nova fase de orientação do SBAL foram transferidas para vinte e oito (28) autarquias todos os encargos com recursos humanos e combustível “de outras tantas unidades móveis, que (...) continuam a beneficiar do apoio técnico do Serviço e da periódica renovação dos respetivos fundos bibliográficos” (Fundação Calouste Gulbenkian, 1994:10).

Durante este período de funcionamento do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da FCG, tem início o programa da Rede Nacional de Leitura Pública (1987), por iniciativa do Estado Português, realizado através de contratos programa estabelecidos entre a administração central e as autarquias. A Fundação Calouste Gulbenkian continuou o programa de redução das Bibliotecas Itinerantes, e os acervos bibliográficos das unidades móveis desativadas acabaram por ser transferidos “tanto para novas Bibliotecas Fixas, como em regime de doação ou de depósito, para bibliotecas municipais da rede nacional de leitura pública” (Fundação Calouste Gulbenkian, 1994:10).

A dimensão do impacto da iniciativa de promoção da leitura e do livro conduzida pela Fundação Calouste Gulbenkian, entre os finais dos anos cinquenta e os inícios dos anos noventa do século XX, com a instalação das Bibliotecas Itinerantes e Fixas, pode

avaliar-se pelo número de instituições itinerantes e fixas. O número máximo das primeiras foi de sessenta e duas (62) unidades (Gulbenkian, 1994: 9), e o número máximo de unidades fixas foi de cerca de duzentas (ca. 200) unidades. Em 1993, data em que o serviço passa a designar-se “Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura”, são referidas três mil duzentas e seis (3.206) localidades servidas. Na década de oitenta do mesmo século, foram adquiridos para as bibliotecas itinerantes e fixas dois milhões, trezentos e noventa e sete mil, e noventa e quatro (2.397.094) exemplares de livros; foram atendidos um milhão, setecentos e cinquenta e cinco mil, e novecentos e quarenta e três (1.755.943) leitores anualmente; e objeto de empréstimo, em dez anos, cinquenta e dois milhões, quinhentos e onze mil, e novecentos e oitenta e oito (52.511.988) livros. O serviço da rede da Fundação Calouste Gulbenkian atingiu um montante de seis mil milhões, duzentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e setenta e sete mil, e quinhentos e trinta e um escudos (6.265.377.531\$00), na década de oitenta (Gulbenkian, 1994: 54).

Gráfico nº 9 - Evolução e Declínio da Rede de Bibliotecas da FCG



Fontes: Fundação Calouste Gulbenkian (1994: 53) e Melo (2004: 287- 288).

No gráfico número 9 podemos confirmar que o serviço de bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, pensado para ser itinerante, rapidamente se transformou numa rede de Bibliotecas Fixas. É certo que há um crescimento, de algum modo, consistente das Bibliotecas Itinerantes desde a sua origem até aos anos setenta do século XX, estabilizando por essa altura até ao ano de 1980, ano em que se verifica uma forte

contração, que se prolonga até ao fim deste modelo de serviço. As principais razões desta recessão devem-se, no nosso entendimento, à transferência efetuada pela FCG das Bibliotecas Itinerantes para a tutela das autarquias.

Por outro lado, as Bibliotecas Fixas foram aumentando sempre em número desde o início do programa até à extinção do serviço (2002). Por último, os postos de leitura⁴⁹ duplicaram durante a década de setenta do século XX, para virem a atingir um valor de fraca expressão em 1994, diminuindo sempre até ao termo do projeto.

6.3. Caraterísticas Técnicas do Serviço

6.3.1. A Coleção

Um dos aspetos interessantes do programa, lançado nos finais dos anos cinquenta do século XX pela Fundação Calouste Gulbenkian, é o que se reporta às caraterísticas técnicas da coleção, ou seja, os aspetos relativos à política de constituição, tratamento técnico, gestão e difusão da coleção bibliográfica da rede de bibliotecas Gulbenkian. O principal traço caraterizador desta rede reside no facto de se tratar de um sistema centralizado.

A política de seleção e aquisição depende inteiramente da FCG. As aquisições de novas espécies são feitas diretamente a editoras, depois de ter sido efetuada a seleção dos títulos a adquirir pela Comissão Consultiva de Apreciação de livros, constituída exclusivamente por

“elementos alheios aos quadros da Fundação Calouste Gulbenkian (escritores e críticos de competência reconhecida), que semanalmente reúne com a Direção do Serviço para apresentação e debate das fichas de leitura que de semana a semana vai elaborando” (Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, 1994:19).

Este processo que dá garantias de enorme isenção e independência intelectual perante o mecenas, confere grande credibilidade e variedade à coleção bibliográfica, que integra as Bibliotecas Itinerantes, numa primeira fase, e posteriormente as itinerantes e fixas.

Este processo independente e idóneo contrastava claramente com a política oficial do regime do Estado Novo, caracterizada pela estagnação e controlo ideológico do sistema

⁴⁹ Cfr. Anexo 17 – FCG Postos de Leitura.

escolar, assente na edificação de escolas sem biblioteca, na política do livro único, na existência de um índice de livros autorizados, e na absoluta proibição de qualquer outro que não constasse dessa lista, cuja principal razão era a de entravar qualquer ideia ou corrente de pensamento que colocasse em causa a ideologia oficial do regime (Proença, 2009).

O sistema de bibliotecas da FCG intentava constituir “um precioso arquivo, único em Portugal, de apreciação de índole crítica sobre o que de mais relevante entre nós se tem editado nas últimas décadas, quer se trate de originais quer de traduções” (Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Bibliotecas 1994:19).

De facto, este modelo de registo das apreciações críticas, elaboradas por uma equipa de peritos, sobre uma parte significativa da produção bibliográfica do país, tem uma importância maior para o estudo da produção bibliográfica registada, se comparada com a informação dos catálogos bibliográficos, por mais completos e extensivos que sejam, e por maior número de notas que neles se tenham registado.

6.3.2. O Catálogo, Cota e Montagem

O catálogo do acervo bibliográfico das bibliotecas Gulbenkian era, de igual modo, efetuado centralmente, e posteriormente disseminado por todas as bibliotecas da rede. As Regras Portuguesas de Catalogação (1984) presidiam à elaboração do catálogo. Curiosamente, o próprio catálogo foi acompanhando a evolução dos princípios biblioteconómicos, primeiro utilizando as fichas bibliográficas e, em meados dos anos noventa do século XX, passando a registo informatizado, com os registos a serem enviados em ficheiros por correio electrónico, nos casos de bibliotecas mais desenvolvidas e apetrechadas tecnicamente. O sistema de classificação repousava na Classificação Decimal Universal (CDU), e as cotas de livre acesso com elaboração simples e de fácil compreensão, inclusive para os “encarregados de biblioteca” com menor formação e alfabetização. Para além de tudo isto, as preocupações com a gestão das coleções levaram os serviços bibliotecários Gulbenkian a proceder a uma arrumação auxiliada por uma sinalética, disposta nas lombadas das monografias, que dividia a coleção nos três grupos etários adotados pelas bibliotecas da fundação. A bibliografia ficava assim dividida de acordo com o seu destinatário, consoante fosse adulto,

adolescente ou criança. Desta forma também a montagem ou arrumação era facilitada aos “encarregados de biblioteca”, e o direcionamento dos leitores era mais evidente.

Os catálogos bibliográficos, como documentos secundários, são por essência a descrição física do documento, contêm a possível explicação de conteúdo expressa na (mais ou menos extensa) notação de classificação, e nos termos de indexação. A FCG disponibilizava este tipo de catálogo tal como acontece nas bibliotecas em geral.

Internamente, a FCG procedia à construção de um outro catálogo, que resultava da análise crítica literária, e de outros elementos de qualidade que eram registados em fichas de leitura, elaboradas por uma comissão constituída por peritos. Este catálogo não estava disponível ao público, servindo necessidades de funcionamento do serviço de seleção e aquisição de bibliografia (Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Bibliotecas 1994:20).

6.3.3. O Modelo Centralizado de Aquisição

As aquisições tinham um tratamento documental centralizado, conforme referimos, antecipando o envio dos exemplares para as Bibliotecas Itinerantes e Fixas disseminadas pelo território continental e ilhas. Na sede do serviço – Fundação Calouste Gulbenkian -, havia ainda uma Biblioteca Central de Empréstimo, composta por bibliografia mais especializada, destinada também a empréstimo que era feito por correio.

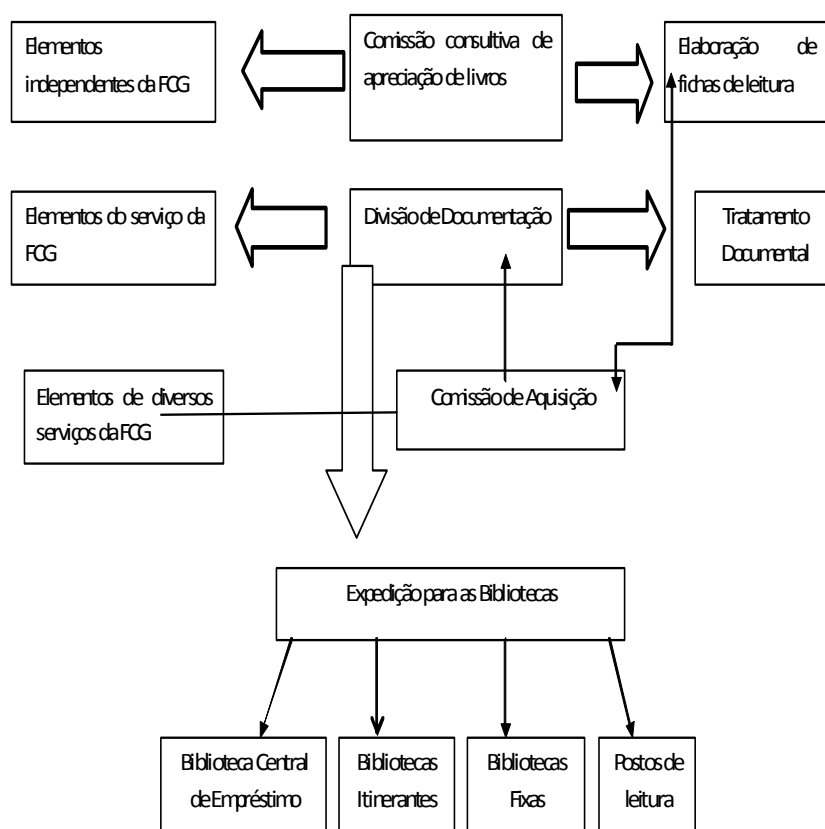
O modelo de centralização das várias tarefas técnicas do serviço de bibliotecas Gulbenkian comporta várias vantagens. A primeira das quais é a redução dos custos, quando feita a aquisição diretamente às editoras, diminuindo desde logo o custo adicional promovido pela cadeia de comercialização do livro, incluindo a distribuição. Ora tal custo de distribuição juntamente com o do livreiro, como sabemos, pode expressar cerca de metade do valor do livro. Obviamente que o preço por que se pode comprar um exemplar não será o mesmo que comprar parte ou, mesmo nalguns casos, parte significativa da edição.

Na centralização do tratamento documental há também inúmeras vantagens. A catalogação e a classificação são feitas por título e não por exemplar, conferindo uniformidade e normalização a estas operações técnicas. De uma única operação de

tratamento documental são catalogados e indexados todos os exemplares enviados para as Bibliotecas Itinerantes e Fixas. Deste modo, é possível reduzir custos em recursos humanos qualificados, e colocar os funcionários das bibliotecas a desenvolver outras atividades, no âmbito da missão da biblioteca. Não menos importante nesta opção de centralização do tratamento documental é a uniformidade com que as diversas bibliotecas, nos distintos lugares, se apresentam montadas, quer intelectual, quer fisicamente. O objetivo final será o de todas as bibliotecas terem o mesmo aspeto, na organização e na localização topográfica dos documentos em estante.

Através da descrição feita no documento produzido pelo Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, em 1994, podemos inferir que o modelo de aquisição bibliográfica centralizado para abastecer a rede de bibliotecas Gulbenkian tinha uma estrutura semelhante à que se apresenta na figura número 1, seguidamente:

Figura nº1 – Fluxograma do livro na FCG



Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian - Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura. [Lisboa]: F.C.G., 1994.

O fluxograma representa o circuito do livro no seio da FCG, sendo essencialmente demonstrativo da aquisição de um acervo documental assente na qualidade, garantida

pela Comissão Consultiva de Apreciação de Livros, que é constituída por elementos independentes e externos à fundação, conforme referimos. Após a consulta das recomendações efetuadas por esta comissão de peritos, a Divisão de Documentação procedia às aquisições e ao tratamento documental da bibliografia que, posteriormente, expedia para as bibliotecas da rede.

6.3.4. A Uniformização dos Procedimentos

De igual modo se verifica uma uniformização nos procedimentos e orientações de funcionamento. A rede de bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian apresentava, no seu projecto, os princípios básicos da leitura pública moderna: serviços gratuitos, empréstimo domiciliário e livre acesso às estantes. A estes juntava a conceção de educação, cultura e recreio, o perfil generalista da biblioteca, a preocupação com a satisfação das necessidades escolares, a itinerância, e a distinção do público em três segmentos (infância, adolescência e adulto) (Melo, 2004). No que diz respeito à coleção havia uma preferência pelas Humanidades, conforme figurava nas seções de História, Literatura, Belas-Artes, Educação, Biografias e Ciências.

A uniformização dos procedimentos é ainda reforçada por serem do mesmo tipo e formato: os ficheiros, as fichas bibliográficas para alimentação dos catálogos e os diversos impressos, v.g. os cartões de leitor, folhas de empréstimo, entre outros; todos fornecidos pelos serviços da Gulbenkian.

6.3.5. Recursos Humanos

A escolha e a gestão dos recursos humanos eram da responsabilidade da Fundação Calouste Gulbenkian. Inicialmente competia à FCG a seleção criteriosa dos colaboradores das Bibliotecas Itinerantes, que percorriam o país promovendo um projeto inovador, contrariando a inexistência de hábitos enraizados de leitura. Por este facto, se nalguns meios e locais houve boa receptividade, noutros registaram-se episódios de manifesta hostilidade, como referiremos.

Nos inícios dos anos sessenta do século XX, correspondendo a uma fase de estabelecimento de parcerias com organismos externos, a Fundação Calouste Gulbenkian perde o controlo no recrutamento dos colaboradores das Bibliotecas Fixas. No que respeita aos colaboradores, a FCG não colocava qualquer exigência específica

de qualificação profissional do bibliotecário. Inicialmente, a Fundação Calouste Gulbenkian, nas parcerias que estabelecia para a instalação de bibliotecas, colocava a um nível muito elementar as exigências dos então designados “encarregados de biblioteca”, tendo estes que ser alfabetizados, com alguma cultura geral, gosto pelo livro e predisposição para o contacto com o público (Melo, 2004). Somente a partir dos anos oitenta do mesmo século, era exigida aos “encarregados das bibliotecas” das unidades fixas o décimo primeiro ano de escolaridade, ou o curso de técnico-auxiliar de BAD (Biblioteca, Arquivo e Documentação). Na fase inicial da instalação de Bibliotecas Fixas em associação com organismos locais, mormente coletividades associativas, a exigência de qualificações específicas constituiria um obstáculo ao alargamento da rede.

Como demonstrativo desta opção a fundação designava de “encarregado de biblioteca” os responsáveis pelo funcionamento das unidades. A designação de “diretor da biblioteca” pela Gulbenkian surge muito tardiamente, tanto mais que coincidiu com o lançamento do Programa de Avaliação de Bibliotecas (PAB), no ano 2000 (Borges, 2002: 5 e 21-23). Por esta altura a Rede Nacional de Leitura Pública estava em processo acelerado de desenvolvimento.

Neste contexto, podemos dizer que a debilidade dos recursos humanos da rede Gulbenkian manteve-se sensivelmente até finais dos anos oitenta do século XX, quando sentida a pressão da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, lançada em 1987 que, por seu turno, exigia bibliotecários e assistentes técnicos com formação específica nas bibliotecas municipais recentemente criadas. Não obstante, as bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, pelos compromissos anteriormente assumidos, tinham enormes dificuldades em mudar o quadro de pessoal estabelecido.

6.3.6. Espaços Físicos

A Rede de Leitura Pública da Fundação Calouste Gulbenkian começa por ser pensada como rede de Bibliotecas Itinerantes, conforme já adiantamos. O sucesso da iniciativa conduz a Gulbenkian a evoluir para uma Rede de Bibliotecas Fixas, estabelecendo parcerias com associações e instituições de diversos tipos.

O objetivo prioritário da fundação ao criar a rede era o de promoção da leitura, daí que o espaço da instalação da coleção não fosse determinante. Levar o livro ao leitor era a tarefa que se impunha “face ao atraso cultural do país” (Fundação Calouste Gulbenkian

/ Serviço de Bibliotecas 1994: 9). Posto isto, era indiferente que o livro chegasse ao leitor numa carrinha de Biblioteca Itinerante, ou num lugar fixo, onde se disponibilizassem os livros.

Como afirma o Presidente da Fundação:

“o homem não procura o livro, ou porque não tem condições financeiras para o comprar, ou porque habita longe dos centros populacionais onde mais facilmente o poderia adquirir, ou porque ignora, até, a existência dos que melhor satisfariam as suas necessidades profissionais, espirituais ou recreativas, quando o homem, por qualquer motivo, não se interessa pelo livro e não busca a sua convivência, o livro tem de procurar e interessar o homem, para o servir, quer instruindo-o, quer recreando-o.” (Relatório do Presidente, 1961:162).

No caso da Biblioteca Itinerante havia que preestabelecer dias, horas e locais de encontro entre a biblioteca e o leitor. Na Biblioteca Fixa, por seu turno, a barreira do tempo e do espaço eram atenuadas, aumentando as possibilidades do acesso ao livro. Por um lado, a Biblioteca Fixa tinha um horário regular de abertura e, por outro, garantia o estabelecimento de uma relação de proximidade enquanto posto de leitura. Os locais fixos de acesso ao livro eram muito diferenciados. No quadro publicado por Melo (2004) constam, nomeadamente, a Sociedade Filarmónica União Samorense, o Ginásio Clube Figueirense da Figueira da Foz, a Associação Humanitária dos Bombeiros de Pombal, o Cine-Clube de Santarém, ou o Círculo de Arte e Recreio de Guimarães. De igual modo são indicados pela Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Bibliotecas (1994) os postos de leitura existentes em diversas cadeias (Alcoentre, Limoeiro, Paços de Ferreira ou Pinheiro da Cruz), hospitais (Lorvão ou Centro de Paralisia Cerebral de Lisboa), juntas de freguesia e bairros de habitações sociais (Centro de Estudos Rio de Luz em Santana-Sesimbra).

Para a Fundação Calouste Gulbenkian a prioridade estava no empréstimo do livro e não nas condições físicas das bibliotecas. O menosprezo pelas condições de instalação das bibliotecas está patente na brochura publicada pelo serviço de bibliotecas da fundação, em 1994, quando refere: “coisa que em verdade não se faz com fachadas mais ou menos catitas, ou até mais ou menos formosas” (Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Bibliotecas, 1994: 31). Em 1994, a rede de bibliotecas Gulbenkian, em confronto com as bibliotecas construídas ao abrigo da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (desde

1987), criadas sob uma nova conceção de espaço e de serviços, justificava a sua opção de rede afirmando que o serviço se orgulhava do “caráter popular das suas bibliotecas, da assumida modéstia de muitas das respetivas instalações, da franca simplicidade da maioria dos funcionários” (Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Bibliotecas 1994: 31). Conforme podemos ver na imagem número 2, *infra*, as estantes eram de formato *standard* para todas as bibliotecas da rede, existiam mesas individuais de leitura com separador frontal próprio das bibliotecas tradicionais. Paralelamente, havia mesas de trabalho coletivo.

Imagem nº 2 – Imagem das Instalações tipo de uma Biblioteca Gulbenkian



Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, 1994.

Conforme temos vindo a referir, as instalações e os recursos humanos são as principais debilidades da rede de bibliotecas Gulbenkian, não tendo evoluído para padrões que, entretanto, quer a nível internacional, quer a nível nacional, passaram a constituir motivo de exigência da comunidade bibliotecária. À data em que os responsáveis do SBAL da Fundação Calouste Gulbenkian assumiam a modéstia das instalações, já a comunidade bibliotecária discutia a necessidade de novos espaços para a promoção da

leitura pública, nos moldes que eram propostos no Manifesto da UNESCO e na IFLA/*Guidelines*, para as bibliotecas públicas.

Na comunidade bibliotecária, a opinião dominante era do reconhecimento do inestimável esforço quase solitário da Fundação Calouste Gulbenkian na promoção da leitura pública, durante décadas. No entanto, também era motivo de preocupação e crítica a evidente incapacidade de renovação da coleção, a melhoria das condições do espaço físico e a dimensão das Bibliotecas Fixas Gulbenkian.

Na verdade, a ausência de evolução não pode imputar-se exclusivamente à Fundação Calouste Gulbenkian, pois esta instituição sempre correspondeu da melhor forma na constituição e fornecimento das coleções bibliográficas, no fornecimento de materiais e no estabelecimento de normas e procedimentos. Assim, mesmo no que respeita à formação dos recursos humanos colocados nas bibliotecas da rede, a FCG esforçou-se, de algum modo, por garantir a formação dos funcionários municipais e outros “encarregados de bibliotecas”. No entanto, o modelo de parcerias estabelecido com as autarquias para a instalação da Rede de Bibliotecas Fixas Gulbenkian, fazia depender das câmaras municipais a cedência dos espaços e os encargos com os funcionários. É sobejamente conhecida a indiferença com que os municípios, na sua generalidade, tratam a leitura pública e as bibliotecas, tanto no período do Estado Novo, em que havia enorme desconfiança em relação à cultura e à leitura, como no período inicial da construção da Democracia, em que as prioridades iam naturalmente para a satisfação de necessidades básicas de infra-estruturas (abastecimento de água, eletrificação, saneamento, habitação, escolarização), pouco ou nada sobrando para as bibliotecas.

O assumir da modéstia de instalações e da simplicidade dos funcionários por parte da Fundação Calouste Gulbenkian, como já tivemos oportunidade de demonstrar, não contribuiu para promover uma cultura de exigência e aumento da qualidade da rede, aspeto que foi realçado e assumido no lançamento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, pela administração central, em 1987.

6.4. O Impacto da Rede de Bibliotecas da FCG

A relação do poder central durante o Estado Novo com a Fundação Calouste Gulbenkian, na criação de Bibliotecas Itinerantes, não aparentou ser conflituosa. O regime político do Estado Novo foi muito restritivo, e ideologicamente orientador

quanto à atividade bibliotecária, havendo produzido um índice dos livros recolhidos e disponíveis nas bibliotecas. Na ausência de um plano de criação de bibliotecas de modo a constituir uma Rede de Leitura Pública por iniciativa do Estado, foi a Fundação Calouste Gulbenkian que, por sua livre iniciativa e vontade, definiu as prioridades estatutárias da rede que criou.

O modelo adotado pela FCG é um modelo centralizado, com seleção criteriosa e controlada das aquisições, especificidades e cuidados que, pelo menos aparentemente, deveriam deixar o poder político à época tranquilo. A Comissão Consultiva de Aquisição de livros da FCG era constituída por nomes de autores e escritores reconhecidos, v.g. Orlando Vitorino, António Quadros, Patrícia Joyce, Matilde Rosa Araújo, David Mourão Ferreira, Adolfo Simões Muller ou Luís Forjaz Trigueiros. Da referida comissão faziam parte ainda professores universitários, o embaixador Guilherme de Castilho, o pedagogo Manuel Breda Simões e o padre jesuíta João Maia.

Não obstante, o regime autoritário do Estado Novo não descuidava a vigilância sobre a iniciativa pioneira e arrojada da Fundação Calouste Gulbenkian, mormente no arranque do serviço de leitura de Bibliotecas Itinerantes. Nesta fase, foi sobre os então designados “encarregados de biblioteca” que se fixaram as maiores atenções quanto à vigilância e ao controlo ideológico exercidos pelo poder político, sendo chamada a intervir a polícia política em ligação com outras polícias com ela conectadas.

“Com efeito, não obstante as precauções tomadas pela FCG – designadamente a formação de uma comissão de individualidades para escolha de livros, o estabelecimento de regras para seleção dos encarregados e a declaração de apoliticismo -, ainda assim a ditadura vigiou bem de perto as suas atividades” (Melo, 2004: 292).

Durante o regime do **Estado Novo** institucionalizou-se um estrito controlo de todos os meios de comunicação (escrita ou oral), havendo a **censura prévia** aos periódicos⁵⁰, aos livros, ao teatro, ao cinema, mais tarde à televisão, entre outros. Esta era exercida pelas Comissões de Censura, de nomeação governamental, subordinadas ao Gabinete do Ministro do Interior, por intermédio da Comissão de Censura de Lisboa. Esta Comissão teve como sucessoras, ainda em 1933, a Direção Geral dos Serviços de Censura, e em 1935, a Direção dos Serviços de Censura.

⁵⁰ A partir do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 a imprensa começou a sentir o efeito da censura prévia, mesmo antes da legalização desta, em 1933. Sobre o assunto ver, por todos, Gomes (2006).

A Direção dos Serviços de Censura⁵¹, em 1936, passou a intervir na criação, circulação, distribuição e venda de publicações, nomeadamente estrangeiras, que incluíssem matérias cuja divulgação não fosse permitida em publicações portuguesas (Franco, 1993).

Paralelamente foram criados organismos com a função de defender o regime político contra todos os que dele discordassem, v.g. a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), criada em 1945, o Secretariado Nacional de Propaganda (SNP), em 1934, a que sucedeu o Secretariado Nacional de Informação (SNI), em 1945, tendo por fim a divulgação do ideário nacionalista e a padronização cultural do regime (Gomes, 2006).

Por seu turno, a Constituição de 1933 institui a censura no artigo 8º, ainda que no número 4 se estabeleça "a liberdade de pensamento sob qualquer forma", conceção 'importada' da constituição republicana de 1911. Ainda no número 4 do mesmo artigo se refere que "leis especiais regularão o exercício da liberdade de pensamento". Por seu lado, o artigo 3.º declara que a função da censura será

"impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade" (Constituição de 1933, artigo 3º e artigo 8º).

Ao governo ficava reservado o estabelecimento dos critérios do que entendia ser a verdade, a justiça e a moral. A par da Constituição de 1933, o decreto 22 469/33 é explícito ao instaurar a censura prévia em publicações periódicas, "folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social" (Decreto-lei número 22469/33. D.G. I Série (33-04-11) [Regulamentação da censura prévia]).

Neste contexto, não admira a imposição de uma prática de ensino escolar de livro único que, consequentemente, tornava as bibliotecas dispensáveis, ou mesmo contrárias aos

⁵¹ A Direcção dos Serviços de Censura foi tutelada pelo Ministério do Interior até 1944, data a partir da qual o Secretariado Nacional de Informação passou a concentrar não só as funções do órgão que exercia a censura, mas também todas as competências do Secretariado de Propaganda Nacional (Decreto-lei número 22 756/33. D.G. I Série (33-06-29) [Criação da Direcção Geral dos Serviços de Censura]).

objetivos do ensino padronizado. Compreende-se assim o aumento da vigilância e desconfiança dos serviços de censura do Estado Novo sobre as Bibliotecas Itinerantes da rede Gulbenkian. Foram múltiplas as perseguições e pressões exercidas sobre a direcção da Fundação Calouste Gulbenkian, para condicionar a atividade de divulgação do livro dos “encarregados das bibliotecas”, incluindo o seu despedimento.

Em 1960, a delegação da PIDE de Beja salienta em relatório o perigo que representava a atividade dos funcionários da Biblioteca Itinerante número 40. O motorista era considerado apoiante de Norton de Matos nas eleições de 1949, e o encarregado da biblioteca itinerante era descrito como oposicionista moderado, mas apoiante de Humberto Delgado, nas eleições de 1958. A PIDE pedia o afastamento de ambos (Melo, 2004).

Outros tantos relatos de perseguições a funcionários da Fundação Calouste Gulbenkian dão conta da troca de informações, de relatórios e ofícios confidenciais da Guarda Nacional Republicana, do Gabinete do Ministro do Interior e da PIDE, para o próprio Presidente do Concelho de Ministros. A PIDE chega a forçar despedimentos, e a influenciar escolhas no recrutamento dos funcionários do serviço das Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, como podemos observar no texto seguinte:

“No início de 1962, a PIDE pressiona no sentido de evitar a nomeação de Alberto da Conceição Margarido Martins para encarregado da biblioteca itinerante de Portalegre, nomeação essa considerada perigosa por ser um “indivíduo de ideias subversivas” (Melo, 2004: 293).

O impacto da iniciativa da FCG no país provoca enormes receios e preocupações nos órgãos de vigilância ideológica do regime autoritário. Este impacto é mensurável na adesão e simpatia que suscitava a leitura pública, na maioria dos municípios receptivos às propostas formuladas pela FCG. Em 1957, o serviço de Bibliotecas Itinerante da FCG efetuou um inquérito às câmaras municipais, pelo qual sessenta e cinco dos cento e cinquenta e seis municípios do continente, mostraram interesse na instalação de numa biblioteca municipal itinerante (Melo, 2004: 288). Ou seja, cerca de metade dos municípios inquiridos considerava útil e positivo o serviço de leitura prestado pela FCG. Outro dos elementos que atesta o interesse pelas bibliotecas da rede Gulbenkian provém da adesão ao projeto do movimento associativo de carácter cultural, recreativo, social e

religioso, nalguns casos. Entre 1959 e 1970 foram instaladas sete dezenas (70) de bibliotecas em sociedades filarmónicas, cine-clubes, grupos desportivos, bombeiros, estabelecimentos prisionais, hospitais e entidades religiosas. Em 1980, contavam-se cento e quinze postos de leitura, acomodados precisamente em associações culturais e recreativas, juntas de freguesia, empresas fabris, centros de assistência social (Melo, 2004: 288-289).

Por seu turno, nunca é demais salientar a receptividade das populações à iniciativa da FCG. A prova desta adesão está no facto de a rede Gulbenkian ter ampliado, em apenas dois anos, o sistema de Bibliotecas Itinerantes para a instalação de Bibliotecas Fixas, com vantagens significativas para a disponibilidade de bibliografia às populações. Os relatos das experiências tidas pelos funcionários das Bibliotecas Itinerantes, no contacto com as populações, dão igualmente conta do enorme impacto da iniciativa de levar a leitura pública a localidades afastadas dos grandes centros urbanos. Num desses relatos, Graça dos Santos, funcionária do serviço de bibliotecas da Gulbenkian, refere o seguinte: “Lembro, no entanto, a pequena festa popular que era a chegada da biblioteca; todo o movimento de pessoas à sua volta, sobretudo as crianças e os adolescentes” (Santos *cit. in* Melo, 2004: 291).

Este impacto positivo da rede de Bibliotecas Itinerantes e Fixas perdura até aos dias de hoje na memória de várias gerações, para quem este serviço da Fundação Calouste Gulbenkian constituiu a fonte exclusiva de acesso à diversidade bibliográfica. Na verdade, a escola do Estado Novo limitava a leitura à cartilha única e obrigatória, no ensino primário, e aos compêndios de textos seleccionados, no ensino secundário. O ensino superior era essencialmente sustentado por sebatas, que transitavam de geração em geração, quase sem alteração. Não obstante estes constrangimentos, nos anos sessenta e setenta do século XX, muitas pessoas adquiriram o gosto pela leitura e tornaram-se leitores compulsivos, graças à rede de bibliotecas criadas pela FCG. O impacto da leitura pública manifestava-se no entusiasmo das populações que passaram a ter acesso a esta nova realidade social, apesar dos perigos que o regime de livro único vislumbrava com a escolha livre e diversificada do livro e de acordo com o interesse do leitor.

6.5. A Desvinculação da Rede Gulbenkian de Leitura Pública

O crescimento e a evolução da rede de bibliotecas da Gulbenkian acarretaram naturalmente um crescente custo que merece redobrada atenção de qualquer administração cautelosa. Como verificamos, a rede cresceu muito e em poucos anos. Em 1958, saem as primeiras Bibliotecas Itinerantes, e dois anos depois criam-se as Bibliotecas Fixas. Em 1972, tinha-se atingido a cobertura máxima da Rede de Leitura Pública da FCG. Havia nessa altura sessenta e duas (62) Bibliotecas Itinerantes em circulação, e cento e sessenta e seis (166) Bibliotecas Fixas.

Como verificamos, com a exceção dos espaços onde se instalavam as Bibliotecas Fixas e dos custos com recursos humanos necessários para a sua abertura, todos os outros encargos eram da responsabilidade da FCG. Estes encargos comportavam a aquisição das coleções bibliográficas com que se abasteciam as bibliotecas, o tratamento técnico, os recursos humanos, que na sede do serviço de bibliotecas efetuavam o tratamento e os encargos com as carrinhas (aquisição, abastecimento e manutenção). A FCG tinha igualmente obrigações no domínio do abastecimento de material consumível nas bibliotecas, onde se incluem catálogos, na altura constituídos por fichas bibliográficas de papel, cartões de leitor, requisições de livros e outros consumíveis. A intenção da Gulbenkian era a de passar para as autarquias todas as obrigações que tinha com as bibliotecas e, consequentemente, os custos inerentes. Porém este desígnio não foi concretizado. No inquérito dirigido pelo SBI às autarquias, em 1957⁵²:

“ 83 dos 142 municípios com resposta escrita (quase 59%) informavam não ter qualquer verba ou estarem sem possibilidades financeiras para participarem nas despesas com uma biblioteca itinerante” (Melo, 2004: 284).

Deste modo, ao longo dos anos o promotor da rede nacional de leitura pública Gulbenkian teve que se manter como o principal patrocinador, tanto mais que nunca conseguiu um parceiro.

Nos inícios dos anos setenta do século XX, na direção da Fundação Calouste Gulbenkian, manifesta-se uma corrente de opinião que concebe os serviços bibliotecários da instituição na tradição norte americana, ou seja, uma instituição que privilegia a atribuição de subsídios mais do que o fornecimento de serviços. Neste

⁵² A Fundação Calouste Gulbenkian por este inquérito procura saber qual o interesse e disponibilidade das autarquias na criação de bibliotecas.

contexto, foram estabelecidas conversações com o governo, tendo como objetivo preparar a desvinculação da FCG da rede por ela criada. Nesta linha de orientação, como já vimos, tinham sido feitas várias tentativas para reduzir a ação da Fundação Calouste Gulbenkian, através da celebração de parcerias com as autarquias. Estas parcerias com o poder local nunca foram além da cedência de espaços e a disponibilização de pessoal com pouca ou nenhuma formação específica, “ a administração da FCG realizou uma reunião, em 20-2-1974, onde apenas se discutiu a extinção das bibliotecas itinerantes e fixas” (Melo, 2004: 296). Este propósito de transferir a tutela da rede de bibliotecas de leitura pública para o Estado foi interrompido pela revolução de 25 de Abril de 1974, e o consequente processo de instauração da democracia no país.

A nova realidade política do país, sensível à necessidade de promoção da cultura, dita o aumento do volume de pedidos de apoio à fundação para que a instituição disponibilizasse bibliografia para as bibliotecas de tipo associativo que, desde os finais dos anos cinquenta do século XX, se foram instituindo por todo o território nacional.

“Em consequência, verificar-se-ia ainda o esquecimento temporário das intenções de extinção do SBI e correspondente alienação do património bibliotecário. Tudo leva a crer que só em 1981 se terá voltado a falar institucionalmente deste assunto, e apenas quanto às unidades itinerantes, como transparece das atas do CD-SBI”⁵³ (Melo, 2004: 301).

Contudo, somente em 1993 é criado o Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura (SBAL), dirigido pelo escritor David Mourão Ferreira que havia desempenhado o cargo de Secretário de Estado da Cultura, entre 1976 e 1979. O escritor, imbuído de um espírito inovador tendente a implementar medidas favoráveis à recuperação do atraso cultural, imprimiu uma nova dinâmica ao serviço de bibliotecas e possibilitou a divulgação da produção literária nacional e garantiu o apoio à leitura pública. Em resultado dessas mudanças introduzidas por David Mourão Ferreira, decorreu a reformulação e atualização do boletim informativo, que passa a designar-se de Boletim Cultural das Bibliotecas Itinerantes, e um conjunto de atividades disponibilizadas às bibliotecas para apoio à leitura, como pessoalmente pudemos constatar enquanto diretor de uma

⁵³ Colégio Diretivo do Serviço de Bibliotecas Itinerantes, criado em 5 de Junho de 1974, na sequência da Revolução de Abril e como forma de participação dos trabalhadores em funções executivas e fiscalizadoras (Melo, 2004: 299).

Biblioteca Fixa Gulbenkian. Estas atividades consistiam, regra geral, na apresentação e debate com autores, exposições itinerantes, cursos de curta duração relacionados com Literatura, História, Imprensa, Teatro e outros temas. No entanto, em nada foi alterada a política de parcerias anteriormente estabelecida.

As inovações introduzidas na rede de bibliotecas Gulbenkian limitaram-se apenas às atividades de apoio à leitura. As infra-estruturas, principalmente aos espaços onde se instalaram as bibliotecas, permaneceram quase inalteráveis desde a sua criação. As bibliotecas da rede Gulbenkian mantinham-se como espaços exíguos (com pouco mais de vinte metros quadrados), com as paredes cobertas de estantes com livros, e umas poucas mesas de leitura na zona central das salas. É evidente que estes espaços e lugares serviam o principal propósito da fundação, que se consubstanciava na criação de locais de leitura e empréstimo de livros.

A comunidade de bibliotecários, que entretanto se vinha a constituir no país e que desde os anos oitenta do século XX tendia a crescer, sentia-se constrangida pela ausência de desenvolvimento das bibliotecas Gulbenkian. Esta nova geração de bibliotecários recentemente formados conhecia bem os modelos e os padrões bibliotecários adotados nos países mais desenvolvidos, e de maiores índices de leitura, na Europa.

Convém salientar que nos anos sessenta do século XX, no despontar da rede de bibliotecas da FCG, as taxas de analfabetismo situavam-se na ordem dos 40% (Barreto, 2000: 103). As bibliotecas públicas mantinham-se com características essencialmente eruditas e patrimoniais, não tendo surgido por parte do Estado qualquer iniciativa que promovesse uma política de leitura pública. Daí a ação absolutamente pioneira da Fundação Calouste Gulbenkian. Durante este período histórico era, obviamente, mais aceitável que as bibliotecas ficassem em instalações precárias e pequenas. No entanto, o contexto social irá mudar substancialmente após o 25 de Abril de 1974. O regime democrático promove a escolarização em massa e o país vê, pela primeira vez, reduzir substancialmente as taxas de analfabetismo. Em 1991, a dois anos da inauguração do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da FCG, a taxa de analfabetismo era de cerca de 7% (Barreto, 2000: 103).

Na década de oitenta do século XX começa a desenvolver-se a formação especializada dos bibliotecários em Portugal, sustentada na criação dos cursos de Ciências Documentais. Os novos cursos de especialização em Ciências Documentais vêm

substituir as formações tradicionais de Bibliotecário-Arquivista, com origem no ano de 1887 durante a Monarquia Constitucional (Ribeiro, 2006).

O Decreto-lei 87/82 de 13 de Julho institui formalmente o Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD) nas universidades portuguesas. As Portarias 448/83 e 449/83 de 19 Abril⁵⁴ regulamentam-no, inicialmente na Universidade de Lisboa e na Universidade de Coimbra, dois anos mais tarde a Portaria 852/85 de 9 Novembro⁵⁵ estabelece o curso na Universidade do Porto.

Na verdade, a criação de formação especializada nas universidades portuguesas manifesta grande sensibilidade do governo quanto à necessidade de colocar Portugal, neste âmbito, ao nível dos países mais desenvolvidos da Europa. Paralelamente, o governo lançou a Rede de Bibliotecas Municipais, de acordo com o Decreto-lei 111/87 de 11 de Março; um fator favorável à promoção da leitura pública. Por seu lado, na comunidade bibliotecária, o Manifesto da UNESCO sobre a Leitura Pública de 1994 veio realçar o papel da biblioteca como porta de acesso local ao conhecimento.

Ao tempo da criação do SBAL (1993), sob a direção de Vasco Graça Moura, é desenvolvida uma corrente de pensamento que critica a Rede de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian quanto à qualidade das instalações e às frágeis competências dos “encarregados das bibliotecas”. A este facto não será alheio o confronto e a comparação com as bibliotecas que se foram constituindo ao abrigo dos contratos programa da Rede Nacional de Bibliotecas Municipais, decorrentes da promulgação da legislação de 1987.

O resultado destas mudanças vai ocasionar, no âmbito do SBAL, o desenvolvimento de um derradeiro programa que visava a requalificação da rede Gulbenkian, denominado de Programa de Análise de Bibliotecas (PAB).

6.6. O Programa de Análise de Bibliotecas (PAB)

O PAB surge no ano 2000 e resulta, como já adiantamos, da necessidade e oportunidade do SBAL desenvolver um programa que, aplicado num pequeno grupo de bibliotecas, pudesse ser exemplar para a requalificação da própria rede. Pretendia-se a implementação de um programa inovador e de referência para todas as outras

⁵⁴ Diário da República de 19 de Abril de 1983, 1ª série, Lisboa.

⁵⁵ Diário da República de 9 de Novembro de 1985, 1ª série, Lisboa.

bibliotecas. Na verdade, este programa surgiu numa conjuntura de expansão da criação de bibliotecas por todo o país, em resultado do programa estatal de Rede de Leitura Pública, com origem em 1987. No quadro de desenvolvimento da Sociedade de Informação e Conhecimento, cabia às bibliotecas públicas o exercício de uma função primordial, e neste contexto era fundamental proceder ao levantamento de dados concretos sobre o real desempenho deste tipo de unidades culturais. Deste facto nos dá conta Borges (2002), ao afirmar que o PAB se baseia “na avaliação e análise comparativa de indicadores de desempenho, como motor de iniciativas de melhoria e otimização das bibliotecas” (Borges, 2002: 5-7). As principais questões deste programa podem resumir-se nos seguintes termos:

- i) As bibliotecas públicas cumprem a função que lhes corresponde na sociedade?
- ii) Aproveitam realmente o seu potencial de atuação?
- iii) O trabalho que realizam responde aos reais interesses dos utilizadores?
- iv) Em que medida aplicam critérios de rentabilidade à sua organização? (Borges 2002: 7).

O PAB enquadra-se perfeitamente no conjunto de iniciativas inovadoras em todas as áreas de atuação da FCG. Um dos objetivos da FCG era o de promover o desenvolvimento de um método de avaliação e análise comparativa de desempenho num grupo selecionado de bibliotecas apoiadas pelo SBAL.

O Programa de Análise Bibliotecas (PAB) teve origem, na cidade de Barcelona, por iniciativa da Fundación Bertelsmann.

O ramo catalão da Fundación Bertelsmann tem origem em meados da década de noventa do século XX, quando Reinhard Mohn instituiu a fundação com sede em Barcelona⁵⁶. No ano de 1995, a Fundación Bertelsmann inicia a sua atividade cultural. Em Espanha, foi a fundação catalã que promoveu o Programa de Análise de Bibliotecas (PAB).

⁵⁶ Fundación Bertelsmann, nuestra organización [Em Linha]. Disponível em: <http://www.fundacionbertelsmann.org/cps/rde/xchg/SID-1ED4F994-375833B0/fundacion/hs.xsl/4734_4778.htm>.

O PAB é, igualmente, considerado um método:

“que se baseia na avaliação e na análise comparativa de desempenhos, como motor de iniciativas de melhoria e de otimização das bibliotecas públicas. Este método define um ambiente de avaliação que possibilita ao conjunto de pessoas responsáveis pelas bibliotecas relacionar o modelo de biblioteca pública de referência na sociedade atual com o perfil da sua biblioteca e com o desempenho nela observado. Para esse efeito, definiu-se um sistema de indicadores-chave, obtidos a partir de procedimentos informatizados de recolha de dados, acompanhados de processos de reflexão e integrados no trabalho habitual dos profissionais.” (Eulàlia Espinàs, 2002: 4).

De acordo com o princípio que estabelece uma relação entre o perfil da biblioteca e o público destinatário, Eulàlia Espinàs (2002) afirma que o PAB tem subjacente um processo metodológico de análise que procura estabelecer um ambiente de avaliação crítica e comparativa das bibliotecas, permitindo aos responsáveis de cada biblioteca comparar o modelo de biblioteca pública de referência com o desempenho das unidades que superintendem.

Por outro lado, o programa incentiva o diálogo com os responsáveis das políticas culturais e educativas locais, de modo a possibilitar à biblioteca integrar-se de forma cabal nas políticas municipais estabelecidas. Neste aspeto, o programa corresponde ao pensamento de García Martínez (2005), que concebe que a política bibliotecária resulta de um ponto de convergência entre a política cultural e a política de informação.

Por seu turno, Eulàlia Espinàs (2002) afirma igualmente que, na Catalunha, o programa resultou na melhoria de desempenho das bibliotecas, e numa maior compreensão do trabalho realizado, tanto por parte dos cidadãos como dos decisores políticos. Do mesmo modo, a autora salienta que o programa reverteu numa melhoria da gestão efetiva, da motivação da equipa e da qualidade dos serviços bibliotecários em geral.

Atendendo ao contrato programa, o PAB reúne dados para análise nos seguintes âmbitos:

- Adequação às características da população,
- Serviços oferecidos pela biblioteca: procura real e realização,
- Uso dos documentos por parte dos utilizadores,

- Organização da equipa: tarefas, tempos e processos técnicos internos,
- Aspetos económicos, e
- Infra-estruturas: espaço físico da biblioteca⁵⁷. (Proyecto, 2003: 16)

O PAB foi assumido como um instrumento de trabalho disponibilizado às bibliotecas portuguesas por iniciativa da Dra. Helena Borges, Diretora do SBAL/FCG - Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian⁵⁸.

O programa introduziu métodos de trabalho mais rigorosos na atividade das bibliotecas, quer ao nível do planeamento de atividades, quer no âmbito da gestão organizacional.

Por seu lado, é necessário salientar que por esta altura o SBAL debatia-se com o modo de encontrar um modelo de avaliação da rede, face à pressão do desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, e à necessidade de justificar perante os autarcas a existência das suas bibliotecas, não obstante as críticas que comumente se faziam na comunidade de bibliotecários e na opinião pública mais avisada. Conforme já salientamos, a rede de bibliotecas da FCG tinha caído na inércia, pelo simples facto de nunca ter havido uma política de melhoramento das unidades itinerantes e fixas, e de reforma das instalações, adotando critérios mais modernos.

Neste contexto, a análise dos indicadores subjacentes ao PAB tinha por objetivo “fixar indicadores de referência, recolher dados para medir o desempenho das bibliotecas e elaborar, a partir deles, procedimentos objetivos de análise.” (Borges, 2002: 7).

Do mesmo modo, foi intenção da Fundação Calouste Gulbenkian ao proporcionar a várias bibliotecas portuguesas este método de trabalho, melhorar qualitativamente o desempenho das bibliotecas. Tal como afirma Borges, este projeto iria “desembocar num aumento do desempenho da biblioteca e numa gestão efetiva, motivação permanente e melhoria na qualidade dos serviços” (Borges, 2002: 8).

Em matéria de conteúdo e objetivos o programa era inovador. Até então nada havia sido feito neste âmbito, e o programa estatal da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas encontrava-se numa fase em que as autarquias dependiam do apoio do poder central

⁵⁷ Tradução e adaptação nossa.

⁵⁸ À época este serviço da fundação geria a rede de bibliotecas.

para construir as suas próprias bibliotecas públicas. Para a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, as questões de avaliação de desempenho eram extemporâneas e precoces, dado que a rede nacional estava ainda a desenvolver-se.

De outro lado, o PAB tinha como objetivos determinar os indicadores-chave de análise de desempenho das bibliotecas públicas, promover

“encontros de reflexão coletiva entre os responsáveis das bibliotecas públicas, técnicos e políticos com o fim de encontrar processos e objetivos de melhoria, [e] propor ações concretas, com base em modelos já testados, impulsionando a tarefa de planificação e avaliação dos serviços da biblioteca.” (Borges, 2002:8).

Do ponto de vista metodológico, o PAB analisava os seguintes vetores:

- “Adequação às características da população,
- Serviços oferecidos pela biblioteca: procura e nível de aproveitamento,
- Aproveitamento da oferta documental por parte dos utilizadores,
- Processos técnicos internos e organização da equipa de trabalho,
- Aspetos económicos; Espaço e infra-estrutura.” (Borges, 2002: 9).

O conjunto de parâmetros referido está agrupado em três grupos de análise distintos:

- “1. Indicadores de observação do funcionamento próprio de cada biblioteca:- resultados em números absolutos e percentuais evoluções cíclicas e tendenciais
2. Indicadores de comparação e contraste com outras bibliotecas: aferição dos dados próprios em relação ao desempenho de outras bibliotecas (a nível nacional e internacional), processos de avaliação e de interpretação dos dados em grupo, intercâmbio de experiências e resultados.
3. Indicadores de reflexão para os responsáveis da biblioteca e da autarquia: análise das causas dos resultados mais e/ou menos bons, estudo de otimização dos recursos de que dispõem, estabelecimento de objetivos e planos estratégicos de futuro.” (Borges, 2002:9-10).

Este projeto inovador de avaliação de desempenho de bibliotecas, patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com a Fundação Bertelsmann, foi aplicado e desenvolvido num conjunto de seis bibliotecas apoiadas pela FCG: as bibliotecas da

Batalha, Espinho, Faro, Macedo de Cavaleiros, Melgaço e Valença. Estas seis unidades bibliotecárias participam de forma colaborativa e experimental no projeto.

A análise do documento de memória, resultante desta experiência única em Portugal, permite-nos constatar a preocupação com a representação geográfica do universo bibliotecário do país, encontrando-se retratadas bibliotecas do Norte, Centro e Sul, não obstante uma maioria de unidades da zona Norte, justificada, naturalmente, pela maior densidade demográfica regional. Por outro lado, parece haver um equilíbrio entre o interior e o litoral.

Quanto aos aspetos técnicos, a análise revela que, na generalidade, as equipas técnicas têm entre cinco e sete pessoas, com exceção da unidade de Faro com vinte e oito elementos profissionais no respetivo *staff*. Os maiores contrastes entre as bibliotecas analisadas constata-se na dimensão dos edifícios, que vão dos 200 m² aos 2000 m². Na globalidade, este programa experimental, atingiu um universo de cento e quarenta e oito mil, trezentos e oitenta e seis (148 386) habitantes, que tinha disponível um acervo documental de cento e vinte e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco (127 855) documentos.

Em suma, dos resultados da aplicação do programa ressaltam o desequilíbrio existente entre o número de habitantes e o número de documentos, a desigualdade e desproporcionalidade quanto ao número e qualificação dos recursos humanos nas várias unidades para além das assimetrias quanto à dimensão dos equipamentos.

7. As Bibliotecas na Transição para a Democracia: a Rede Pública de Bibliotecas Municipais

A implantação do regime democrático, subsequente à revolução de 25 de Abril de 1974, não trouxe de imediato mudanças significativas para as bibliotecas existentes. O programa da revolução assentava em três desígnios principais: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. No período revolucionário, as preocupações dos membros da Junta de Salvação Nacional dirigiam-se fundamentalmente para a implantação do novo regime político e para a questão da descolonização dos territórios ultramarinos (Ferreira, 1994: 17-28). As questões relativas ao atraso cultural, muito embora presentes, não foram consideradas tão prementes se comparadas com a descolonização e a produção de um novo documento constitucional que consagrasse os princípios legais do regime democrático.

Não obstante, a rutura operada pela Revolução de Abril de 1974 teve grande impacto nas elites culturais e sociais de então, tendo proporcionado importantes alterações ao nível da educação. As reformas do ensino são um dos principais traços desse ímpeto reformista do pós-25 de Abril, altura em que o ensino secundário viu finalmente introduzido o ensino unificado, com a reforma de 1975⁵⁹. O ensino universitário foi objeto de reforma pela iniciativa do Ministro da Educação e Cultura, Sotto Mayor Cardia, em 1978 (Freitas, 2002).

No que diz respeito às bibliotecas, a alteração de regime político não se fez sentir antes do ano de 1986, no contexto do Primeiro congresso da Associação de Bibliotecários, e da criação da Rede Nacional de Leitura Pública, de iniciativa governamental, em parceria com as autarquias.

Certo é que apesar das alterações políticas imediatamente subsequentes à Revolução de Abril, no essencial, a anterior política bibliotecária mantinha-se. A Fundação Calouste Gulbenkian limitava-se a preservar a sua rede, sem a modernizar. As transformações ocorridas no período pós-revolucionário na rede de bibliotecas Gulbenkian advinham das mudanças políticas do país, e do impacto quase limitado ao modelo de

⁵⁹ Despacho 523/75 de 31 de Dezembro de 1975. Por este despacho do Ministério da Educação, o ensino secundário sofre profundas transformações. Em 1975, cria-se o primeiro ano do curso geral unificado, constituído pelo sétimo, oitavo e nono anos de escolaridade obrigatória, que unificam os ensinos liceal e técnico, e apresentam um tronco comum nos dois primeiros. O nono ano, para além desse tronco comum, inclui uma área vocacional, constituída por um grupo de disciplinas optativas de carácter pré-vocacional.

funcionamento interno da fundação. Não se vislumbraram, no imediato, reflexos significativos ao nível da estrutura física das bibliotecas, da melhoria dos recursos humanos ou do financiamento das autarquias.

Como vimos no sexto capítulo, dedicado à rede de bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, esta instituição tentou, de alguma forma, aliviar financeiramente os encargos tidos com a extensa rede que criou, durante o Estado Novo. As parcerias entretanto estabelecidas com os municípios na cedência de espaços e de recursos humanos nunca foram vistas por estes como uma política estratégia de desenvolvimento local, daí que, na generalidade dos municípios, os investimentos na rede Gulbenkian nunca fossem além do estritamente necessário para manter em funcionamento as bibliotecas. Na realidade, os municípios podiam sempre argumentar que a rede e a orientação das bibliotecas não era encargo seu, mas de uma entidade que tinha assumido a responsabilidade da respetiva formação - a Fundação Calouste Gulbenkian. Tal facto conduziu alguns municípios a conservar bibliotecas municipais, criadas noutros contextos históricos e políticos, ou mesmo a criar outras de forma independente da rede Gulbenkian, originando a coexistência de bibliotecas do mesmo tipo e dirigidas ao mesmo público-alvo⁶⁰. Em todo o caso, esta situação não dava garantias da qualidade pretendida. As debilidades ao nível das instalações, a carência de recursos humanos qualificados, a deficiência das coleções e do funcionamento em geral, constituíram um forte *handicap* à atualização da rede de bibliotecas Gulbenkian, ou seja, duplicava-se o esforço sem acrescentar nada de significativamente relevante.

A primeira alteração ocorrida no panorama das então designadas Ciências Documentais, após a implantação do regime democrático, ocorreu nos estudos especializados de Biblioteconomia e Arquivística. O clássico e tradicional Curso de Bibliotecário-Arquivista (1887), que vinha formando os técnicos desta área foi, finalmente, substituído pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD), com a criação da pós-graduação na área, nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra, em 1983, e na Universidade do Porto, em 1985, conforme já adiantamos.

⁶⁰ Cfr. Anexo 4 – Lista das Bibliotecas Municipais do Continente por Distritos (Moura, 1986) e Anexo 6 – Avaliação das Bibliotecas Municipais (Moura, 1986).

Eram tempos de mudança a vários níveis. Reconhece-se o desconforto por grande parte da opinião pública quanto às limitações das bibliotecas da rede da Fundação Calouste Gulbenkian, assim como relativamente às bibliotecas municipais, por não cumprirem cabalmente a sua missão de promoção da leitura pública e de facilitação do acesso ao conhecimento. A expressão desse incómodo emerge, em primeiro lugar, no seio dos bibliotecários que, em função da sua atividade profissional, constituem o grupo mais sensível à ausência de política de leitura pública. Os bibliotecários vieram a expressar o seu desagrado no seio da organização profissional que entretanto fora criada - a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD) -, tendo alcançado por esse facto maior projecção e visibilidade.

Entre 31 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1983, o Instituto Português do Livro (IPL) realizou em Lisboa, com a colaboração da APBAD, sessões de um seminário que contou com a presença de Jean Tabet, reputado bibliotecário francês. O seminário teve a faculdade de promover a sensibilização da opinião pública e advertir o governo e as autarquias para a inexistência de uma verdadeira prática de leitura pública no país. Deste seminário saiu o conhecido manifesto intitulado “A Leitura Pública em Portugal-Manifesto”, da responsabilidade de Cabral, Nunes e Portilheiro (1983)⁶¹.

Na sequência da promoção de ações de sensibilização da opinião pública, alertando para a necessidade de desenvolver uma política nacional de leitura pública, o ano de 1986 é geralmente considerado um ano charneira no contexto da área da Biblioteconomia, em Portugal. A principal razão deve-se ao facto de ter sido o ano da realização do 1º Congresso dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e, simultaneamente, da publicação do documento que definiu o conceito e modelo de programa da Rede de Leitura Pública, que ainda hoje existe, com as alterações que o tempo e o desenvolvimento dos conhecimentos científicos na área foram produzindo.

⁶¹ Cfr. Anexo 1 – A Leitura Pública em Portugal – Manifesto.

Quadro nº 9 - Bibliotecas Municipais do Continente

Relatórios (1986)	Nº de concelhos	Bibliotecas criadas	População %
Nunes, Portilheiro e Cabral	275	70	25,45
Moura <i>et al.</i>	275	97	35,27

Fontes: Nunes, Portilheiro e Cabral (1986), e Moura *et al.* (1986).

Os documentos e as fontes de informação para a caracterização da situação das bibliotecas e da leitura pública tiveram como suporte de trabalho os censos de 1981, tanto na comunicação levada ao 1º Congresso de Bibliotecários por Nunes, Portilheiro e Cabral (1986), como no relatório produzido e publicado pela Secretaria de Estado da Cultura em Julho de 1986, no despacho de 23/86 de 11 de Março. Outro documento de referência foi o *Guia das Bibliotecas Municipais*, resultante de um inquérito executado por acordo da APBAD com o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e financiado por este último no âmbito do “Inventário das Fontes de Informação”, que se tinha realizado em 1981. Os valores referentes aos concelhos do continente com bibliotecas municipais apresentam discrepâncias entre si nos diferentes relatórios. Para os mesmos duzentos e setenta e cinco (275) concelhos existentes na altura, são apresentadas diferenças quanto ao número de concelhos com bibliotecas municipais nos dois documentos elaborados da mesma época, conforme podemos constatar no quadro nº 9.

Em 1985, Nunes, Portilheiro e Cabral apresentam uma comunicação no Congresso da APBAD, publicada no ano seguinte, onde referem setenta (70) concelhos com bibliotecas municipais⁶² (Nunes, Portilheiro, Cabral, 1986: 8). Por seu turno, o relatório que irá servir de base à criação da Rede de Leitura Pública é apresentado um quadro que refere noventa e sete (97) concelhos com bibliotecas municipais⁶³ (Moura *et al.*, 1986: 35). Este relatório é elaborado a partir de dados do *Guia das Bibliotecas Municipais*, apresentado em 1986 pela APBAD, e apoiado pelo Instituto Português do Património Cultural. Todos estes dados resultam de inquéritos aos municípios. O que se pode concluir de imediato é que, nos anos oitenta do século XX, conhecia-se muito mal a realidade concreta das bibliotecas no país. Por outro lado, a linguagem e os conceitos

⁶² Cfr. Anexo 4 – Bibliotecas Municipais do Continente por Distrito (Nunes, Portilheiro, Cabral, 1986: 8).

⁶³ Cfr. Anexo 5 – Lista das Bibliotecas Municipais do Continente por Distrito (Moura *et al.*, 1986: 35).

usados pelos bibliotecários não eram de modo nenhum uniformes, constituindo um reflexo da ausência de políticas bibliotecárias concertadas.

Resta-nos salientar que os elementos de observação apresentados referem-se apenas ao continente, não tendo sido considerados os arquipélagos da Madeira e dos Açores, quer na comunicação de Nunes, Portilheiro e Cabral (1986), quer no relatório de Moura *et al.* (1986).

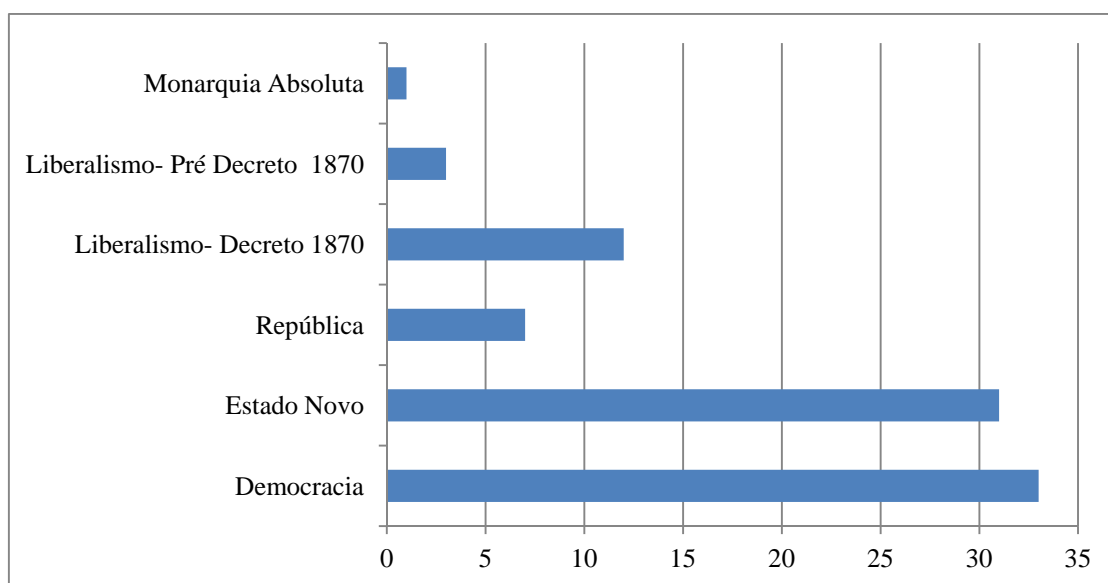
7.1. Evolução da Criação de Bibliotecas Públicas (1722⁶⁴-1986)

Ao longo da história de desenvolvimento das políticas bibliotecárias nacionais, transcorridos que foram quatro momentos políticos cruciais que conduziram a reformas legislativas, e que corporizam diferentes programas bibliotecários - Liberalismo, República, Estado Novo e Democracia -, o total das bibliotecas públicas existentes no país cobria entre 25% e 35% do total dos concelhos, i.e., servem pouco mais de metade da população nacional.

Este estudo procura analisar e explicar as fragilidades e as contundências, mormente sociopolíticas e culturais, que ao longo da história das bibliotecas públicas portuguesas condicionaram, de algum modo, as características da leitura pública e das bibliotecas quanto à dimensão das coleções, à existência de bibliotecários diplomados, à qualificação dos recursos humanos e à prática do empréstimo domiciliário, como principal requisito das políticas de leitura pública.

No gráfico que a seguir apresentamos sintetizamos o total de unidades bibliotecárias criadas, desde a instauração do liberalismo até ao lançamento da Rede Nacional de Bibliotecas Municipais. Como sabemos, a primeira biblioteca foi criada em 1722, por iniciativa municipal, cem anos antes de instituída a Monarquia Constitucional. Do ponto de vista das práticas bibliotecárias, o período da Monarquia Constitucional foi dividido em duas grandes fases, uma antes do decreto de 1870 e outra depois deste regulamento. O decreto régio de 1870, conforme analisamos, confere forma legal à política liberal para as bibliotecas, política que irá influenciar, de algum modo, a legislação da República.

⁶⁴ Por iniciativa do município de Ponte de Lima no ano de 1722 foi criada a primeira biblioteca municipal em Portugal, conforme já salientámos.

Gráfico nº 10 – Criação de Biblioteca Públicas (1820-1986)

Fontes: Nunes, Portilheiro e Cabral (1986), Moura *et al.* (1986), e Guia das Bibliotecas Municipais (1986).

Conforme verificamos no gráfico número 10, relativo à evolução da criação das bibliotecas públicas, por iniciativa municipal foi criada a biblioteca de Ponte de Lima, em 1722. Os períodos políticos em que se instituiu maior número de unidades bibliotecárias foram, respetivamente, o regime democrático e o Estado Novo. O decreto régio de 1870 teve um importante impacto na criação de bibliotecas. Quanto à República, que tanto defendia a instrução e a leitura como base do desenvolvimento da consciência cívica, do ponto de vista prático, não conseguiu concretizar em pleno as reformas preconizadas dado que, em termos de unidades bibliotecárias, saldou-se por um tempo de contração.

Quadro nº10 - Criação das Bibliotecas Públicas (1833-1902)**Liberalismo**

Data	Distrito	Concelho
1833	Porto	Porto
1864	Viseu	Viseu
1868	Coimbra	Lousã
Após Decreto Régio de 1870		
1874	Beja	Beja
1874	Setúbal	Setúbal
1880	Portalegre	Elvas
1880	Évora	Estremoz
1880	Guarda	Guarda
1880	Porto	Póvoa de Varzim

1880	Santarém	Santarém
1882	Viseu	Tabuaço
1884	Braga	Guimarães
189-?	Braga	Barcelos
1894	Faro	Tavira
1902	Faro	Faro

Fonte: *Guia das Bibliotecas Municipais* (1986)

No período da Monarquia Constitucional, antes do decreto régio de 1870, que constitui o primeiro grande marco na política bibliotecária do país, foram criadas três bibliotecas instituídas nas cidades do Porto, Viseu e Lousã. Após a promulgação do decreto régio de 1870 foram criadas mais doze (12) bibliotecas. Como já foi referido no ponto dois, a legislação de 1870 era inovadora, progressista e na linha das políticas bibliotecárias da Europa mais desenvolvida, mormente a representada pelo mundo anglo-saxónico. No entanto, os resultados efetivos conseguidos por esta iniciativa legislativa não parecem ter sido relevantes, nem ter produzido uma significativa mudança no panorama bibliotecário do país. Contudo, lançou os fundamentos da estrutura da política bibliotecária, que veio a ser adotada em momentos posteriores e, nomeadamente, por outros regimes políticos, como seja a divisão entre bibliotecas eruditas, bibliotecas públicas e bibliotecas populares, ou ainda o modelo de financiamento apoiado essencialmente nos recursos financeiros das câmaras municipais, e não na dotação financeira do governo.

Quadro nº11 - Criação das Bibliotecas Públicas (1910-1925)

República

Data	Distrito	Concelho
1910	Coimbra	Figueira da Foz
1911	Castelo Branco	Castelo Branco
1911	(Braga	Vila Nova de Famalicão
1912	Viana do Castelo	Viana do Castelo
1917	Porto	Penafiel
1923	Coimbra	Coimbra
1925	Portalegre	Portalegre

Fonte: *Guia das Bibliotecas Municipais* (1986).

No período da República (1910-1926) houve uma desaceleração (ou mesmo um recuo) no processo de criação de bibliotecas, por contraste com os períodos de vigência do Estado Novo e da Democracia, pelo menos até ao ano de 1986, quando se abre um novo

ciclo com a conceção da Rede Nacional de Bibliotecas Municipais, como mais adiante explicaremos. No entanto, durante a República era ideologicamente importante considerar o papel das bibliotecas para a promoção da educação e ocupação dos ‘tempos livres’ dos estratos mais baixos da sociedade de então. A República foi célere a produzir legislação e a sistematizar o sistema bibliotecário português. No entanto, constatamos que foi diminuto o número de bibliotecas públicas instituídas - apenas sete unidades em vinte e seis anos -, não obstante a aspiração dos governantes e a intensa produção legislativa subsequente à implantação do regime político republicano. Das poucas bibliotecas criadas, quatro delas foram-no em sedes de distrito.

De acordo com o quadro que se segue, durante o Estado Novo aumentou o número de unidades bibliotecárias:

Quadro nº 12 - Criação das Bibliotecas Públicas (1929-1973)

Estado Novo

Data	Distrito	Concelho
1929	Vila Real	Chaves
1930	Lisboa	Cascais
1931	Lisboa	Lisboa
1933	Porto	Vila Nova de Gaia
1934	Lisboa	Torres Vedras
1937	Santarém	Torres Novas
1938	Guarda	Pinhel
1941	Santarém	Mação
1942	Porto	Matosinhos
1942	Faro	Portimão
1943	Lisboa	Mafra
1947	Bragança	Vila Flor
1947	Lisboa	Vila Franca de Xira
1952	Porto	Santo Tirso
1953	Portalegre	Campo Maior
1953	Porto	Vila do Conde
1954	Porto	Marco de Canavezes
1955	Leiria	Leiria
1956	Santarém	Cartaxo
1956	Lisboa	Oeiras
1959	Portalegre	Ponte de Sôr
1960	Leiria	Caldas da Rainha
1961	Aveiro	São João da Madeira
1963	Leiria	Marinha Grande
1963	Porto	Paços de Ferreira
1964	Setúbal	Barreiro

Data	Distrito	Concelho
1968	Beja	Moura
1969	Santarém	Tomar
1970	Leiria	Alcobaça
1971	Setúbal	Seixal
1973	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez

Fonte: Guia das Bibliotecas Municipais (1986).

No período cronológico correspondente ao Estado Novo (1926-1974), de acordo com legislação publicada um ano depois do golpe militar que pôs fim ao regime da República, foram criadas trinta e uma (31) bibliotecas públicas, nos quarenta e oito anos de regime autoritário: menos que uma biblioteca criada por ano, num longo período de tempo. Contudo, tal como já foi referido, neste período histórico, a par da censura, não se verificou investimento financeiro no desenvolvimento do sistema bibliotecário. A responsabilidade da criação de bibliotecas manteve-se dependente da iniciativa dos municípios.

Quadro nº13 - Criação das Bibliotecas Públicas (1976-1985)

Democracia (1974 – 1986)

Data	Distrito	Concelho
1976	Viseu	Cinfães
1977	Setúbal	Almada
1978	Guarda	Seia
1978	Setúbal	Sines
1979	Leiria	Peniche
1980	Portalegre	Crato
1980	Bragança	Mirandela
1980	Évora	Viana do Alentejo
1981	Santarém	Golegã
1981	Santarém	Rio Maior
1981	Guarda	Sabugal
1982	Lisboa	Amadora
1982	Porto	Amarante
1982	Portalegre	Castelo de Vide
1982	Braga	Fafe
1982	Guarda	Gouveia
1982	Portalegre	Nisa
1982	Porto	Paredes
1982	Viana do Castelo	Ponte da Barca
1982	Faro	Silves
1983	Beja	Almodôvar
1983	Portalegre	Fronteira

Data	Distrito	Concelho
1983	Évora	Montemor-o-Novo
1983	Viseu	São Pedro do Sul
1984	Braga	Esposende
1985	Setúbal	Alcácer do Sal
1985	Bragança	Macedo de Cavaleiros
1985	Setúbal	Montijo
	Leiria	Óbidos
1985	Viana do Castelo	Paredes de Coura
1985	Viseu	Vouzela
1985	Santarém	Chamusca

Fonte: *Guia das Bibliotecas Municipais* (1986).

No regime democrático, a atividade política de promoção e criação de bibliotecas municipais foi bem mais intensa e produtiva. Entre 1974 e 1986, data do relatório Moura *et al.* (1986), foram concebidas trinta e duas (32) bibliotecas públicas, num período de tempo menor ao da longa vigência do Estado Novo, não obstante não ter sido produzida legislação específica, no período compreendido entre 1974 e 1985.

Em tempo de democracia foi, de algum modo, espontâneo o movimento de criação de bibliotecas municipais, indo de encontro às solicitações impostas pelas transformações políticas e sociais do regime. A maior importância concedida à educação e à instrução das populações em geral implicou, muito naturalmente, um incremento das políticas bibliotecárias ao nível das comunidades locais. Este foi o processo normal de conceber a resposta às velhas e mais necessidades culturais em tempos de democracia. Há ainda um grupo alargado de bibliotecas criadas em tempos de democracia para as quais não dispomos da data de instituição e criação, conforme o quadro seguinte:

Quadro nº14 - Bibliotecas SEM menção de data de criação

Data	Distrito	Concelho
Não indicada	Aveiro	Águeda
Não indicada	Beja	Alvito
Não indicada	Aveiro	Arouca
Não indicada	Aveiro	Aveiro
Não indicada	Castelo Branco	Covilhã
Não indicada	Porto	Felgueiras
Não indicada	Castelo Branco	Fundão
Não indicada	Coimbra	Miranda do Corvo
Não indicada	Aveiro	Santa Maria da Feira

Data	Distrito	Concelho
Não indicada	Setúbal	Sesimbra
Não indicada	Lisboa	Sintra
Não indicada	Évora	Vila Viçosa

Fonte: *Guia das Bibliotecas Municipais* (1986).

O longo tempo de observação do objeto de estudo - a emergência do sistema de leitura pública e a instituição de uma rede de bibliotecas municipais -, atravessa regimes políticos muito diferentes que, inevitavelmente, condicionaram as variações em termos de políticas bibliotecárias, de informação e de educação.

7.2. A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

Em 1982, à data do início da criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas a situação das bibliotecas no país era a do quadro seguinte.

Quadro nº 15 - O Estado das Bibliotecas Públicas (1986)

Concelho	Data de criação	Fundos Gerais (em volumes)	Bibliotecários Diplomados	Quadro de Pessoal	Empréstimo Domiciliário
Ponte de Lima (Viana do Castelo)	1722	10 a 30 mil	Não	Técnico auxiliar	Não
Porto (Porto)	1833	Mais de 20.000	Sim	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Viseu (Viseu)	1864	Mais de Maías de 20.000	Sim	Técnico auxiliar	Sim
Lousã (Coimbra)	1868	10 a 30 mil	Sim	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Beja (Beja)	1874	Mais de 20.000	Sim	Técnico auxiliar	Não
Setúbal (Setúbal)	1874	Mais de 20.000	Sim	Técnico auxiliar	Sim
Elvas (Portalegre)	1880	Mais de 20.000	Não	Técnico auxiliar BAD + Licenciado	Sim
Estremoz (Évora)	1880	Não	Não	Indiferenciado	Não
Guarda (Guarda)	1880	5 a 10 mil	Não	Técnico auxiliar	Não

Concelho	Data de criação	Fundos Gerais (em volumes)	Bibliotecários Diplomados	Quadro de Pessoal	Empréstimo Domiciliário
Póvoa de Varzim (Porto)	1880	10 a 30 mil	Não	Técnico auxiliar	Não
Santarém (Santarém)	1880	Mais de 20.000	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Tabuaço (Viseu)	1882	5 a 10 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Sim
Guimarães (Braga)	1884	Mais de 20.000	Não	Técnico auxiliar	Não
Barcelos (Braga)	189-?	10 a 30 mil	Sim	Técnico auxiliar	Não
Tavira (Faro)	1894	Menos 5 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Não
Faro (Faro)	1902	Mais de 20.000	Não	Técnico auxiliar BAD	Não
Figueira da Foz (Coimbra)	1910	Mais de 20.000	Sim	Técnico auxiliar BAD mais licenciado	Sim
Castelo Branco (Castelo Branco)	1911	Não	Não	Técnico auxiliar BAD	Sim
Vila Nova de Famalicão (Braga)	1911	Mais de 20.000	Não	Técnico auxiliar	Não
Viana do Castelo (Viana do Castelo)	1912	10 a 30 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Penafiel (Porto)	1917	10 a 30 mil	Não	Técnico auxiliar	Não
Coimbra (Coimbra)	1923	20.000	Sim	Técnico auxiliar BAD mais bibliotecário	Sim
Portalegre (Portalegre)	1925	5 a 10 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Chaves (Vila Real)	1929	5 a 10 mil	Não	Técnico auxiliar	Não
Cascais (Lisboa)	1930	Mais de 20.000	Não	Técnico auxiliar BAD	Sim
Lisboa (Lisboa)	1931	Mais de 20.000	Sim	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim

Concelho	Data de criação	Fundos Gerais (em volumes)	Bibliotecários Diplomados	Quadro de Pessoal	Empréstimo Domiciliário
Vila Nova de Gaia (Porto)	1933	30 a 60 mil	Sim	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Torres Vedras (Lisboa)	1934	5 a 10 mil	Não	Técnico auxiliar	Sim
Torres Novas (Santarém)	1937	Mais de 20.000	Não	Técnico auxiliar BAD	Não
Pinhel (Guarda)	1938	5 a 10 mil	Não	Indiferenciado	Não
Mação (Santarém)	1941	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar	Não
Matosinhos (Porto)	1942	Mais de 20.000	Sim	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Portimão (Faro)	1942	5 a 10 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD mais bibliotecário	Sim
Mafra (Lisboa)	1943	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Não
Vila Flor (Bragança)	1947	Mais de 20.000	Sim	Indiferenciado	Sim
Vila Franca de Xira (Lisboa)	1947	20.000	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Santo Tirso (Porto)	1952	5 a 10 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Campo Maior (Portalegre)	1953	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar	Sim
Vila do Conde (Porto)	1953	Não	Não	Não	Não
Marco de Canavezes (Porto)	1954	Não	Não	Não	Não
Leiria (Leiria)	1955	20.000	Sim	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Cartaxo (Santarém)	1956	2 a 10 mil	Não	Indiferenciado	Sim

Concelho	Data de criação	Fundos Gerais (em volumes)	Bibliotecários Diplomados	Quadro de Pessoal	Empréstimo Domiciliário
Oeiras (Lisboa)	1956	20.000	Sim	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Ponte Sôr (Portalegre)	1959	Menos 5 mil	Não	Indiferenciado	Sim
Caldas da Rainha (Leiria)	1960	Mais de 20.000	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
São João da Madeira (Aveiro)	1961	Não	Não	Técnico auxiliar BAD mais licenciado	Não
Marinha Grande (Leiria)	1963	Menos 5 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Sim
Paços de Ferreira (Porto)	1963	Não	Não	Não	Não
Barreiro (Setúbal)	1964	10 a 30 mil	Sim	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Moura (Beja)	1968	Não	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Tomar (Santarém)	1969	Mais de 20.000	Sim	Técnico auxiliar	Sim
Alcobaça (Leiria)	1970	5 a 10 mil	Sim	Indiferenciado	Não
Seixal (Setúbal)	1971	5 a 10 mil	Não	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Arcos de Valdevez (Viana do Castelo)	1973	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar	Sim
Cinfães (Viseu)	1976	Menos 5 mil	Não	Não	Não
Almada (Setúbal)	1977	10 a 30 mil	Sim	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Seia (Guarda)	1978	Menos 5 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Não
Sines (Setúbal)	1978	Menos 5 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Não

Concelho	Data de criação	Fundos Gerais (em volumes)	Bibliotecários Diplomados	Quadro de Pessoal	Empréstimo Domiciliário
Peniche (Leiria)	1979	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Crato (Portalegre)	1980	Menos 5 mil	Não	Indiferenciado	Sim
Mirandela (Bragança)	1980	10 a 30 mil	Não	Técnico auxiliar + bibliotecário	Sim
Viana do Alentejo (Évora)	1980	5 a 10 mil	Sim	Indiferenciado	Sim
Golegã (Santarém)	1981	Não	Não	Técnico auxiliar BAD	Sim
Rio Maior (Santarém)	1981	Menos 5 mil	Não	Técnico auxiliar	Sim
Sabugal (Guarda)	1981	5 a 10 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Sim
Amadora (Lisboa)	1982	5 a 10 mil	Não	Técnico auxiliar BAD mais licenciado	Não
Amarante (Porto)	1982	5 a 10 mil	Sim	Técnico auxiliar	Não
Castelo de Vide (Portalegre)	1982	5 a 10 mil	Não	Indiferenciado	Sim
Fafe (Braga)	1982	Menos 5 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Sim
Gouveia (Guarda)	1982	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Nisa (Portalegre)	1982	Menos 5 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Sim
Paredes (Porto)	1982	5 a 10 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Ponte da Barca (Viana do Castelo)	1982	Não	Não	Não	Não
Silves (Faro)	1982	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Almodôvar (Beja)	1983	Não	Não	Técnico auxiliar	Sim
Fronteira (Portalegre)	1983	5 a 10 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim

Concelho	Data de criação	Fundos Gerais (em volumes)	Bibliotecários Diplomados	Quadro de Pessoal	Empréstimo Domiciliário
Montemor-o-Novo (Évora)	1983	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD mais licenciado	Não
São Pedro do Sul (Viseu)	1983	Menos 5 mil	Não	Técnico auxiliar	Sim
Esposende (Braga)	1984	5 a 10 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD mais bibliotecário	Sim
Alcácer do Sal (Setúbal)	1985	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Não
Macedo de Cavaleiros (Bragança)	1985	5 a 10 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Sim
Montijo (Setúbal)	1985	10 a 30 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Óbidos (Leiria)	1985	Menos 5 mil	Não	Indiferenciado	Sim
Paredes de Coura (Viana do Castelo)	1985	Não	Não	Não	Não
Vouzela (Viseu)	1985	Não	Não	Não	Não
Chamusca (Santarém)	1986	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar	Não
Águeda (Aveiro)	Sem data indicada	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Alvito (Beja)	Sem data indicada	Menos 5 mil	Sim	Técnico auxiliar BAD mais bibliotecário	Sim
Arouca (Aveiro)	Sem data indicada	Menos 5 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Não
Aveiro (Aveiro)	Sem data indicada	Não	Não	Não	Não
Covilhã (Castelo Branco)	Sem data indicada	Mais de 20.000	Não	Técnico auxiliar BAD	Sim

Concelho	Data de criação	Fundos Gerais (em volumes)	Bibliotecários Diplomados	Quadro de Pessoal	Empréstimo Domiciliário
Felgueiras (Porto)	Sem data indicada	Menos 5 mil	Não	Técnico auxiliar BAD	Não
Fundão (Castelo Branco)	Sem data indicada	5 a 10 mil	Não	Técnico auxiliar	Sim
Miranda do Corvo (Coimbra)	Sem data indicada	Menos 5 mil	Não	Indiferenciado	Sim
Santa Maria da Feira (Aveiro)	Sem data indicada	Não	Não	Não	Não
Sesimbra (Setúbal)	Sem data indicada	10 a 30 mil	Não	Não	Não
Sintra (Lisboa)	Sem data indicada	Mais de 20.000	Sim	Técnico auxiliar BAD	Sim
Vila Viçosa (Évora)	Sem data indicada	Menos 5 mil	Sim	Indiferenciado	Sim

Fonte: *Guia das Bibliotecas Municipais* (1986).

Aquando da publicação do *Guia das Bibliotecas Municipais* (1986), numa iniciativa da colaborativa da APBAD com apoio do Instituto Português do Património Cultural, a situação das bibliotecas municipais era a que se representa no quadro que acima apresentamos.

Conforme se pode verificar, há apenas uma biblioteca - a de Vila Nova de Gaia -, que regista uma coleção superior a trinta mil volumes (30.000). A generalidade das coleções situavam-se entre os cinco mil (5000) e os trinta mil (30.000) exemplares. Entre as mais antigas, e dando o exemplo da unidade de Ponte de Lima (1722), o acervo documental era à data inferior a trinta mil documentos. Registamos entre as bibliotecas referidas no guia supracitado, trinta e três (33) que não indicam a dimensão da coleção ou afirmavam possuir menos de cinco mil exemplares (5000). São claramente bibliotecas de reduzida dimensão.

De um modo geral, as unidades mostram enorme debilidade ao nível da formação específica de recursos humanos. O guia que temos vindo a referir indica que apenas dezassete (17) bibliotecas possuíam bibliotecário diplomado. No entanto, desde os anos de 1983 e de 1985 que havia oferta formativa em Biblioteconomia com a criação do Curso de Especialização de Ciências Documentais, em Lisboa, Coimbra e Porto. A acrescentar aos diplomados com a formação tradicional de Bibliotecário-Arquivista havia a partir de meados da década de oitenta uma maior facilidade de recrutamento de bibliotecários com formação adequada e específica para preencher os lugares nas bibliotecas municipais que tão carecidas estavam, como se verifica pelos valores apresentados no guia publicado em 1986.

O quadro do restante pessoal também não demonstrava capacidade técnica suficiente. Vinte e duas (22) bibliotecas existiam apenas com pessoal indiferenciado, e quarenta e quatro (44) bibliotecas funcionavam sem qualquer elemento com formação em BAD, ou seja, sem bibliotecário nem técnicos auxiliares diplomados.

Mas se na organização dos serviços a situação era tão débil, como foi diagnosticada pela APBAD, na prestação do serviço essencial, que é o empréstimo domiciliário, apenas metade, quarenta e oito (48) cumpriam esse serviço que constitui a fronteira pela qual se pode considerar a efetiva prestação de leitura pública.

A análise do quadro, deixa claro que apesar do princípio do empréstimo domiciliário já estar expresso na legislação liberal de 1870, sendo reafirmada na produção legislativa republicana em 1911, e reiterado na legislação do Estado Novo, o conceito de «leitura pública» tardou a concretizar-se na sociedade portuguesa.

Nunes, Portilheiro e Cabral (1986) asseveram que as bibliotecas com coleções inferiores a dez mil livros eram metade das inquiridas. A razão do escasso impacto e dimensão das bibliotecas residia no facto de serem constituídas por pouca bibliografia, mas também pela falta de atualização e de renovação das coleções.

“Cerca de 40% das bibliotecas adquiriram, em 1982, menos de 250 livros. Apenas pouco mais de 1/3 das bibliotecas inquiridas (35,4%) viram os seus depósitos aumentados em mais de 500 livros, sendo de considerar que duas delas são beneficiárias de depósito legal.” (Nunes, Portilheiro e Cabral, 1986: 11).

Esta realidade fundamenta o conjunto das críticas que Nunes, Portilheiro e Cabral (1986) levaram ao Congresso dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas realizado, em 1986, no Porto. Na sua perspetiva, as bibliotecas municipais estavam instaladas em edifícios antigos, sem condições de conforto e eram pouco funcionais. As principais críticas aos acervos incidiam na sua reduzida dimensão, desatualização e ausência de diversidade de oferta.

Quanto aos aspetos organizacionais das coleções e fundos, aqueles autores criticam severamente a ausência de um sistema de classificação que permita o livre acesso às estantes. A generalidade das bibliotecas sobrepunha o valor da conservação acima da divulgação, tendo escassa ou negativa prática de empréstimo domiciliário. De igual modo, alertavam para a não existência de pessoal qualificado, sendo poucas as que possuíam bibliotecários profissionais. São os olhos atentos e credíveis de quem por meados dos anos oitenta faz um diagnóstico do estado geral das bibliotecas municipais e aponta para o que urge mudar.

Em texto datado de 1982, mas publicado apenas em 1999, Luís Cabral (1999)⁶⁵ analisa o contexto das bibliotecas à época. O mesmo autor adianta o parco desenvolvimento e escassa prioridade concedida aos assuntos culturais. Do ponto de vista político-institucional, Cabral (1999) considera ainda que a situação das bibliotecas é um reflexo do centralismo, isolacionismo, rotina e resistência à mudança característicos do anterior regime. Do mesmo modo, adianta que a situação era agravada pelas fracas expectativas e a escassa exigência em relação aos serviços por parte da sociedade em geral e das comunidades locais em particular.

Do ponto de vista histórico-cultural, Cabral (1999) afirma que as características essenciais da história das Bibliotecas Públicas Portuguesas têm sido sempre a falta de qualquer política estável, quer de efetiva coordenação e total inadequação de recursos financeiros e humanos.

“Do passado, há um erro fundamental a evitar: a separação, ou fosso, entre, por um lado, as bibliotecas “populares” (bibliotecas muito pequenas e muito secundárias, com pouco pessoal, insuficientemente abastecidas de publicações, parcamente financiadas, etc.) e,

⁶⁵ Este texto data de 1982, altura em que Luís Cabral realizou o Master of Arts in Librarianship na Leeds Polytechnic School of Librarianship (UK). Segundo o próprio o texto serviu para o trabalho que conjuntamente com Henrique Barreto Nunes e Joaquim Portilheiro apresentaram em 1985 ao Congresso do Porto e intitulado: “Bibliotecas e leitura pública em tempo de mudança”.

por outro lado, as chamadas bibliotecas “públicas” (bibliotecas mais de conservação e “pseudo-académicas”, nos centros urbanos)” (Cabral, 1999: 34).

Por meados dos anos oitenta, estas críticas são ainda mais relevantes e pertinentes se considerarmos que tinham passado quase três décadas desde o início da rede de bibliotecas Gulbenkian, rede que, conforme demonstramos, estagnou por incapacidade de se renovar. Uma das causas, conforme analisamos, terá residido no facto de a colaboração com as autarquias não se traduzir em maior investimento, melhoria de instalações, inovação e qualificação dos recursos humanos. Esta situação estagnante leva a Fundação Calouste Gulbenkian nos anos sessenta do século XX a tentar entregar a rede ao Estado.

Cabral descreve a situação das bibliotecas Gulbenkian, no início dos anos oitenta, como “ mais um serviço de distribuição de livros, dirigido de Lisboa, do que um sistema de bibliotecas verdadeiramente organizado” (Cabral, 1999: 38).

Por outro lado, o conjunto das bibliotecas que foram sendo criadas ao longo dos vários momentos históricos que, de uma forma mais ou menos consciente, constatarem a sua necessidade, não foram assumidas pelas autoridades locais como instrumentos importantes das políticas de educação e de cultura. Foram sendo descuradas, como se pode constatar nos dados expostos nos quadros apresentados. Até mesmo as unidades criadas em tempos de democracia, num momento de ‘explosão’ das liberdades, de criação livre e, de igual modo, de reivindicação cultural, resultaram em bibliotecas muito semelhantes em termos conceituais próximos dos ancestrais modelos das bibliotecas patrimoniais, eruditas, fechadas, conservacionistas, minúsculas, mal organizadas e com pessoal desqualificado. Num período de melhores e novas oportunidades, este retrato não podia ser pior, sobretudo pela ausência de verdadeira rutura com o modelo anterior. Por outro lado, em alguns casos as recentemente criadas bibliotecas municipais não passavam de réplicas inferiores das bibliotecas da rede Gulbenkian que, conforme já referimos, não tinham tido oportunidade de se requalificar e reapetrechar.

Por conseguinte, urgia uma intervenção que viesse transformar as políticas de leitura pública e a criação de uma política bibliotecária consertada e eficiente. Compreendeu-se finalmente que competia ao Estado promovê-la através de um programa gerido pelo governo.

Ao perspetivar a necessidade de existência de um sistema das bibliotecas públicas, Cabral (1999) considera a necessidade de existência de um departamento de topo, responsável pela coordenação global do sistema. Considerava, por seu lado, que na sua opinião a Biblioteca Nacional deveria apoiar através da catalogação centralizada, serviço de empréstimo e consultoria. Salienta também a inexistência de bibliotecas escolares, circunstância que conduz as bibliotecas públicas a desempenhar cumulativamente essa função.

O ponto de viragem na perceção do que deve ser uma política de leitura pública, do papel que deve assumir a biblioteca municipal e fundamentalmente do planeamento da estrutura em rede, começa por ser reconhecida no seio da comunidade de Bibliotecários e é consequência da melhoria da formação e informação que vão adquirindo.

Assim, nos anos oitenta do século XX, como temos vindo a referir, foram-se dando importantes passos na melhoria das condições de formação académica dos bibliotecários. Em 1980, havia sido criado o Instituto Português do Livro (IPL), através do Decreto número 17/80 de 23 de Maio.

Esta instituição foi criada na perspetiva da promoção do livro e da sua função decisiva na formação e na criatividade dos sistemas culturais. A missão do IPL compreendia, no essencial, definir, coordenar e promover uma política para o livro, considerando-a indispensável na política cultural em geral.

Nesse sentido, o IPL promovia o conhecimento e a divulgação dos escritores portugueses, das obras de cultura e do património literário nacional, concebendo meios para a criação literária com respeito pela programação editorial.

A vontade da Fundação Calouste Gulbenkian de se libertar da rede de bibliotecas que havia criado os finais da década de cinquenta do século XX, a formação de novos bibliotecários nas três principais universidades do país, bem como o aumento da empregabilidade dos jovens diplomados fora dos grandes centros urbanos, vieram a constituir importantes fatores na criação de massa crítica no mundo bibliotecário. Convém realçar que a Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (APBAD) concedeu um relevante impulso pela realização de reuniões científicas, encontros e congressos, cuja intensidade e importância veio a crescer progressivamente ao longo do tempo.

De acordo com Nunes, Portilheiro e Cabral (1986) foi constituído no âmbito da APBAD um Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas (GTBP), em 1983, com o objetivo de intervir no desenvolvimento das bibliotecas públicas, tanto ao nível logístico, como nos recursos financeiros (construção e equipamento, entre outros aspetos). Por seu lado, vai-se registando uma mudança de mentalidades quanto à imagem da biblioteca municipal. A ação conjunta da APBAD, através do seu GTBP e do IPL resultou no desenvolvimento de um conjunto de iniciativas com o objetivo de operar a mudança necessária nas bibliotecas públicas.

No 1º congresso da APBAD ouviram-se as seguintes palavras:

“Não há, em Portugal, nenhuma legislação que contemple especificamente a coordenação e o fomento da leitura pública. O Instituto Português do Livro (IPL) e o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) são os dois organismos da Administração Central a quem normalmente é pedido apoio e / ou exigidas responsabilidades nesta área. Porém, em ambos os casos, a leitura pública apenas é referida de forma difusa e indireta nas respetivas leis orgânicas. Saliente-se a propósito, que nunca a leitura pública foi contemplada em programas de governo ou de partidos candidatos a qualquer eleição à escala nacional.” (Nunes, Portilheiro e Cabral, 1986: 12).

Este apelo à necessidade de uma política bibliotecária foi feito num período em que se verificavam condições favoráveis para ser ouvido e ter repercussões. Na realidade, desde a revolução de Abril de 1974 foram criadas, por iniciativa política local, bibliotecas municipais, apesar de pequenas, com coleções reduzidas e desajustadas quanto ao hodierno conceito de «leitura pública», não deixavam de ser um fator de progresso educativo e cultural. Nesse período pós-revolucionário foi feito um enorme esforço para reduzir o analfabetismo que baixou para os 13,3%, em 1991. Entretanto, as bibliotecas da rede Gulbenkian encontravam-se praticamente estagnadas. Os bibliotecários, por seu lado, aumentaram as suas habilitações e competências profissionais aliadas a uma maior consciência crítica, social e cultural que os capacitava e impelia para a mudança necessária. O primeiro Congresso Nacional de Bibliotecários ocorreu em 1985. Portugal aderiu em 1986 à Comunidade Económica Europeia (CEE), passando o Estado a ter maior disponibilidade financeira. Finalmente, o facto relevante na altura de a titular da Secretaria de Estado da Cultura ter formação em Biblioteconomia. É pois nestas condições favoráveis que se desenvolve o projeto de Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

7.3. Grupo de Trabalho para o Relatório da Leitura Pública

Em 1986, de acordo com as novas condições políticas, económicas e sociais do país, a Secretária de Estado da Cultura (SEC), na pessoa da Dra. Maria Teresa Pinto Basto Gouveia, na sequência das conclusões da comissão nomeada pelo Despacho 155/85 de 5 de Dezembro, apresentou o que entendeu ser adequado implementar em matéria de leitura pública, depois de apresentadas as conclusões da citada comissão.

A resolução da Secretária de Estado da Cultura espelha-se no Despacho 23/86 de 11 de Março, considera “desejável que, progressivamente todo o País venha a ser dotado de uma rede de bibliotecas públicas, funcionando em moldes adequados às exigências do mundo atual”.

O objetivo desta iniciativa é, como se afirma no despacho referido, o de assegurar às populações o direito à cultura e educação. Estamos finalmente perante uma visão da «leitura pública» não apenas como meio de dar continuidade ao trabalho de alfabetização produzido pela escola, mas antes numa visão mais ampla e moderna, que corresponde à promoção da cultura em geral. Esta posição é claramente favorável à inclusão das políticas bibliotecárias nas políticas públicas e culturais.

Assim, é criado um grupo de trabalho na direta dependência do gabinete da SEC, com carácter pluridisciplinar, com vista a preparar e planificar uma intervenção que tem por base o desenvolvimento de uma política nacional de leitura pública.

A comissão nomeada pelo Despacho 155/85 apresentou à SEC a seguinte conclusão:

“ [é] desejável que, progressivamente todo o País venha a ser dotado de uma rede de bibliotecas públicas, as quais, funcionando em molde adequados às exigências do mundo atual, contribuirão para fomentar um desenvolvimento equilibrado e para, de forma efetiva, assegura às populações o direito à cultura” (Despacho 23/86 de 11 de Março).

Os pressupostos deste despacho coincidem, de um modo geral, com a opinião avisada da comunidade de bibliotecários, quanto à necessidade da leitura pública assente numa rede de bibliotecas com parâmetros de qualidade superiores ao da rede de bibliotecas Gulbenkian e de algumas bibliotecas municipais.

Três meses depois da publicação deste despacho, Nunes, Portilheiro e Cabral (1986) levaram ao 1º Congresso Nacional de Bibliotecários uma comunicação em que abordavam o tema das bibliotecas municipais e da leitura em tempos de mudança. Os referidos autores consideram que a biblioteca exige clara e equilibrada definição dos fins e objetivos a que se destina, sendo fundamental para o desenvolvimento, com uma ligação profunda à comunidade, atendendo às necessidades das crianças e jovens, com renovação permanente dos fundos bibliográficos, pessoal qualificado e empréstimo domiciliário. No fundamental, apresentavam a biblioteca pública com as características semelhantes às das *free libraries*.

Nunes, Portilheiro e Cabral (1986) dão voz às críticas feitas quanto à inexistência de uma verdadeira política bibliotecária no país. Afirmam que as bibliotecas da rede Gulbenkian eram ainda a única realidade visível em termos de leitura pública, sendo que essas bibliotecas foram atenuando os impactos sociais e culturais provocados pela inexistência de uma política oficial de leitura pública em Portugal durante longo tempo.

“O que se questiona não é a existência de iniciativas privadas nesta área de intervenção cultural, mas sim a abdicação por parte da Administração Pública (central e local) do papel que lhe compete desempenhar neste domínio.” (Nunes, Portilheiro e Cabral, 1986: 7).

Neste contexto, compreende-se a necessidade e a oportunidade da resposta da Secretária de Estado da Cultura que, compreendendo o tempo em que se move, decide no Despacho 23/86 o estabelecimento de uma política nacional de leitura pública, assentando na implantação e funcionamento regular de uma rede de bibliotecas municipais. Para isso, nomeia um grupo de trabalho que lhe apresente:

“1- No prazo de três meses, propostas de medidas suscetíveis de serem tomadas no domínio orçamental e também no normativo, nomeadamente sobre responsabilização repartida das administrações central e autárquica, adaptação e construção de novos equipamentos, constituição de fundos bibliográficos adequados, formação profissional, dinamização do livro e da leitura e sensibilização do público.

2- No prazo de oito meses, uma proposta de uma política nacional participada de leitura pública, estabelecendo fases, propondo os instrumentos e a articulação dos meios existentes ou a criar, eventualmente através de um conjunto de medidas de carácter legislativo e financeiro” (Despacho 23/86 de 11 de Março).

Uma vez mais, na já longa história bibliotecária do país, ia assistir-se a uma nova tentativa de criação de uma rede de bibliotecas de leitura pública. Desta vez com a perceção que o poder político responde à opinião que se vinha formando na comunidade de bibliotecários e profissionais de biblioteca, que se reflete no seu primeiro congresso. Joaquim Portilheiro, um dos autores do documento que critica a ausência de uma política de leitura pública (Barreto, Portilheiro e Cabral 1986), vai integrar o grupo de trabalho nomeado pela Secretária de Estado da Cultura, de acordo com o Despacho 23/86. A decisão política visou integrar as várias sensibilidades que espelhassem os interesses dos profissionais bibliotecários, através da respetiva associação. A Secretária de Estado nomeia “para orientar e coordenar esse grupo de trabalho a Dra. Maria José Moura, presidente do Conselho Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas”, que deverá propor os nomes das personalidades que irão integrar o grupo e garantir a

“funcionalidade e eficácia, [e] solicitar pontualmente os contributos de outras entidades e organismos que se julgarem convenientes. Os trabalhos deverão ter, desde logo, a colaboração do Instituto Português do Livro, o qual lhes prestará apoio permanente, através do técnico superior de 1ª classe Dra. Maria Teresa Calçada.” (Despacho 23/86 de 11 de Março).

Esta diligência demonstra a adoção de um método de trabalho muito diferente do usado em momentos históricos anteriores que, de forma infrutífera, procurando implantar a rede de bibliotecas públicas no país. Em momentos políticos anteriores, foram, maioritariamente, as opções políticas que determinaram o modelo de bibliotecas a criar: a revolução liberal e a necessidade de acolher os acervos de livrarias de mosteiros e conventos; a República e a propaganda política associada, fundadora de um novo tipo de cidadania, e o Estado Novo e as preocupações esmagadoras com o controlo ideológico. Regra geral, os pressupostos ideológicos foram determinantes da configuração do modelo de biblioteca pública a criar, e este modelo sempre fracassou. Por tudo isto, conclui Maria José Moura que “Os nossos ‘Diários de Governo’ constituem uma imensa necrópole de iniciativas legislativas falhadas, que na maior parte dos casos não passaram de piedosas intenções logo à partida condenadas ao fracasso.” (Moura *et al.*, 1986: 9-10).

Desta vez, em ambiente de construção democrática e de transformação social e cultural do país, vetores essenciais ao desenvolvimento económico, emerge uma forte vontade

política de implementar uma rede pública de bibliotecas deixando espaço à intervenção técnica da comunidade de especialistas. O grupo de trabalho nomeado pela Secretária de Estado da Cultura foi constituído por Maria José Moura, Pedro Vieira de Almeida, Joaquim Macedo Portilheiro e Maria Teresa Calçada, todos com formação na área.

O relatório de Moura *et al.* (1986) foi apresentado em Julho de 1986, e exhibe os conceitos operativos essenciais à criação da rede de bibliotecas municipais de leitura pública. Procedeu a uma análise da situação de impasse das bibliotecas municipais em Portugal e que Nunes, Portilheiro e Cabral (1986) tinham apresentado ao 1º congresso da APBAD. Finalmente, o relatório expõe o plano e as propostas que constituíram a base de toda a arquitetura da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

7.4. A Proposta de Criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

As principais conceções extraídas do relatório de Moura *et al.* (1986) defendem que é um dever do Estado garantir um serviço de leitura pública, em articulação com os poderes regionais e locais. Mais uma vez se defende a ideia de articulação da escola com a existência de uma rede de bibliotecas que cubra todo o território ao nível concelhio. Por seu lado, as bibliotecas municipais devem ser consideradas um instrumento privilegiado de uma política de leitura pública. As características das coleções devem ser enciclopédicas, ou seja, devem cobrir todas as áreas do conhecimento e ter em conta as características sociológicas do meio. Devem ser pluralistas e em diferentes graus de profundidade, possuir diferentes suportes de informação. Na altura, referia-se concretamente as novidades tecnológicas da época, os diapositivos, discos, áudio e videocassetes. Devem ainda ser atualizadas regularmente, organizadas em livre acesso, com empréstimo domiciliário, e ter ligação aos outros agentes culturais como as escolas, museus e associações. A sua localização deveria ser em zona central.

Neste modelo de rede de bibliotecas de leitura pública “o Estado assume-se como promotor, cabendo à autarquia a responsabilidade da sua própria biblioteca” (Moura *et al.*, 1986: 21). Mais uma vez constatamos que a opção do Estado é a não assumir a criação de uma rede nacional completamente dependente da administração central, mas antes pretender que cada autarquia crie a sua própria biblioteca. Esta opção admite que todas as autarquias participam da mesma análise da situação da leitura pública e que todos comungam dos mesmos critérios de biblioteca de leitura pública, circunstância

que não é comprovada por qualquer documento que vá nesse sentido. Trata-se de uma proposta de Rede de Bibliotecas Leitura Pública voluntarista que pretende garantir a transferência da influência da administração central para a administração local, tendo consciência de que isso representa uma forma de incentivo ao financiamento condicionado no sentido de ambas partilharem as despesas.

“O apoio a conceder pelo poder central às bibliotecas municipais deve ser condicionado previamente a três requisitos básicos. Antes de mais as bibliotecas deverão ser dotadas de técnicos com formação específica, aptos a assegurar-lhe um correto funcionamento e a otimizar o investimento que nelas se faça. Com isto também se relacionam os dois outros requisitos: devem ser concebidas e organizadas de forma a permitir o livre acesso às estantes classificadas e a prática do empréstimo domiciliário.” (Moura *et al.*, 1986: 22).

Estas são as condicionantes que a administração central obriga a administração local a cumprir, para poder aceder ao apoio dado em financiamento para a criação das bibliotecas. Este modelo de dependência é apresentado “à semelhança do que foi feito em França em circunstâncias análogas” (Moura *et al.*, 1986: 22).

A proposta de Rede de Bibliotecas Municipais de Leitura Pública, apresentada por Moura *et al.* (1986) dividia as bibliotecas em três tipos, conforme o quadro seguinte:

Quadro nº 16 - Tipologia de bibliotecas proposta à Secretária de Estado em 1986

BM2	Biblioteca Municipal 2	1040 m2	40 000 documentos
BM1	Biblioteca Municipal 1	480 m2	15 750 documentos
BMS	Biblioteca Municipal Satélite	160 m2	7 000 documentos

Fonte: Moura *et al.* (1986).

As bibliotecas satélite correspondiam àquelas unidades que, por um período transitório, se encontrariam em desenvolvimento, mantendo-se dependentes das bibliotecas BM1 ou BM2 de outros municípios.

Esta não se revela uma proposta ousada se comparada com as bibliotecas da rede Gulbenkian ou mesmo as bibliotecas municipais existentes à época. O número de

documentos iniciais era bastante baixo, tendo em conta as críticas efetuadas à situação das bibliotecas existentes e o padrão dos vinte mil (20 000) volumes usado como critério de análise para Nunes, Portilheiro e Cabral (1986) e reiterado por Moura *et al.* (1986). Previam-se criar quarenta e cinco BM2, unidades que ultrapassavam a barreira dos vinte mil (20 000) documentos; e, de igual modo, supunha-se construir dezanove BM1, e as restantes seriam Bibliotecas Municipais Satélite, num número que ascendia a cento e sessenta e seis bibliotecas. Acresce a tudo isto que, do ponto de vista dos recursos humanos, as bibliotecas satélite, enquanto mantivessem essa condição, não teriam necessariamente de possuir bibliotecário.

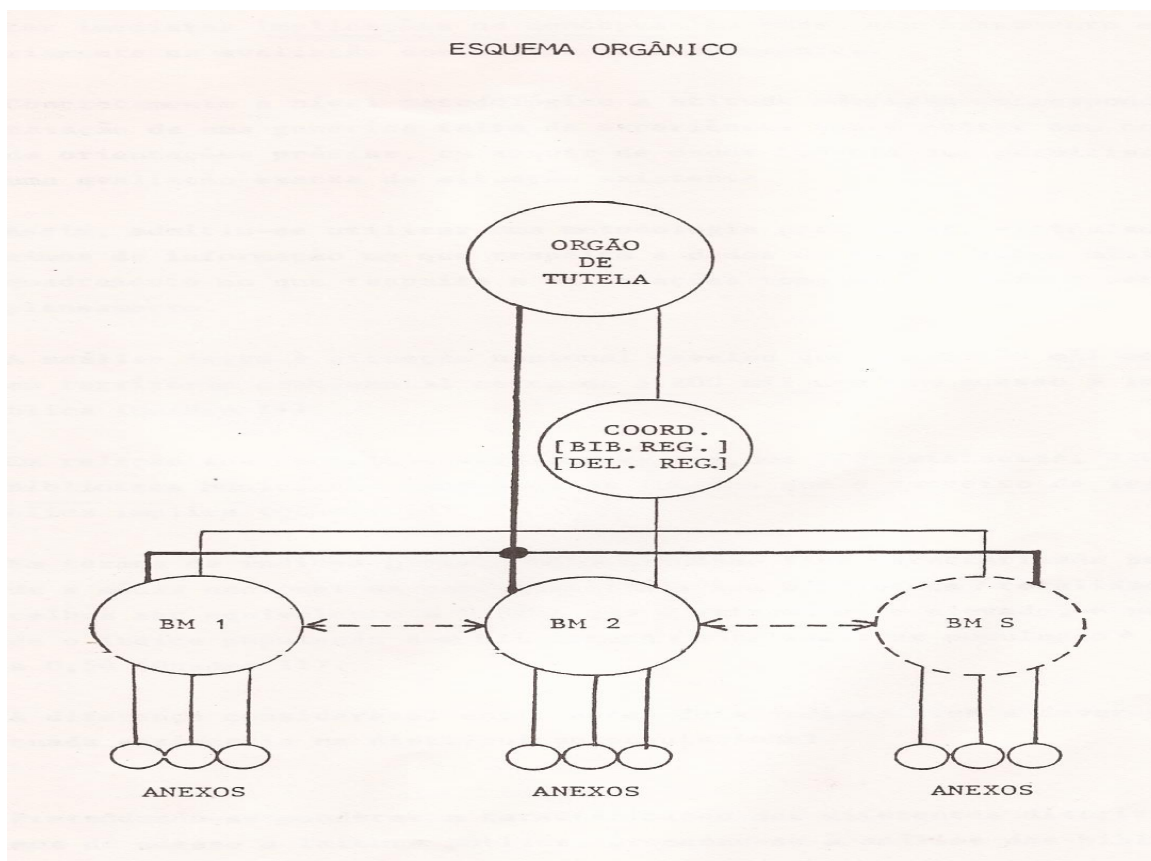
Todas estas debilidades, a par da responsabilização das autarquias quanto à decisão de criação (ou não) de Biblioteca Municipal de Leitura Pública, leva os autores do relatório a considerar essencial a existência de um organismo de topo que incentive o programa e lhe dê coerência.

“Compete ao poder central incentivar e apoiar este programa e para isso deve criar um serviço que o oriente e acompanhe, garantindo a execução de medidas de política global para o sector, assegurando o funcionamento do sistema em moldes coerentes.” (Moura *et al.*, 1986: 16).

Os mesmos autores indicam a necessidade de apoios e a articulação ao nível regional. Tal situação implicaria escolher bibliotecas de apoio regional e designação pela tutela de delegados regionais.

A estrutura orgânica desta proposta de Rede de Bibliotecas Municipais de Leitura Pública, apresentar-se-ia como é representada na figura da página seguinte:

Figura nº 2 - Proposta de estrutura para a Rede de Leitura Pública (1986)



Fonte: Moura *et al.* (1986: 23)

Esta proposta previa que as bibliotecas de apoio regional, ou o delegado regional, no caso de não existência das mesmas, tivessem como competências o acompanhamento dos programas a desenvolver pelas bibliotecas municipais em ligação com a tutela, a promoção da cooperação no âmbito das instalações, catálogos, publicações, constituição de fundos, formação e animação, o estabelecimento de acordos com editores e livreiros, escolas e instituições culturais e associativas. Dentro das competências destas unidades encontram-se, nomeadamente, a criação de secções áudio-visuais, a utilização de novas tecnologias e ainda aconselhamento acerca de documentação em risco.

A figura do delegado regional era apresentada na proposta de rede de Moura *et al.* (1986) como um bibliotecário com provas dadas que, podendo ou não estar sediado numa biblioteca de apoio, era nomeado, remunerado e representante do órgão de tutela.

Neste contexto, a proposta de rede não podia deixar de se preocupar com a qualidade dos recursos humanos, considerado um factor essencial ao êxito da leitura pública e ao correto funcionamento das bibliotecas. A ausência de recursos humanos qualificados

constituiu uma das mais importantes críticas, pelo que seria necessário acautelar a superação desta lacuna.

Deste modo, o relatório salienta que:

“a qualificação e competência dos técnicos com que se irão dotar as bibliotecas de leitura pública são absolutamente fundamentais para que as mesmas atinjam os objetivos que se propõem. Sem profissionais especificamente preparados para planear, gerir e animar estes espaços culturais, todos os esforços que se congreguem serão inúteis ou pouco restáveis. Uma biblioteca é uma organização que não deve estar a cargo de amadores, mesmo que se lhes possa reconhecer a boa vontade.” (Moura *et al.*, 1986: 44).

Assim o grupo de trabalho propõe que se condicione qualquer apoio da tutela à existência, no quadro de pessoal das autarquias, de bibliotecários e outros técnicos habilitados.

Em suma, o grupo de trabalho que produziu o relatório Moura *et al.* (1986) apresentou à Secretária de Estado da Cultura uma proposta de Rede de Biblioteca Municipais, cuja criação dependeria essencialmente das autarquias. Seriam apoiadas financeiramente pela administração central, na condição primeira de terem nos seus quadros técnicos com habilitações específicas, i.e. bibliotecários. Na conceção da rede figuraria uma estrutura de apoio técnico suportado pelas bibliotecas regionais ou os delegados regionais, pois a previsão era a de criarem as formas mais elementares previstas no programa, as então designadas “bibliotecas em desenvolvimento”. Estas unidades nos primeiros tempos funcionariam sem bibliotecários e sob orientação da estrutura regional.

7.5. O Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas (1987)

Na sequência do relatório apresentado à Secretária de Estado, em 1986, e já referido anteriormente, foi elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura o Decreto-lei 111/87 de 11 de Março. Este Decreto-lei defende o direito de todos os cidadãos à cultura e à informação, cuja garantia de prestação deste serviço reportava ao Estado. Este princípio normativo reconhece do valor social da informação que, como sabemos, ganhou uma importância acrescida no último quartel do século XX por força do desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento. A informação, conforme demonstramos, insere-se no quadro mais amplo da política cultural. Do mesmo modo, o livro e a leitura são considerados como instrumentos privilegiados de

acesso e democratização da cultura. As bibliotecas são, neste Decreto-lei, concebidas para servir o público em geral, respondendo às necessidades de informação, autoformação e ocupação dos tempos livres. A política de leitura pública insere-se, deste modo, no desígnio de desenvolvimento cultural, assentando numa rede de bibliotecas municipais que deve cobrir todo o país. Para a concretização desta política, uma mais vez na história da criação da rede de bibliotecas, o Estado atribui às autarquias a responsabilidade de instituir as bibliotecas e garantir o seu funcionamento. A administração central reserva-se à cooperação técnico-financeira. Para a execução deste objetivo de política de leitura pública, através da Rede de Bibliotecas Municipais, o modelo é o do estabelecimento de contratos-programa entre a administração central e as autarquias, nos termos do artigo 14º da Lei 1/87 de 6 de Janeiro. Para a concretização destes objetivos foi criado o Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) em substituição do Instituto Português do Livro (IPL)

O programa de Rede Nacional de Leitura Pública veio a contemplar três tipos de bibliotecas de acordo com a dimensão demográfica dos concelhos. Em 1988, o Manual de Procedimentos do Programa de apoio à Rede de Bibliotecas Municipais do Instituto Português do Livro e da Leitura (1988) referia que, para além das tipologias Biblioteca Municipal 1 (BM1) e Biblioteca Municipal 2 (BM2), a Biblioteca Municipal em Desenvolvimento (BMD) viria substituir a designação de “Biblioteca Municipal Satélite” (BMS), tipo de unidade que tinha sido proposta no relatório de Moura *et al.* (1986).

No entanto, um ano depois, no Programa da RNBP (1989) as designações das tipologias das bibliotecas passou a ser:

Quadro nº 17 - Evolução do programa da RNBP

1986	1988	1989
Relatório	Programa	Programa
BMS	BMD	
BM1	BM1	BM1
BM2	BM2	BM2
		BM3

Fonte: Relatório Moura (1986), Manual de Procedimentos IPLL (1988), Programa-Tipo IPLL (1989).

Verifica-se que muito rapidamente se passou de uma conceção de biblioteca satélite, dependente de outra biblioteca ou delegado regional, para a biblioteca em desenvolvimento e autonomia no pressuposto de que esta tenderia a assumir uma das tipologias maiores. Por outro lado, esta formulação aponta no sentido do estabelecimento de um quadro de tipologias que, a partir de 1989, se divide em: Biblioteca Municipal de tipo 1 (BM1), Biblioteca Municipal de tipo 2 (BM2) e Biblioteca Municipal de tipo 3 (BM3). Estas designações manter-se-ão durante o desenvolvimento do programa.

No relatório de Moura *et al.* (1986), a área prevista para a biblioteca satélite era de cento e sessenta metros quadrados. No programa de apoio às bibliotecas municipais (1989) a biblioteca mais pequena (BM1) já exigia a área de quinhentos e setenta e oito metros quadrados. Esta área corresponde sensivelmente aos quatrocentos e oitenta metros quadrados da BM1 do relatório de 1986, bem como aos quinhentos e setenta e oito metros quadrados do programa de apoio de 1989. É notório que, ao abandonar-se a biblioteca satélite ou a biblioteca em desenvolvimento, foi descurada uma tipologia de biblioteca sem autonomia técnica e de dimensões próximas das unidades da rede Gulbenkian, ou das bibliotecas municipais que eram muito criticadas pelos bibliotecários (Nunes, Portilheiro e Cabral, 1986). O abandono do modelo mais insipiente de biblioteca fosse “satélite” ou “em desenvolvimento” levou ao surgimento no Programa da RNBP (1989) de um terceiro tipo de biblioteca de maiores dimensões, a BM3 destinada a equipar concelhos com população superior a cinquenta mil habitantes.

Quadro nº 18 - Programas tipo em 1989

Tipo	Área útil	População	Bibliotecários	Técnicos
BM1	578m ²	>20.000	1	3
BM2	1149m ²	20.000 a 50.000	1-2	6
BM3	1650m ²	<50.000	2-3	8

Fonte: IPLL - Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais.

O programa de Rede de Bibliotecas Municipais de Leitura Pública, criado pelo Decreto-lei 111/87 de 11 de Março, acabou por estabilizar nos três tipos de bibliotecas, descritos no quadro número 18.

A Biblioteca de tipo BM1, para Concelhos com população inferior a vinte mil habitantes, com uma área útil de quinhentos e setenta e oito metros, um Bibliotecário e três técnicos auxiliares. A coleção deveria ser de quinze mil duzentos e cinquenta documentos⁶⁶.

A BM2, para concelhos com população entre vinte mil e cinquenta mil habitantes, área útil de mil cento e quarenta e nove metros quadrados, um a dois bibliotecários e seis técnicos auxiliares. A coleção deveria ser de trinta e sete mil documentos⁶⁷.

A BM3, para concelhos com população superior a cinquenta mil habitantes, dois a três bibliotecários e oito técnicos auxiliares, e ainda um técnico auxiliar por cada anexo⁶⁸.

Em todos os tipos são previstos anexos em número variável, porém só na BM3 se indica dotação de recursos humanos necessários para os anexos.

O modelo de Biblioteca Municipal de Leitura Pública português foi claramente inspirado no modelo francês. A Association des Bibliothécaires Français (1983) apresenta um quadro tipo de bibliotecas idêntico ao que se veio a adotar em Portugal. Na mesma linha de pensamento, Gascuel (1987) apresenta um exemplo de programa para bibliotecas de leitura pública.

Quadro nº 19 - Comparação do Programa-tipo de Bibliotecas Públicas de França e de Portugal

Caraterísticas	A.B.F.* (1983)	Gascuel** (1987)	BM2*** (1989)
Habitantes	40.000	50.000	20.000 a 50.000
Área em m ²	1.900	2.040	1.149

⁶⁶ Cfr., Anexo 7 - Programa tipo BM1 – Biblioteca Municipal 1 (1989).

⁶⁷ Cfr., Anexo 8 - Programa tipo BM2 – Biblioteca Municipal 2 (1989).

⁶⁸ Cfr., Anexo 9 - Programa tipo BM3 – Biblioteca Municipal 3 (1989).

Caraterísticas	A.B.F.* (1983)	Gascuel** (1987)	BM2*** (1989)
Documentos	75.400	93.000	37.000
Espaços	Adultos	Adultos	Adultos
	Infantil	Infantil	Infantil
	Discoteca		
		Audio-visual	Audio-visual
	Sala de Grupo	Sala de Grupo	
	Polivalente	Polivalente	Polivalente
Bibliotecários	21	25	7-8
Auxiliares	3	3	1-2
Total de Pessoal	8	10	6

Fonte: *Association des Bibliothecaires Français, **Gascuel (1987), ***Programa tipo IPLL (1989).

Constata-se que a opção adotada para a constituição das bibliotecas de leitura pública em Portugal é decalcada do modelo francês, mas de menor dimensão nos vários parâmetros. Tal como se pode verificar no quadro número 19 apresentado, para uma população de idêntica dimensão, no programa português é menor a área útil da biblioteca, o número de documentos e o número de trabalhadores é cerca de um terço dos programas franceses. Não obstante, as valências dos serviços prestados são idênticas. Mantém-se a separação física entre espaço de adultos e de crianças, e existe um espaço para os novos suportes de informação, os áudio visuais, uma novidade na época. O modelo português não contempla a construção de salas para trabalho em grupo, ao contrário do modelo francês.

Não obstante, o programa de leitura pública tem, desde o início, grande adesão por parte das autarquias locais. De acordo com o Manual de Procedimentos (1988), o apoio da administração central consistia no financiamento de 50% do projeto, aquisição do imóvel, obras de construção, remodelação e/ou ampliação, mobiliário e equipamento, fundos documentais. A comparticipação financeira da administração central ficava condicionada a fatores e decisivos para redução dos riscos de desrespeito pelo programa. Esse condicionalismo incidia nos seguintes requisitos: o projeto da obra tinha que ser aprovado pelo IPLL, era necessária inscrição em orçamento municipal das verbas para o programa e a aprovação do quadro de pessoal específico para a biblioteca. Este último aspeto, juntamente com a definição do financiamento a 50%, marcam a diferença em

relação a todas as tentativas anteriores de criar bibliotecas públicas que, como comprovamos, foram, de um modo geral, fracassadas.

Este modelo de criação de Rede Nacional de Bibliotecas Públicas teve enorme aceitação por parte das autarquias, desde o início. A adesão, para além da oportunidade de aproveitar o aliciante apoio financeiro, demonstra quanto era sentida a necessidade de construção de bibliotecas modernas, funcionais, com múltiplos serviços e com melhores recursos humanos.

Em 1987, ano do lançamento do programa, foram estabelecidos cinquenta e um contratos-programa com as autarquias proponentes. No ano seguinte, mais dezoito contratos-programa para construção de bibliotecas. A partir daí, o IPLL passou a realizar os contratos de dois em dois anos. Em 1990, foram estabelecidos dezassete contratos-programa. Em 1992, outras dezoito bibliotecas foram aprovadas, e, no ano de 1994, ascende a vinte o número das bibliotecas construídas ao abrigo programa regulado pelo Decreto-lei 111/87 de 11 de Março.

Uma ideia a retirar desta evolução é a de que o programa em Portugal não se revelou estático. Teve o mérito de se ir adaptando e evoluindo à medida que se ia concretizando. Tomando como exemplo a BM2, por se tratar da tipologia intermédia e mais frequente, temos a perceção da afinação que, ao longo dos anos, o programa foi sofrendo e é perceptível no quadro que a seguir apresentamos.

Quadro nº 20 - Evolução do Programa-Tipo

Relatório 1986	Caraterísticas	BMS	BM1	BM2	-
	Área em m ²	160	480	1.040	-
	População	-	-	-	-
	Bibliotecários	-	1	1-2	-
	Técnicos	1-2	3	6	-
	Auxiliares Técnicos	-	1	2	-
	Coleção	7.000 Documentos	15.750 Documentos	40.000 Documentos	-
Programa	-	BMD (BD)	BM1	BM2	-

Relatório 1986	Caraterísticas	BMS	BM1	BM2	-
1988					
Programa 1989	-	-	BM1	BM2	BM3
	Área em m ²	-	578	1.149	1.650
	População	-	<20.000	20.000 a 50.000	>50.000
	Bibliotecários		1	1-2	2-3
	Técnicos Técnicos Auxiliares	-	3	6	8+1
	Coleção	-	15.250 Documentos	37.000 Documentos	42.000 Documentos

Fonte: Relatório Moura (1986), Manual de Procedimentos IPLL (1988), Programa-Tipo IPLL (1989).

A preocupação em melhorar progressivamente o programa levou a que, entre outras iniciativas, o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBL) enviasse, em Outubro de 1995, à Dinamarca um grupo de trabalho constituído por arquitectos, um técnico do IBL e dois bibliotecários portugueses. A iniciativa revela, com clareza, a preocupação do IBL ir aperfeiçoando a todo o tempo o modelo de Rede Nacional de Leitura Pública, mormente o desenho dos edifícios. O relatório desta visita (Portilheiro, 1995) destaca as qualidades do modelo dinamarquês, designadamente a existência de legislação específica, o apoio por parte das bibliotecas regionais, para além da centralização das tarefas técnicas, libertando as bibliotecas dessas rotinas. É, de igual modo, referida a importância dada ao serviço de referência e orientação bibliográfica, o empréstimo ilimitado de documentos pelo período de um mês e a importância determinante da informação em detrimento do suporte. Tal conceito faz aparecer em conjunto na estante os livros, revistas e documentos multimédia sobre um mesmo assunto. A existência de um director em todas as bibliotecas dá corpo a uma gestão organizativa com planos a médio prazo. O relatório salienta ainda a organização espacial em *open space* que, diga-se em abono da verdade, foi o elemento que mais impacto teve no desenvolvimento do programa em Portugal. Como se pode verificar no quadro número 21, tomando como

referente o modelo BM2, os programas tipo foram alterados para contemplar este aspeto inovador.

Quadro nº 21 - Evolução das Biblioteca Públicas (1986-2001)

BM2	1986	1986	1997	2001
Área em m ²	1.040	1.149	1225	1321
Volume de Documentos	40.000	37.000	37.000	37.000
Bibliotecários	1-2	1-2	2	2
Auxiliares	6	6	8	8
Total de Pessoal	7-8	7-8	18	18

Fonte: Programas – tipo IPLL/IPLB 1986 – 1986 – 1997 – 2001.

7.6. Balanço de Dez Anos de Programa da RNBP

O primeiro relatório de avaliação da Rede Nacional de Leitura Pública é apresentado em 1996, passados dez anos de implementação do programa, mais uma vez através de um grupo de trabalho nomeado pelo Despacho 55/95 de 12 de Dezembro assinado pelo Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho e coordenado por Maria José Moura, a que posteriormente se juntam nomes que não tinham estado no relatório que deu origem ao programa da rede. Assim, fazem parte deste balanço de dez anos, para além da coordenadora referida: Gabriela Lopes da Silva, Fernanda Eunice Figueiredo, Eloy Rodrigues e Rui Casteleiro (Despacho 55/95 de 12 de Dezembro).

O relatório apoiou-se numa visita a um conjunto de seis bibliotecas do programa de Rede de Leitura Pública, que funcionou como amostra. O grupo de trabalho concluiu que: a biblioteca pública tem um impacto social, o bibliotecário constitui um elemento chave no desempenho da biblioteca, nem todas as câmaras possuem a mesma sensibilidade para compreender a importância da ação da biblioteca e, finalmente, os custos com a biblioteca ainda são vistos como despesa e não como investimento.

Ao fim de dez anos de programa de apoio às autarquias para criarem bibliotecas de leitura pública, do total de municípios do continente, apenas cento e vinte e quatro, ou seja, 45% por cento foram apoiados na sua concretização. Em dez anos de programa não tinham sido ainda atingidos metade dos concelhos. Em 1996 verificava-se que vinte

câmaras, o que correspondia a 7% dos municípios, nunca se tinham candidatado ao programa para a construção de uma biblioteca no concelho. Neste documento, os municípios são divididos em três grupos: os que têm bibliotecas integradas na Rede de Leitura Pública, num total de cento e vinte e quatro bibliotecas o que corresponde a 40%; o grupo dos que possuem bibliotecas Gulbenkian ou outra, não apoiadas pela Rede de Leitura Pública, com sessenta e duas bibliotecas, a que corresponde 20%; e, finalmente, o grupo dos concelhos sem biblioteca, correspondendo a oitenta e nove.

Este dado confirma a perceção do grupo de trabalho quanto à falta de sensibilidade de algumas autarquias para a submissão a concurso dos contratos programa para instalação de unidades bibliotecárias.

No conjunto das debilidades, o grupo de trabalho indica ainda que o total das bibliotecas apoiadas tinha adquirido apenas 50% a 60% do total das coleções previstas no programa. Este é um dado preocupante tanto mais que sendo a coleção o principal produto da biblioteca, esta disponibiliza escassos documentos. Tendo o programa inspiração Francesa, o programa-tipo português já reduzia a bibliografia em relação ao modelo Francês.

Outra das debilidades apontadas reporta-se ao quadro de pessoal que, apesar de preenchido, seria manifestamente insuficiente. Um aspeto positivo salientado no relatório é o relativo ao facto de todas as bibliotecas praticarem empréstimo.

O relatório de Moura *et al.* (1996) salienta também a falta de visibilidade da biblioteca na estrutura orgânica da autarquia, o que acarreta sérios problemas de gestão administrativa, técnica e financeira. É referido o facto de o bibliotecário não ocupar formalmente lugar de chefia, apesar de efetivamente exercer as funções de direção. Faz-se ainda menção das disfunções administrativas e financeiras da biblioteca, por razões de disposições legais.

Outro aspeto negativo mencionado é o manifesto comportamento individualista das bibliotecas, um factor inibidor da cooperação e do funcionamento em rede.

Tendo em conta as observações efetuadas, o relatório Moura *et al.* (1996) propunha alterações no financiamento que passaria dos 50% para 30% da construção relativo à construção edifício de biblioteca e 60% para o apetrechamento (coleção, mobiliário, informática e software), melhoramentos nas bibliotecas existentes, para além de

financiamentos na área da informática, a projetos de associações de bibliotecas a 80% e financiamento para formação, desenvolvimento tecnológico e telecomunicações. Também é feita referência à necessidade de autonomia financeira das bibliotecas, mas sem que o relatório avance com qualquer medida concreta. Por último, é referida a necessidade de apoio jurídico e logístico, designadamente como estímulo à cooperação.

Nas recomendações finais apresentadas há que salientar as seguintes: a prioridade concedida à informatização e acesso à internet, a recusa de candidaturas que não tenham bibliotecário na equipa de projeto e o estudo de uma lei ou carta das bibliotecas.

Porém, não houve, entretanto, alterações ao modelo de financiamento nem ao posicionamento da biblioteca na estrutura municipal, quanto ao bibliotecário com funções de direção, se bem que o programa-tipo (1997) já contemple algumas alterações significativas no modelo de biblioteca de leitura pública.

No programa-tipo com que se inicia a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, cujo modelo foi o das bibliotecas francesas, havia quatro espaços definidores da biblioteca: o espaço para adultos, o espaço para as crianças, o espaço audiovisual, conforme a designação à época, e o espaço polivalente. A mudança entretanto operada vai no sentido da opção pelas bibliotecas escandinavas como resultante da missão de visita às bibliotecas da Dinamarca mencionada. A opção pelo *open space* praticado nas bibliotecas escandinavas assente no modelo de biblioteca integrada que privilegia o elemento “informação” em detrimento do elemento “suporte” (Domínguez Sanjurjo, 1996: 117-125). Finalmente, a introdução de equipamento informático para utilização do público da biblioteca. De resto, quanto aos outros aspetos, o programa não sofreu alterações significativas, mas apenas alguns ajustamentos quanto à área e aos recursos humanos. Neste âmbito, o mais significativo foi a passagem de um ou dois bibliotecários na BM2 e de dois ou três bibliotecários na BM3, para se assumir definitivamente a necessidade de dois bibliotecários para a BM2, e de três bibliotecários para a BM3. Desta forma, o novo programa veio responder às principais debilidades apontadas no relatório de avaliação dos dez anos da Rede Nacional de Bibliotecas de Públicas.

7.7. Avaliação da RNBP: 20 Anos

Passados vinte anos do início da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, Oleiro e Heitor (2010) apresentam uma comunicação ao 10º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, apoiando-se nos resultados de um estudo visando aferir o cumprimento das recomendações do Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais, com base nas respostas de inquéritos efetuados entre 1993 e 2007.

Desde logo, as autoras começam por salientar a existência de trinta e nove bibliotecas entre as cento e cinquenta e uma da rede, cuja tipologia (BM1, BM2, BM3) não correspondiam ao número de habitantes do concelho. Ora tal facto, traduzia-se em subdimensionamento das bibliotecas. As mesmas autoras constatarem positivamente que os melhores resultados de desempenho pertencem a bibliotecas dos concelhos com menor número de habitantes. Assim, tendemos a considerar que o impacto e a visibilidade da biblioteca pública são maiores em meios populacionais mais pequenos, onde as populações numa relação de maior proximidade com a biblioteca pública.

Quanto às coleções, um dos aspetos determinantes da qualidade das bibliotecas, Oleiro e Heitor (2010) referem vários aspetos de incumprimento do programa, sendo que 60% das bibliotecas foram abertas sem atingirem os valores mínimos de acervo documental recomendado pelo programa de leitura pública. Por conseguinte, a carência e debilidade das coleções. Três anos após a abertura do programa, as bibliotecas continuam sem coleção mínima, 25% das bibliotecas do tipo BM1, 32% das bibliotecas de tipo BM2 e 44% das bibliotecas de tipo BM3. Verificamos que, quanto maior a biblioteca e consequentemente quanto maior a população do concelho que deverá servir, mais manifesta se revela a carência de fundos documentais. As bibliotecas que apresentam coleções superiores aos valores indicados no programa-tipo foram beneficiárias da incorporação de coleções das extintas bibliotecas Gulbenkian, ou receberam doações, ou usufruíam de depósito legal.

A recomendação da IFLA indica que, no momento da abertura da biblioteca, exista um documento por habitante, ou seja, 91% das bibliotecas BM1 cumpriam essa determinação. O valor baixa para os 48% para as bibliotecas de tipo BM2, e é de 10% para as bibliotecas BM3.

Outro dos aspetos salientados por Oleiro e Heitor (2010) é o da escassa aquisição anual de documentação para renovação da coleção. Em todos os casos analisados, o número médio de documentos adquiridos desce significativamente após o primeiro ano de funcionamento. Só cinco bibliotecas cumprem a taxa de aquisições recomendada pela IFLA, correspondente a 0,20 monografias/per capita/ano. O curioso é que essas cinco bibliotecas são todas da tipologia mais pequena, a BM1 destinada a concelhos com menos de vinte mil habitantes. Daí que não se estranhe que a despesa anual com aquisições de documentos represente apenas 10% da despesa total no orçamento das bibliotecas.

Outra nota negativa apontada por Oleiro e Heitor (2010) é o incumprimento do recomendado pelo programa da rede para os recursos humanos. Constata-se que nos três tipos de bibliotecas, o número de trabalhadores é inferior ao recomendado. No caso dos bibliotecários, com a categoria de técnicos superiores de biblioteca e documentação, só 73% das BM1 cumprem o programa, a taxa de cumprimento baixa para os 58% nas BM3, e apenas um quarto das BM2 tem o número de bibliotecários com formação adequada. O mesmo acontece com os técnicos profissionais de biblioteca e documentação que, na grande maioria das bibliotecas, são também em número inferior ao recomendado para cada uma das tipologias.

No plano dos recursos tecnológicos, mais uma vez se faz notar que na grande maioria das bibliotecas o número médio de computadores é inferior ao recomendado pelo programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. É nas bibliotecas de menor dimensão que se verifica o maior incumprimento do número de computadores destinados ao público.

Perante estas evidências, Oleiro e Heitor (2010) são levadas a concluir que, completados vinte anos do Programa de Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, estas, na sua generalidade, não cumprem os parâmetros mínimos recomendados pela DGLB para os recursos de informação, humanos e tecnológicos. Existem grandes disparidades em bibliotecas do mesmo tipo, quanto à dimensão dos recursos e ao número de empréstimos domiciliários. As bibliotecas mais pequenas são as que evidenciam as maiores dificuldades no cumprimento do programa. Finalmente, as bibliotecas mostram enorme dependência da administração central para o financiamento inicial de recursos informativos e tecnológicos.

PARTE III

ESTUDO PRÁTICO DA REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO E PERSPETIVAS

Na primeira e segunda partes desta dissertação desenvolvemos uma análise das políticas bibliotecárias internacionais e os modelos criados em Portugal desde os alvares do movimento liberal à atualidade, realçando os desenvolvimentos, os momentos de inércia e as principais dificuldades e obstáculos experimentados. Nos tempos mais recentes era importante auscultar e confrontar a opinião dos agentes políticos e dos bibliotecários quanto à perceção que detêm do funcionamento atual das unidades bibliotecárias do país.

1. Objetivos e Questões de Investigação

As questões e os problemas a que esta dissertação de doutoramento procura dar resposta são múltiplas e interdependentes e consideramos pertinente, desde já, lembrá-las explicitando-as:

- Compreender porque foram falhando sistematicamente, ao longo dos séculos em análise, as tentativas de criar um sistema de bibliotecas no país.
- Interessa perceber quais os motivos pelos quais demorou tanto tempo a fundar-se uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas,
- Verificar que fatores têm impedido a concretização plena da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas desde 1987.
- Deslindar os principais constrangimentos das bibliotecas que fazem parte da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, constrangimentos que as impedem de funcionar de acordo com os princípios e os parâmetros de desempenho aprovados pelas organizações internacionais de associações de bibliotecas e bibliotecários.
- Conhecer as perspetivas do poder político local e dos profissionais de biblioteca, quanto à necessidade de aprofundamento da implementação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, aspeto que nos parece da maior relevância, e
- finalmente, conhecer os objetivos e os níveis de satisfação dos responsáveis pelas bibliotecas.

Face aos problemas detetados ao longo do estudo, impunha-se colocar como questões de trabalho um conjunto de problemas:

Questão 1 - A valorização da relação da autarquia com a biblioteca corresponde ao que este equipamento de cultura, educação para a cidadania tem no contexto do plano e dos interesses autárquicos.

Questão 2 - O grau de formação dos recursos humanos é fator determinante no desempenho da biblioteca. A generalidade das bibliotecas está dotada dos mais adequados recursos humanos e com formação específica em CID.

Questão 3 - A autonomia na gestão da biblioteca determina o grau de cumprimento da sua missão. A generalidade das bibliotecas municipais não tem o estatuto de divisão para lhe conferir relativa autonomia de decisão ao nível do organograma municipal.

Questão 4 - A integração da biblioteca municipal em rede não é ainda uma realidade efetiva; o fundamental da sua atividade mantém-na centrada nos seus recursos e agindo, o mais das vezes, isoladamente.

Questão 5 - O nível de apoio que a biblioteca municipal geralmente recebeu ou recebe da DGLB não é significativo para a consideração de efetiva rede bibliotecária.

Questão 6 - Os recursos humanos são insuficientes e insatisfatórias as suas qualificações técnicas específicas, mas são compensados com apoios da DGLB ou com aquisições de serviços externos.

Questão 7 - As bibliotecas públicas têm uma prática de avaliação de desempenho orientada e enquadrada por padrões internacionais *standard*, designadamente critérios ISO para avaliação de bibliotecas.

Questão 8 - A DGLB é reconhecida enquanto organismo de promoção da cooperação, apoio e orientação técnicos.

Questão 9 - Uma lei de bibliotecas públicas, seria um fator de reforço da capacidade de afirmação e intervenção cívica. Seria pertinente verter na lei

critérios sobre fundos, recursos humanos e questões de gestão e organização do sistema nacional de bibliotecas.

Questão 10 – São coincidentes as a percepções dos políticos e dos técnicos.

É para este conjunto de questões que levantamos que entendemos, por meio da utilização de procedimentos científicos conhecidos por inquérito por questionário, conhecer a atual realidade das bibliotecas no país e procurar uma resposta capaz de elucidar os aspetos referidos nas questões levantadas.

2. Metodologia da investigação aplicada

Como metodologia de trabalho empírico, a componente prática e de estudo de caso, assentou na elaboração de matrizes de inquérito por questionário com uma maioria alargada de respostas fechadas lançado aos responsáveis pelas bibliotecas públicas do país, com o objetivo de auscultar de forma mais incisiva as fragilidades, os constrangimentos e as melhorias alcançados.

Moreira (2004) ao referir-se a “questionário” e a “inquérito” afirma que o primeiro é, tal como o próprio nome indica, um conjunto de questões, ou seja, de itens. Enquanto o termo “inquérito” remete, na maior parte dos casos, para todo o processo, desde a definição das questões a estudar até à recolha dos dados e o seu tratamento. Tem, portanto, um sentido mais amplo, pois um questionário pode ser um instrumento utilizado num inquérito (Lessard-Hérbet, Goyette e Boutin, 2005).

Por sua vez, Ghiglione (1993) define o inquérito como uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar. No inquérito está também presente a atitude experimental, ou seja, a preocupação em explicitar as questões que se procura verificar, a preocupação de controlar os fatores e de comparar o que é comparável. Entendemos por bem salvaguardar todos estes aspetos com a elaboração das matrizes dos inquéritos por questionário que realizámos. Deste modo, pretendemos objetivar, generalizar e quantificar as perceções da comunidade de bibliotecários e de agentes políticos face ao objeto de estudo e às questões levantadas.

Como era nosso desígnio proceder a uma dissertação que conciliasse a abordagem teórica e qualitativa com uma perspetiva mais prática, entendemos fundamental dotar o nosso estudo de um instrumento de abordagem quantitativa através da aplicação de um inquérito por questionário a cada um dos grupos de estudo. O dos agentes políticos locais, responsáveis pelas políticas bibliotecárias ao nível concelhio, e os técnicos bibliotecários das bibliotecas municipais integrada na RNBP.

Tentando uma abordagem de dois campos de visão distintos mas relacionados, o político, por um lado, e o técnico, por outro, no respeito pelo controlo dos fatores em análise foram efetuados dois inquéritos. Um para cada comunidade de agentes da política bibliotecária. O grupo dos políticos que define e determina a política

bibliotecária e, em complemento, os bibliotecários que a executam, testam e que, entre outros, são igualmente agentes avaliadores.

A representatividade da amostra é segundo Ghiglione (1993) conseguida quando as unidades que a constituem forem escolhidas por um processo tal que todos os membros tenham a mesma probabilidade de fazer parte da amostra. Esta premissa foi garantida pelo nosso estudo, uma vez que o inquérito foi enviado a todas as autarquias e bibliotecas que fazendo parte da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas estavam nas mesmas condições de fazer parte da amostra que, no caso pendente, procurou atingir todo o universo das bibliotecas da rede.

O objetivo metodológico foi o de permitir uma inferência estatística através da qual se verificam ou não as questões avançadas (Ghiglione, 1993; Almeida e Pinto, 1995).

“Na construção do questionário foi tido o cuidado metodológico de garantir que as questões tenham o mesmo significado para todos, que os diferentes aspetos da questão tenham sido bem abordados, etc. São estas as condições que se procuram com a realização de entrevistas e com o teste às primeiras versões do questionário (pré-teste)” (Ghiglione, 1993: 115)

Na mesma linha Moreira (2004) considera ser essencial que o investigador defina com clareza qual a tarefa que irá pedir ao respondente.

As questões contempladas nas duas matrizes dos inquéritos por questionário foram previamente testadas quanto à sua compreensão, linguagem utilizada e questões abordadas. Assim, foi efetuado o necessário e imprescindível pré-teste aos dois grupos de inquiridos. Uma das matrizes foi enviada a um grupo de agentes políticos e a outra a um pequeno grupo de bibliotecários que os analisaram e tiveram a amabilidade de produzir observações. Estas recomendações permitiram melhorar e aperfeiçoar as matrizes. Uma das apreciações mais significativa foi dada pela Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Dra. Berta Nunes, que recomendou “explicar qual a vantagem deste estudo e o que pode beneficiar as bibliotecas municipais e dizer que serão enviados os resultados resumidos também seria bom”⁶⁹. Recomendações que, obviamente, foram tidas em conta. De igual modo, reconhecidos agradecemos a

⁶⁹ Anexo nº 20 - Apreciação ao inquérito feita pela Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Dra. Berta Nunes.

apreciação da Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Espinho, Dra. Manuela Aguiar: “ Parece-me excelente – completíssimo! (assim as Câmaras queiram responder)”⁷⁰. O conjunto das observações efetuadas pelos técnicos bibliotecários contactados para a elaboração do teste do questionário foram também levadas em conta.

Deste modo foram garantidas questões como a comparabilidade das respostas de todos os inquiridos, sem adaptações nem explicações suplementares. De igual modo, garantiu-se ainda que as questões eram perfeitamente claras, sem ambiguidades, e que os inquiridos, políticos ou técnicos, percebiam exatamente o que se esperava das questões formuladas.

O questionário foi construído essencialmente por questões de resposta fechada. Segundo Como sabemos a adoção por itens de resposta aberta ou fechada depende das opções assumidas pelo investigador. Contudo, a colocação de questões de resposta fechada, garante maior facilidade de tratamento das respostas e aumenta o grau de objetividade da respetiva interpretação. Por outro lado, o uso das questões abertas tende a preocupar-se mais com a possibilidade de permitir aos inquiridos exprimirem-se pelas suas próprias palavras. Foram apresentadas questões onde a resposta pode oscilar entre o “sim” e o “não” para casos de respostas de tipo qualitativo, procurando eliminar diversidades e subjetividades. Em alguns casos foram colocadas questões com uma lista pré-estabelecida de respostas onde se agruparam situações de afinidades ou se pretendeu fazer agrupamentos por distinção pré-estabelecida. São exemplos, nomeadamente, a questão da distinção entre presidente ou vereador de câmara; ou ainda no caso das questões de competências de recursos humanos, a distinção de técnicos com formação específica, no que se convencionou designar a área onde se encaixam as formações em Bibliotecário-Arquivista, Ciências Documentais, Ciências da Informação e Documentação, Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação ou Ciência da Informação (CID/BAD), como principais categorias.

As poucas questões abertas permitem como afirma Ghiglione (1993) servir de apoio à interpretação dos resultados. Também este aspeto foi devidamente tido em conta no questionário elaborado para o nosso trabalho. As questões abertas são colocadas em alguns casos para complemento da compreensão da resposta concedida pelas questões

⁷⁰ Anexo nº 21 - Apreciação ao inquérito feita pela Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Espinho, Dra. Manuela Aguiar.

fechadas. Do mesmo modo, na parte final do questionário, foram colocadas perguntas abertas de modo a auscultar a perceção do inquirido, complementando e apoiando questões colocadas em perguntas anteriores.

A elaboração da matriz do questionário contou com instruções que se pretendem esclareçam sobre o procedimento a usar na resposta e viabilizando melhorar a qualidade dos dados obtidos. O questionário teve ainda a preocupação de, na sua organização gráfica, ser motivador para a resposta, procurando constituir uma disposição lógica e coerente e assegurar uma ideia de organização sequencial e de superior facilidade interpretativa.

3. Estrutura e Organização do Inquérito por Questionário – as Matrizes

Para o desenvolvimento desta investigação foram produzidos dois questionários, conforme adiantamos. Um para cada um dos universos específicos de respondentes responsáveis pelas bibliotecas públicas em cada um dos municípios. Um questionário dirigido aos agentes políticos com tutela sobre a biblioteca. No caso pendente, sendo o Presidente da Câmara pode ter delegado a competência num dos vereadores, acontecendo usualmente recair essa decisão sobre o Vereador da Cultura. O outro questionário foi dirigido ao Bibliotecário com responsabilidade técnica na biblioteca pública.

A matriz do questionário dirigido aos agentes políticos está organizada em quatro grupos de questões. No I grupo, solicita-se a caracterização da instituição, com perguntas destinadas a identificar a tipologia da biblioteca e a questionar acerca da adequação da dimensão face à consideração das necessidades da população. Pergunta-se também se a biblioteca deveria ter outros serviços e quais. Questiona-se também sobre a adequação do horário. A última pergunta deste primeiro grupo pretende situar a biblioteca no organigrama municipal e identificar o posicionamento da direção técnica no quadro de pessoal da autarquia. Procura-se desta forma esclarecer qual a importância dada à biblioteca pública pelo município. O grupo II questiona sobre a formação dos recursos humanos, mais concretamente sobre a formação adequada para o exercício de diretor da biblioteca, procurando aquilatar a importância que a autarquia confere aos recursos humanos que recruta para este serviço específico. No grupo III de questões são abordados os aspetos técnicos, mormente questões de autonomia, de aquisição de serviços e de contactos com a DGLB. O grupo IV tem a ver com a cooperação intermunicipal, a avaliação de desempenho da biblioteca, a lei das bibliotecas, a perceção do agente político sobre a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e, finalmente, duas questões abertas em que se pede para indicar pontos fortes e fracos da RNLP. Deste modo procuramos saber qual o potencial de melhoria do equipamento e dos serviços prestados aos munícipes.

A matriz do questionário dirigido aos bibliotecários conta igualmente com quatro grupos de questões. O I grupo incidindo na caracterização da biblioteca e questionado sobre a adequação da sua dimensão e sobre a necessidade ou não de outros espaços, deixando uma pergunta aberta para a indicação dos mesmos. Questiona-se igualmente sobre os horários de abertura e o posicionamento da biblioteca no organigrama

municipal, bem como do bibliotecário. Desta forma, procura-se saber qual a importância dada pela autarquia ao equipamento público que representa a biblioteca. O grupo II incide sobre os recursos humanos. Questiona-se sobre a formação académica e o número de bibliotecários existentes, procurando saber do nível de adequação dos recursos humanos específicos necessários ao cumprimento da missão da biblioteca pública e o seu confronto com os padrões internacionais. No ponto III as questões incidem sobre as condições técnicas. Pergunta-se sobre a autonomia da biblioteca, a aquisição de serviços e os contactos com a DGLB. Procura-se assim explicação para o nível de cooperação ou independência face à tutela técnica. O grupo IV incide sobre a cooperação institucional, inquirindo sobre associação com outras bibliotecas públicas e que tipo de colaboração. Estão ainda neste grupo questões como condições técnicas e referentes à coleção e à Sociedade da Informação, avaliação de desempenho e à gestão promovida pelo bibliotecário. O grupo de questões compreende ainda as que se referem à apreciação sobre a DGLB, RNBP e questiona sobre um conjunto de matérias que os bibliotecários consideraram incluir ou não numa lei de bibliotecas públicas. Finalmente, são ainda efetuadas perguntas abertas acerca dos aspetos positivos e negativos incidindo sobre a RNBP. Desta forma pretende-se ter a opinião dos bibliotecários, na sua qualidade de técnicos especialistas, como atores fundamentais no processo de desenvolvimento e permanente melhoria da RNBP.

Constituindo os bibliotecários a principal massa crítica para a concretização de qualquer política bibliotecária, importa conhecer da sua maior ou menor sintonia com a perceção que existe no seio dos decisores políticos autárquicos no sentido de avaliar as condições de concretização dessa política bibliotecária dependente da sensibilidade e apoio financeiro do poder local.

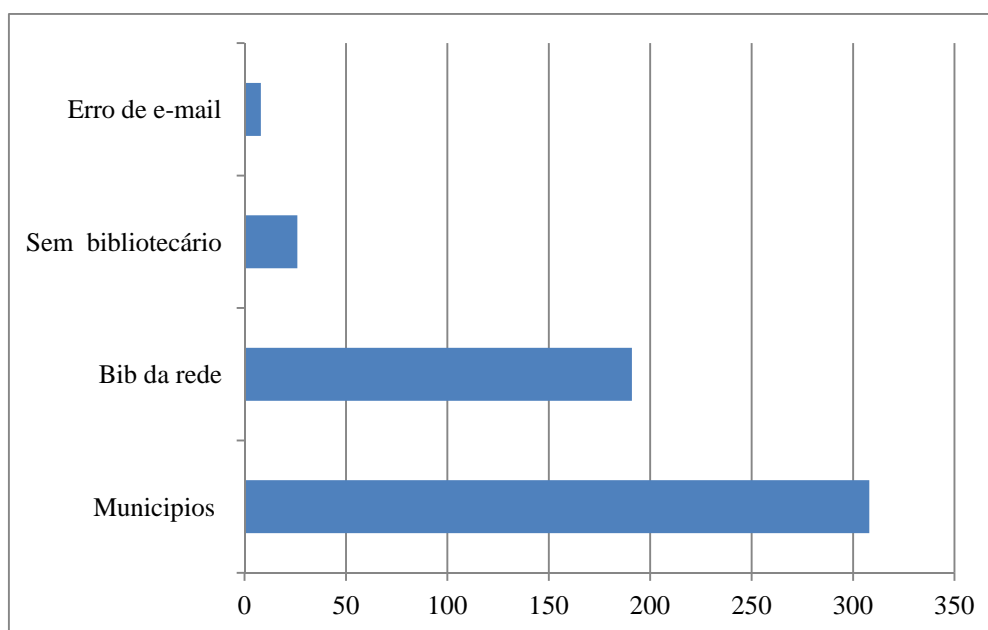
4. Descrição e Análise dos Resultados

Os inquéritos para a elaboração da parte empírica desta investigação foram enviados a todas as câmaras e a todas as bibliotecas apoiadas pela DGLB num total de cento e noventa e uma (191). O total percentual de respondentes bibliotecários foi de setenta e nove (79), ou seja de 41 % do total. Os respondentes autarcas foram quarenta e seis (46) o que corresponde 24% do total. A ausência de resposta também é significativa, pois constitui uma opção com vincado sentido face à matéria inquirida.

Para um total de trezentos e oito municípios (308) no continente e ilhas, a cobertura da RNBP situa-se ainda nos sessenta e dois por cento (62%). Pensamos que esta amostra é representativa do panorama nacional de bibliotecas. Contudo, é de salientar a falta de interesse e/ou disponibilidade de uma parte significativa dos bibliotecários em colaborar num estudo que à partida seria do seu maior interesse. A inibição, o receio, ou mesmo o desinteresse era algo para que tínhamos sido alertados pelos próprios autarcas. Nota-se que há ainda uma réstia de cultura da reserva de informação ou até mesmo a relutância em evidenciar total transparência na administração pública. Nunca é demais recordar que as autarcas Dra. Berta Nunes e Dra. Manuela Aguiar, que atrás citamos, tinham alertado para esse comportamento recorrente dos autarcas.

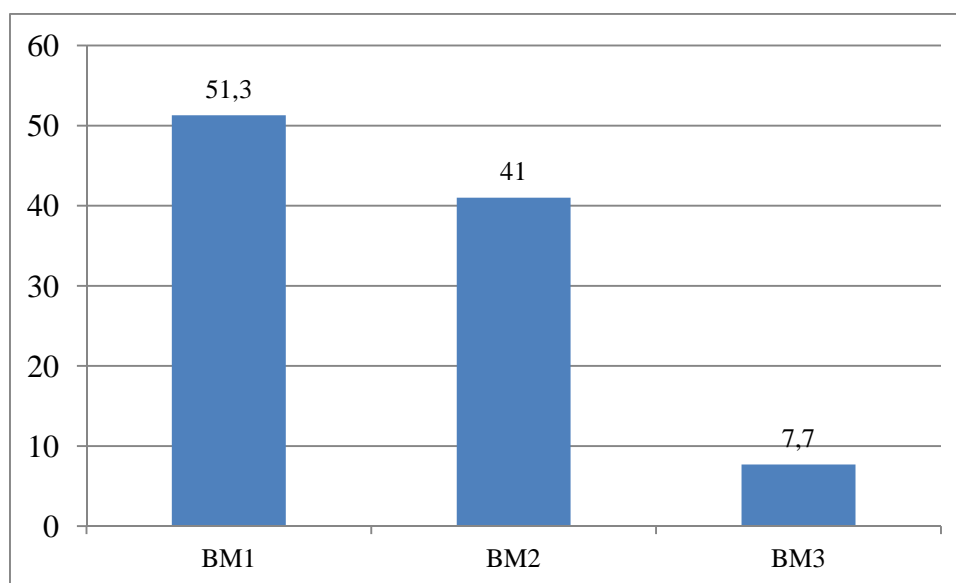
No questionário aos bibliotecários, ainda que o nível de respostas tenha sido superior, há ainda, como adiante veremos na análise do nível de respondentes, muita desatenção, e principalmente ausência de perceção quanto à importância dos estudos académicos para a melhoria das condições de trabalho e a dignidade da profissão.

Vinte e cinco anos após os primeiros contratos-programa para a construção de bibliotecas municipais de leitura pública, o programa está ainda longe de atingir o objetivo inicial que era o de dotar todos os municípios do país com Biblioteca Públicas. O relatório efetuado na sequência do Despacho 23/86 de 2 de Abril da Secretária da Cultura, na pessoa da Dra. Maria Teresa Gouveia, apontava para um programa a realizar em cinco anos (Moura 1986: 28-31). Passado todo este tempo, desde 1987, quando se aprovam os primeiros contratos-programa, faltam ainda bibliotecas em 38% dos municípios portugueses.

Gráfico nº 11 - Universo de Respostas das Bibliotecas

Nos nossos dias é ainda elevada a percentagem de municípios que não dispõe de biblioteca pública. Entre as bibliotecas que fazem parte da rede, uma das fragilidades tem a ver com a ausência de acessibilidade eletrónica. Verificou-se que 4,5% das bibliotecas deram erro na comunicação através dos endereços eletrónicos. Na era da sociedade da informação e da literacia eletrónica há ainda um número não desprezível de bibliotecas que não cumprem o seu dever essencial que é o de comunicar com o exterior. Hoje em dia, biblioteca incontactável é biblioteca inexistente! Um outro dado que demonstra a fragilidade na rede é a falta de cumprimento do programa no que respeita à não existência de bibliotecário responsável em 14% das bibliotecas. É uma constatação a que também Oleiro e Heitor (2010) já tinham aludido no documento a que significativamente dão o título de “20 anos de Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: um balanço (possível) do grau de cumprimento do programa”. A existência de bibliotecário diplomado é condição necessária à aprovação do contrato-programa. Reiteramos: 14% de bibliotecas sem bibliotecário é um valor demasiado elevado para a garantia de qualidade, cumprimento cabal do contrato-programa e a possibilidade de assegurar o cabal funcionamento da rede. Esta é uma falha nas obrigações do contrato-programa das bibliotecas públicas. Não obstante, o valor percentual da amostra que obtivemos do inquérito foi de 41,4 % do universo dos inqueritos, mormente dos responsáveis técnicos das bibliotecas da RNB. Estes números, devemos adiantá-lo, devem-se, em boa parte, à nossa insistência junto dos bibliotecários.

Gráfico nº 12 - Tipologia das Bibliotecas da RNBП respondentes a este Estudo



O universo de bibliotecas que responderam ao inquérito corresponde às três tipologias da RNBП que se dividem em:

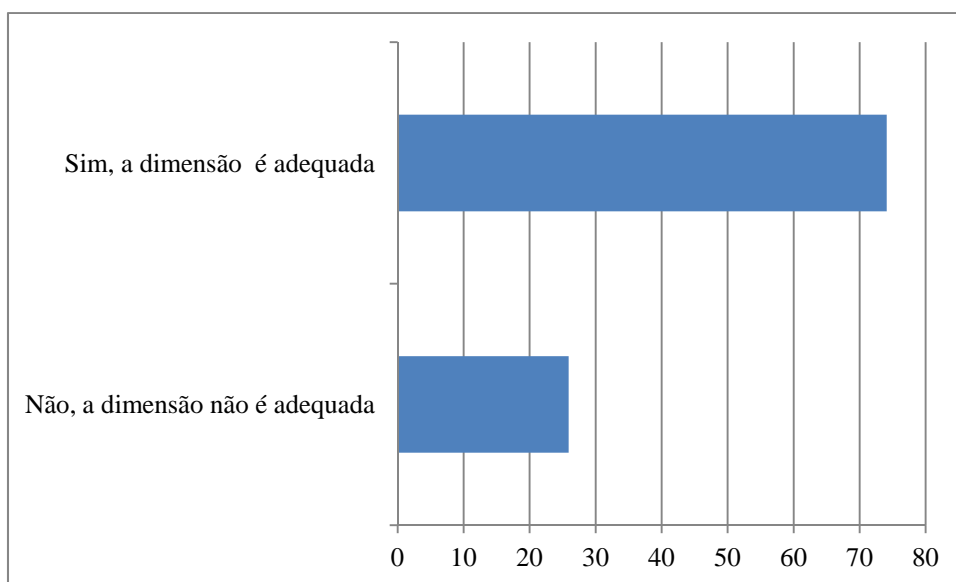
As bibliotecas denominadas de BM1 têm cerca de novecentos metros quadrados de dimensão e destinam-se a equipar municípios com menos de vinte mil habitantes. As BM2 que possuem áreas de cerca de mil e setecentos metros quadrados, destinadas a municípios com população entre os vinte mil e os cinquenta mil habitantes. As denominadas BM3 com cerca de dois mil e quatrocentos metros quadrados, são destinadas a concelhos com populações superiores a cinquenta mil habitantes. No total das unidades respondentes o valor mais alto é das bibliotecas BM1 com 51,7 %, seguidas das unidades BM2 com 41 % e, num valor percentual muito menor, as BM3 com apenas 7,7%. Estes valores correspondem à distribuição quantitativa dos tipos de unidades no país. De facto, existe um valor maior de bibliotecas tipo 1 (BM1) e tipo 2 (BM2). Temos assim a perceção que metade das bibliotecas da rede são pequenas bibliotecas. Possuem menor área menor e com coleções mais restritas, mas comportam os mesmos serviços básicos previstos no programa da RNBП, adstritos a todos os tipos de bibliotecas de leitura pública.

4.1. Análise aos Inquéritos Administrados aos Autarcas

Naturalmente a primeira questão a colocar aos dirigentes políticos seria a da adequação do edifício da biblioteca ao que considerariam as necessidades locais. A pertinência da

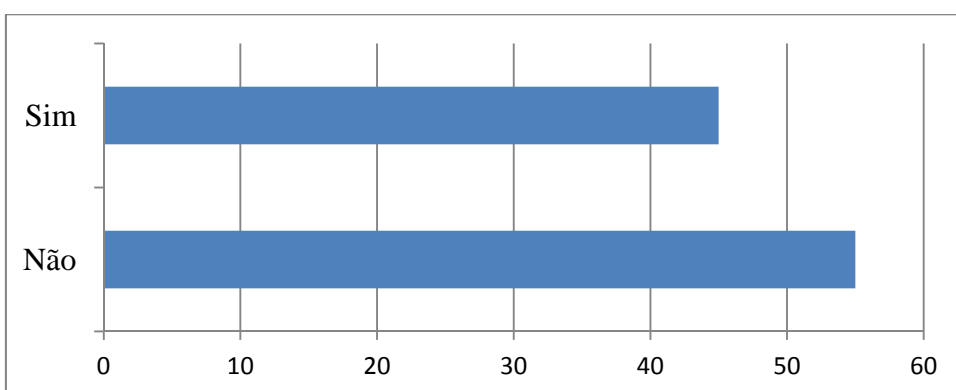
questão tem a ver com o facto de um autarca que queira dotar o seu concelho de uma biblioteca pública ter de aceitar a área imposta por um programa técnico em que ele não se viu envolvido na decisão sobre a dimensão. É uma área imposta, e tal facto pode colocar logo à partida a questão da adequação do dimensionamento do equipamento.

Gráfico nº13 - Adequação da Dimensão da Biblioteca



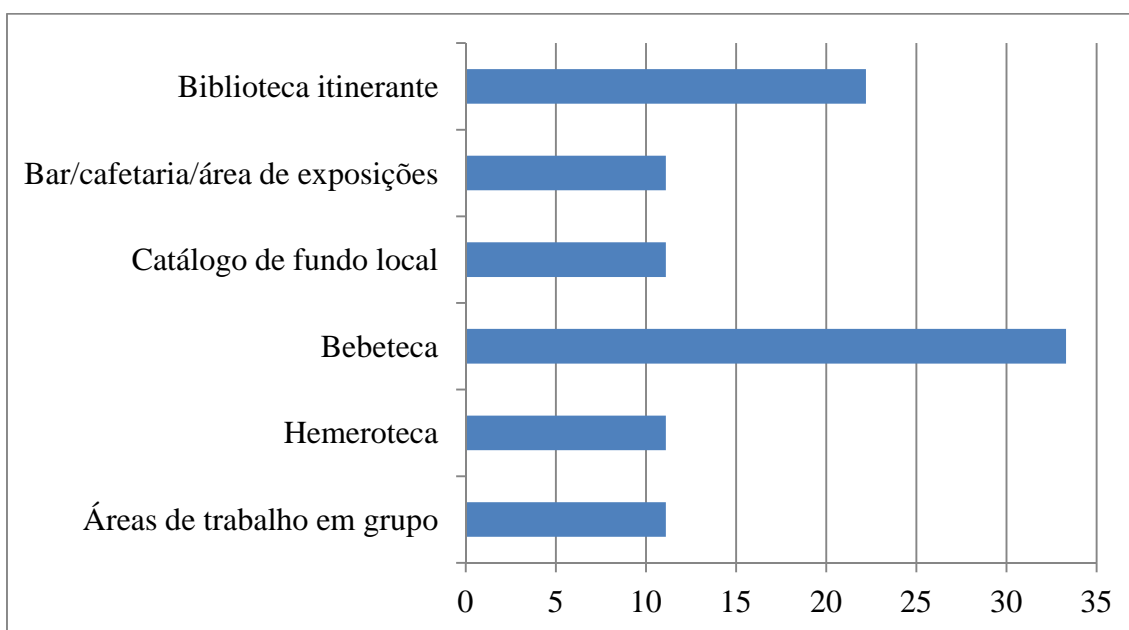
Uma larga maioria dos autarcas (74,1%) considera adequada a dimensão da biblioteca face às necessidades do respetivo concelho, manifestando satisfação com a dimensão das unidades. No caso das respostas negativas, cuja percentagem é de 25,9%, todos os responsáveis políticos assinalam a necessidade de maior área para a biblioteca.

Gráfico nº 14 – Reconhecimento da Necessidade de Outros Serviços



Quando questionados sobre a necessidade de incluir outros serviços na biblioteca, verificamos a divisão dos decisores políticos em duas partes quase iguais: 45% considera haver necessidade de disponibilização de mais serviços. Uma maioria, mesmo muito embora pequena (55% do total), considera que a biblioteca não necessita de outros serviços.

Gráfico nº15 – Necessidade de Outros Serviços nas Bibliotecas



O grupo de dirigentes políticos locais que responde positivamente, afirmando a necessidade de outros serviços na biblioteca, indica um conjunto variado de serviços com predominância para a necessidade das bibliotecas serem equipadas com serviço de Bebéteca. Na verdade são 33,3% do total os autarcas que consideram este serviço necessário. Esta exigência orienta-se para a satisfação de novos públicos, entendendo a biblioteca como um espaço de acolhimento desde a mais tenra idade.

Os restantes serviços considerados necessários, que obtêm 11,1% de respostas, são, designadamente, a Hemeroteca, no entendimento de que é importante a salvaguarda das publicações periódicas locais e um serviço de jornais e revistas que sirva os mais idosos e desempregados, considerando-os como mais um segmento de público que reconhece na biblioteca um espaço útil e com ela se identifica. A necessidade de uma biblioteca itinerante foi apontada por 22,2% dos autarcas. A biblioteca como equipamento que, de

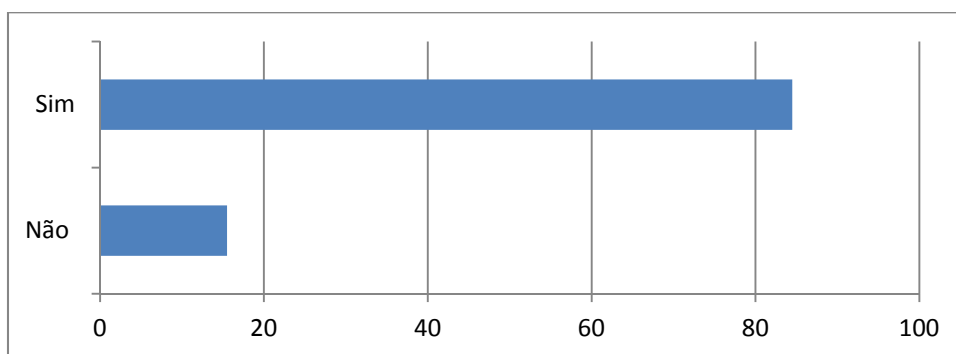
acordo com o programa-tipo, deve ser situar-se em local habitualmente frequentado pela população do concelho, o que significa a zona central da sede do concelho. Nesta resposta os autarcas demonstram a clara perceção da necessidade de extensão da biblioteca, da possibilidade da leitura chegar a todos os pontos do concelho e de atingir públicos-alvo que, por razões de distância ou mobilidade, correm o risco de ficar privados dos serviços essenciais da biblioteca.

No caso da necessidade das área de trabalhos em grupo, as respostas ao inquérito denotam uma utilização da biblioteca ainda muito focada na utilização escolar e, nomeadamente, no importante papel que esta representa como complemento à biblioteca escolar. Este aspeto permite perceber porque é que em muitas localidades a biblioteca municipal continua a ser a coleção documental mais completa para responder às necessidades escolares.

A consideração relativa ao catálogo demonstra a consciência de que a biblioteca é entendida como repositório da cultura e memória local, bem como a reflexão sobre a necessidade de tratamento técnico dessa memória coletiva. Apesar da Lei do Depósito Legal salvaguardar toda a produção bibliográfica nacional, ao nível local a proximidade é o elemento fundamental para que a biblioteca coleccione a produção informativa da edilidade.

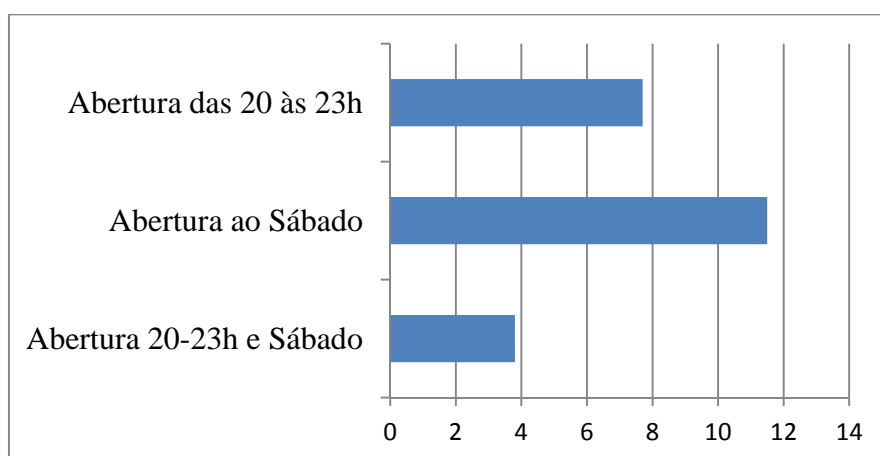
Finalmente, as respostas que indicam o bar/cafetaria/área de exposições como necessários mostram a preocupação com o dotar a biblioteca das melhores condições para que esta seja um espaço de encontro e de bem-estar para toda a comunidade. De igual modo, denota a sensibilidade para que a biblioteca esteja apetrechada para atrair públicos que não são apenas leitores. O bar e a cafetaria oferecem condições de apoio, fixação e captação de públicos, e fazem da biblioteca um ponto de encontro local. Isto é tanto mais importante quanto mais pequenos são os concelhos e quanto mais reduzida é a oferta cultural privada nessas pequenas localidades que, como verificamos, correspondem a cerca de metade da rede de bibliotecas públicas.

Gráfico nº16 – Grau de Satisfação com o Horário Praticado



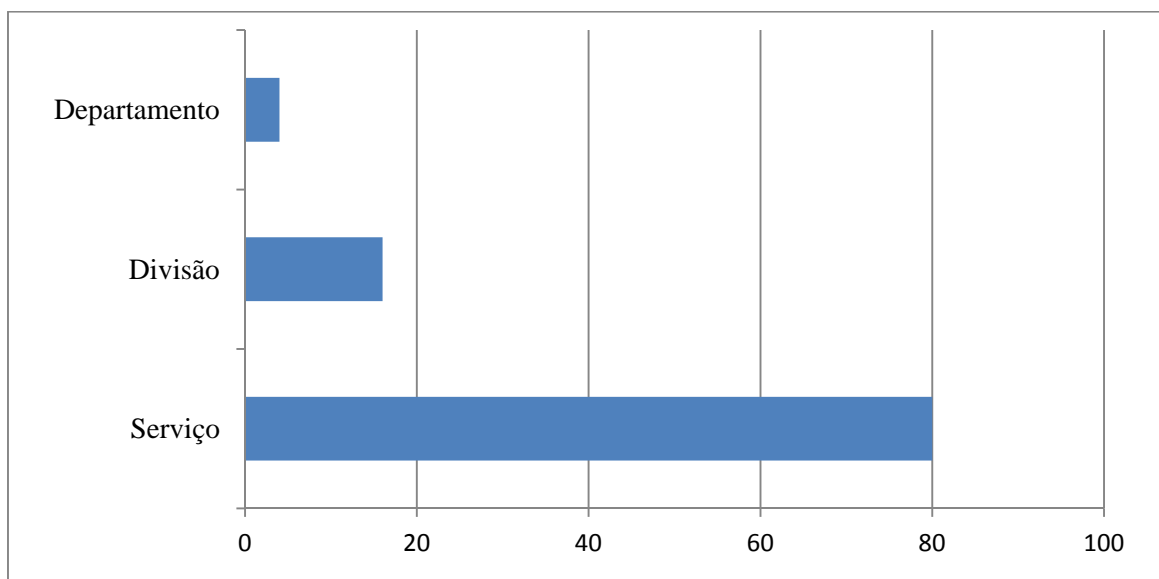
Na generalidade os autarcas estão satisfeitos com os horários praticados pelas bibliotecas. Foram 84,5% do total dos autarcas que respondeu que considera satisfatório o horário praticado pelas bibliotecas do seu município. Contam-se apenas 15,5% dos agentes políticos que consideram o horário insatisfatório.

Gráfico nº 17 - Extensão de Horário de Funcionamento



As posições dos autarcas relativamente à vantagem na abertura em horário noturno e fins-de-semana são variadas. Perante a consideração da vantagem da abertura noturna, entre as vinte horas e as vinte e três horas, 7,7% dos inquiridos consideram a medida apropriada. A percentagem é ligeiramente maior entre os dirigentes políticos que consideram que a biblioteca deveria estar aberta ao sábado, 11,5% do total. Apenas 3,8% dos autarcas inquiridos considera que a BM deveria estar aberta ao sábado e simultaneamente com um horário noturno entre as vinte horas e as vinte e três horas.

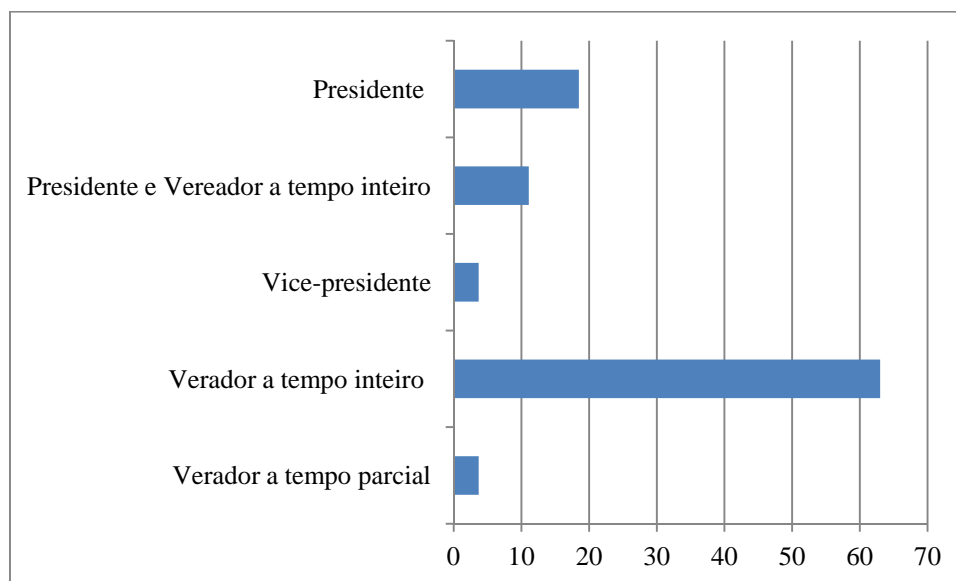
Gráfico nº18 - Posição da Biblioteca no Organograma Municipal



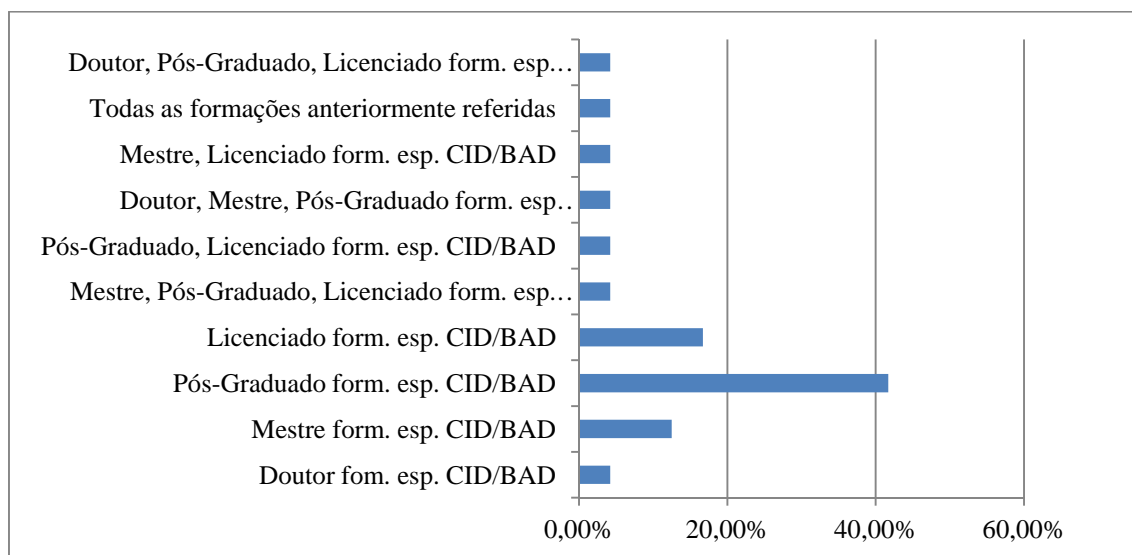
A posição da biblioteca no organograma do município tem uma dupla expressão, interna e externa. Do lado interno, o município exprime o modo como os órgãos políticos a valorizam. Não se trata apenas do modo como o executivo municipal enquadra a biblioteca na funcionalidade orgânica, mas igualmente como ela é reconhecida pela Assembleia Municipal que é o órgão deliberativo concelhio que aprova o organograma. Por outro lado, a expressão externa reporta à visibilidade pública pela importância que lhe é dada no organograma. A biblioteca pode ter mais ou menos visibilidade institucional por esse facto, para além da imagem que a própria biblioteca for capaz de produzir por si própria e pela dinâmica que projeta junto da comunidade.

Pela resposta dos políticos a esta questão verificamos que a esmagadora maioria das bibliotecas é mais um serviço entre outros que se enquadra numa divisão, 80% do total das unidades. Desce para 16% do total, o número de bibliotecas que têm o estatuto de Divisão, e apenas 4% as que constituem um Departamento, o que significa situarem-se num patamar superior da organização municipal.

Gráfico nº 19 - Direção Política da Biblioteca



A Direção política de um setor da atividade municipal é relevante para a expressão que essa mesma atividade assume perante a população. A consignação de uma actividade directiva de um equipamento que constitui um instrumento da política municipal é simbólica e significativa da importância que lhe é atribuída. Deste modo, é muito importante o perfil do autarca que assume a condução política direta do equipamento. Conforme podemos constatar no gráfico nº 19, em apenas 18,5% dos casos a biblioteca municipal é tutelada pelo Presidente e o Vice-Presidente assume a responsabilidade apenas em 3,7% dos casos. De acordo com os dados do gráfico apresentado, a condução política da biblioteca está, o mais das vezes, entregue ao Vereador com responsabilidade do pelouro da cultura. Na verdade, em 63% dos casos o responsável político da biblioteca é o Vereador da Cultura. A entrega da superintendência da biblioteca municipal à vereação da cultura é sintomática da importância que os autarcas atribuem à capacidade de intervenção pública da biblioteca de leitura pública, mormente no papel que, do ponto de vista da promoção das atividades socioculturais, desempenha a nível municipal. No entanto, a opção pela solução da responsabilidade partilhada entre o presidente e um vereador verifica-se em 11,1% dos casos. Só num pequeno número de 3,7% das situações é que a biblioteca é da responsabilidade política de um vereador a tempo parcial. Atendendo aos resultados consideramos que uma maioria dos municípios atribui, e bem, a responsabilidade de supervisão da atividade de biblioteca ao pelouro da cultura.

Gráfico nº 20 - Formação do Diretor de Biblioteca

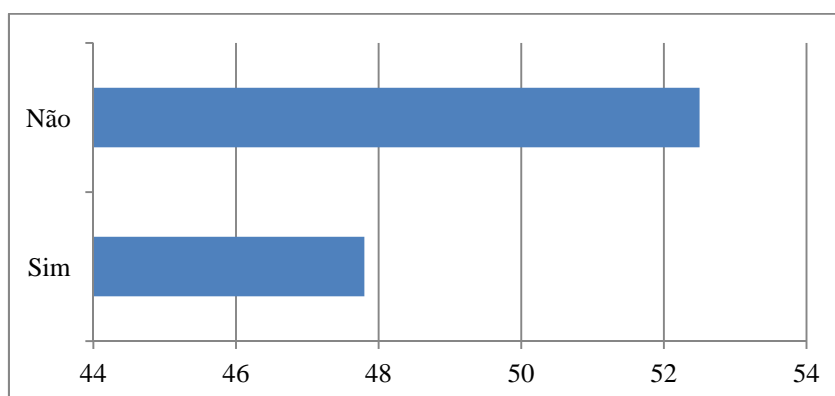
A distribuição quantitativa das respostas aponta para uma aceitação cumulativa de várias formações consideradas como adequadas ao exercício de Diretor de Biblioteca. No entanto, os autarcas consideram, maioritariamente, com 41,7%, a preferência pelo perfil de pós-graduado com formação BAD/CID como a mais adequada para a direção de Biblioteca. A licenciatura em BAD/CID é considerada como adequada para 16,7% do total dos inquiridos. Esta opção resulta da introdução na comunidade de bibliotecários de licenciados em BAD/CID resultantes das mudanças operadas pós-Bolonha, com a criação do primeiro e segundo ciclos em CID, e o fim das carreiras de especialista em Biblioteca que exigiam a Pós-graduação. Na opinião expressa por 12,5% dos autarcas o grau de Mestre surge como o mais adequado para o exercício das funções de direção. Somente 4,2% considera o grau de Doutor como o mais adequado à direção da biblioteca. Este é um dado que pressupõe a presença de Doutores em algumas bibliotecas portuguesas e atesta a maior sensibilidade do poder local para a necessidade de mais elevada qualificação dos recursos humanos.

Este gráfico ilustra uma mudança de mentalidade induzida pelo aumento da oferta de formação na área da Biblioteconomia. De facto, a qualificação académica da comunidade de bibliotecários tem vindo a progredir assinalavelmente nos últimos anos, proporcionando a oferta de recursos humanos com qualificação específica e ajustada.

Ainda assim, a generalidade dos autarcas prefere bibliotecários com formação Pós-graduada em Biblioteconomia e Arquivística, Ciências Documentais ou Ciências da Informação e da Documentação. Esta preferência vai de encontro à formação que, durante os últimos trinta anos, foi identificada com a formação-tipo do bibliotecário, decorrente da oferta formativa universitária desde 1982/3, altura em que é criada a primeira formação especializada em Ciências Documentais. Na verdade, esta foi a formação exigida aos bibliotecários durante trinta anos.

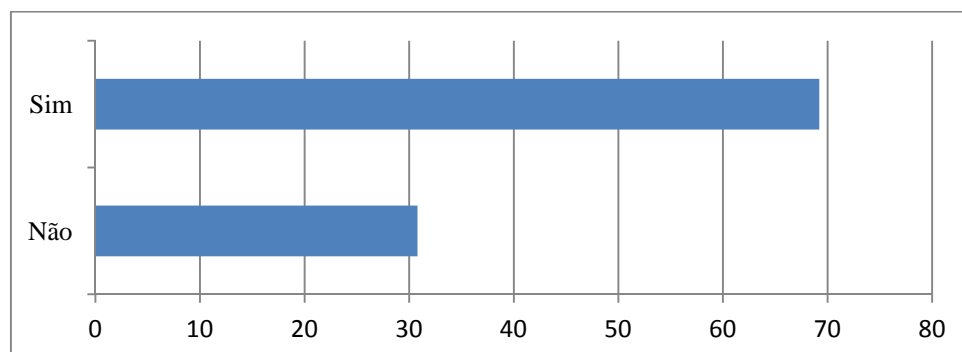
O ponto seguinte reporta-se a uma questão muito importante para o cabal cumprimento da atual missão da biblioteca municipal.

Gráfico n° 21 - Recursos Financeiros para o Cumprimento da Missão



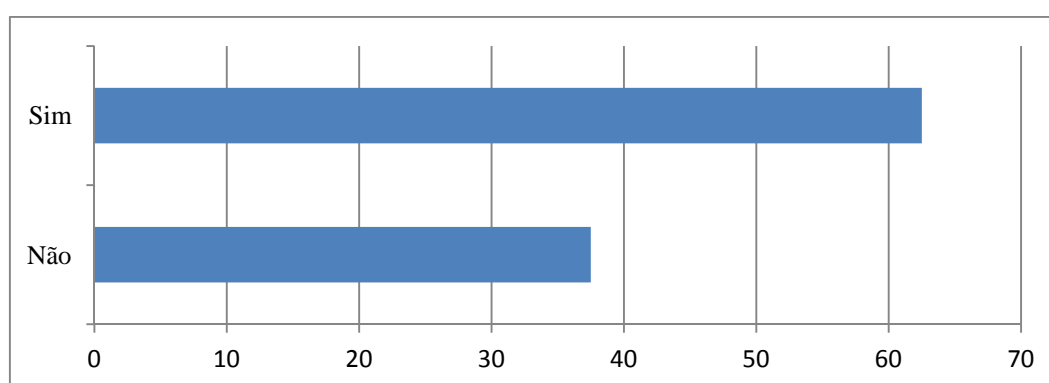
Uma ligeira maioria dos autarcas, traduzida em 52,5%, considera que a biblioteca não reúne as condições financeiras necessárias ao cumprimento da sua missão. São 47,8% os responsáveis políticos que consideram suficientes os recursos financeiros necessários ao cumprimento da missão da biblioteca. Quanto a este último valor é significativo que seja a apreciação dos autarcas que são responsáveis pela apresentação do orçamento às assembleias municipais que o aprovam. Estamos perante o reconhecimento da necessidade de reforço do financiamento, eventualmente para além do esforço financeiro municipal, já que parte significativa dos autarcas considera não serem suficientes os meios que disponibilizam no próprio orçamento.

Gráfico nº 22 - Dotação Financeira Própria da Biblioteca



A dotação financeira própria é inexistente em 30,8 % das bibliotecas. Este é um fator que se relaciona com o estatuto da biblioteca. Como já observámos no gráfico nº 19, em 80% dos casos, a biblioteca é mais um serviço entre outros, sem identidade de Divisão, situação que lhe conferia um distinto estatuto e autonomia, e certamente maior capacidade financeira. O total de respostas que consideram haver dotação financeira própria para a biblioteca corresponde a 69,2%. Este valor representa a preocupação dos autarcas em garantir, da melhor forma possível, as condições financeiras necessárias ao desenvolvimento da missão da biblioteca e ao cumprimento dos compromissos assumidos com a DGLB.

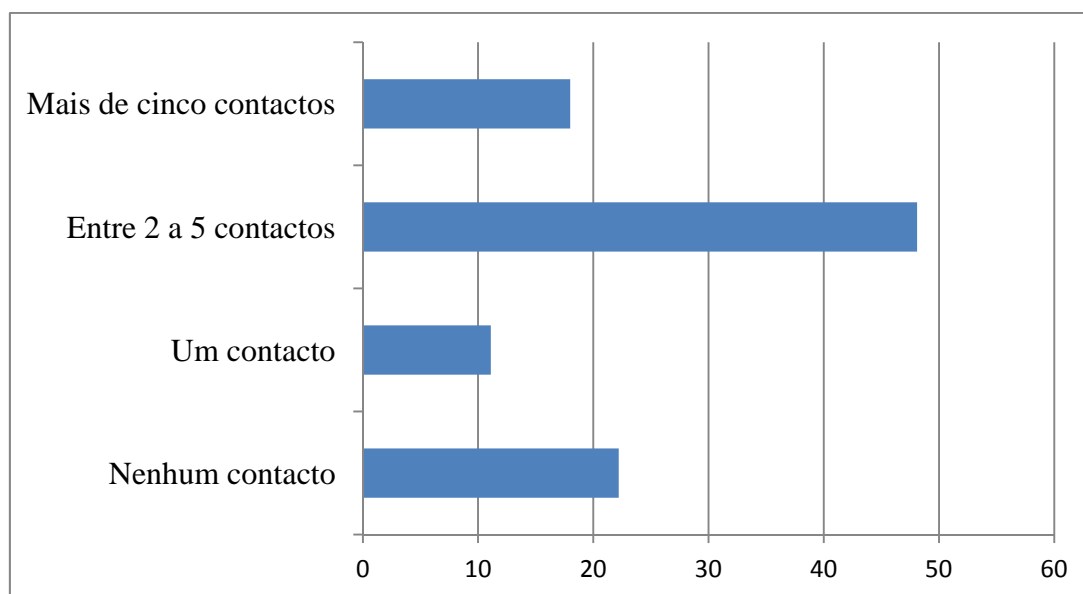
Gráfico nº 23 - Recursos Humanos Necessários à Função da Biblioteca



De um modo geral, a perceção dos políticos quanto aos recursos humanos é bem mais positiva que quanto aos recursos financeiros. Consideram que a biblioteca reúne os recursos humanos suficientes ao cumprimento da sua missão 62,5% dos autarcas. Os dirigentes políticos que consideram que a biblioteca não dispõe dos recursos humanos

necessários correspondem a uma minoria de 37,5% do total. Este é um valor que consideramos justificar uma superior atenção à qualificação dos recursos humanos nas bibliotecas da RNB. O valor que registamos de bibliotecas sem direção técnica garantida por bibliotecário com formação específica foi de 11,1%. Por comparação, Oleiro e Heitor (2010) referem que 27% dos municípios não cumprem o programa nem seguem as recomendações da DGLB quanto a este mesmo requisito.

Gráfico n° 24 – Contactos com a DGLB (2011)



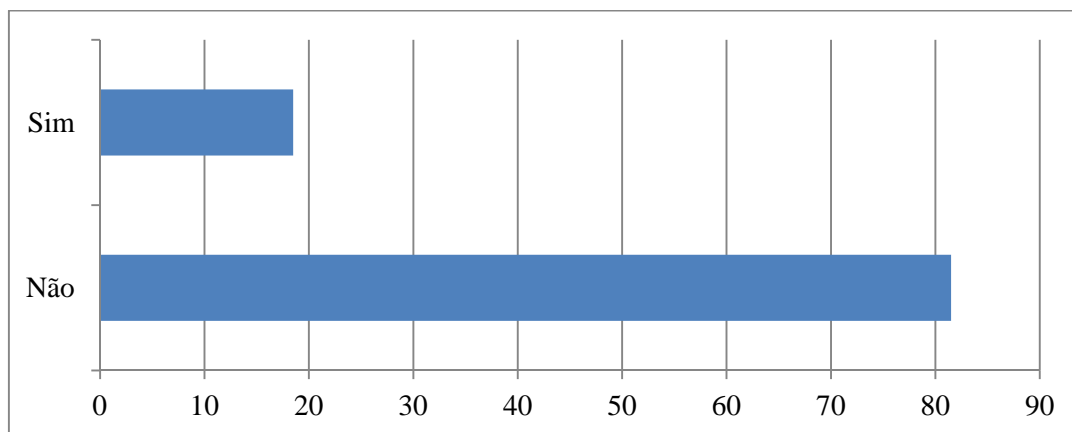
O programa de apoio à construção de bibliotecas municipais determina que compete à DGLB, como organismo do Ministério da Cultura, a responsabilidade pelo programa e acompanhamento técnico dos projetos. A ação da DGLB visa assegurar a coordenação e a execução da política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura⁷¹.

De acordo com os contratos-programa estabelecidos entre as autarquias e o governo, aquelas obrigam-se a cumprir as recomendações do programa concretamente nas questões de recursos e serviços das bibliotecas. Neste contexto, é de esperar uma comunicação frequente e regular entre as várias partes envolvidas no estabelecimento da rede. Verifica-se que a maior parte das bibliotecas da rede estabelecem contactos regulares com a DGLB. Quase metade das bibliotecas, 48,1% estabeleceu entre dois a

⁷¹ Disponível em: <<http://www.iplb.pt/SITES/DGLB/PORTUGUES/DGLB/Paginas/dglb.aspx>>.

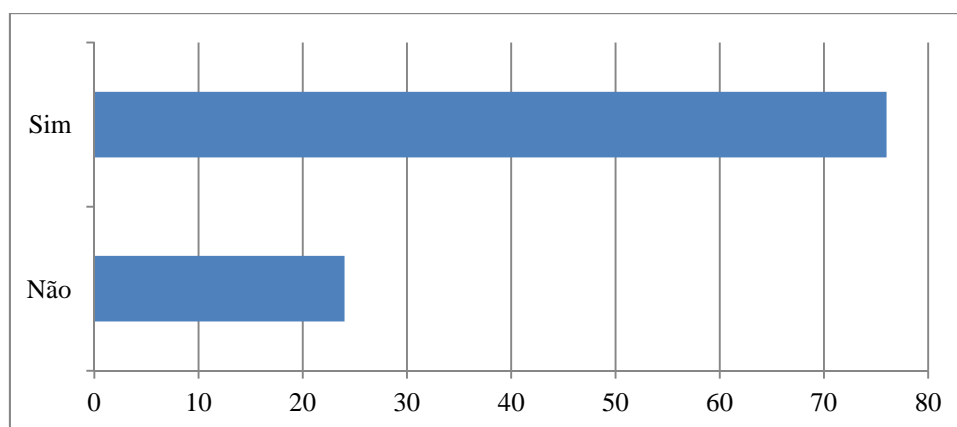
cinco contactos. O grupo dos que estabeleceram contactos mais frequentes corresponde a 18%, com mais de cinco contactos. Com apenas um contacto registaram-se 11,1% das bibliotecas, havendo ainda 22,2% do total que não fizeram qualquer contacto no ano anterior.

Gráfico n° 25 - Apoio Recebido da DGLB



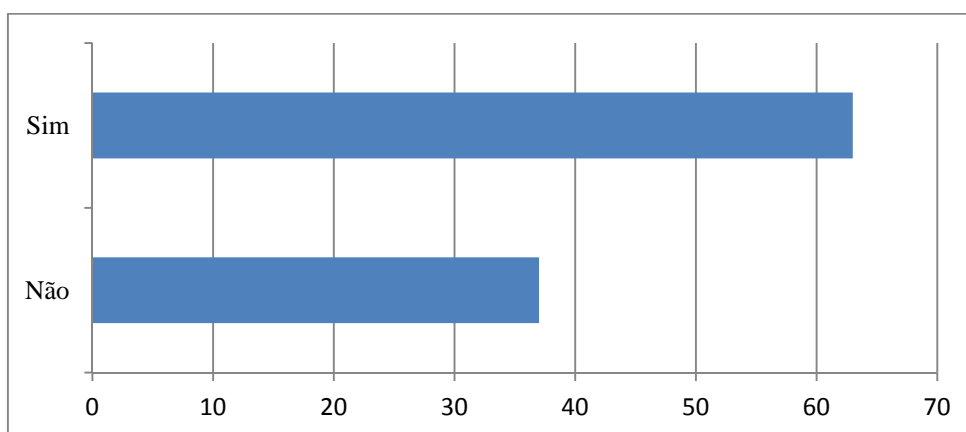
Por seu lado, verificamos que 81,5% das bibliotecas públicas não receberam qualquer apoio por parte da DGLB. Apenas 18,5% das bibliotecas públicas afirmam ter recebido apoio da DGLB, auxílio que se traduziu na aquisição de acervos documentais, no Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), no acompanhamento logístico para a realização de atividades/eventos, na criação de grupos de trabalho e celebração de contratos-programa.

Gráfico n° 26 - Cooperação Intermunicipal do Município



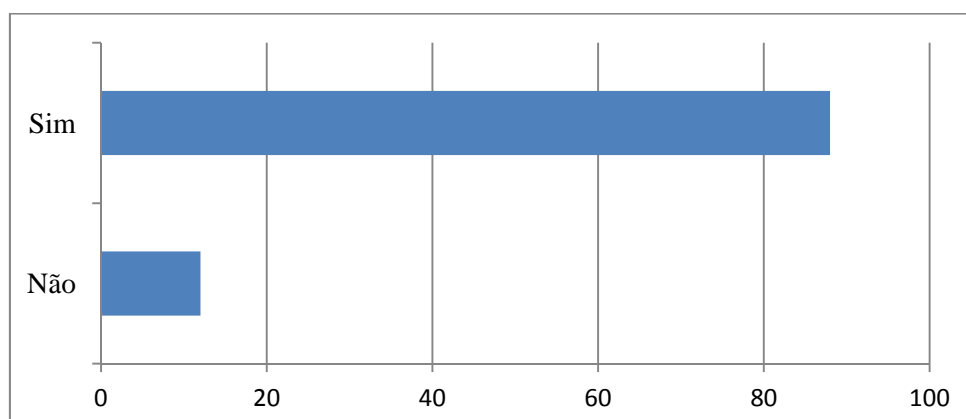
O isolamento das bibliotecas é um fator inibidor da sua capacidade de ação. Hoje em dia, a cooperação intermunicipal é considerada uma mais-valia considerada benéfica e essencial à melhoria de desempenho das bibliotecas municipais. Verificamos que a grande maioria desenvolve políticas de cooperação intermunicipal, correspondendo a um valor de 76% do total contra apenas 24% de municípios que atuam isoladamente.

Gráfico nº 27 – Bibliotecas que Integram algum Tipo de Cooperação



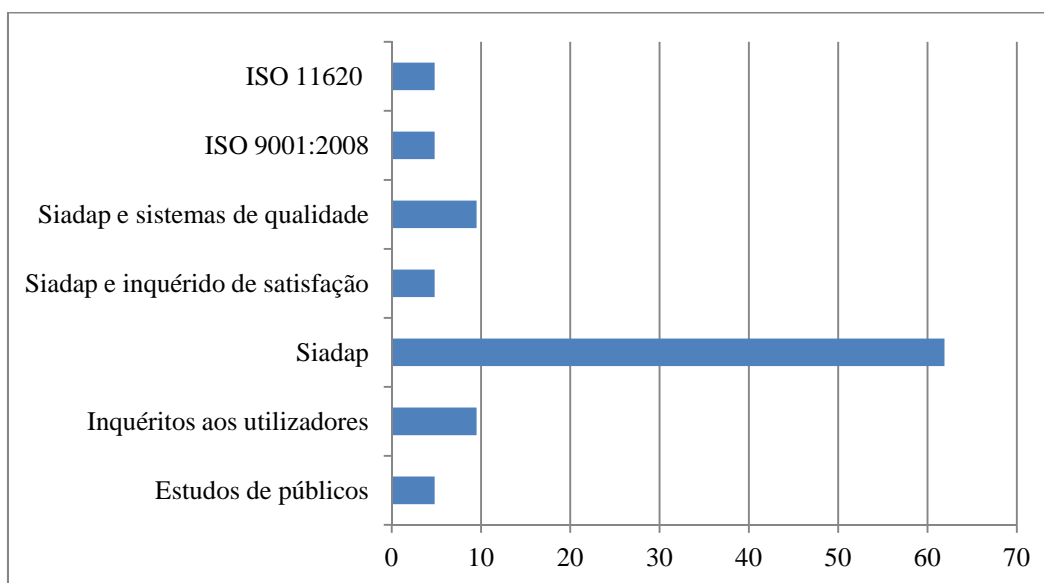
O nível de integração das bibliotecas em formas de cooperação é inferior ao verificado em cooperação intermunicipal. Apesar de se pretender que as bibliotecas públicas funcionem em rede, as que de alguma forma cooperam são 63%, sendo que no caso da cooperação municipal sobe a 76% como verificamos no gráfico nº 31. Ainda assim, regista-se um índice assinalável de 37% de bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública que desenvolvem atividade isolada.

Gráfico nº 28 – Avaliação de Desempenho das Bibliotecas



Infelizmente a prática da avaliação de desempenho não se realiza na totalidade das bibliotecas. Contudo, uma maioria alargada de 88% das bibliotecas públicas desenvolve actividade de avaliação. No entanto, há ainda 12% de unidades que se mantêm afastadas desta prática indispensável à melhoria da prestação de serviços.

Gráfico nº 29 – Tipos de Avaliação das Bibliotecas Municipais

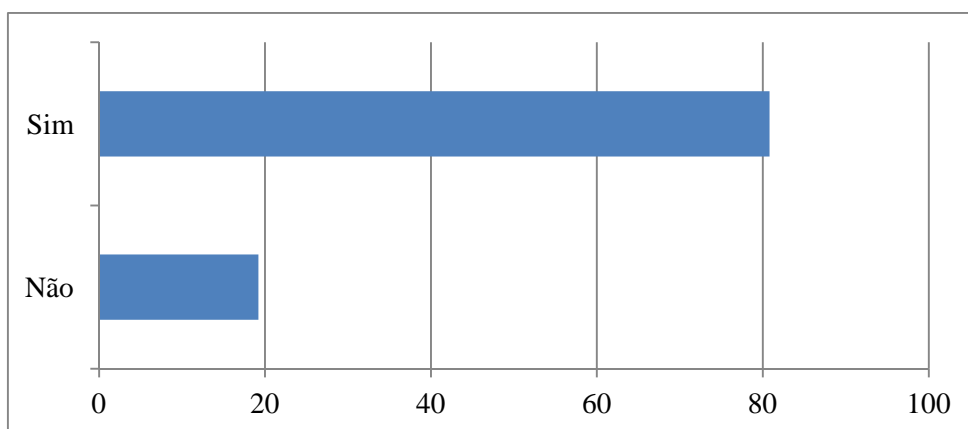


A Internacional Standard Organization (ISO) propõe uma ferramenta específica para a avaliação de desempenho de bibliotecas que é a norma ISO 11620. No entanto, o instrumento de avaliação da administração pública é o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP). Daí que uma maioria de 61,9% das unidades aplique exclusivamente este método de avaliação ou o aplique cumulativamente com outros métodos. Um conjunto de 9,5% de unidades aplica este procedimento simultaneamente com outros métodos de avaliação de sistemas de qualidade. De igual modo, em combinação com inquéritos de satisfação de utilizadores 4,8% das bibliotecas aplicam-no. No entanto, devemos salientar que esta ferramenta de avaliação de desempenho integra o conjunto de critérios presentes na norma ISO 11620, apesar de, em muitas situações, ser aplicada separadamente como acontece em algumas bibliotecas portuguesas.

Quanto ao estudo de públicos é aplicado em apenas 4,8% das bibliotecas da Rede de Leitura Pública. A aplicação de inquéritos aos utilizadores é uma prática usada em 9,5%

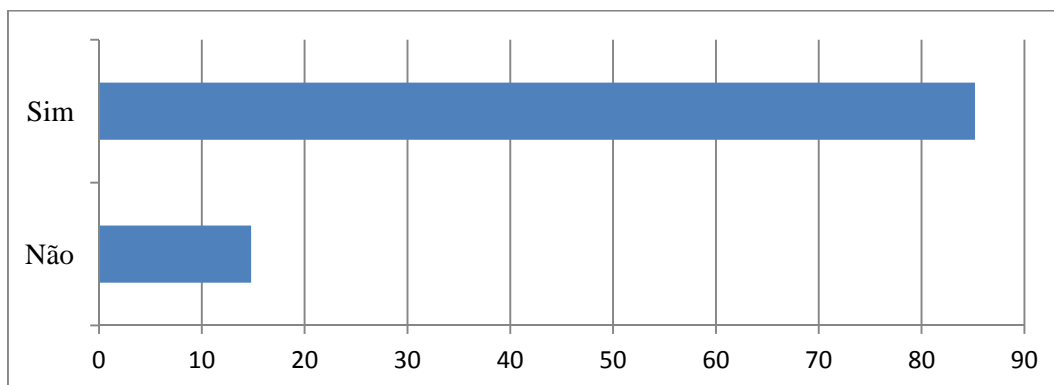
das bibliotecas. A norma ISO 9001: 2008 de avaliação da qualidade é usada por 4,8% do universo das bibliotecas da RNB. Poucas bibliotecas utilizam como ferramenta de avaliação de desempenho específico a ISO 11620, apenas 4,8% das respostas. Em síntese, as bibliotecas da RNB estão a ser avaliadas no seu desempenho pelos critérios da administração pública e não por critérios específicos de aplicação em bibliotecas.

Gráfico nº 30 – Pertinência de uma Lei sobre o Volume de Fundos (Atualização da Coleção)



Questionados sobre as vantagens que veriam numa lei de bibliotecas públicas que nos esclarecesse acerca de questões como volume de fundos, atualização/renovação da coleção, e a resposta resulta claramente positiva. Uma maioria alargada dos inquiridos (80,8%) considera que a regulação das questões relacionadas com o acervo e a respetiva atualização é importante. Porém, 19,2% dos dirigentes políticos responderam que, do seu ponto de vista, não é necessário a consagração em lei.

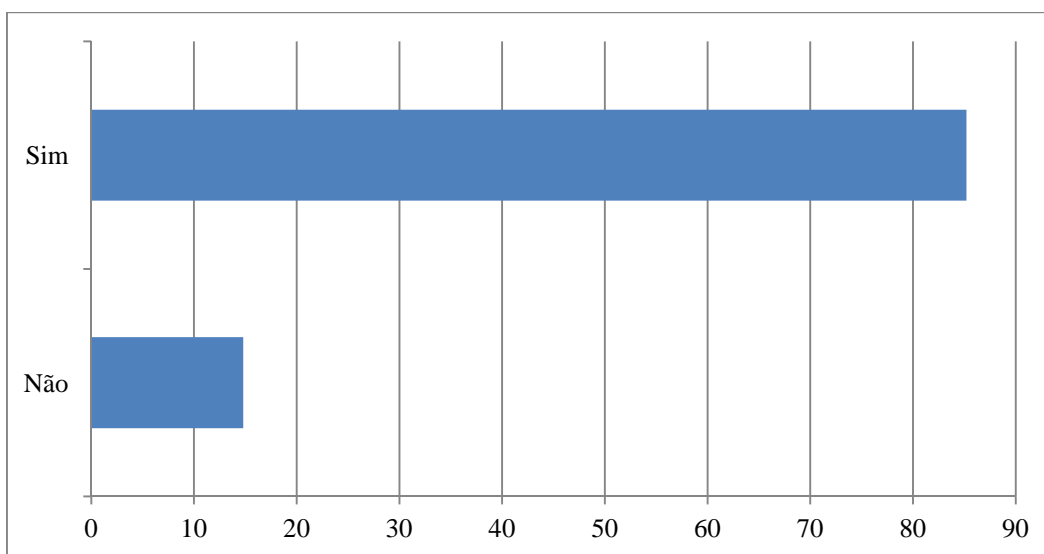
Gráfico nº 31 – Pertinência da Lei quanto a Rácio de Recursos Humanos



Há organismos internacionais que indicam rácios considerados adequados para o funcionamento das bibliotecas públicas. Nas *Guidelines* da IFLA considera-se o pessoal como recurso de importância vital no funcionamento de uma biblioteca. Este documento recomenda que, para além de um trabalhador por cada dois mil e quinhentos (2500) habitantes, um terço do pessoal seja constituído por bibliotecários qualificados.

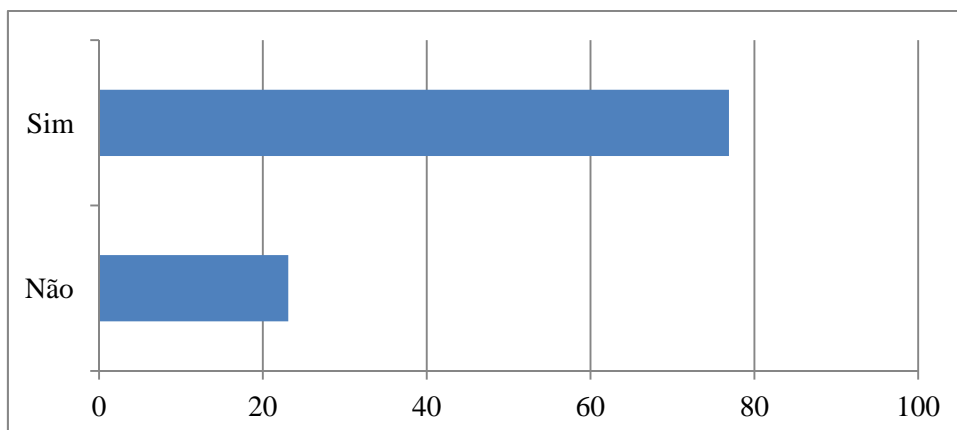
Quanto à vantagem da lei de bibliotecas públicas expressar um rácio de recursos humanos, a resposta afirmativa compreende 85,2% dos casos, sendo apenas um conjunto escasso de 14,8% dos autarcas que entende que tal não deveria ser expresso em lei.

Gráfico nº 32 - Pertinência da Lei quanto à Definição das Competências do Bibliotecário



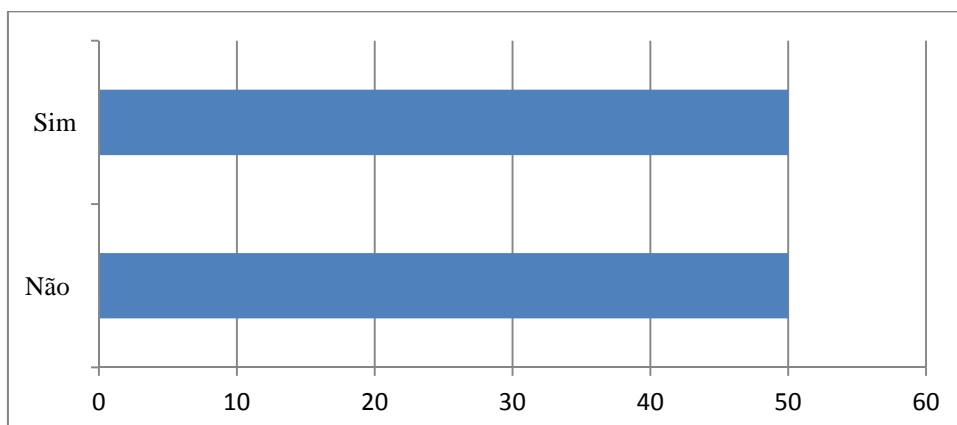
Quanto à circunstância da lei das bibliotecas públicas poder contemplar a definição do perfil e competências dos bibliotecários 85,2% do total responderam afirmativamente, contra 14,8% que indicam não considerar vantagens na definição em lei.

Gráfico nº 33 – Pertinência da Lei quanto ao Rácio de Orçamento da Biblioteca



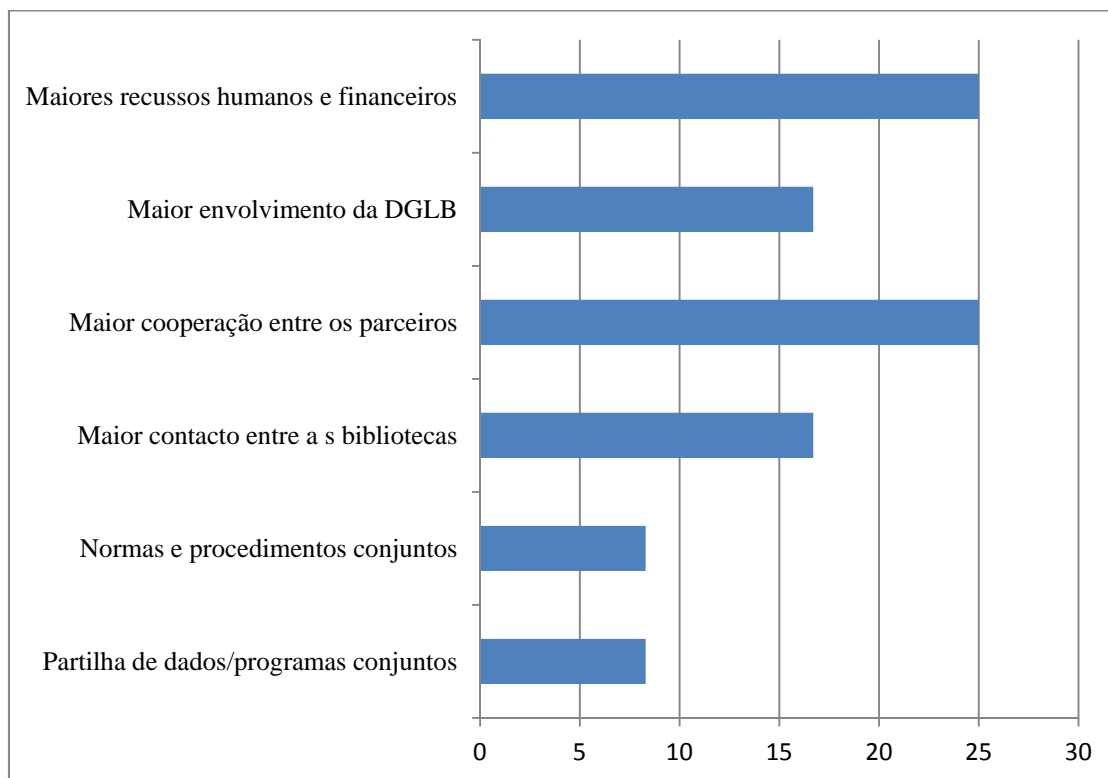
O modelo de criação da RNBП resultou de uma decisão política com determinação legal expressa no Decreto-lei 111/87 de 11 de Março, da viabilidade de estabelecimento de contratos-programa entre o governo, o IPLL e os municípios, promovendo o desenvolvimento da política de leitura pública através das bibliotecas municipais. A continuidade do financiamento da biblioteca pode depender da maior ou menor sensibilidade da direção autárquica, mas pode igualmente assegurar-se pela lei o financiamento das unidades. Porventura, em virtude das fragilidades orçamentais municipais, a importância sobre a percepção da vantagem da inscrição em lei da dotação orçamental para as bibliotecas públicas é sentida por 76,9% dos autarcas, sendo, no entanto, dispensada por 23,1% dos dirigentes políticos.

Gráfico nº 34 – Funcionamento da RNBП como Rede



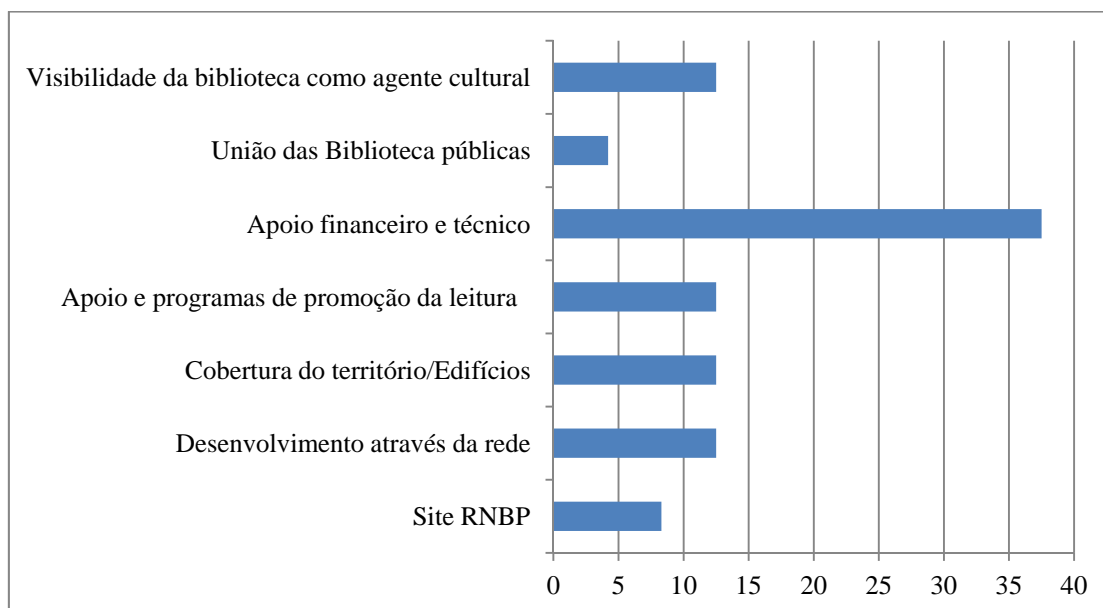
A designação de Rede Nacional de Bibliotecas Públicas suscita a questão de saber se efetivamente a biblioteca municipal é percebida como integrada e funcionado em rede. É interessante verificar que a opinião dos agentes políticos divide-se a meio (50%) quanto à perceção do funcionamento da designada RNB.

Gráfico n° 35 – Exigências de Funcionamento da RNB



Os dirigentes políticos entendem ser necessário maiores recursos humanos e financeiros e maior cooperação entre os parceiros, opinião manifestada por 25% dos autarcas, para garantir um melhor funcionamento da rede. A segunda maior preocupação é com a forma de colaboração. Entendem os dirigentes políticos ser desejável um maior envolvimento da DGLB e o incremento dos contactos entre bibliotecas, com 16,7% das respostas. Em terceiro lugar, está o grupo das preocupações com os procedimentos. Para 8,3 % dos autarcas são necessárias normas e procedimentos conjuntos e a partilha de dados/programas integrados.

Gráfico nº 36 – Pontos Fortes da RNB

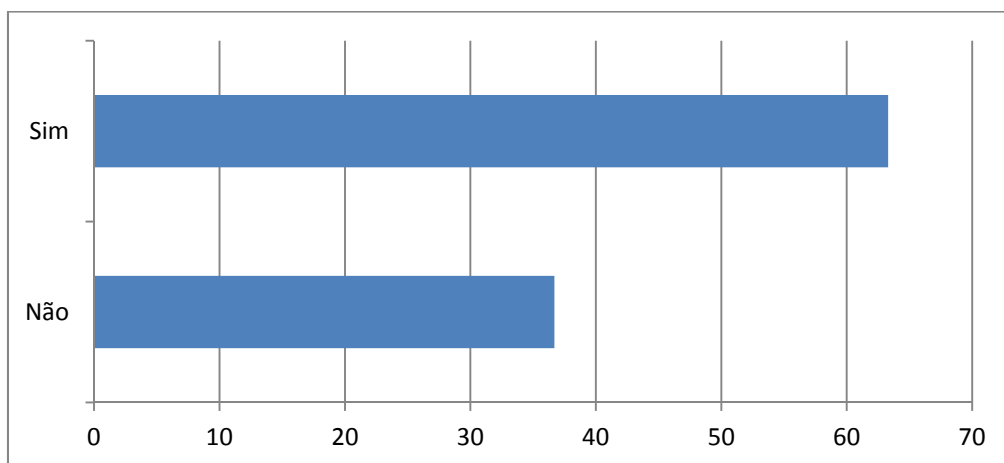


Quanto ao que os dirigentes políticos consideram ser os pontos fortes da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas encontra-se o apoio financeiro e técnico concedido pelo governo através da DGLB com 37,5% das respostas. A visibilidade da biblioteca como agente cultural, o apoio a programas de promoção da leitura, a cobertura do território e os edifícios onde as bibliotecas funcionam, para além do desenvolvimento local através da rede ocupam a atenção de 12,5% dos inquiridos. O site da RNB é referido como ponto forte em 8,3% das respostas e, finalmente, é mencionado como ponto forte a união das bibliotecas públicas em apenas 4,2% do total de inquiridos.

4.2. Análise dos Inquéritos Administrados aos Bibliotecários

A perspetiva técnica do estudo da RNB, aqui estudada, é suportada pelos resultados obtidos nas respostas ao inquérito por questionário aplicado aos bibliotecários com responsabilidade de direção das bibliotecas da RNB.

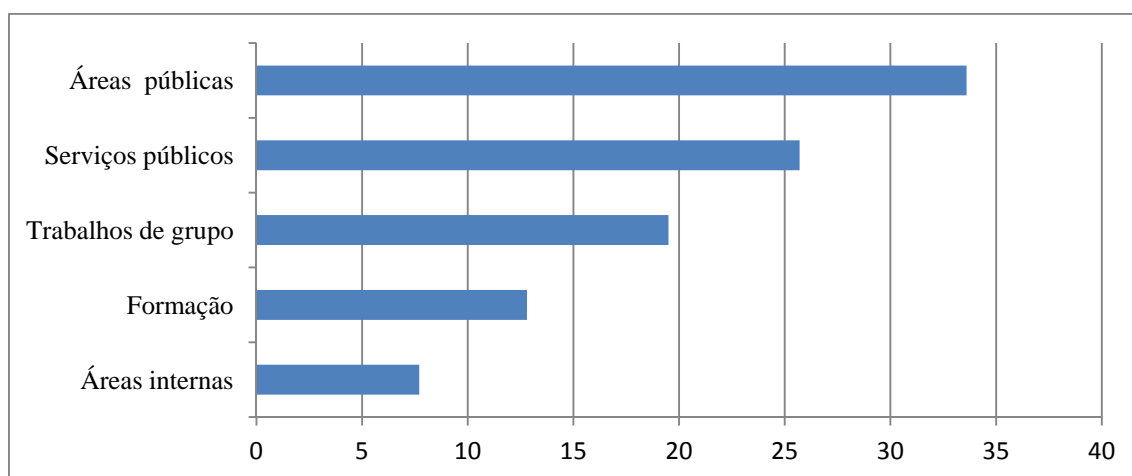
Gráfico nº 37 – Adequação da Dimensão da Biblioteca



A maioria dos bibliotecários, 63,3% considera a dimensão da sua biblioteca adequada. No entanto, há um número significativo de 36,7%, que corresponde a cerca de um terço dos bibliotecários, que considera a dimensão desadequada. Procurando saber a razão do desacordo, verificamos que neste universo dos que a consideram desadequada, a esmagadora maioria de 93,3% entendem que deveria ser maior. Apenas 6,7% são da opinião que deveria ser menor.

Existe um entendimento generalizado, entre os bibliotecários, de que o programa-tipo das bibliotecas se manifesta limitado para o conjunto das necessidades e dos serviços que são solicitados às unidades municipais, e que o espaço tende a não corresponder ao impacto local produzido por este tipo de equipamento.

Gráfico 38 – Avaliação dos Espaços na Biblioteca



Na sequência da perceção da insuficiência de espaço da biblioteca, os bibliotecários indicaram um largo conjunto de espaços que consideram fazer falta. Esses espaços identificados, foram agrupados com critério de arrumação lógica sem perda de coerência. Decidiu-se para melhor perceção dividi-los em cinco grupos. Um dos espaços respeita à necessidade de áreas públicas (uso comum dos utilizadores), correspondendo a 33,6% das respostas. Neste grupo consideramos espaços para exposições, cafeteria/bar/restaurante, auditório, área polivalente, não obstante o programa tipo das bibliotecas da RBNP contemplar um espaço deste formato, e ainda áreas de lazer não definidas.

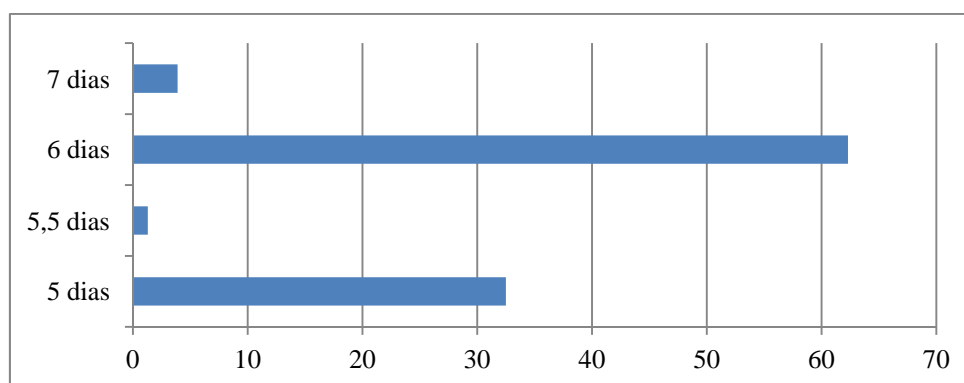
O segundo grupo que recolheu 25,7% do total das respostas, é relativo à necessidade de serviços públicos. Neste conjunto foram agrupadas as áreas para estudo, multimédia, áreas para jovens adultos e para leitura apoiada.

O terceiro grupo que recebeu significativa percentagem de respostas, 19,5% do total, é relativo à criação de espaços para trabalhos em grupo nas bibliotecas. Esta resposta ajusta-se ao facto do perfil das bibliotecas de leitura pública se encontrarem muito procuradas pelo público das escolas secundárias que, uma maioria das vezes, procura nas bibliotecas municipais resposta à satisfação das necessidades escolares. Em nosso entender, o desenvolvimento das bibliotecas escolares será determinante na possibilidade de alteração desta tendência e reorientação das bibliotecas públicas para os públicos generalistas e não escolarizados.

O quarto grupo de espaços sentidos como necessários pelos bibliotecários, correspondendo a 12,8%, é o que respeita à formação. Este resultado parece-nos ser um reflexo da necessidade de intervenção cívica por parte dos bibliotecários; manifesta um sentido progresso quanto à perceção de prestação de serviços que atualmente compete à biblioteca, para além do tradicional do serviço de fornecimento de leitura.

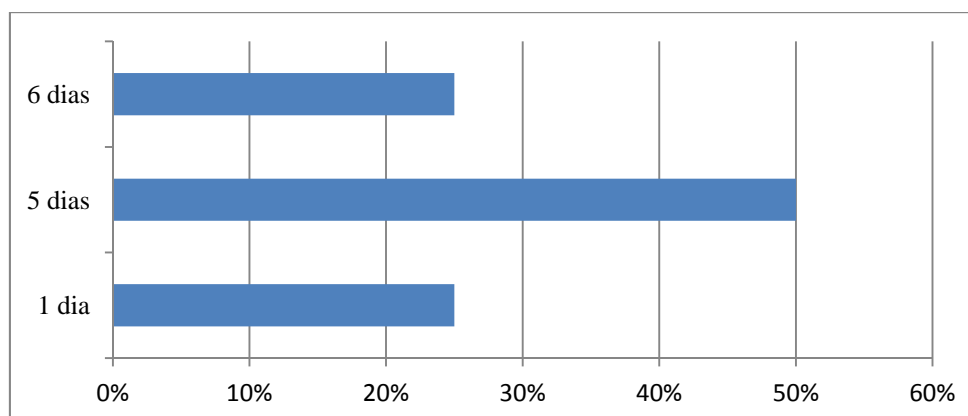
Finalmente, existe um quinto grupo, com apenas 7,7% de respostas, que insiste na necessidade de áreas internas de depósito, arrumação e apoio aos recursos humanos. Por seu lado, as opiniões são satisfatórias quanto à área dos serviços técnicos as bibliotecas.

Gráfico nº 39 – Número de Dias de Abertura da Biblioteca



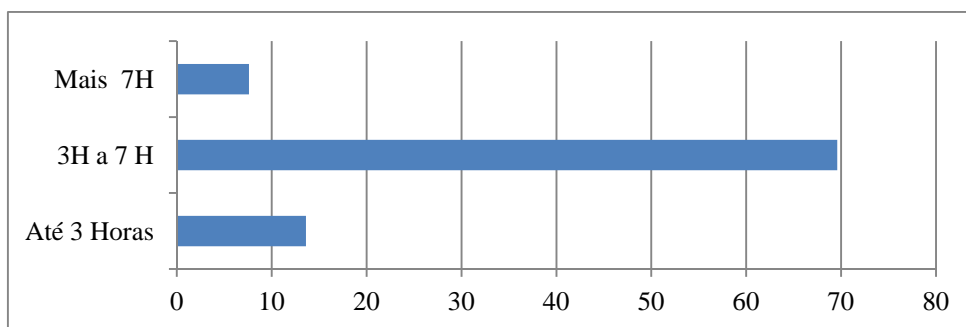
A maioria das bibliotecas da RNBP abre seis dias por semana; o que significa que não se limitam aos dias úteis de segunda a sexta-feira, mas disponibilizam os seus serviços num período de tempo mais alargado que inclui, regra geral, o sábado. Estão neste grupo 62,3% das bibliotecas. Há ainda um pequeno grupo de unidades que abre cinco dias e meio por semana - 1,3% -, e as que abrem todos os dias são apenas 3,9% do total. As bibliotecas que abrem nos cinco dias úteis representam 32,5% cerca de um terço do universo de bibliotecas públicas.

Gráfico nº 40 – Número de Dias de Abertura no Período das 20 às 24 horas



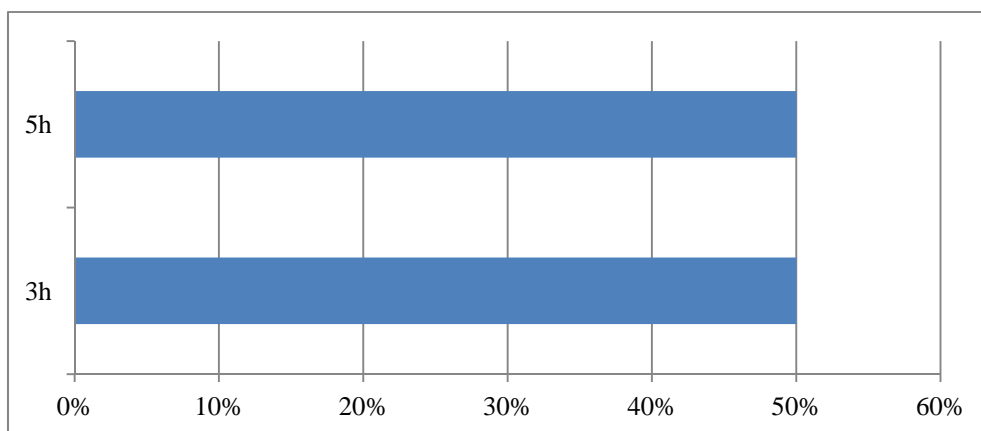
A generalidade das bibliotecas abre no período pós-laboral, compreendido das vinte horas às vinte e quatro horas. Metade delas abre cinco dias por semana, conforme adiantamos. Das restantes 25% do total abre seis dias, e outros 25% do total abre apenas um dia por semana neste horário de final de dia.

Gráfico nº 41 - Horas de Abertura ao Sábado



Uma maioria alargada das bibliotecas municipais que abre ao sábado - 69,9% do total, e cumpre uma jornada de trabalho entre as três e as sete horas. Com um período de abertura reduzido ao sábado, que vai até às três horas, encontram-se 13,6% das bibliotecas. No entanto, 7,6% do total das unidades praticam um horário que ultrapassa a jornada habitual de trabalho, achando-se abertas mais de sete horas.

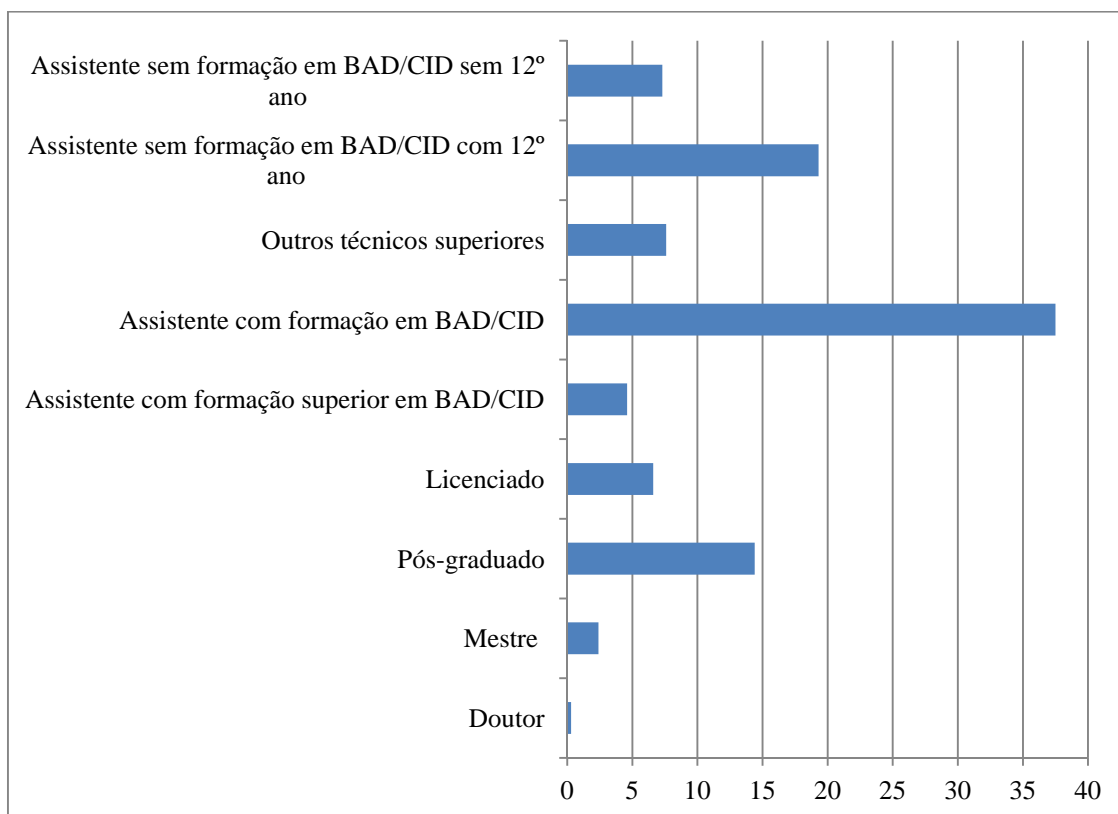
Gráfico nº 42 - Horas de abertura ao Domingo



Verificamos ainda que o universo de bibliotecas que abrem ao domingo divide-se em dois grupos iguais, ou seja, com 50% do total. Estas são bibliotecas que disponibilizam os serviços à comunidade naquilo que entenderão ser os “horários convenientes para os utilizadores”⁷² no espírito do Manifesto IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas de 1994. Destas, metade abre três horas e a outra metade abre cinco horas no mesmo dia.

⁷² Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas, 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>

Gráfico nº 43 – Formação dos Recursos Humanos nas Biblioteca Públicas



A importância da qualificação dos RH é claramente expressa desde o início do projeto de RNBP. É consensual a questão da formação dos recursos humanos como fator essencial ao bom desempenho da Biblioteca Pública. O relatório de Moura (1986) já considerava ser condição necessária para o estabelecimento do contrato-programa entre o governo e as autarquias, a existência de bibliotecário diplomado. A preocupação da DGLB com este requisito favorável às bibliotecas públicas é referida por Oleiro e Heitor (2010) que menciona o cumprimento das recomendações quanto a técnicos superiores em 73% das BM1, em 25% das BM2 e 58% das BM3. No entanto, as mesmas autoras salientam que “a grande maioria das bibliotecas possui técnicos profissionais de Biblioteca e Documentação em número inferior ao recomendado pela DGLB” (Oleiro e Heitor 2010: 5).

De igual modo, as bibliotecas públicas da RNBP contam já com profissionais doutorados, ainda que num valor percentual inexpressivo de 0,3% do total dos recursos humanos. O número de mestres em CID é bastante superior, aproximando-se dos 2,4%,

mas ainda longe dos Técnicos Superiores Pós-Graduados com 14,4% do total, como resultante da tradicional formação dos bibliotecários.

Mais recentemente, com a formação universitária pós-Bolonha, começaram a chegar às bibliotecas públicas os licenciados que representam já 6,6% do total, valor bastante superior ao dos mestres (2,4%).

Podemos, assim, constatar que na fase posterior à formação única do Pós-Graduado, Bolonha não resultou tanto no aumento das qualificações académicas dos bibliotecários, mas promoveu um aumento maior de bibliotecários com habilitações inferiores ao que se consignava como padrão até então –a formação pós-graduada. As bibliotecas possuem ainda a significativa percentagem de 4,6% de assistentes com formação superior em Ciência da Informação. e quase tantos assistentes com formação superior em CID quanto o número de licenciados.

O ingresso nas bibliotecas de bibliotecários possuidores apenas da licenciatura (6,6%), mais os assistentes com formação superior (4,6%), atinge o valor expressivo de 11,2%, que os aproxima dos Pós-Graduados (14,4%).

Na consideração de que a formação pós-graduada foi, durante mais de trinta anos, a usual formação dos bibliotecários, o recente ingresso de doutores (0,3%) e de mestres (2,4%) não compensa a diminuição da formação com a admissão dos licenciados que regista (6,6%). Deste modo, podemos dizer que houve um recuo quanto ao nível de qualificação dos recursos humanos pós-Bolonha.

Independentemente das categorias em que se encontram, e apesar de um considerável número de bibliotecas não cumprirem nesta matéria as recomendações da DGLB, o rácio de bibliotecários com formação específica aproxima-se do critério estabelecido pelas IFLA/*Guidelines*.

As bibliotecas públicas portuguesas possuem atualmente 37,5% de assistentes com formação específica em CID, o que constitui pouco mais de um terço dos recursos humanos nas bibliotecas da RNB.

O grupo dos assistentes sem formação em CID é de 26,6%, podendo ser dividido em dois sub-grupos: os que possuem o décimo segundo ano de escolaridade, grupo que é

maioritário com 19,3%, e o grupo que não possui o décimo segundo ano de escolaridade que atinge o valor percentual de 7,3%.

Globalmente considera-se que os recursos humanos da RNBP estão agrupados em três terços de valores relativamente idênticos: o terço dos Técnicos com Formação Superior 28,3%, o terço dos Técnicos Assistentes com formação em CID - 37,5% e o terço dos Assistentes sem Formação - 34,2%.

A especial atenção que colocamos neste aspeto da nossa investigação deve-se à importância que lhe é conferida pelas linhas de orientação da IFLA/UNESCO (2001), onde claramente se afirma que o pessoal de biblioteca é um recurso de importância vital para garantir o funcionamento, sem o qual não é possível fornecer um serviço de qualidade à comunidade, sendo imprescindível possuir pessoal com formação adequada. De acordo com o mesmo documento, um bibliotecário qualificado é um profissional detentor de formação em Biblioteca e Informação ao nível da licenciatura ou da pós-graduação.

“A lista seguinte inclui alguns dos deveres do bibliotecário qualificado:

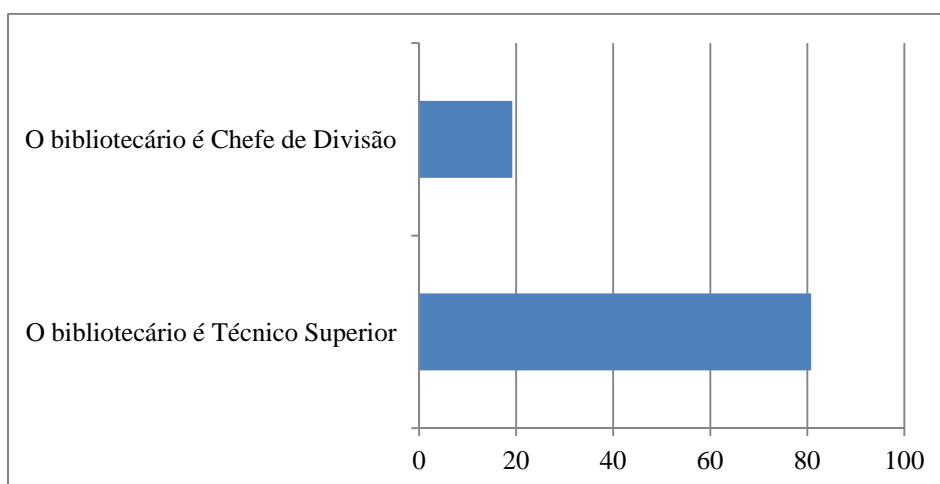
- análise das necessidades de recursos e de informação da comunidade,
- formulação e execução de políticas para o desenvolvimento do serviço,
- planeamento de serviços destinados ao público e participação na sua prestação,
- recolha e apresentação de informação,
- resposta a perguntas nas áreas de referência e informação, recorrendo ao material apropriado,
- apoio aos utilizadores na utilização dos recursos da biblioteca e da informação,
- desenvolvimento de serviços para satisfazer as necessidades de grupos especiais, tais como o público infantil,
- criação e manutenção de bases de dados para satisfazer as necessidades da biblioteca e dos seus utilizadores,
- conceção de serviços de biblioteca e de informação para satisfazer as necessidades do público,
- desenvolvimento de políticas e sistemas de aquisição dos recursos das bibliotecas,

- gestão e administração dos sistemas da biblioteca e de informação,
- catalogação e classificação de materiais da biblioteca,
- promoção dos serviços da biblioteca,
- . avaliação dos serviços e sistemas da biblioteca e medição do seu desempenho,
- seleção, avaliação, gestão e formação de pessoal,
- gestão do orçamento,
- planeamento estratégico,
- participação no planeamento da conceção e organização do espaço em bibliotecas novas e remodeladas e em bibliotecas itinerantes,
- atualização pessoal nos desenvolvimentos correntes nas áreas dos serviços de biblioteca e de informação, incluindo tecnologias relevantes.” (IFLA/UNESCO 2001: 89-90).

A extensa lista das funções do bibliotecário justificam a preocupação que se coloca na sua formação e não podem deixar de merecer a atenção de quem tem responsabilidade nas políticas bibliotecárias e na constituição das redes de bibliotecas. Esta preocupação está presente nas considerações de Oleiro e Heitor (2010) quando se refere à falta de cumprimento das recomendações da DGLB por parte dos municípios detentores de bibliotecas públicas da RNB.

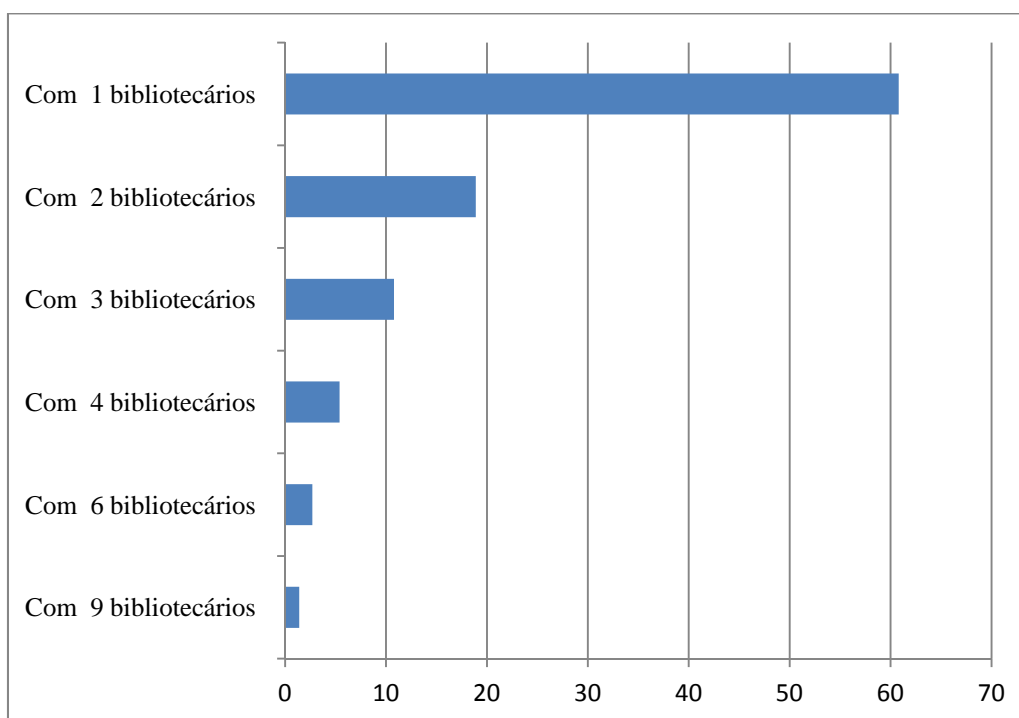
“Os objetivos de base da biblioteca pública consistem em providenciar recursos e serviços através de meios variados para dar resposta às necessidades de indivíduos e grupos nas áreas da educação, informação e desenvolvimento pessoal, incluindo a recreação e o lazer.” IFLA/UNESCO (2001)

Gráfico nº 44 – A Posição do Bibliotecário na Estrutura Municipal



A importância da biblioteca na estrutura municipal e a capacidade de decisão deste equipamento também depende do posicionamento institucional que o bibliotecário tem na estrutura municipal. Verificamos que a grande maioria de bibliotecários, 80,8%, possui a categoria de técnico superior e que apenas, 19,2%, é chefe de divisão.

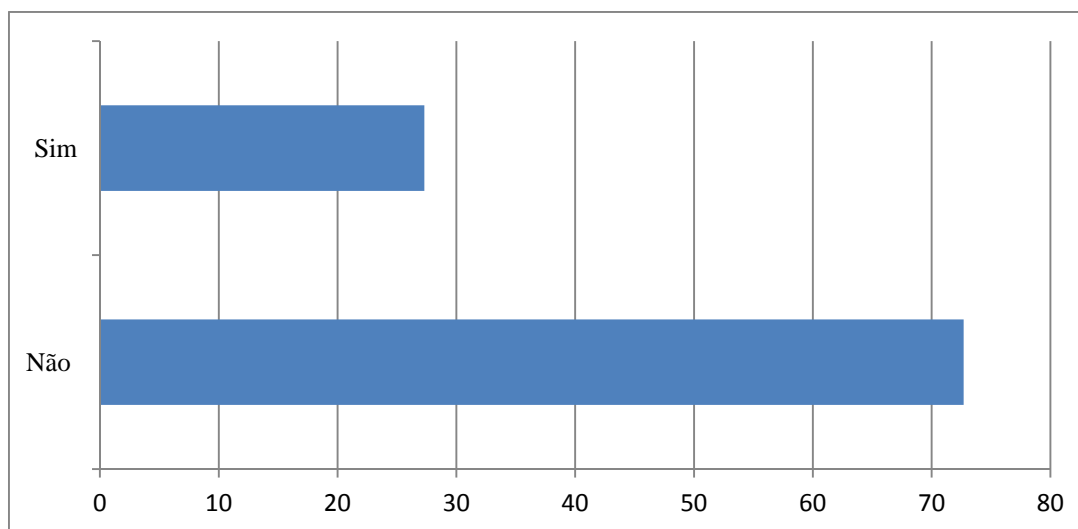
Gráfico nº 45 – Número de Bibliotecários por Biblioteca



A generalidade das bibliotecas portuguesas possui apenas um bibliotecário, 60,8% das unidades. O número de bibliotecas com mais do que um bibliotecário baixa

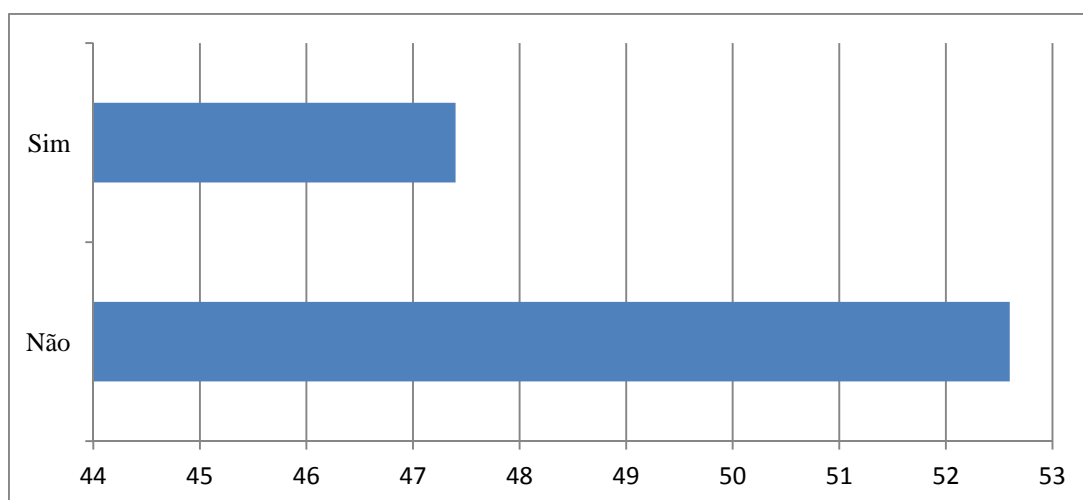
substancialmente. Com dois bibliotecários encontram-se apenas 18,9% do total de bibliotecas. O número de bibliotecas baixa energicamente para 10,8% nas unidades que possuem três bibliotecários. As bibliotecas que têm quatro bibliotecários representam apenas 5,4%. Com seis bibliotecários encontram-se 2,6% de unidades. Finalmente, com nove bibliotecários regista-se um total de 1,4% das bibliotecas.

Gráfico nº 46 - Condições Financeiras da Biblioteca para o Cumprimento da Missão



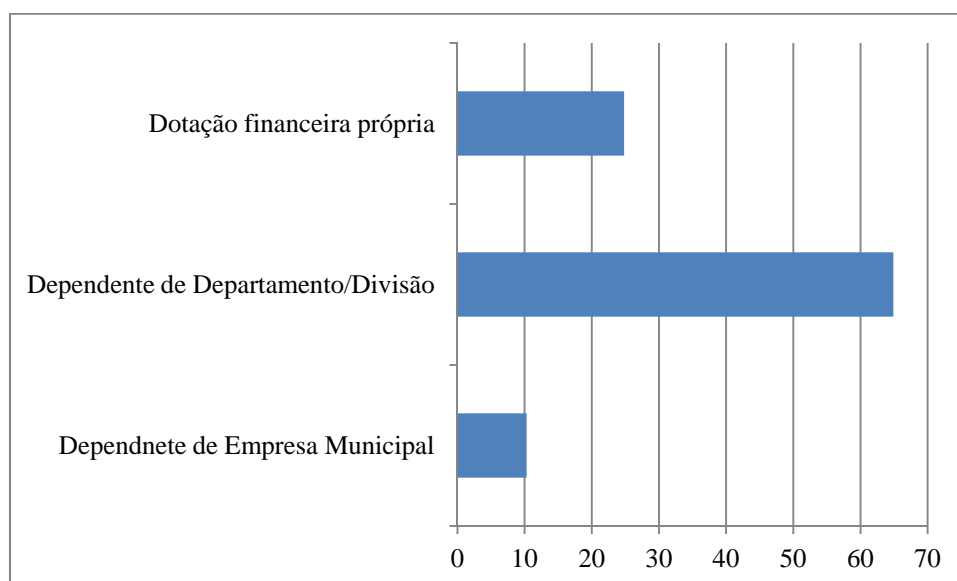
As opiniões são maioritariamente negativas, com um valor de 72,7% de respostas, que considera a falta de condições financeiras necessárias ao cumprimento da missão. Somente 27,3% dos bibliotecários são favoráveis à opinião de que a biblioteca tem condições financeiras suficientes para o desempenho cabal da sua missão. Por comparação, relembramos que um número assinalável dos autarcas considera que a biblioteca tem condições financeiras para o cumprimento da sua missão - 47,8%. Constata-se igualmente que os autarcas que concordam com a posição maioritária dos bibliotecários representam uma maioria de 52,2%, havendo neste aspeto concordância entre a opinião política e a técnica.

Gráfico nº 47 - Recursos Humanos para o Cumprimento da Missão



Pelo contrário, os bibliotecários consideram, maioritariamente, (52,6% do total), não haver na biblioteca recursos humanos necessários para o cumprimento da missão. A resposta positiva foi, no entanto, de 47,4%. Neste aspeto, os bibliotecários apresentam uma resposta menos positiva se comparada com a dos autarcas. Conforme referimos, estes responderam, numa maioria de 62,2%, que a biblioteca tinha os recursos humanos suficientes. Os técnicos, muito naturalmente, são mais sensíveis e exigentes quanto a este aspeto.

Gráfico nº 48 – Origem dos Recursos Financeiros da Biblioteca



As bibliotecas têm em 24,8% dos casos dotações financeiras próprias. Em 64,9% das ocorrências dependem da dotação conjunta da estrutura superior, a Divisão e o Departamento Municipal. Desta forma, a capacidade de decisão da biblioteca fica mais reduzida por terem de partilhar os recursos, e, eventualmente, negociar a sua utilização em concorrência com outros serviços da mesma divisão. Mas nem todas as bibliotecas da RBNP dependem financeiramente da autarquia. O modelo de gestão autárquica que se apoia em empresas municipais, fundações e outras formas de gestão, recai sobre 10,3% das bibliotecas. Podemos dizer que um décimo das bibliotecas terá uma gestão que não é especificamente municipal.

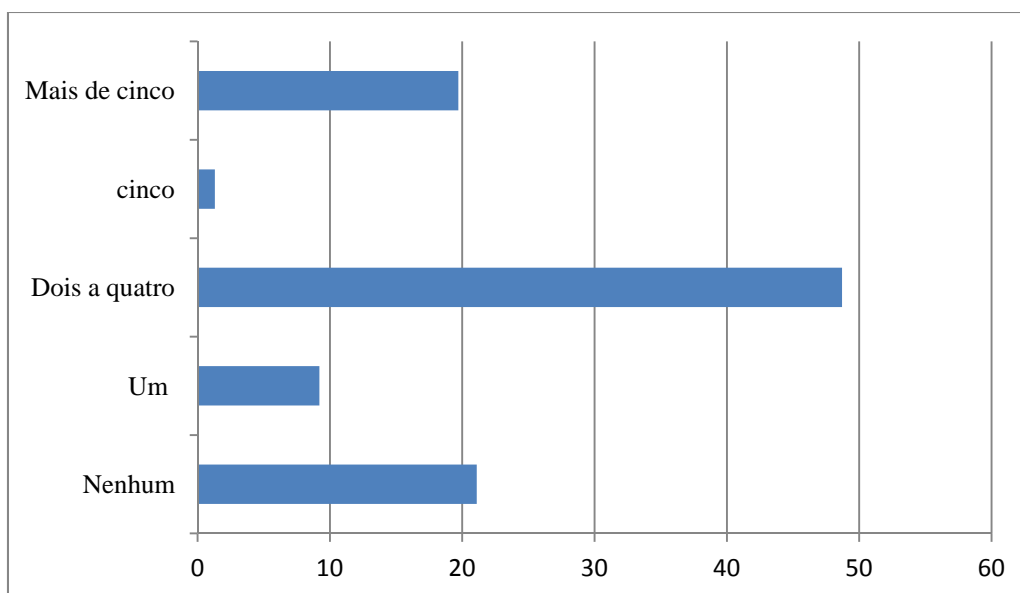
Do ponto de vista da autonomia de decisão do bibliotecário, a dotação não corresponde na totalidade à sua capacidade de decisão. Se por um lado, cerca de um quarto das bibliotecas possui financiamento claramente definido, a realização das atividades por decisão autónoma do bibliotecário baixa para 16,7%. Nas outras situações a aprovação das atividades tem de ser sancionada caso a caso pelos agentes autárquicos juntamente com o pelouro da biblioteca.

A capacidade de autonomia de gestão torna-se importante para a biblioteca para que esta possa vir a desenvolver as múltiplas atividades com recursos próprios. Ora o que se verifica é que, com frequência, a biblioteca tem necessidade de efetuar aquisições de serviços. O cumprimento da missão e a prestação dos serviços à comunidade são também executados com o recurso à aquisição externa de serviços. A aquisição de serviços de *software* pelas bibliotecas representa 58,4% do total dos serviços adquiridos. A compra de serviços externos no domínio técnico documental é bem menos representativa, contando apenas com 5,1% do total. O que se compreende, porque a cultura bibliotecária tem sido a de desenvolvimento do trabalho técnico-documental autónomo. Isto só é possível pela disponibilidade nas unidades de pessoal com formação de BAD/CID. Regra geral, as tarefas técnico-documentais, v.g. a catalogação, classificação, indexação *et al.* são executadas com recursos próprios, denunciando, neste âmbito, a competência técnica existente nas bibliotecas.

Os setores da promoção da leitura e animação, bem como outros serviços têm valores de aquisição muito próximos. Os serviços de promoção da leitura são comprados por

49,9% das bibliotecas. Os serviços de animação são adquiridos por 50% das unidades da RNBP.

Gráfico nº 49 – Contactos com a DGLB



Cerca de metade das bibliotecas estabeleceu contactos técnicos com a DGLB no ano anterior, pelo menos entre duas a quatro vezes 48,7%. As bibliotecas que efetuaram mais de cinco contactos com a rede são num total percentual de 19,7% e com cinco contactos foram 1,3%. Verificamos que a maioria das bibliotecas da RNBP tem contactos frequentes com o organismo de apoio técnico da rede. Somente 9,2% do total teve apenas um contacto. Ainda assim registam-se um elevado número de 21,1% de bibliotecas que não tiveram qualquer contacto com a DGLB.

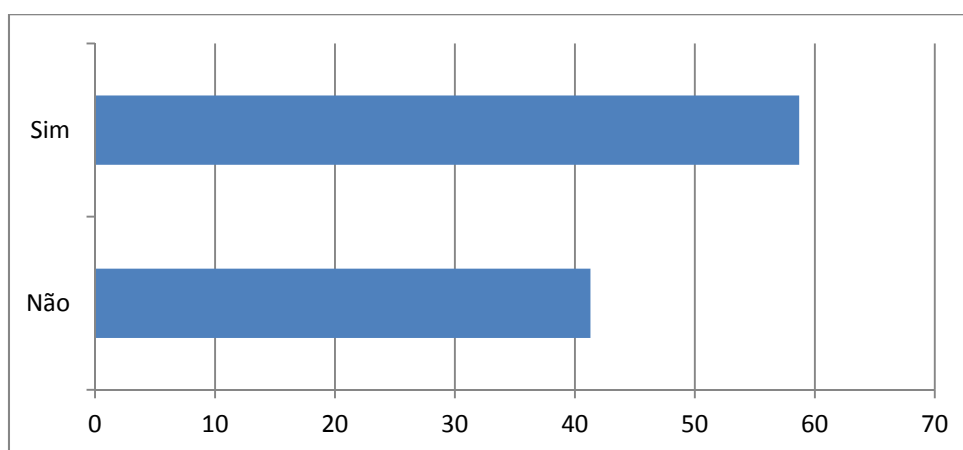
Os contactos com a DGLB, por parte das bibliotecas, não se limitam a informações e pareceres técnicos. Aliás, aqueles, no ano de 2011, foram apenas indicados por 3,7% das bibliotecas respondentes. Igual valor foi indicado para uma das mais importantes funções da DGLB, que é o estabelecimento de contratos de ampliação e renovação de bibliotecas. A maior parte dos apoios da DGLB, no referido ano, às bibliotecas consistiu na oferta, divulgação e organização de eventos e/ou atividades, correspondendo a 22,2% das respostas obtidas. O concurso nacional de leitura foi a atividade que a DGLG apoiou a 7,4% das bibliotecas. Outras apoios concedidos pela DGLB ocupam 3,7% das respostas, mormente de bibliotecas onde disponibilizada rede de internet wireless,

formação e material gráfico. No entanto, há ainda 14,8% de bibliotecas que não indicaram qualquer apoio recebido no último ano.

Em qualquer momento da sua atividade as bibliotecas respondentes afirmaram que os diversos tipos de apoio recebidos da DGLB foram essencialmente para a organização do catálogo das bibliotecas (25,6%). Um quarto das bibliotecas já tiveram este tipo de apoio, significando que a maioria das bibliotecas tem competências técnicas suficientes para garantir o desenvolvimento de umas das mais importantes atividades da biblioteca.

Os apoios maioritários da DGLB dirigem-se para a promoção da leitura, apoio que se verificou em 80,5% das bibliotecas, para as atividades de animação representando 68,8% das respostas obtidas. Na área da formação, os recursos humanos registaram apoio em 44,2% dos casos e a formação de públicos com 39,5% da rede de bibliotecas públicas municipais. No âmbito das atividades relacionadas com a sociedade da informação, informatização de serviços, instalação de internet, 59% das bibliotecas tiveram este tipo de apoio.

Gráfico nº 50 – Rede de Conhecimento das Biblioteca Públicas

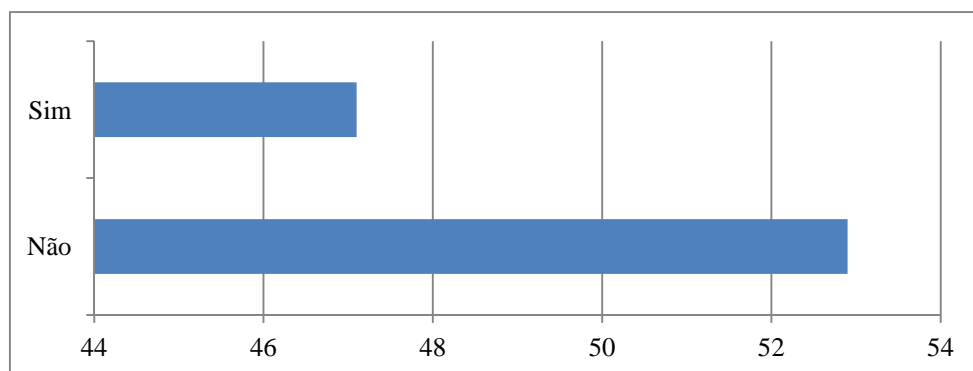


A Rede de Conhecimento das Biblioteca Públicas (RCBP)⁷³ é uma iniciativa da DGLB desenvolvida em parceria com os municípios. O objetivo da RCBP é o de disponibilizar

⁷³ Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas. Disponível em: <<http://rcbp.dglb.pt/pt/Paginas/default.aspx>>.

recursos e serviços para as bibliotecas. Pretende igualmente fomentar o diálogo e a cooperação entre as bibliotecas. Esta iniciativa visa a consolidação da RNB. Uma maioria alargada das bibliotecas públicas afirma ter já usufruído deste recurso - 58,7% do total; ou seja, a iniciativa de reforço da rede atingiu mais de metade do universo das bibliotecas da rede.

Gráfico nº 51 – Uniformização do Regulamento entre as Bibliotecas da RNB

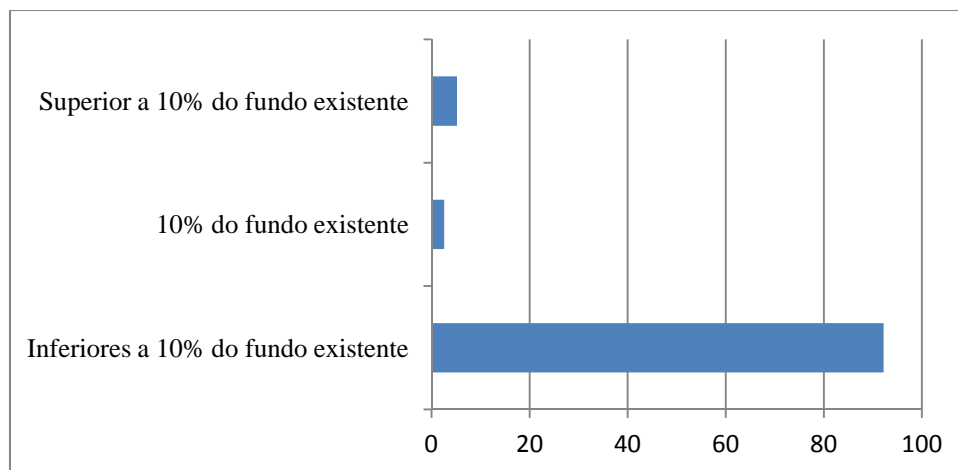


Os programas-tipo das bibliotecas públicas portuguesas apresentam critérios uniformes quanto às áreas, equipamentos, serviços e orientações para o funcionamento das unidades. As bibliotecas usam as mesmas ferramentas e linguagens de tratamento documental – a conhecida Classificação Decimal Universal (CDU) –, para além das cotas e a sinalética idênticas. No entanto, quanto à uniformização do regulamento por outras bibliotecas, somente 47,1% das bibliotecas respondeu positivamente. O esforço de uniformização do regulamento ainda falta fazer em 52,9% das bibliotecas da RNB. Esta uniformização traria enormes vantagens para a identificação da informação pelo utilizador e, naturalmente, facilitaria o trabalho dos profissionais. De facto, como sabemos, a uniformização de regulamento entre bibliotecas pressupõe uma maior ação em modelos *standards* e promove a maior cooperação entre elas.

Quanto à cooperação interbibliotecas obtivemos os valores que a seguir apresentamos. A atividade de cooperação das bibliotecas é atualmente realizada de forma informal e acordada entre os bibliotecários em 70,8% dos casos. A cooperação suportada por protocolos representa 40,6% das bibliotecas. Na realidade atual um pouco mais de metade (54,5%) das bibliotecas públicas desenvolve isoladamente as suas atividades. As que integram associações são apenas 33,3% do universo das bibliotecas da RNB.

Neste âmbito, tendo em conta os valores obtidos, pensamos que ainda há muito caminho a percorrer.

Gráfico nº 52 – Atualização do Fundo Documental



A atualização do fundo documental é crucial numa biblioteca pública. Ela determina o permanente interesse e reconhecimento na biblioteca como o espaço de novidade e renovação da informação. É a garantia de que a biblioteca não se desatualiza, quer do ponto de vista científico, quer do ponto de vista literário. É do conhecimento geral da população que o conhecimento científico se desatualiza, em média, metade a cada cinco anos. O mesmo é dizer que o conhecimento científico se renova a cada dez anos. As bibliotecas públicas não podem estar alheias a este ritmo de renovação da ciência e terão de acompanhar este processo de renovação acelerado pela atual Sociedade do Conhecimento.

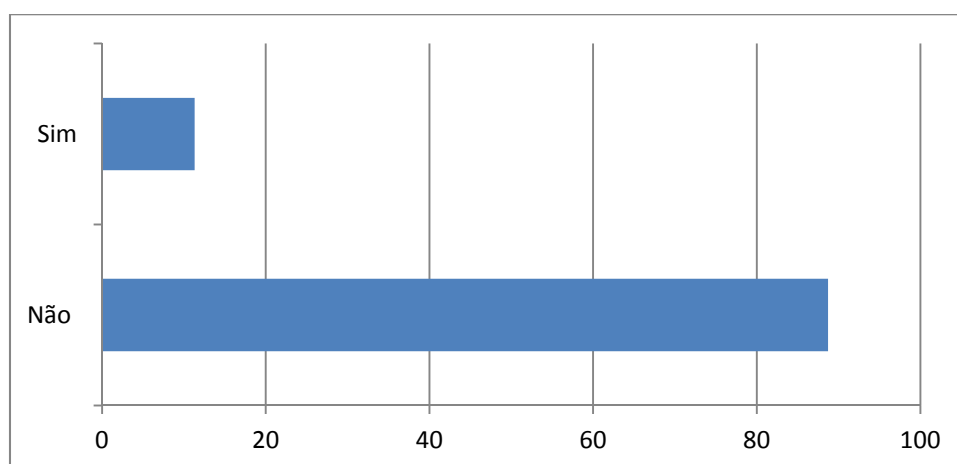
As *Guidelines* da IFLA para o desenvolvimento dos serviços de biblioteca públicas têm um valor de referência para a atualização dos fundos documentais que aponta para os 10% dos fundos existentes nas bibliotecas. O valor de 10% apresentado pela IFLA é corroborado pelos estudos de Price (1965) que, nos estudos que produziu de Bibliometria, sugere que a cada ano aproximadamente 10% de todos os artigos deixam de ser citados e que por esse motivo “*morrem*”.

Verificamos que a generalidade das bibliotecas da RNBP (92,2%) procede a aquisições para atualização do acervo documental num valor inferior a 10% do fundo existente na

biblioteca. As bibliotecas que cumprem o rácio estão nos 2,6% do universo das bibliotecas públicas e apenas 5,2% superam o padrão internacional de atualização dos fundos. Estes resultados confirmam e vão no mesmo sentido da apreciação de Oleiro e Heitor (2010) que, à data da publicação, dispunham de dados até ao ano 2007 e afirmavam que a maioria das bibliotecas da RNBP não cumpria o número de aquisições anuais recomendados pelo programa da DGLB.

Para efeitos de comparação, indicamos seguidamente as recomendações de aquisição e renovação indicadas no programa da RNBP. Para as BM1, com um fundo documental inicial de quinze mil e setecentos documentos (15 700), são previstos mil e setecentos (1700) documentos adquiridos anualmente. Para as BM2, com um fundo inicial de trinta e sete mil documentos (37000), as aquisições anuais previstas são de três mil e quatrocentos (3400) documentos. E, finalmente, para as unidades de tipo BM3, o fundo inicial será de cinquenta e um mil e quinhentos documentos (51500), para os quais se pede uma aquisição de anual de quatro mil e quinhentos (4500) documentos⁷⁴.

Gráfico 53 – Avaliação de Desempenho com Utilização da ISO 11620



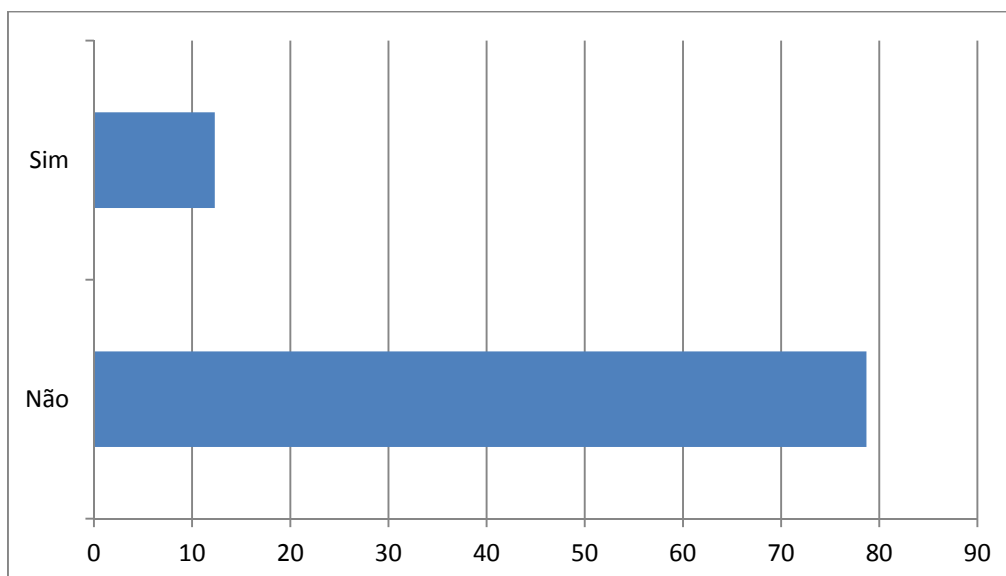
A norma ISO 11620 é a ferramenta indicada para a avaliação de desempenho em bibliotecas. O seu principal objetivo é apoiar o uso de indicadores de desempenho/performance em bibliotecas. Esta norma especifica as exigências de um

⁷⁴ De acordo com o Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas de 2001.

indicador de desempenho e estabelece o conjunto de indicadores a serem utilizados por todos os tipos de bibliotecas.

A resposta à avaliação de desempenho praticada pelas bibliotecas da RBNP revela que o uso da norma ISO 11620 não é uma prática corrente nas bibliotecas públicas portuguesas. As bibliotecas públicas têm prática de aplicação de algum tipo de avaliação em 86,8% dos casos registados, mas apenas 11,3% das bibliotecas aplicam a ISO 11620 na avaliação do seu próprio desempenho. No entanto, em 40% das bibliotecas públicas ela é usada para aplicação em alguns setores específicos da sua atividade, mormente para a avaliação de satisfação do utilizador em 75,3% dos casos. A avaliação de *outputs* ocorre em 40,8% das bibliotecas, e a avaliação de custos é feita por 58,9% das bibliotecas da RBNP. Na parte da norma ISO relativa especificamente ao desempenho dos profissionais, apenas 11,3% das bibliotecas o praticam.

Gráfico 54 – Gestão dos Recursos Financeiros

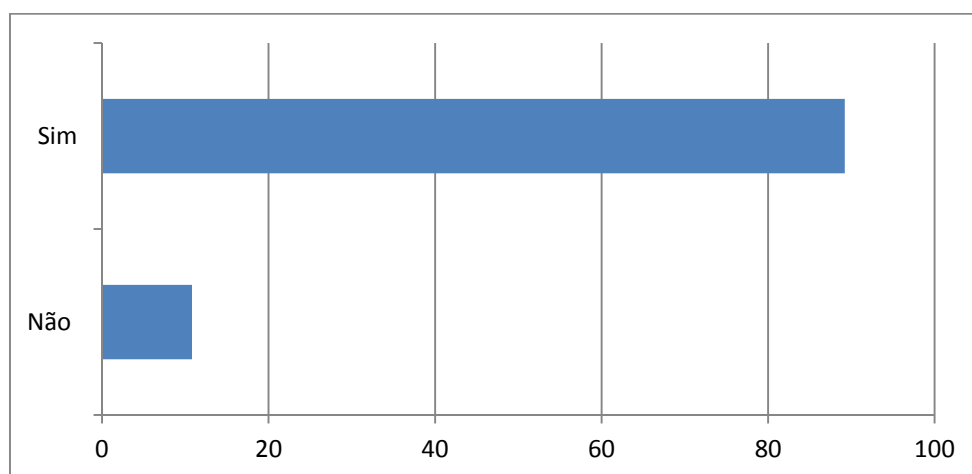


Não existindo a figura do diretor de biblioteca pública com a definição de competências legislada, o bibliotecário tem mais ou menos funções de gestão da biblioteca de acordo com as responsabilidades que lhe são permitidas pela autarquia.

A uma maioria dos bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas municipais de leitura pública está vedada a gestão financeira da mesma. Esta é uma função que é entendida

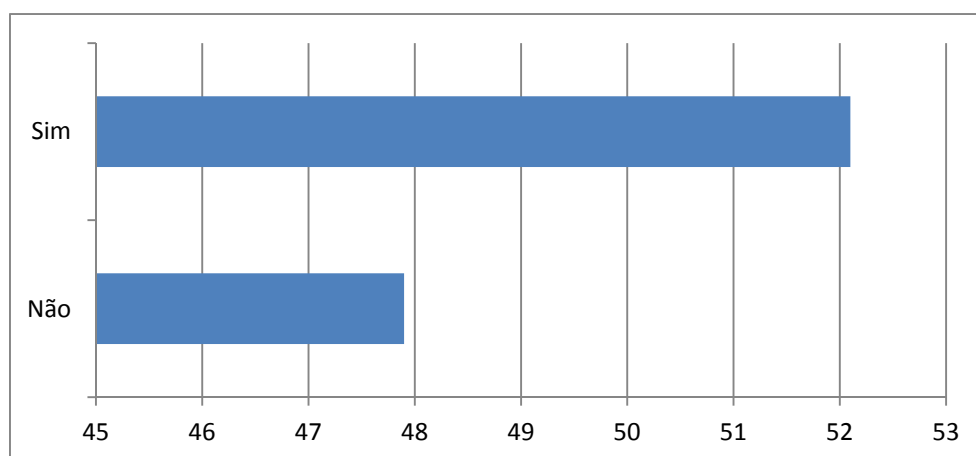
maioritariamente ser da competência dos autarcas e regista-se em 87,7% dos casos. Deste modo, a leitura pública mantém-se como uma área reservada e dependente de decisão política. Os bibliotecários atuam sob tutela política, e neste aspeto fica bem claro qual o órgão decisor! Apenas 12,3% das unidades detêm competência para a gestão dos recursos financeiros alocados à biblioteca.

Gráfico 55 – Gestão Técnica da Biblioteca



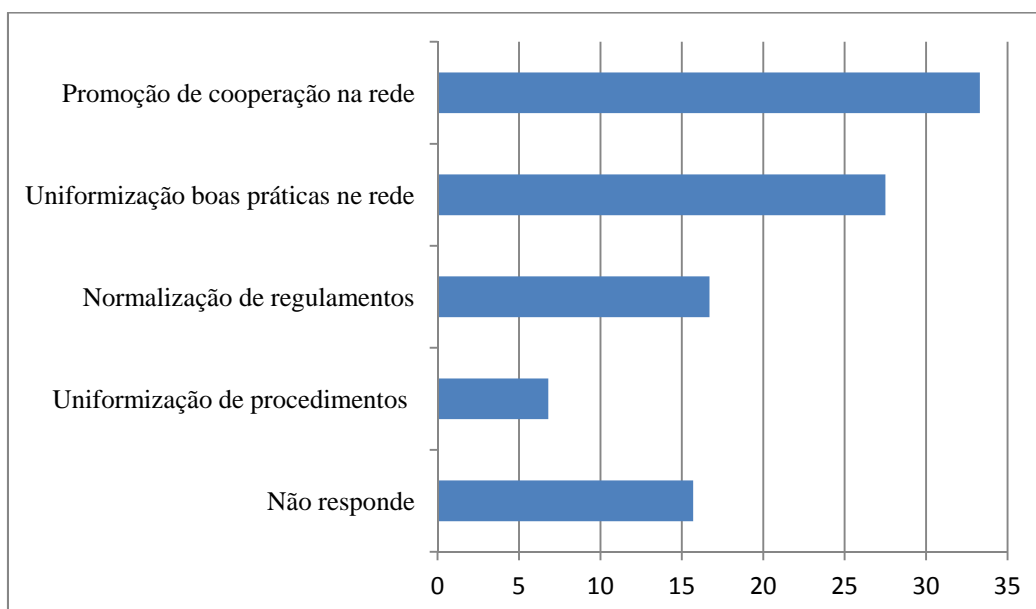
Como se verifica no gráfico anterior, a gestão técnica é maioritariamente entregue à responsabilidade dos bibliotecários. Eles são em 89,2% dos casos os efetivos responsáveis das unidades de informação. Na realidade trata-se do reconhecimento da sua efetiva competência técnica.

Gráfico 56 – Gestão dos Recursos Humanos



A gestão dos recursos humanos afetos às bibliotecas está, numa ligeira maioria, afeta ao bibliotecário. Esta situação ocorre em 52,1% dos casos. Numa parte significativa das unidades de informação os recursos humanos não são geridos pelos bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas municipais. É uma área da atividade de gestão dos recursos disponíveis de se divide entre a opção política e a opção técnica em partes quase iguais. No entanto, os bibliotecários são chamados em 68,5% dos casos a integrar júris de concurso para seleção de pessoal, mas apenas em 38,4% dos casos são os responsáveis pela escolha efetiva das suas equipas de trabalho.

Gráfico 57 – Apreciação Geral sobre a RNBP



A perceção da promoção da cooperação entre as bibliotecas da rede é sentida por 33,3% dos bibliotecários. Os que entendem que a DGLB fornece instrumentos de uniformização de procedimentos de boas práticas na rede são 27,5% do total. Quanto a terem orientação da DGLB no âmbito da normalização de regulamentos e normas de utilização da biblioteca apenas 16,7% respondeu afirmativamente. Somente 6,8% dos respondentes diz ter recebido orientação de uniformização de procedimentos de trabalho. Posto isto, constatamos que subsiste uma reduzida preocupação com a uniformização de boas práticas de trabalho, de regulamentos e normas nas bibliotecas, assim como de relacionamento com os públicos.

Questionados sobre as perceções técnicas dos bibliotecários quanto ao conjunto de medidas organizativas tendentes à melhoria dos serviços, as respostas foram no sentido de considerar a catalogação como a tarefa que mais recursos humanos consome. O mesmo livro é catalogado tantas vezes quantas as bibliotecas onde é integrado em catálogo. São 74,3% os bibliotecários que são sensíveis à existência de um serviço centralizado de catalogação, evitando a reprodução de operações técnicas. Já quanto à existência de um serviço de aquisição centralizada da bibliografia, a opinião baixa para 27,8% do total.

Parece haver uma manifesta vontade de uniformização de normas e procedimentos para 93,3% dos respondentes. Quanto à uniformização dos horários a percentagem de opiniões favoráveis é de apenas 24% do total. Os bibliotecários são, em 77% dos casos, favoráveis ao aumento dos recursos humanos de licenciados ou ainda mais graduados em CID/BAD nas bibliotecas.

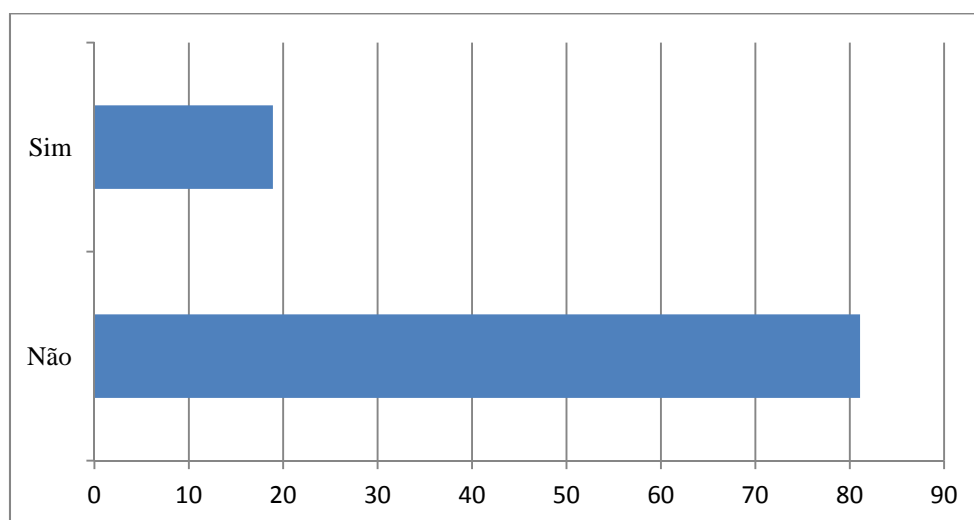
Estes índices corroboram a ideia da necessidade de competência especializada, traduzida em habilitações académicas dos bibliotecários. No entanto, a passagem do rácio de um bibliotecário por cada dois assistentes apenas é defendida por 47,2% dos bibliotecários. A sensibilidade técnica está muito presente na afirmação em 90% da taxa de renovação/atualização do fundo documental ser expressa em 10% da coleção.

Questionados sobre que vantagens veriam em tornar expressas em lei um conjunto alargado destas questões, responderam, em 81,3% dos casos, a institucionalização da figura do Diretor de Biblioteca. Uma maioria esmagadora de 98,7% dos inquiridos considera que a gestão dos espaços, dos recursos humanos e as questões técnicas deveriam ser obrigatoriamente da responsabilidade dos bibliotecários. Para 88% dos inquiridos uma lei de bibliotecas deveria consignar que o Diretor da Biblioteca deveria ser nomeado entre os especialistas em CID/BAD. É perceção entre 90,8% dos bibliotecários que a legislação deveria estabelecer o rácio de orçamento próprio para a biblioteca. A sensibilidade para que a exigência de obrigatoriedade dos recursos humanos serem especialistas em CID/BAD é partilhada por 98,7% dos respondentes. Para 93,4% dos bibliotecários uma lei para o setor deveria contemplar a dimensão e o rácio dos recursos humanos para as bibliotecas públicas. O volume de fundos, a sua

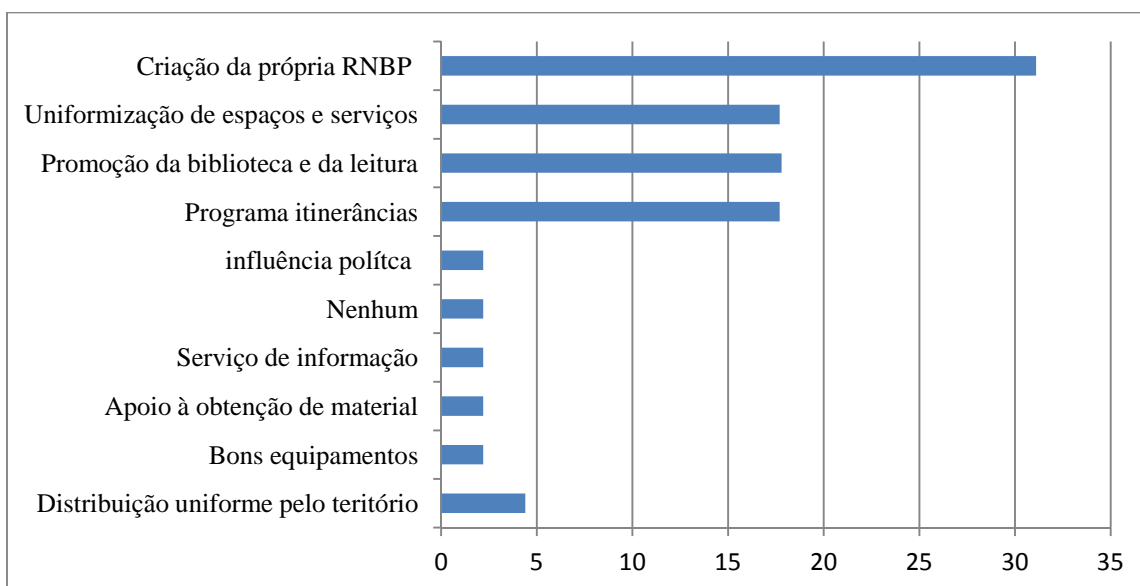
atualização/renovação da coleção deveria ser expressa em lei, na opinião de 94,8% dos inquiridos.

A maioria dos bibliotecários (62,7%) entende que o nível mínimo necessário de formação em CID/BAD para a figura do Diretor de Biblioteca pública é a Pós-Graduação em CID. A esta resposta não será alheio o facto de a grande maioria dos bibliotecários ter como formação académica e específica a Pós-Graduação. A importância que é dada à Pós-Graduação também é expressa nas respostas de 2,7% que indicam cumulativamente a Pós-Graduação com a Licenciatura ou o Mestrado. O número de bibliotecários que entende ser o grau de Mestre o adequado para a figura de Diretor de Biblioteca é de 13,3%, e os que apontam para o grau de Doutor são apenas 1,3%, refletindo estas duas últimas respostas, o número reduzido de profissionais da informação com os mais elevados graus académicos.

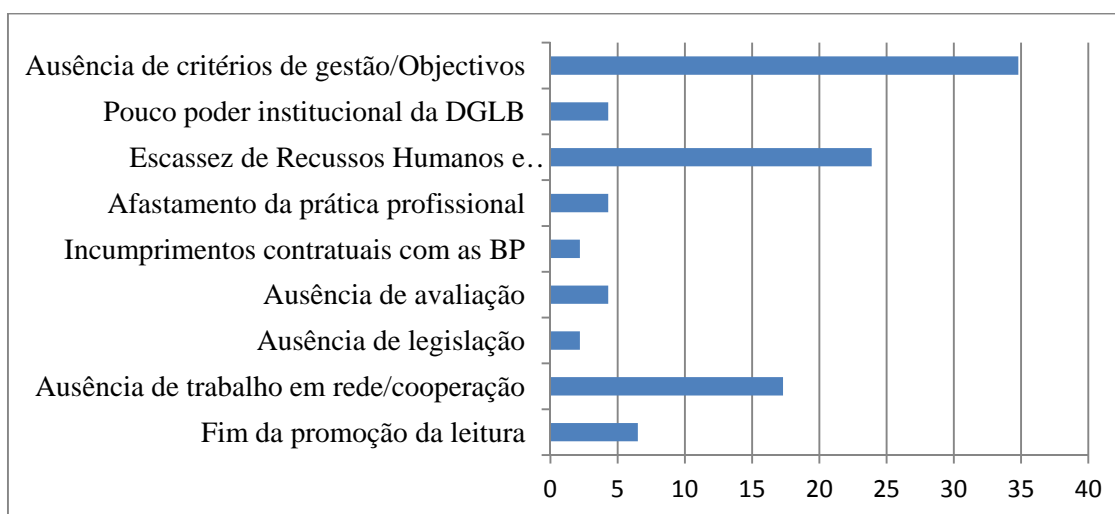
Gráfico 58 – Avaliação do Funcionamento em Rede



A esmagadora maioria dos bibliotecários, 81,1% do total, entende que as bibliotecas públicas não funcionam em rede. Somente 18,9% responde que a sua perceção é positiva em relação ao funcionamento em rede das Bibliotecas Municipais.

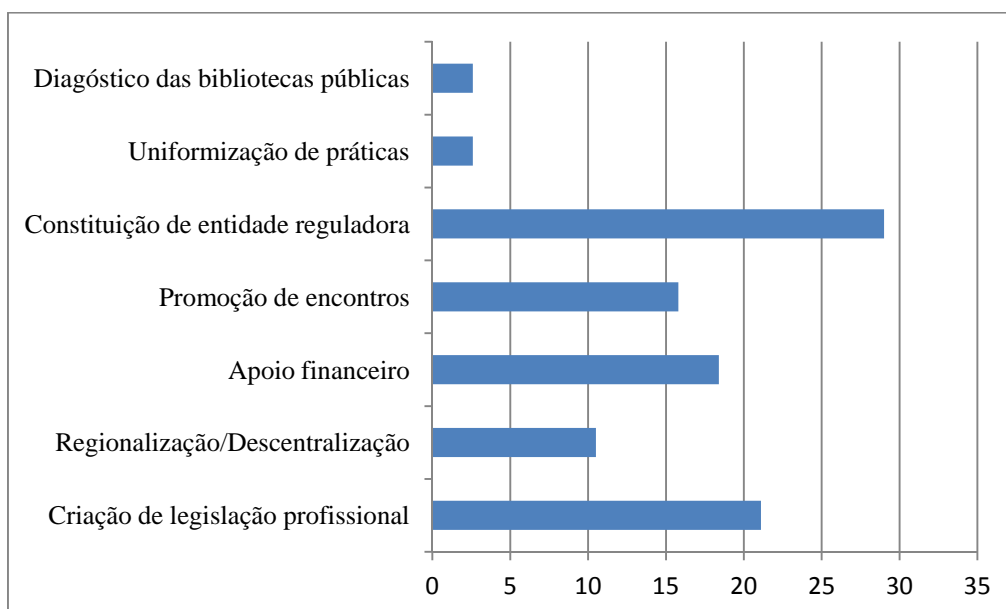
Gráfico 59 - Pontos Fortes da RNB

Instados a indicar o que consideram pontos fortes da RNB, os bibliotecários responderam 31,1% que seria a própria criação da rede de bibliotecas o seu ponto forte. A uniformização de espaços e serviços é apontada por 17,7% dos técnicos. Valor idêntico merece a promoção das bibliotecas e da leitura e o programa de itinerâncias. Com menor importância, apenas 2,2% do total, defendem como ponto forte da RNB a influência política, o serviço de informação prestado pela rede e os bons equipamentos, ou seja os edifícios. A distribuição uniforme das bibliotecas pelo território nacional é apontada como ponto forte por 4,4% dos técnicos, havendo, no entanto, 2,2% que não considera nenhum ponto forte.

Gráfico nº 60 - Pontos Fracos da RNB

Os pontos fracos que os técnicos apontam à rede são, nomeadamente: a ausência de critérios de gestão 34,8%, logo seguida da consideração sobre a escassez de recursos humanos e financeiros, com 23,9%, e ainda a ausência de trabalho em rede e consequentemente a dispersão por isso provocada nas bibliotecas em 17,3% dos casos. Em menor grandeza são apontados igualmente como pontos fracos: o fim das ações de promoção da leitura com um índice de 6,5%; o pouco poder institucional da DGLB, com 4,3% do total; o afastamento da prática profissional, em 4,3%; o incumprimento contratual com as bibliotecas públicas, em 2,2%; a ausência de avaliação da rede, em 4,3%; e, finalmente, a ausência de legislação com 2,2% do total.

Gráfico nº 61 - Medidas que Beneficiariam a Rede



Na perspetiva dos bibliotecários, as medidas que beneficiariam a rede nacional de bibliotecas públicas seriam a constituição de entidade reguladora para 29% do total. A promoção de encontros representa 15,8% do inquiridos, o apoio financeiro é realçado em 18,4% dos casos, a regionalização e a consequente descentralização política desce para 10,5% do total, e a criação de legislação profissional é realçada por 21,1% dos respondentes. Com muito menor expressão surge o diagnóstico das bibliotecas públicas e a uniformização de práticas com apenas 2,6% do total.

BALANÇO FINAL

Esta investigação principiou com a descrição e a análise das políticas bibliotecárias que enformam os sistemas bibliotecários internacionais. Assim, no primeiro capítulo da primeira parte foi efetuada uma panorâmica geral dos organismos internacionais salientando as respetivas competências e diretrizes e explicando como as políticas de informação se articulam com os sistemas bibliotecários modernos. Na primeira parte definimos o que se entende por política cultural e de informação bibliotecária na contemporaneidade, mormente desde os estudos de Paul Otlet e S. Ranganathan, produzidos nos finais do século XIX e primeiro quartel do século XX.

Ainda que alguns especialistas afirmem que as políticas bibliotecárias devem ser entendidas como o conjunto de decisões tomadas pelos poderes públicos, as principais fontes de produção de políticas bibliotecárias internacionais foram e continuam a ser, conforme salientamos, organismos de classe, v.g. a Federação das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas como a IFLA ou a EBLIDA, que produzem autonomamente diretrizes e programas ou são parceiros e consultores de organismos internacionais como a UNESCO.

Tal como constatamos ao longo do estudo apresentado, as bibliotecas e os sistemas bibliotecários, mormente no Ocidente europeu, desde início da época contemporânea, constituem alguns dos principais instrumentos de concretização das políticas culturais. A contemporaneidade concebe a Biblioteca como um meio privilegiado de promoção das políticas educativas, instrutivas e formativas do cidadão; dada a importância concedida pelo movimento liberal à educação cívica como condição de desenvolvimento moral e intelectual do homem. Por seu turno, procedemos à contextualização histórica das correntes teóricas que viabilizaram a transição das Ciências do «documento» e das Ciências Documentais para o recente paradigma da Ciência da Informação.

Esta primeira parte permite compreender o contexto de desenvolvimento das políticas bibliotecárias a nível internacional, sublinhando a influência das principais correntes de pensamento dos séculos XIX e XX na sua formação e, de algum modo, procedendo a uma comparação com o caso nacional que é examinado diacronicamente na segunda parte desta dissertação.

Na segunda parte da tese procedemos ao estudo evolutivo dos sistemas bibliotecários em Portugal considerando as grandes divisões cronológicas marcadas por diferentes formas de entender o papel da Biblioteca e que, *grosso modo*, correspondem a quatro grandes momentos políticos, i.e. a Monarquia Constitucional, a República, o Estado Novo e a Democracia.

Conforme demonstramos, nos alvares da Monarquia Constitucional assiste-se pela primeira vez na nossa história a um movimento de transferência dos espólios dos extintos conventos para unidades bibliotecárias públicas recém-criadas, dando origem a um novo modelo de biblioteca. Este processo assentou no desenvolvimento de uma política de gestão do património bibliográfico das abolidas ordens religiosas que implicou a arrecadação e o depósito das coleções nas bibliotecas públicas que, apesar dos constrangimentos de ordem administrativa e financeira, foram sendo instaladas por todo o país. Esta política cultural ia de encontro aos interesses sociais e políticos da burguesia liberal em criar condições de desenvolvimento e implementação do Estado liberal, assente na tolerância, na força da razão e na garantia das condições de emancipação individual.

Durante a primeira experiência liberal portuguesa, entre a segunda e a terceira décadas de Oitocentos, a criação das primeiras bibliotecas resultou num processo bastante atribulado. Da análise diacrónica do movimento bibliotecário português, desde a terceira década do século XIX, extrai-se a ideia de que o processo de arrecadação e incorporação dos fundos nas bibliotecas públicas ocasionou a primeira grande transferência da posse privada dos livros (conventuais) para a esfera pública à escala nacional.

Por seu turno, a política cultural liberal foi também a primeira política cultural portuguesa a sentir necessidade de produzir lei consistente sobre bibliotecas com o intuito de organizar uma rede de bibliotecas de âmbito nacional. Na segunda metade do século XIX, o positivismo, e sua crença no alcance do conhecimento, veio reforçar a importância do acesso à instrução como meio de progresso individual e de felicidade. A participação política do cidadão exigia o voto esclarecido. Nos países mais industrializados e desenvolvidos do Ocidente, a alfabetização e o conhecimento constituíam dos principais meios para ascender socialmente. O surgimento da escola

pública e laica, assim como o desenvolvimento dos estudos menores e superiores vieram facultar superiores condições de ascensão social.

Por seu lado, as iniciativas legislativas dos diversos governos, desde a Monarquia Constitucional à República, foram tentando implantar sucessivamente a leitura pública no nosso país. A intenção das propostas legislativas era a de propiciar uma distribuição dos recursos bibliográficos disponíveis pelas bibliotecas públicas e pelas bibliotecas liceais que entretanto surgiram na sequência do desenvolvimento dos estudos menores. Porém, nesta primeira fase, paradoxalmente, conforme salientamos, as designadas Bibliotecas Públicas, de perfil tendencialmente conservador e erudito serviam e apoiavam sobretudo os estudos superiores e os estratos sociais mais cultos.

Na verdade, a origem das bibliotecas públicas portuguesas está relacionada com a influência das correntes do Iluminismo europeu e das mudanças do pensamento filosófico e político que, num primeiro e efémero momento, conduziu à transformação, em 1796, da Livraria Régia em Real Biblioteca Pública. Neste contexto, demonstramos a importância de Frei Manuel do Cenáculo na organização e fomento de várias bibliotecas no país, com destaque para a Real Biblioteca Pública. Ainda neste primeiro capítulo da segunda parte, concedemos especial ênfase ao empenhamento dos governos liberais no processo de transição da leitura privada e pessoal para a leitura coletiva e pública, processo que se desenvolve com algumas hesitações e dificuldades de ordem política e sociocultural. Do mesmo modo, realçamos a alteração do perfil das bibliotecas, passando de pessoais, reservadas, privadas, para abertas, partilhadas, coletivas e públicas.

Por seu turno, o aumento dos locais de leitura, dos leitores e dos hábitos de leitura - a então designada «fruição dos livros» -, vieram a traduzir-se em formas mais económicas de leitura, mormente na segunda metade do século XIX. Os gabinetes de leitura e as primeiras bibliotecas públicas surgem nesta conjuntura de mudança. A burguesia encontra nos gabinetes de leitura a forma de contornar a escassez e o custo elevado dos livros. Às camadas populares ficam reservados gabinetes de leitura instituídos nas coletividades, sem fins lucrativos.

Por seu lado, as concepções ideológicas liberais propiciam o desenvolvimento das políticas educativas de escolarização, mormente a alfabetização de adultos e as práticas bibliotecárias de leitura fora da escola. Estas práticas são inspiradas pelos modelos das

free libraries de origem anglo-saxónica. Contudo, em Portugal, as primeiras bibliotecas, como verificamos, foram constituídas com os fundos das livrarias dos conventos extintos, e daí que as designadas bibliotecas públicas tenham adquirido características tendencialmente eruditas e patrimoniais, não correspondendo aos princípios de leitura instrutiva, laica e moralmente formadora defendidos pela ideologia liberal de Oitocentos.

Nestas circunstâncias, no último quartel do século XIX, urgia proceder à implementação de uma política cultural assente numa prática bibliotecária orientada para as camadas populares. A burguesia ilustrada e instalada no poder, tendo à cabeça o Duque de Saldanha, por determinação legislativa, em 1870, impõe um novo conceito de bibliotecas, designando-o de “Bibliotecas Populares”. O propósito do diploma legal era o de (re)fundar o exíguo ‘sistema bibliotecário nacional’, sob novos pressupostos, prevendo a instituição de uma biblioteca por concelho e consignando o empréstimo domiciliário. Os fundos deveriam ser ajustados aos interesses das classes populares e mais baixas da população alfabetizada. A intenção era a de fornecer a leitura livre e presencial garantindo o acesso ao livro dos mais desfavorecidos. Estes princípios progressistas e arrojados para a época, sobretudo nos países da Europa do Sul, constituem a essência da leitura pública atual.

A ideia da biblioteca como unidade aberta e pública faz parte da doutrina liberal, crendo que a instrução é condição essencial de exercício de uma cidadania esclarecida. Na segunda metade do século XIX, as correntes culturais da Europa mais desenvolvida defendiam a fruição geral do livro e a secularização da sua posse. Neste contexto, podemos concluir que um novo paradigma de biblioteca emergiu, a que subjaz uma diferente conceção de biblioteca. Este novo modelo, conforme referimos, inspirou-se nas *free-libraries* de origem anglo-saxónica.

No caso português, as circunstâncias sociais e políticas de enorme turbulência (governos instáveis, finanças depauperadas, estruturas administrativas centrais e locais em processo de reforma profunda), condicionaram o sistema de implantação da rede de bibliotecas e inviabilizaram a adoção integral do modelo anglo-saxónico das *free-libraries*, entregando às administrações concelhias a arrecadação e gestão das livrarias extintas. Por isso defendemos que o modelo anglo-saxónico deu origem a adaptações,

nuances e especificidades nos países da Europa Central e do Sul, em função das maiores ou menores condicionantes políticas, económicas e sociais.

Deste modo, se conclui que a política bibliotecária liberal, muito embora tenha procedido à transferência dos fundos bibliográficos, por motivos administrativos e financeiros, não foi capaz de suportar os custos de instalação e de funcionamento das bibliotecas, endossando-os às autarquias. Por este conjunto de circunstâncias, poucas bibliotecas públicas foram criadas durante o período liberal, mormente antes do decreto de 1870, facto que nos leva a concluir, numa análise global, que as iniciativas que visavam a implementação de um sistema bibliotecário no país tenham sido, de algum modo, um logro.

Por seu turno, a República, sob o prenúncio da reforma política e social do país, promoveu uma reforma legislativa ainda durante Governo Provisório, concedendo um novo impulso à criação de bibliotecas. A cultura política republicana defendia a educação do povo, através da escolarização e alfabetização, como missão civilizadora. No âmbito da educação, as bibliotecas e a leitura instrutiva emergiram como instrumentos essenciais à cultura das massas (ideologia). A política bibliotecária republicana tinha como referenciais os exemplos ingleses e norte-americanos, para os quais as bibliotecas deviam ensinar, informar e distrair (conceito actual). A reforma legislativa republicana estabelece uma subdivisão em três tipos de bibliotecas - eruditas, populares e móveis -, pretendendo criar um sistema ou uma espécie de rede de cobertura nacional.

As Bibliotecas Eruditas, onde os republicanos enquadram as Bibliotecas Públicas, as bibliotecas das sociedades científicas e do ensino superior, serviam os grupos sociais mais instruídos e elevados.

As Bibliotecas Populares estavam destinadas à vulgarização, expansão e propaganda do livro junto das classes menos favorecidas. Nas Bibliotecas Eruditas devia providenciar-se a constituição de Bibliotecas Populares, ambas dependentes da Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial e do Ministério da Instrução. O projeto republicano reiterava, à semelhança dos planos liberais, que os municípios tinham obrigação de fundar Bibliotecas Populares, assegurando, no entanto, mais alguns meios de financiamento.

Finalmente, as Bibliotecas Móveis eram concebidas como uma extensão e complemento das Bibliotecas Populares, prestando serviços de leitura elementares, dado o carácter restrito e pequeno das coleções. Independentemente do tipo de unidade, popular ou móvel, sabemos que em 1920 um e outro tipo tinham baixos índices de utilização.

Conforme demonstramos, a política cultural republicana teve igualmente preocupação com a organização técnica das bibliotecas, ao elaborar planos de classificação (desenvolvendo a componente técnica). A esta preocupação de reforma do sistema de bibliotecas no país não é, por certo, estranho o forte pendor ideológico que o republicanismo colocava neste instrumento de educação e formação da cidadania. Talvez por isso tenha despoletado enorme discussão pública a política bibliotecária republicana, envolvendo vários setores socioculturais e políticos que protagonizam diferentes correntes de opinião, incluindo a corrente anarquista.

Apesar de tudo, mais uma vez a intenção de criar bibliotecas por todo o país e concretizar uma rede bibliotecária nacional não teve o êxito almejado, tanto mais que foram poucas as unidades bibliotecárias criadas. Por outro lado, as políticas bibliotecárias em Portugal despontaram, o mais das vezes, com objetivos de controlo ideológico, e a República não fugiu a esta regra.

Um outro vetor que condiciona a política bibliotecária republicana é o facto de o Portugal de então, ao contrário dos países de onde partiu o movimento das *free-libraries*, ter mantido uma matriz essencialmente rural, oferecendo resistência ao processo de alfabetização e instalação de bibliotecas. Nunca é demais lembrar que Portugal, no último quartel do século XX, tinha uma altíssima taxa de analfabetismo, rondando os 80%.

O Estado Novo, ainda durante o período das Ditaduras Militares, legisla reconhecendo o insucesso do programa bibliotecário republicano, acusando-o de falta de capacidade de organização das unidades populares e móveis. Pelas razões explanadas no texto legislativo, durante este período, as preocupações com o controlo ideológico são hegemónicas. A censura é instaurada e exercida de modo explícito pelos organismos competentes. Toda a comunicação escrita, incluindo o livro, tem circulação controlada e restrita sob o pretexto de atentar contra a segurança do Estado.

Acresce a este quadro restritivo e coercivo que, sob o argumento das dificuldades do erário público, havia que interromper a política de ‘democratização’ da leitura propalada no período político anterior, construindo mais bibliotecas públicas. Não obstante todas estas limitações programáticas, a divisão tipológica manteve-se (eruditas, populares e móveis), tanto por fundos quanto por utilizadores. A responsabilidade pelo financiamento das unidades compete de igual modo às autarquias.

Posto isto, passado mais de um século de tentativas para estabelecer um sistema coerente de bibliotecas públicas, todas as iniciativas legislativas, num ou noutro aspeto, produziram insuficientes e inconsistentes resultados.

Conforme adiantamos foram vários vetores que condicionaram o estabelecimento de bibliotecas públicas por todo o país.

Em primeiro lugar, a tardia e limitada industrialização do país e a persistência da elevada taxa de analfabetismo da população portuguesa. País que teima em subsistir com uma matriz económica essencialmente rural. Neste contexto, o combate ao analfabetismo e a criação de bibliotecas encontram maior resistência.

Em segundo lugar, a motivação ideológica dos vários regimes políticos que vêm na biblioteca um meio de educar moral e politicamente a população. Daí as preocupações com a separação dos tipos de biblioteca assentando na distinção do público leitor, factor que conduziu ao aparecimento de vários subsistemas, ou seja, bibliotecas públicas ou eruditas, populares e móveis, mas com bibliografia desajustada ao perfil dos leitores.

Finalmente, em terceiro lugar, a falta de apoio financeiro do Estado às reformas bibliotecárias. A ausência de investimento do poder central deixou entregue à boa vontade e à sensibilidade do poder local a iniciativa da instituição das Bibliotecas Públicas e Populares.

Por finais da década de cinquenta do século XX, em função do continuado insucesso do sistema bibliotecário nacional, por iniciativa privada da Fundação Calouste Gulbenkian é lançado um programa de Bibliotecas Móveis que, de imediato, alcança um considerável eco na sociedade em geral. A Rede de Bibliotecas Itinerantes da FCG começa no ano de 1958, dois anos depois da primeira emissão televisiva. A razão do lançamento da rede de bibliotecas Gulbenkian decorre do cumprimento dos estatutos da

fundação, onde a educação e a leitura figuravam como dois dos principais objetivos estatutários.

A par do analfabetismo e do manifesto desinteresse do regime autoritário em promover a leitura pública, o aparecimento da televisão constituiu mais um fator adverso ao incremento da leitura pública. Apesar dos obstáculos colocados ao desenvolvimento da leitura pública, o êxito das primeiras Bibliotecas Itinerantes Gulbenkian levou a instituição, no espaço de dois anos, a criar Bibliotecas Fixas.

A Fundação Calouste Gulbenkian desenvolve um novo modelo de biblioteca, assente no incentivo à leitura levando o livro ao leitor e praticando o empréstimo domiciliário. O êxito da rede de Bibliotecas Fixas Gulbenkian traduz-se na receptividade tida junto do público leitor e nas duzentas unidades instituídas no continente e ilhas em escassos anos. O sucesso da iniciativa deve-se, conforme expusemos, a um conjunto de fatores, mormente o financiamento pela entidade promotora (Fundação Calouste Gulbenkian). Numa fase ulterior, a FCG procura estabelecer parcerias com entidades locais no sentido de partilhar custos, contudo a FCG continuou a garantir o financiamento exclusivo.

O êxito da Rede de Bibliotecas Gulbenkian assentou na tomada de um conjunto de decisões de intervenção subordinadas a uma programação precisa de todas as operações, dando sinais claros de grande sensibilidade e conhecimento dos problemas complexos que envolvia a conceção de uma Rede de Leitura Pública em Portugal. Entre estes problemas cumpre salientar, em síntese, designadamente:

- a necessidade de atualização dos fundos disponíveis,
- a ausência de barreiras ideológicas e de controlo social,
- o estabelecimento de critérios de independência na seleção e aquisição das espécies,
- o conhecimento das prioridades de intervenção, incluindo a localização territorial das debilidades e/ou ausência de oferta,
- a disponibilização de um catálogo documental,
- o tratamento técnico centralizado, conferindo maior uniformidade à coleção.

De entre as debilidades da rede Gulbenkian, há que destacar, do mesmo modo, em termos de síntese conclusiva:

- a falta de preocupação com a qualificação dos recursos humanos (os encarregados de biblioteca), e
- a exiguidade e a modéstia das instalações, edifícios e equipamentos fornecidos pelos parceiros da FCG.

As maiores preocupações com a seleção e a aquisição das coleções justificavam, do ponto de vista da fundação, a falta de investimento com os locais de consulta, leitura e empréstimo.

Com o passar do tempo, o crescimento da rede e o incremento dos encargos financeiros com a manutenção das unidades levam a direção da Fundação Calouste Gulbenkian a repensar os modos de financiamento, procurando transferir a rede para o setor público do Estado. Esta posição é defendida pela corrente que sustém a ideia de fundação ao estilo americano, logo outorgante de subsídios e não prestadora de serviços. Em Fevereiro de 1974 a administração superior da fundação discutiu a extinção da rede. O processo foi entretanto travado pela ocorrência da revolução de Abril desse ano. Uma derradeira tentativa de requalificar a rede Gulbenkian ocorreu em 1993, mudando a designação para Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura e realizando o Programa de Avaliação de Bibliotecas realizado no ano 2000. Em 2002 as dificuldades económicas conduzem à extinção da rede.

Por seu lado, a intervenção do Estado democrático no panorama bibliotecário tardou em manifestar-se, tendo surgido doze anos após a implantação da democracia! Durante este tempo não houve qualquer preocupação de realce com a situação difícil em que se encontravam as bibliotecas públicas, dirigidas supostamente a toda a população sem exceção individual ou de grupo. O número de leitores permanecia como um dos mais baixos do Ocidente europeu, contando, nos centros urbanos, sobretudo com professores, alunos, estudiosos e alguns curiosos. As coleções permaneciam desatualizadas e desajustadas dos centros de interesse do público leitor. Com as atenções do governo mais voltadas para as reformas do ensino, nos seus vários níveis, foram criados os Cursos de Bibliotecário e Arquivista em 1983 e surge a primeira associação de profissionais. O ponto de viragem dá-se neste ano, altura em que também se organiza,

por iniciativa do Instituto Português do Livro, um seminário internacional para chamar a atenção para a situação da leitura pública. Em 1986 vem a público o Relatório sobre Leitura Pública e no ano seguinte o governo lança o programa da RNBP. A partir desta data manifesta-se um crescente e superior interesse dos organismos públicos pela implementação de uma Rede de Leitura Pública alargada a todo o país. Como resposta ao problema visa-se proporcionar a satisfação dos leitores, desenvolvendo um trabalho cada vez mais profissional, em função da melhoria de qualificação dos recursos humanos. Não obstante, conforme demonstrámos a Rede de Leitura Pública não cumpriu os prazos estabelecidos, permanecendo nos dias de hoje incompleta, e com alguns problemas de funcionamento que o estudo prático da terceira parte ressalta de forma ordenada e analítica.

O estudo empírico desta investigação permite-nos concluir que a capacidade de resposta das várias unidades da rede é ainda reduzida, apesar de decorridos mais de vinte e cinco anos desde o início do contrato programa. De igual modo, concluímos que existe uma perceção distinta por parte dos agentes autárquicos em relação à biblioteca se comparada com a dos bibliotecários e técnicos profissionais. Para os primeiros a impressão é na generalidade positiva no que respeita aos equipamentos, edifício e instalações, assim como quanto à maioria das condições de funcionamento. Para os segundos, a opinião é menos favorável e mais crítica. Uma maioria dos profissionais de biblioteca considera que as unidades deveriam ser maiores, dispor de mais espaços alocados e serviços públicos.

A maior parte das bibliotecas é apenas um serviço municipal, dirigido por um vereador a tempo inteiro, na generalidade com um único bibliotecário, que é técnico superior e com formação pós-graduada que a dirige tecnicamente. A formação pós-graduada especializada em CID/BAD é a considerada adequada pela generalidade dos autarcas e bibliotecários para a função de direção da biblioteca. Os autarcas estão satisfeitos com os recursos financeiros e humanos. Naturalmente que os técnicos têm posições contrárias, numa percentagem que tende para uma ligeira maioria.

As bibliotecas demonstram grande capacidade na execução de trabalho técnico, sendo residual as que compraram este tipo de serviços. Cerca de metade fez aquisição de serviços de *software*, promoção de leitura, e animação.

A maioria das bibliotecas estabelece contactos mais ou menos regulares com a DGLB. O apoio recebido da DGLB pelas bibliotecas foi na maioria para eventos e com destaque para o concurso nacional de leitura.

Os municípios aplicam o 'Siadap' na avaliação de desempenho das bibliotecas, e tecnicamente os bibliotecários aplicam igualmente no todo ou em parte a norma ISO 11620, específica para bibliotecas.

Os responsáveis políticos maioritariamente consideram vantajosa uma eventual lei de bibliotecas que incluía princípios normativos referentes ao orçamento, volume de fundos, recursos humanos, definição das competências do bibliotecário e perfil da figura do diretor da biblioteca. Do ponto de vista dos técnicos, a opinião maioritária defende a vantagem da existência de uma lei de bibliotecas que incluía normas sobre a institucionalização da figura do Diretor, mormente de este ser especialista em CID/BAD, orçamento, recursos humanos especializados, volume de fundos e renovação da coleção.

Finalmente, quanto aos pontos fortes da rede apontados pelos políticos, o realce vai para o apoio financeiro e técnico. Os bibliotecários destacam o facto da criação da própria rede, a uniformização de espaços e serviços, a promoção da leitura e o programa itinerâncias. Como pontos fracos, estes últimos indicam maioritariamente a ausência de critérios de gestão, a escassez de recursos humanos e financeiros e a ausência de trabalho em rede. Os bibliotecários consideram que um dos fatores que beneficiariam a rede seria a constituição de uma entidade reguladora e a criação de legislação profissional. A lei continua a perfilar-se como um instrumento essencial à configuração de um competente e eficaz serviço público de bibliotecas.

REFERÊNCIAS

1. ESTUDOS

Albuquerque, Luísa Arroz (2011) - “Política cultural: conceitos e tipologias”, *Cadernos PAR*, nº 4 (Mar.), pp. 91-97.

Allen, T. J. (1984) - *Managing the Flow of Technology: technology transfer and the dissemination of technological information within the R&D organization*, Cambridge: MIT Press.

Almeida, João Ferreira de e Pinto, José Madureira (1995) – *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença.

Alves, Luís Alberto Marques *et al.* (2009) - *Ensino Técnico (1756-1973): O Estado e a educação em Portugal – Séculos XVIII a XX*, Lisboa: Ministério da Educação.

Amaral, Diogo Freitas do (2008) - *Do Absolutismo ao Liberalismo: as Reformas de Mouzinho da Silveira*, Lisboa: Edições Tenacitas.

Antunes, Walda de Andrade *et al.* (2000) - *Curso de capacitação para dinamização e uso da biblioteca pública*, São Paulo: Global.

Araújo, Carlos Alberto Ávila (2009) – “Correntes Teóricas da Ciência da Informação”, *Ciência da Informação*, Brasília, V.38, nº 3, Set/Dez, pp. 192-204.

Ataíde, A. P. **Bettencourt** de. (1914) - *O problema das bibliotecas em Portugal*, Lisboa: Tipografia Mendonça.

Ataíde, A. P. **Bettencourt** de (1918) - “**Bibliografia portuguesa de biblioteconomia e arquivologia**”, *Publicações da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, vol. I, pp. 58-81.

Azevedo, Cândido de (1997) - *Mutiladas e proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, [Lisboa]: Caminho.

Azevedo, Cândido de (1999) - *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Caminho.

Barata, Paulo J. S. (2003) - *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública uma alteração de paradigma*, Lisboa: Biblioteca Nacional Portugal.

Barata, Paulo J. S. (2004) – “Livrarias conventuais no século XIX português. Origens, percursos, destinos”. [Em linha]. [consultado em 27 Maio 2013]. Disponível em: <repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/.../LS_S2_16_PauloJSBarata.pdf>

Barreto, António (2000) - *A situação social em Portugal, 1960-1999: Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Bernardo, Maria Ana Rodrigues (1992) – “Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na 2ª metade do século XIX: o círculo Eborense”, [texto policopiado], in: Rebelo, Carlos Alberto (2002), *A difusão da leitura pública: as Bibliotecas Populares (1870-1910)*. Porto: Campo das Letras, p. 77.

Boletim Informativo nº3 (1961) Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Serviços de Bibliotecas, p. 85.

Borges, Maria Helena Melim (coord.) (2002) - *Programa de Análise de Bibliotecas. Grupo PAB-Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura.

Brigola, João Carlos (2006) – “Frei Manuel do Cenáculo – Semeador de Bibliotecas e de Museus. O conceito de Biblioteca-Museu na Museologia Setecentista”, in: Vaz, Francisco A. Lourenço e Calixto, José António, *Frei Manuel do Cenáculo, Construtor de Bibliotecas*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 47-53.

Brito, Nogueira de (1920) - *A Biblioteca Nacional em perigo*, Jornal A Batalha, 29 IV, p.1.

Cabral, Luís (1999) - *As Bibliotecas públicas portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento*, Porto: Afrontamento.

Cabral, Luís; Nunes, Henrique e Portilheiro, Joaquim (1983) – “A leitura pública em Portugal. Manifesto”, *Cadernos BAD*, nº1, pp 11-14.

Campillo Garrigós (1998) – *La gestion y el gestor del patrimonio cultural*, Murcia: Editorial KR.

Candeias, António (1996) – “Ritmos e formas de alfabetização da população portuguesa na transição de século: o que nos mostram os Censos Populacionais compreendidos entre os anos de 1890 e 1930”, *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 5, pp. 39-63.

Carrión Gútiez, Manuel (1993) - *Manual de Bibliotecas*, Madrid: Fundación German Ruipérez.

Carvalho, Rómulo (2008) - *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 4ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Catroga, Fernando (2002) - “O Republicanismo como projecto”, in: Reis, António (coord.), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa: Edições Colibri / Fundação Mário Soares / IHC-UNL, pp. 33-41.

Catroga, Fernando e Almeida, Pedro Tavares (2010) – *Res Publica: Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820 – 1926*, Lisboa: Assembleia da República

Costa, Rui Barbot (1979) - *Para o estudo do analfabetismo e da relutância à leitura em Portugal*, Porto: Brasília Editora.

Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa (2001), Lisboa: Verbo. II vol., p. 3427.

Domingos, Manuela D. (2006) – “Biblioteca de Bibliotecas: A génese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo”, in: Vaz, Francisco A. Lourenço e Calixto, José António, *Frei Manuel do Cenáculo, Construtor de Bibliotecas*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 23-45

Dubois, V. (1999) - *La politique culturelle – genèse d’une catégorie d’intervention publique*, Paris: Ed. Belin.

Espinàs, Eulália (2002) – “Palavras de abertura”, in: Borges, Maria Helena Melim, *Programa de Análise de Bibliotecas. Grupo PAB-Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / SBAL, p. 4.

Espinàs, Eulália (coord.) (2003) – *Proyecto Pab-redes, Programa de Análises de Bibliotecas*, [Barcelona]: Fundación Bertelsmann.

Everett, Edward (1851) – “Carta ao Prefeito de Boston”, in: Grattan, C. Hartley (1964). *Educação de Adultos: Ideias Norte-americanas de 1710 a 1951*, S. Paulo: Ibrasa.

Faria, Maria Isabel e Pericão, Maria da Graça (1999) - *Novo dicionário do livro da escrita ao multimédia*, Mem Martins: Círculo de Leitores, p. 562

Fernandes, Rogério (1993) – “Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal”. *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2; pp. 113-144.

Ferreira, José Medeiros (1993) - “Portugal em Transe (1974-1985)”, in: Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 8, Mem Martins: Círculo de Leitores.

Franco, Graça (1993) - *A censura à imprensa (1820-1974)*, Lisboa: INCM.

Freire, João (2003) – “Revistas anarquistas portuguesas: entre a política e a cultura”, *Revistas – ideias e doutrinas*, Lisboa: Livros Horizonte, p. 153.

Freitas, Judite A. Gonçalves de (2012) – “Teoria e prática da Ciência da Informação”, in: Idem (dir.), Luís Borges Gouveia e António Regedor (eds.), *Ciência da Informação: contributos para o seu estudo*, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 9-40.

Freitas, Judite A. Gonçalves de (2002) “O Ensino Universitário da História nas décadas de 50 e de 60: As reformas curriculares”, in: Cabral, Alcinda (ed.), *(Re)visão das ditaduras europeias da segunda metade do Séc. XX*, Porto: Universidade Fernando Pessoa, pp. 45-55.

Freitas, Judite A. Gonçalves de e Regedor, António Borges (2007) - "Bibliotecas Públicas e Cidadania Activa", *Bibliotecas e Arquivos. Informação para a Cidadania, o Desenvolvimento e a Inovação. Actas do 9º Congresso de BAD*, 1, Lisboa, pp. 599 – 614.

Fundação Calouste Gulbenkian (1994) - *Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura*, [Lisboa]: F.C.G.

Garcia Martínez, Ana Teresa (2005) - *Sistemas bibliotecários. Análisis conceptual y estructural*, Gijón: Edições Trea.

Gasque, Kelley Cristine e Costa, Sely Maria (2010) - “Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários”, *Ciência da Informação*, Brasília, vol. 39, n. 1, Jan./Abr., pp. 21-32.

Gomes, Joaquim Cardoso (2006) - *Os militares e a censura. A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa: Livros Horizonte.

Gonçalves, José Júlio (1965) - *Leis da Informação. Portugal: 1627-1965*, Braga: Editora Pax.

Grattan, C. Harteley (1964) - *Educação de adultos: Ideias norte-americanas de 1710 a 1951*, S. Paulo: Ibrasa.

Guedes, Fernando (1987) - *O livro e a leitura em Portugal. Subsídios para a sua história. Séc. XVIII e XIX*, Lisboa: Ed. Verbo.

Gulbenkian, Calouste Sarkis (s/d) – “Testamento. Fundação Calouste Gulbenkian” [Em linha]. [consultado em 26 Junho 2013] Disponível em: <http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/historia_e_missao/PDF/TestamentodeCalousteSarkisGulbenkian.pdf>.

Leal, Igor Campos (2005) - *Análise de Citações da Produção Científica de uma Comunidade: A Construção de uma Ferramenta e sua Aplicação em um Acervo de Teses e Dissertações do PPGCI-UFMG*, Belo-Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Lessard-Hérbert, Michelle; Goyette, Gabriel e Boutin, Gérald (2005) – *A Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, 2ª edição, Lisboa: Instituto Piaget.

Levi, Françoise (2006) - *L'Homme qui voulait classer le monde: Paul Otlet et le Mondaneum*, Paris: Impressions Nouvelles.

Lopes, Fernando Farelo (2010) – “Partidos e representação política no período liberal em Portugal”, in Catroga, Fernando e Almeida, Pedro Tavares (2010) – *Res Publica: Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820 – 1926*. Lisboa: Assembleia da República.

López Yepes, José (1995) – “Cambio social y política de información y documentación en España”. *Documentación de las Ciencias de la Información*, nº18, pp. 263-283.

Marques, A. H. de Oliveira (1998) - *História de Portugal*, 3º vol., *Das Revoluções liberais aos nossos dias*, 13ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

Martínez Rus, Ana (2001) - *La política del libro sobre la segunda república: socialización de la lectura*, [tesis doctoral] Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

Martins, Joaquim Pedro Oliveira (1996) - *Portugal Contemporâneo*, Porto: Guimarães Editores.

Medina, João (1985) - “A polícia do espírito”, in *História Contemporânea de Portugal. Estado Novo*, vol. II, Lisboa: Amigos do Livro, pp. 9-10.

Melo, Daniel (2005) – “**As Bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura em Portugal (1957-1987)**”, *Análise Social*, vol. XL (174), 2005, 65-86. [Em linha] [formato PDF] [consultado em 04/05/11]. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n174/n174a03.pdf>>.

Melo, Daniel (2010) - *A leitura pública na I República*, Vila nova de Famalicão: Húmus.

Miranda, Jorge (2013) - *As Constituições Portuguesas*, 6ª ed., Lisboa: Principia.

Moralejo Álvarez, M, *et. al.* (1989) – “Cooperación interbibliotecaria”, *Boletín de la Anabad*, Madrid, v. 39, n.3-4, pp. 571-601.

Moura, Helena Cidade, org. (2005) - *Diálogos com a Literacia*, Lisboa: Lisboa Editora.

Neves, Rui (2005) – “**Bibliotecas em movimento. As bibliotecas móveis em Portugal**”, *II Congreso de Bibliotecas Móviles*, Barcelona [Em linha]. Disponível em <<http://www.bibliobuses.com/documentos/ruineves.pdf>>

Nóvoa, António (1987), *Le temps des professeurs*, 2 vols., Lisboa: INIC.

Nunes, Henrique Barreto (1996) - *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*, Braga: Autores de Braga.

Nunes, Henrique Barreto; Portilheiro, Joaquim e Cabral, Luís (1986) - *Bibliotecas e leitura pública em tempo de mudança*, Porto: APABAD.

Oleiro, Margarida e Heitor, Célia (2010) – “20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa, in *10º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, Guimarães: APBAD, pp. 1-7.

Orera Orera, Luisa (2002) – “Biblioteconomia”, in: Lopéz Yepes, José (org.), *Manual de Ciencias de la Documentación*, Madrid: Pirámide, pp. 93-115.

Pereira, José Esteves (2006) – “Ribeiro dos Santos, Cenáculo e a criação da Real Biblioteca Pública”, in: Vaz, Francisco A. Lourenço e Calixto, José António, *Frei Manuel do Cenáculo, Construtor de Bibliotecas*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 11-21.

Pinto, António Costa (coord.) (2004) - *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Dom Quixote.

PORTUGAL. Instituto da Comunicação Social; PORTUGAL. Museu Nacional da Imprensa - Imprensa, censura e liberdade: 5 séculos de história: catálogo da exposição e cronologia da história da censura em Portugal. Porto: I.C.S.: M.N.I. 1999.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. *Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista - Livros proibidos no regime fascista*, Lisboa: C.L.N.R.F., 1981.

Price, Derek J. De Solla (1961) - *Science since Babylon*, Yale: Yale University Press.

Price, Derek J. De Solla (1963) - *Little Science, Big Science*, New York: Columbia University Press.

Price, Derek J. de Solla (1965) – “Networks of Science Papers”, *Science* 149 (3683), pp. 510-515.

Proença, Maria Cândida (2009) – “A educação”, in: Rosas, Fernando (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, pp. 169-190.

Proença, Raul (1920) – “As Bibliotecas Populares e o mundo moderno. O que há a fazer em Portugal”, *Anais da Bibliotecas e Arquivos*, 2ª série, vol. I, nº 2, pp. 109-113.

Queiroz, Cristina (2010) - *Direitos Fundamentais (Teoria Geral)*, 2ª ed., Coimbra: Almedina.

Ramos, Rui (1988) - “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização em Portugal”, *Análise Social* Lisboa, vol. XXIV (103-104), pp. 1067-1145.

Ramos, Rui (1994) – “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in: Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 107-109.

Rebelo, Carlos Alberto (2002) - *A difusão da leitura pública: as Bibliotecas Populares (1870-1910)*, Porto: Campo das Letras.

Reis, António (2002) – *As grandes correntes políticas e culturais do século XX*, Lisboa: Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Reis, António (coord.) (2000) - *A República Ontem e Hoje*. Lisboa: Edições Colibri/ Fundação Mário Soares / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ribeiro, Fernanda (2006) - “O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista”, in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol.2, Porto: FLUP, pp. 47-63.

Ribeiro, Fernanda (2008) – “A inspecção das Bibliotecas e Arquivos e a Ideologia do Estado Novo”, in: *Estados autoritários e totalitários e sua representação: propaganda, ideologia, historiografia e memória*, [s.n.]. [Lisboa]. pp 223-237. [Em linha]. [Consultado em 12 Junho de 2013]. Disponível em:< <http://hdl.handle.net/10216/14282>>.

Ribeiro, Fernanda (2008) - *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial. A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão*, Porto: Afrontamento.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1999) - “Livros e Leituras no século XIX”, *Revista de História das Ideias*, vol. 20, Coimbra, pp. 186-227.

Rocha, João L. De Moraes (1998) - *O essencial sobre a imprensa em Portugal*, Lisboa: INCM.

Rodrigues, Manuel Ferreira e Mendes, José M. Amado (1999) - *História da Indústria Portuguesa: Da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa: AIP/Europa América.

Ros Garcia, Juan e López Yepes, José (1994) – *Políticas de información e documentación*, Madrid: Síntesis.

Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão (Dir.) (1996) - *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa: Bertrand Editora, pp. 139-141.

Rosas, Fernando. (1994), “O Estado Novo (1926-1974)”, in: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa: Estampa.

Rubin, António Albino Canelas (2009) – “Políticas culturais e novos desafios. Matrizes”, [s.l.], Ano 2, nº 2, pp. 93-115. [Em linha]. [Consultado em 12 Junho 2013]. Disponível em: <www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/>.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1983) - *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa: Editorial Presença.

Sardica, José Miguel (1997) - “A política e os partidos entre 1851 e 1861”, *Análise Social*, vol. XXXII (141), nº2, pp. 279-333.

Sardica, José Miguel (2001) - *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Serrão, Joel (1979) - *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia de Pensamento Político*, Lisboa: Livros Horizonte.

Siatri, Rania (1999) - “The Evolution of User Studies”, *Libri*, [Manchester University], vol. 49, pp. 132–141. [Em linha]. [Consultado em 27 Maio 2013]. Disponível em: <<http://www.librijournal.org/pdf/1999-3pp132-141.pdf>>.

Silva, Júlio Rodrigues da (1993) - “O rotativismo monárquico-constitucional. Eleições, caciquismo e sufrágio”, in: Medina, João (dir.), *História de Portugal*, vol. IX, *A Monarquia Constitucional*, Lisboa: Ediclube, pp. 14-50.

Silveira, Luís Espinha da (1980) - “A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem”, *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1.º-2.º, pp. 87-110.

Suaiden, Emir (1995) - *Biblioteca pública e informação à comunidade*, São Paulo: Global.

Tengarrinha, José Manuel (1989) - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa: Caminho.

Tengarrinha, José Manuel (2006) - *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra: Minerva.

Testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian. Cláusulas relativas à criação da Fundação [Em linha]. [Consultado em 22 Maio de 2013]. Disponível em: <http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/historia_e_missao/PDF/TestamentodeCalousteSarkisGulbenkian.pdf>.

Thorhaunge, Jens (1998) - *Las bibliotecas públicas y la sociedad de la información*, Luxemburgo: Oficina de publicaciones oficiales de las comunidades europeas.

Ticknor, George (1851) - “Carta a Edward Everett”, in: Grattan, C. Hartley (1964), *Educação de Adultos: Ideias Norte-americanas de 1710 a 1951*, S. Paulo: Ibrasa, pp. 33-37.

Usherwood, Bob (1999) – *A Biblioteca Pública como conhecimento público*, Lisboa: editorial Caminho.

Vaz, Francisco António Lourenço (2006) – “A Fundação da Biblioteca Pública de Évora”, in: Vaz, Francisco A. Lourenço e Calixto, José António, *Frei Manuel do Cenáculo, Construtor de Bibliotecas*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 5-9.

Ventura, João J. B. (2002) – *Bibliotecas e Esfera Pública*, Oeiras: Editora Celta.

Wright, Alex (2013) - *Cataloging the World: Paul Otlet and the Birth of the Information Age*, Oxford: Oxford University Press.

2. RELATÓRIOS, REGULAMENTOS, DIRETRIZES

ALP - Ação para o Desenvolvimento através do Programa Bibliotecas [Em linha]. [Consultado em 03Jan2013]. Disponível em: <<http://www.ifla.org/alp/about-alp> >

APBAD (1986) - *Guia das Bibliotecas Municipais*, Lisboa: IPPC.

CLM - Comissão de Direitos Autorais e outras questões legais. [Em linha]. [Consultado em 03 Janeiro 2013]. Disponível em: <<http://www.ifla.org/clm>>.

Comité de Normalização IFLA. [Em linha]. [consultado em 03Jan2013]. Disponível em: <<http://www.ifla.org/standards-committee>>

FAIFE - Comissão de Liberdade de Acesso à Informação e Liberdade de Expressão [Em linha]. [consultado em 03 Janeiro 2013]. Disponível em: <<http://www.ifla.org/faife>>.

Fundação Calouste Gulbenkian (1961) – “Relatório do Presidente”, in: *Boletim informativo* 5. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Bibliotecas, pp. 159-165.

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions (Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições). [Em linha]. [Consultado em 03 Janeiro 2013] Disponível em: <<http://www.ifla.org/>>.

IFLA-CDNL Aliança para Estratégias Digitais (ICADS). [Em linha]. [Consultado em 03 Janeiro 2013]. Disponível em: <<http://www.ifla.org/icads> >

IFLA/UNESCO 2001. *Os serviços da biblioteca pública – diretrizes da IFLA/UNESCO*, Lisboa: Caminho.

IPLL - Instituto Português do Livro e da Leitura (1988) - *Manual de procedimentos: Programa de apoio à rede de bibliotecas municipais*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de estado da Cultura, IPLL.

IPLL - Instituto Português do Livro e da Leitura (1989) - *Programa de apoio às Bibliotecas Municipais*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de estado da Cultura, IPLL.

IPLL - Instituto Português do Livro e da Leitura (1992) - *Rede de Biblioteca de Leitura Pública*, Lisboa: Instituto Português do Livro e da Leitura

IPLL - Instituto Português do Livro e da Leitura (1997) - *Programa de apoio às Bibliotecas Municipais*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de estado da Cultura, IPLL.

IPLL - Instituto Português do Livro e da Leitura (2000) - *Programa de apoio às Biblioteca Municipais*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de estado da Cultura, IPLL.

IPLL - Instituto Português do Livro e da Leitura (2001) - *Programa de apoio às Biblioteca Municipais*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de estado da Cultura, IPLL.

Moura, Maria José *et al.* (1986) - *Leitura Pública: Rede de bibliotecas municipais. Relatório*, Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.

Moura, Maria José *et al.* (1996) - *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*, Lisboa, s/ed.

PAC - Programa de preservação e Conservação. [Em linha]. [Consultado em 03 Janeiro 2013]. Disponível em: <<http://www.ifla.org/pac>> .

Proyecto PAB-REDES: Programa de Análisis de Bibliotecas. 2003. [Barcelona], Fundación Bertelsmann.

Relatório do Presidente (1961), *Boletim informativo* 5, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Bibliotecas, pp. 159-165.

Regras Portuguesas de Catalogação (1984), Lisboa: Biblioteca Nacional.

Serviço de Bibliotecas itinerante e fixas: boletim informativo, António Branquinho da Fonseca (ed.), nº 1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1960.

Serviço de Bibliotecas itinerante e fixas: boletim informativo, António Branquinho da Fonseca (ed.), nº 5. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.

Serviço de Bibliotecas itinerante e fixas: boletim informativo, António Branquinho da Fonseca (ed.), nº 6. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

UCA - (UNIMARC Core Activity) Núcleo de Actividade Unimarc. [Em linha]. [C em 03Jan2013]. Disponível em: < <http://www.ifla.org/unimarc> > .

UNESCO [Em linha]. [Consultado em 03 Janeiro 2013]. Disponível em: <<http://www.UNESCO.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/libraries/>>.

UNESCO (1994) - *Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas*, [Paris], UNESCO [Em linha]. [Consultado em 03 Janeiro 2013]. Disponível em: <<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/manifestoUNESCOBibliotecasPublicas.aspx>>.

3. FONTES LEGISLATIVAS

[Decreto de 24 de Dezembro de 1901]. [Criação da Inspeção da Bibliotecas Eruditas e Arquivos] *Diário do Governo*. Lisboa. 294 (28 Dez 1901), p. 3678.

Decreto Régio do Ministério dos Negócios da Instrução Pública [2 de Agosto de 1870]. [Criação das biblioteca populares]. *Diário do Governo* 181. Lisboa. [16 Agosto 1870], pp. 372-373.

Decreto-lei nº 22 469/33. *Diário do Governo*. I Série [11 de Abril de 1933] [Regulamentação da censura prévia].

Decreto-lei nº 22 756/33. *Diário do Governo*. I Série [29 de Junho de 1933] [Criação da Direção Geral dos Serviços de Censura].

Decreto-lei nº 26 159/35. *Diário do Governo*. I Série [2 de Dezembro de 1935] [A Direção Geral de Censura é substituída pela Direção dos Serviços de Censura].

Decreto-lei nº 30 320/40. *Diário do Governo*. I Série, 19 de Março de 1940] [Criação de um Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, constituído

pelo S.P.N., pelos serviços de censura e pela Comissão Administrativa da Emissora Nacional de Radiodifusão].

Decreto-lei nº 33 545/44. *Diário do Governo*. I Série [23 de Fevereiro de 1944]. [O serviços de censura são integrados no Secretariado de Propaganda Nacional].

Decreto-lei nº26 589/36. *Diário do Governo*. I Série [14 de Maio de 1936] [Alargamento das competências da Direção dos Serviços de Censura].

Direção-Geral da Instrução Pública; 1ª Repartição. Decreto de 29 Dezembro de 1887 [Criação da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos]. *Diário do Governo* Lisboa. 3 (4 Jan 1888), p. 18.

Ministério da Educação Nacional: Direção-Geral do Ensino Primário. Decreto no 36147 [de 2 de Fevereiro de 1947]. [Criação de bibliotecas junto das escolas de ensino primário]. *Diário do Governo*. 1ª série. Lisboa. (5 Fevereiro 1947), pp. 105-107.

Ministério da Instrução Pública: Direção-Geral do Ensino Superior. Decreto no 13724 [de 27 de Maio de 1927]. [Criação a Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos]. *Diário do Governo*. 1ª série. Lisboa. 114 (3 Junho 1927), pp. 881-901.

Ministério da Instrução Pública: Direção-Geral do Ensino Superior. Decreto no 13726 [de 27 de Maio de 1927]. [Criação a Biblioteca Popular de Lisboa no âmbito da Bibliotecas populares e móveis]. *Diário do Governo*. 1ª série. Lisboa. 114 (3 Junho 1927), pp. 918-921.

Ministério do Interior: Direção-Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial: [Decreto de 18 de Março de 1911]. [Criação das Bibliotecas Eruditas, Populares e Móveis e Criação da Inspeção das Bibliotecas Públicas e Móveis]. *Diário do Governo*. 65. Lisboa. (21 Março 1911), pp. 497-502.